

plural

revista de ciências sociais

USP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

v.22 n° 2 | ISSN 2176-8099 | segundo semestre de 2015

revistas.usp.br/plural



plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA USP

22

Departamento de Sociologia
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Plural

Revista de Ciências Sociais

Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

Vice Diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

Departamento de Sociologia

Chefe: Prof. Dr. Brasília João Sallum Júnior

Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Prof. Dr. Marcos César Alvarez

Equipe Editorial - Revista Plural v. 22, n. 2

Comissão Editorial

Alvaro A. Comin, Fernando Antônio Pinheiro, Ricardo Mariano (editor responsável)

Comissão Executiva

Anouch Neves de Oliveira Kurkdjian, César de Lima Niemietz, Eduardo Gutierrez Cornelius, Ivo Paulino Soares, Jose de Souza Muniz Junior, Lucas Amaral de Oliveira, Mariana Toledo Ferreira, Natália Bittencourt Otto, Pedro Paulo Martins Serra, Rodrigo Correia do Amaral, Romulo Leles Lima, Sara Tufano, Ugo Urbano Casares Rivetti

Conselho Científico

Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloisa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci

Equipe Técnica

Diagramação: Diagrama Editorial

Revisão de texto: Comissão Executiva da *Plural*

Capa: João Romano, "South Manhattan vista do Brooklyn", 2014

(<https://joaoromano.carbonmade.com/>)

Financiamento: CAPES

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil

E-mail: plural@usp.br

Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>

Facebook: www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416

Publicação eletrônica semestral referente ao 2º semestre de 2015. Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 22, n. 2, 2015 (publicada em março de 2016)

ISSN: 2176-8099

1. Sociologia 2. Ciências Sociais

SUMÁRIO

Editorial	1
Comissão Editorial	

Dossiê

“Novo desenvolvimentismo e interesse nacional”

Elites econômicas e neoliberalismo.	5
Alvaro Augusto Comin	

Inovação em tempos difíceis.	18
Glauco Arbix e Zil Miranda	

O espírito capitalista neoliberal na América Latina: o papel da orientação para o mercado financeiro nas grandes empresas argentinas e brasileiras	37
Elizângela Valarini, Friederike Elias e Markus Pohlmann	

Construindo uma burocracia econômica de excelência: concursos de seleção para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 1955 a 2012	81
Elisa Klüger	

Tradução

Um Novo “Espírito” do Capitalismo? A globalização e seu impacto na difusão do pensamento de gestão neoliberal na Alemanha e nas economias do Leste Asiático	115
Markus Pohlmann e Hyun-Chin Lim	
Tradução de Rodrigo Cerqueira	

Entrevista

Remando contra a maré: novo desenvolvimentismo e interesse nacional.	145
Entrevista com Luiz Carlos Bresser-Pereira	
Realizada por Alvaro A. Comin & Paulo Todescan Lessa Mattos	

Artigos

- Da mestiçagem à reconstrução diaspórica do
pertencimento étnico-racial161
Priscila Martins Medeiros e Paulo Alberto dos Santos Vieira
- Provocações para uma sociologia da sexualidade: Sistemas, linguagem, amor . . . 182
Marcelo Augusto de Almeida Teixeira
- Colonialidade do poder como meio de conhecimento: em torno de seus
limites e potencialidades explicativas 204
Lucas Trindade da Silva
- Análises de poder em disputa: Foucault e a virada pós-estruturalista
nos *Subaltern Studies* 222
Camila Massaro de Góes

Resenha

- O que Fanon disse, afinal? Lewis Gordon e a defesa de uma
abordagem fanoniana247
Deivison Mendes Faustino

Na edição de número 22.2, a *Plural* traz o dossiê *Novo desenvolvimentismo e interesse nacional*, organizado por Álvaro Comin, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), com a participação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. O dossiê revela-se dos mais oportunos, por tratar de tema sociológico atualíssimo, de relevância política e que se relaciona, direta e indiretamente, com inúmeros objetos de pesquisa das ciências sociais. Entre eles, podemos citar o impacto da globalização e da inovação tecnológica no mercado de trabalho, na desigualdade social, no meio ambiente e na gestão do Estado; a “financeirização” do capital; a injustiça fiscal; as massivas manifestações contra a expansão da pobreza; as formas variadas de corrupção e ligações espúrias entre dirigentes empresariais e políticos, envolvendo lobbies, licitações, concorrências, editais, nomeações a órgãos públicos, financiamento de campanhas eleitorais, etc.

No conjunto de artigos que compõem o dossiê, os autores retomam e reatualizam a discussão de temas clássicos da sociologia, tais como o “espírito do capitalismo”, a racionalidade econômica das elites empresariais, o papel do Estado e da inovação tecnológica no desenvolvimento, as elites burocráticas no Estado, as transformações do capitalismo em função da expansão da globalização da economia e das empresas e a influência de fenômenos culturais nos modelos de gestão industrial e na administração burocrática. Na análise dessas questões, sobressai o problema da desigualdade na distribuição de renda, que se vincula ao papel político e ao poder econômico das elites empresariais e da burocracia estatal.

Abre o dossiê artigo de apresentação do professor Álvaro Comin, intitulado “Elites econômicas e neoliberalismo”, que contextualiza e analisa as mudanças ocorridas nas elites econômicas nos últimos anos, sobretudo no Brasil, lançando luz sobre seus modos de reprodução, valores e interesses econômicos, bem como sobre suas inclinações político-ideológicas e seus vínculos diversos com as elites internacionais.

O texto de Glauco Arbix, professor titular do Departamento de Sociologia da USP, e Zil Miranda, pesquisadora da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), “Inovações em tempos difíceis”, trata do problema da baixa produtividade da economia brasileira. Os autores defendem a necessidade do governo brasileiro e dos empresários se empenharem na implementação de políticas públicas de inovação tecnológica, a fim de viabilizar crescentes ganhos em eficiência na atividade econômica, ampliar a competitividade da indústria nacional, promover o crescimento da economia brasileira e gerar emprego e renda de forma sustentável e inclusiva. Para tanto, propõem que se invista no aprimoramento de

conhecimentos e competências de trabalhadores, medida fundamental para fazer avançar sua integração aos mercados, tecnologias e modelos de produção de ponta.

O texto seguinte é de Markus Pohlmann, Elizângela Valarini e Friederike Elias, da Universidade de Heidelberg, Alemanha, intitulado “O espírito capitalista neoliberal na América Latina: o papel da orientação para o mercado financeiro nas grandes empresas argentinas e brasileiras”. Os pesquisadores investigam as diretrizes neoliberais de ambos os países nas últimas décadas e mostram o intenso debate sobre essas economias em um contexto de rápidas mudanças nas políticas econômicas e de crescente avanço do mercado financeiro.

Também de autoria de Markus Pohlmann, em parceria com o professor Hyun-Chin Lim, do Departamento de Sociologia da Universidade Nacional de Seul, publicamos tradução inédita do texto “Um novo ‘espírito’ do capitalismo? A globalização e seu impacto na difusão do pensamento de gestão neoliberal na Alemanha e nas economias do Leste Asiático”. Com base em uma pesquisa empírica realizada com 475 CEOs dos 100 maiores grupos industriais na Alemanha, na Coreia do Sul, no Japão e na China, os autores contestam o pressuposto de que o processo de globalização daria origem a companhias transnacionais e, por conseguinte, a uma classe de executivos transnacionais devotos da ideologia neoliberal. Refutam, com isso, a premissa de que estaria ocorrendo, atualmente, uma difusão global do pensamento de gestão neoliberal. Entre outros importantes achados, mostram que os executivos de grandes empresas asiáticas mantêm os esquemas de interpretação radicados em suas culturas e, de modo geral, não adotam a mentalidade de administração neoliberal.

Completando os artigos do dossiê, em “Construindo uma burocracia de excelência: concursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 1955 a 2012”, Elisa Klüger, pesquisadora da USP, analisa o recrutamento por concurso público e a mudança de perfil dos profissionais que compõem a elite burocrática do BNDES. A autora destaca o paralelismo entre as alterações nas qualificações requeridas aos candidatos selecionados e as mudanças históricas nos papéis desempenhados pelo BNDES nos últimos 60 anos. Discute, ainda, a proposição weberiana de que a burocracia recrutada por concurso tenda a agir sempre de modo impessoal e segundo critérios técnicos, racionais e universais, apontando, no caso em questão, diferentes estratégias empregadas para driblar a meritocracia, adotar apadrinhamentos e selecionar candidatos de acordo com suas posições políticas.

O dossiê termina examinando a trajetória intelectual e as opiniões de Luiz Carlos Bresser-Pereira, em entrevista concedida a Paulo Todescan Lessa Mattos,

pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, e Álvaro Comin. Economista, cientista político e ex-ministro (da Fazenda, da Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia) nos governos de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, Bresser-Pereira se destaca, há décadas, pela proposição de uma agenda desenvolvimentista renovada e por ser um dos intelectuais mais atuantes no debate público brasileiro contemporâneo. Em sua trajetória pública, ele encarna muito dos caminhos e dilemas das políticas econômicas do Brasil democrático.

A segunda parte desta edição, com os artigos recebidos em caráter de fluxo contínuo, começa com o texto de Priscila Martins Medeiros, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), e Paulo Alberto dos Santos Vieira, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Em “Da mestiçagem à reconstrução diaspórica do pertencimento étnico-racial”, os autores discutem os motivos sociais, teóricos e políticos que fizeram com que, ao longo do século XX, os debates em torno da categoria *mestiço* fossem abandonados e se chegasse ao problema atual da identificação *afro-brasileira*.

A questão racial comparece também no texto de Lucas Trindade da Silva, “Colonialidade do poder como meio de conhecimento: em torno de seus limites e potencialidades explicativas”. O pesquisador da Universidade de Brasília (UNB) apresenta uma reflexão sobre o trabalho do sociólogo peruano Alberto Quijano, analisando a associação que o autor estabelece entre colonialidade do poder/racialidade e a dependência histórico-estrutural da América Latina. Para tanto, compara a reflexão de Quijano com as abordagens de Carlos Hasenbalg e de Florestan Fernandes sobre a questão racial no continente.

Em “Análises de poder em disputa: Foucault e a virada pós-estruturalista nos *Subaltern Studies*”, Camila Massaro de Góes, mestre em Ciência Política pela USP, retoma a discussão sobre identidades e diferenças no debate contemporâneo. A autora traça a gênese dos *Subaltern Studies* indianos na reelaboração crítica da história das classes subalternas na Índia. Descreve, com efeito, a influência do pensador italiano Antonio Gramsci nessa corrente e avalia em que medida é possível identificar nela uma “virada pós-estruturalista”, tendo em conta a incorporação de ideias de Foucault. Relata, ainda, o conflito dessa corrente com o marxismo no que tange às teorizações sobre as formas de poder e dominação.

A discussão dos paradigmas pós-estruturalistas encontra-se, também, no artigo “Provocações para uma sociologia da sexualidade: sistemas, linguagem, amor”, de Marcelo Augusto de Almeida Teixeira, pesquisador da UNB. Ao analisar como a sociologia refletiu sobre o corpo e a sexualidade, o autor lança, a partir disso, uma proposta de articulação crítica entre os estudos de Judith Butler e a teoria

dos sistemas de Niklas Luhmann, a fim de abordar a sexualidade e a construção dos corpos pela linguagem.

A edição se encerra com uma resenha de Deivison Mendes Faustino de *What Fanon Said: a philosophical introduction to his life and thought*, livro do filósofo político norte-americano Lewis Gordon dedicado a Frantz Fanon. No texto, intitulado “O que Fanon disse, afinal? Lewis Gordon e a defesa de uma abordagem fanoniana”, o pesquisador da UFSCar discorre sobre a obra do intelectual martiniquenho que foi responsável por reflexões fundamentais no século XX e que tratam de temas caros a esta edição, como a questão racial, o colonialismo, a violência simbólica e a desigualdade.

A relevância dos temas acima e de sua investigação sociológica encontra-se contemplada, igualmente, na capa desta edição de número 22.2. *South Manhattan vista do Brooklyn* (2014), do fotógrafo paulistano João Romano, ilustra como a discussão sobre o papel e o poder das elites empresariais pode ser teoricamente fecunda na análise de um sem-número de fenômenos atuais. Convidamos todos os interessados a explorar essa rica seara de debates sociológicos que se entrelaçam e que proporcionam sempre renovada reflexão crítica.

Comissão Editorial da Revista Plural

Elites econômicas e neoliberalismo

Economic Elites and neoliberalism

Alvaro Augusto Comin^a

Resumo As consequências da reorientação neoliberal adotada pela maioria das nações nas últimas décadas têm sido escrutinadas dos mais variados ângulos. Em particular, os impactos sociais das reformas econômicas sobre, por exemplo, o mercado de trabalho, os níveis de pobreza e a desigualdade na distribuição da renda, as ondas de mobilizações e protestos, a trajetória das políticas sociais e sobre o consumo mobilizaram intensamente os cientistas sociais. Contudo, menos atenção foi destinada às transformações que se operaram entre as elites econômicas – modos de reprodução, interesses econômicos, inclinações políticas e vínculos com as elites internacionais. Em face do enorme peso econômico e político de que essas elites são portadoras, o estudo de tais transformações é dimensão-chave para uma compreensão mais abrangente de todos os outros temas mais visitados no debate. Este artigo e o conjunto de trabalhos que compõem este dossiê da *Plural* pretendem oferecer contribuições para o debate.

Palavras-chave Elites econômicas; Neoliberalismo; Desenvolvimento; Conflitos sociais.

Abstract *The outcomes of the neoliberal framework adopted by most nations in the last decades have been scrutinized from several different angles. In particular, the social impacts of the economic reforms over, for instance, employment, poverty, income inequality, social protests, welfare policies and consumption have garnered a lot of attention from social scientists. Less looked at have been the transformations within the economic elites - their modes of reproduction, political preferences, and connections with other alien or international elites. Given the heavy economic and political weight carried by those elites, the study of such transformations is a key dimension for the understanding of all the other dimensions. This article and the set of works that make up this dossier intends to be a contribution to this debate.*

Keywords *Economic elites; neoliberalism; development; social conflicts.*

a Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

INTRODUÇÃO

As consequências da reorientação neoliberal adotada pela maioria das nações nas últimas décadas têm sido escrutinadas dos mais variados ângulos. Os impactos sociais das reformas econômicas sobre, por exemplo, o mercado de trabalho, os níveis de pobreza e a desigualdade na distribuição da renda, mas também sobre as ondas de mobilizações e protestos e sobre a trajetória das políticas sociais e do consumo, todos estes temas mobilizaram bastante os cientistas sociais. Menos atenção, no entanto, foi destinada às transformações que se operaram entre as elites econômicas (seus modos de reprodução, interesses econômicos, inclinações políticas e vínculos com as elites internacionais). Há, naturalmente, exceções importantes; e a elas recorreremos, quando possível, no decorrer deste artigo. Mas, em face do enorme peso econômico e político de que essas elites são portadoras, o debate sobre desenvolvimento deveria incluir mais reflexão e, se possível, informação empírica sobre quem são e o que querem as elites econômicas. Neste artigo, não faremos mais do que alinhar algumas hipóteses sobre o assunto. O dossiê que compõe esta edição da revista *Plural* (22.2), contudo, cuidará de trazer insumos da pesquisa acadêmica e da experiência profissional de intelectuais que também colocaram a mão na massa do desenvolvimento brasileiro.

1. DESENVOLVIMENTO NACIONAL E INDUSTRIALIZAÇÃO

Em muitos sentidos, a experiência do desenvolvimento econômico, pelo menos até o século XX, consistiu – frequentemente mais como projeto do que como realização – em industrialização e construção nacional; ou, na chave sucinta que formaria o ideário das “novas” nações do Terceiro Mundo, consistiu no nacional-desenvolvimentismo. Como observa Wallerstein (2002), o conflito entre protecionismo e liberalismo como princípio de política de desenvolvimento nacional foi um tema central do capitalismo desde o século XIX. No que diz respeito ao Terceiro Mundo (isto é, América Latina, África, Oriente Médio e Ásia), sobretudo no pós-guerras, as próprias teorias *mainstream* que alimentaram as ações das instituições de Breton Woods (Banco Mundial e FMI), responsáveis pelo *desenvolvimento e modernização* das nações atrasadas, recomendavam industrialização e fortalecimento do Estado nacional como caminho para o *progresso*; tanto quanto faziam os especialistas em desenvolvimento soviéticos para as nações em sua zona econômica (MARTINUSSEN, 1997, p. 65).

De modo mais específico, a associação entre burocracias de Estado e elites empresariais como mecanismo de acumulação de poder e capital, sob todas as variações ideológicas possíveis de nacionalismo, via industrialização planejada, tornou-se um paradigma quando o chamado Milagre Japonês começou a ser decifrado no Ocidente, destacando-se o magistral *MITI and the Japanese Miracle*, de Chalmers Johnson, publicado em 1982, que consagrou o uso do termo Estado-Desenvolvimentista (*Developmental State*), largamente aplicado no estudo de países em desenvolvimento (JOHNSON, 1982).

Há pouca dúvida, hoje, de que o processo de integração das economias nacionais ao mercado global, via reformas neoliberais, encurtou a margem de manobra dos governos, com muito poucas exceções, se é que elas existem de fato. As divergências ocorrem quando se trata de decidir se essas mudanças são positivas ou negativas, desejáveis ou não. As avaliações, para um lado e para outro, naturalmente, variam conforme a posição estrutural e os interesses de quem avalia. Neste breve artigo, desenvolvemos a ideia de que a desindustrialização é o aspecto dessas transformações com consequências mais profundas e decisivas para o futuro. Nossa tese é a de que o enfraquecimento simultâneo do Estado e da indústria solapa a própria ideia de *desenvolvimento nacional*, nos termos em que ela se materializou, especialmente na segunda metade do século XX; mas não aponta para nenhum modelo viável para países como o Brasil, nosso “caso” de discussão aqui. Não pretendemos concluir que essa tendência seja “em si” boa ou ruim, mas sim que a “crise” econômica e política que o país atravessa atualmente não é conjuntural nem se resolve mais com acomodações entre interesses contraditórios, que opõem vastos grupos sociais com aspirações crescentes de mobilidade social, realização profissional e bem-estar material, os quais, sabendo ou não, pressionam por desconcentração de riqueza e poder, e um padrão de acumulação que é intrinsecamente concentracionista.

2. GLOBALIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Em trabalho recente, Dani Rodrik (2015) apresenta evidências empíricas de que estaria ocorrendo, na maior parte do mundo em desenvolvimento, um processo de “desindustrialização prematura”. Esse processo seria consequência direta do que ele chama, em trabalho anterior, de globalização profunda (*deep globalization*) (RODRIK, 2011). A tendência atinge tanto países com níveis históricos mais elevados de industrialização, como Brasil, Turquia, Índia e México, quanto países que nunca lograram avançar muito em matéria de indústria, como a Nigéria.

As únicas a escapar à tendência são as economias asiáticas, China à frente, bem conhecidas por seu nacionalismo econômico e pelo ativismo de seus estados no direcionamento do crescimento econômico.

O declínio da indústria e, talvez, mais do que isso, da *perspectiva da industrialização* como objetivo central do desenvolvimento econômico, representa, em muitos sentidos, uma ruptura profunda na história dos países em desenvolvimento. A própria área acadêmica a que chamamos de “estudos do desenvolvimento” nasce, no pós-guerra, com o propósito de produzir soluções que permitissem aos países do Terceiro Mundo (muitos deles recém-criados pelo processo de descolonização), de alguma forma, reproduzir a experiência exitosa de progresso material e estabilidade social atingida pelos países industrializados. A ênfase no caráter “nacional” do desenvolvimento econômico, assim como no papel vital da industrialização para sua realização, está presente na teoria da modernização, tanto quanto no estruturalismo latino-americano (ou cepalino).

Com poucas exceções, as ideias e estratégias que, de fato, irrigaram o esforço de desenvolvimento nas regiões que permaneceram na zona norte-americana e ocidental do mundo, como a América Latina, não vieram do liberalismo anglo-saxão, mas sim de uma economia política desenvolvida por nações “retardatárias” em busca do emparelhamento (*catch-up*) com os líderes de sua época. EUA, Alemanha e Japão foram os casos mais paradigmáticos de histórias de *nações* que, encontrando-se em situações de inferioridade econômica e militar e, conseqüentemente, em risco de perda da autonomia nacional, lograram ultrapassar seus rivais e se estabelecer como novos centros de poder político e econômico. Proteção para o mercado doméstico e, em particular, para a indústria *nacional* formaram, então, a base das estratégias empregadas por esses vencedores. *Laissez-faire*, diriam Alexander Hamilton e Friedrich List, é um luxo a que só os líderes podem se dar.

Talvez por ter sido o primeiro país não-ocidental a realizar, com formidável sucesso, o emparelhamento, impulsionado por assombrosa “mobilização nacional” em torno da industrialização, o Japão, com instituições e convicções quase inverossímeis para os ocidentais, tornou-se uma espécie de enigma para os estudiosos do desenvolvimento. Chalmers Johnson, um dos mais influentes dentre os que se debruçaram sobre o enigma, qualificou o Milagre Japonês como uma “terceira via”, combinando, com eficiência que não podia ser negada, elementos próprios das economias de mercado capitalistas (organização da produção e lucros privados) com planejamento centralizado e comando estatal, inovações trazidas pelo comunismo soviético. Johnson cunhou o termo “estado-desenvolvimentista” (*developmental state*) para definir as características únicas dos arranjos institu-

cionais entre burocracia de Estado e grandes corporações privadas e familiares que alimentaram o milagre (JOHNSON, 1982; 1999).

Entre os traços mais salientes do estado-desenvolvimentista japonês está o papel-chave desempenhado por burocracias públicas altamente competentes e com poder suficiente para formatar os negócios das grandes corporações, sob os imperativos do “interesse nacional”. O controle público sobre as fontes de crédito, o comércio exterior, os licenciamentos tecnológicos e mais proteções contra competidores estrangeiros foram algumas das armas usadas pelo Estado japonês para, ao mesmo tempo, estimular e controlar as ações das corporações. O tipo carnal de relação entre burocracias públicas e elites empresariais motivou sua caracterização, tanto como modalidade de *crony capitalism*, altamente sujeito à corrupção e ao desperdício, quanto como forma perfeitamente funcional e racional para nações retardatárias que buscam o *catch-up* industrial com os países líderes. Um sistema que, embora dirigista, era quase completamente baseado na propriedade privada e na acumulação de capital. Conquanto Johnson não tivesse a intenção de estabelecer nenhuma teoria de aplicação geral, o fato é que o conceito terminou sendo apropriado por outros para o estudo das economias do Leste-Asiático¹, mais diretamente influenciadas pelo Japão; após muito afrouxamento dos termos originais, terminou se disseminando e sendo utilizado para descrever um grande número de países em desenvolvimento – o Brasil entre eles² – bem como gerando diversas tipologias e estudos comparativos.

“Desenvolvimento-nacional” (ou “modernização”) sob liderança do Estado representou uma fórmula comum, aplicada de formas muito diversas, por enorme variedade de países em desenvolvimento. Além disso, os estados desenvolvimentistas do Terceiro Mundo, na vasta maioria dos casos, existiram sob formas autoritárias de organização política. Particularmente na América Latina, o desenvolvimentismo praticado em países como Brasil e México, resultado de alianças mais ou menos estáveis entre latifundiários e setores capitalistas urbanos, amalgamados com o Estado, foi responsável por gerar sociedades muito desiguais e rigidamente estratificadas. O modelo seguido por esses países serviu tanto para enriquecer e diversificar as elites econômicas, quanto para criar um complexo aparato de empresas e instituições estatais, operadas por poderosas burocracias públicas, civis e militares. Serviu, também, para reservar enorme poder às elites à

1 Alguns trabalhos diretamente inspirados pelo estudo de Johnson sobre o Japão: Amsden (1989), Woo-Cumings (1991), Wade (1990), este último sobre Taiwan.

2 Veja-se: Evans (2004), comparando Brasil, Índia e Coreia do Sul; e Schneider (1999).

frente do poder estatal, para impor, domesticamente, a direção dos investimentos e redistribuir parcelas relevantes dos frutos do crescimento.

Assim foi durante o chamado Milagre Econômico brasileiro, quando os militares estavam no poder e deram escala e coesão ao tripé desenvolvimentista Estado-multinacionais-burguesia nacional (EVANS, 1980). Emparedada entre os gigantes estatais e os gigantes multinacionais, a burguesia nacional terminou desembarcando do regime militar que apoiara uma década antes, já empunhando a bandeira da desestatização e da maior abertura da economia (BRESSER-PEREIRA & DINIZ, 2009).

Foram as reformas dos anos 1990, alinhadas ao Consenso de Washington, que desencadearam as transformações mais profundas na economia brasileira e, presumivelmente, na composição e nos interesses das classes capitalistas, assim como nas prioridades do Estado. No primeiro caso, as reformas iniciadas por Collor e aprofundadas ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso abriram caminho para a desnacionalização de amplos setores da indústria, dos bancos, da infraestrutura, das redes varejistas, entre outros. A abertura da conta de capitais e as privatizações, em concomitância com uma política de juros muito elevados, fez com que o país passasse a receber enormes volumes de Investimentos Diretos Externos (IDEs), bem como de investimentos especulativos (*hot-money*) (GAULARD, 2012). A avalanche de recursos externos, que seguiu crescendo durante os mandatos do PT³, porém, não teve o esperado impacto de elevar a taxa de investimentos da economia, em um quadro que, para alguns, configura substituição de poupança interna por externa, com o desvio da primeira para o rentismo (interessado em altas taxas de juros) e o consumismo (interessado em sobrevalorização cambial⁴).

Em relação às prioridades do Estado, que durante o período desenvolvimentista se concentravam em gerar crescimento econômico às mais altas taxas possíveis, após as reformas, elas passaram a visar a estabilidade e a credibilidade perante o “mercado” e os “investidores”. Não se trata de uma mudança pequena, tendo em vista que o mercado de credibilidade, como observa Colin Crouch (2014, p. 223, tradução nossa), é um mercado “bastante imperfeito, uma vez que há somente três grandes agências de risco, todas elas baseadas nos Estados Unidos e compartilhando o ponto de vista norte-americano”. Imperfeito como é esse mercado, ele

3 Até 1990, o Brasil tinha um histórico de receber de um a dois bilhões de dólares ao ano em IDE. Esses valores saltaram para a casa dos US\$ 30 bi, na segunda metade da década de 1990; para US\$ 45 bi em 2008, e cerca de US\$ 60 bi por ano no triênio 2011-2013. Sobre isso, ver: IPEA-Data (<http://www.ipeadata.gov.br/>), Banco Central do Brasil (<http://www.bcb.gov.br/>); ver, também, Gaulard (2012).

4 Sobre isso, ver a entrevista com Bresser-Pereira (2016) concedida à *Plural* nesta mesma edição.

pode definir a sorte de países inteiros, sem falar em companhias. A estabilidade macroeconômica terminou por se sobrepôr ao crescimento, ou qualquer outra prioridade – distribuição de renda, preservação do meio-ambiente etc.

Adicionalmente, do ponto de vista macroeconômico, e talvez este seja o aspecto mais importante, o “sucesso” em receber grandes volumes de investimentos externos tem como pré-requisito a manutenção de altas taxas de juros (que favorece o rentismo e inibe investimentos produtivos)⁵ e, como consequência, a sobrevalorização cambial, que elimina a competitividade da indústria instalada no país, que, por isso, retrai ainda mais seus investimentos, estimulando mais importações. Conseqüentemente, o crescimento vertiginoso do consumo motivado pelos ganhos de renda da população e pela fartura de crédito foi capturado por fornecedores externos, não pela indústria local. Em síntese, como afirma Bresser-Pereira (2016), o que os investimentos externos geram é consumo e não produção, representando estratégia insustentável no médio prazo. O círculo vicioso se fecha quando o aumento das importações se traduz em deficit comerciais crescentes, a exigir medidas macroeconômicas que estimulem a atração de mais dinheiro internacional, via taxas de juros sempre substancialmente mais elevadas do que as vigentes nos mercados de moedas fortes. O resultado foi o encolhimento relativo do setor industrial em pleno ciclo de crescimento econômico, experimentado na segunda metade dos anos 2000⁶. Nessa medida, o peso da indústria no PIB nacional, que chegou a responder por algo em torno de um quarto a um terço do total, em meados da década de 1980, recuou para 15%, em 2011⁷, 11% em 2014 e

5 Em 2007, antes da crise financeira internacional, a taxa básica de juros (SELIC) estava em 11,25% no Brasil, comparada a 4% nos EUA e na zona do Euro. Essa enorme diferença nas taxas de juros cria oportunidades para ganhos extraordinários de curto prazo, denominada de carry-trade pelos economistas (GAULARD, 2012).

6 Em trabalho comparativo envolvendo 20 países latino-americanos, utilizando dados de emprego para o período 1980-2006, Brady, Kaya e Gereffi (2011) documentam consistentemente o processo de desindustrialização avançando amplamente na região. Juntamente com problemas institucionais resultantes do longo domínio de militares nos países da região e ineficiência ligadas aos acordos comerciais regionais, os autores apontam como explicação para a desindustrialização a crescente dependência da exportação de commodities e de entrada de fluxos de IDE.

7 Há discrepâncias importantes na forma de medir a participação relativa dos setores econômicos no PIB brasileiro, em função das alterações metodológicas introduzidas pelo IBGE ao longo do tempo. O cálculo usual, que utiliza valores correntes, aponta que a participação da indústria teria atingido o pico de 35% em 1985, como em Pedersen (2008). Aplicando retroativamente as alterações metodológicas introduzidas na década de 1990, que ampliaram a participação dos serviços, e utilizando valores constantes de 2009, Bonelli, Pessoa e Matos (2013) concluem que, em 1985, o peso da indústria se encontrava em torno de 25%. Não obstante as discrepâncias, a trajetória é a mesma em ambos os casos: crescimento acelerado da participação industrial no PIB até meados dos anos 1970 e declínio relativo a partir de 1985. Como a partir das mudanças metodológicas de 1995 as séries históricas passam a coincidir, o ponto de chegada é consensual: em 2011, o peso da indústria se encontrava no patamar de 15%.

para 9% em 2015, ano em que o déficit comercial em manufaturados deve atingir estimados 100 bilhões de dólares⁸.

Politicamente, há dois aspectos em todas essas transformações que são cruciais e merecem atenção. Como já observamos, a industrialização foi em muitos sentidos a espinha dorsal dos planos de desenvolvimento nacional: nos casos em que as nações lograram maior sucesso industrializante, isso se deveu a arranjos de variados tipos entre burocracias de Estado e empresariado industrial. Tais arranjos, em geral, se estendiam às classes médias e parcelas muito limitadas da classe trabalhadora; mas o pacto fundamental é, naturalmente, o que envolve as classes capitalistas (domésticas e internacionais) e o Estado.

Começando pelo Estado, as mudanças no modo de integração das economias nacionais com o mercado, sob o Consenso de Washington, na prática, privaram os estados de uma série de ferramentas que foram extremamente funcionais para produzir crescimento econômico no passado. O que equivale a dizer que o Estado perdeu, também, a capacidade de formatar o crescimento em termos dos “interesses nacionais”, isto é, de coalizões que reforcem, simultaneamente, o poder do Estado e a acumulação capitalista, cuidando de produzir bases sociais de apoio e legitimação, via geração de empregos, aumento da renda, políticas sociais, etc.

No que diz respeito aos capitalistas, mesmo sendo escassa a pesquisa sociológica sobre sua composição, interesses e opiniões, é razoável estimar que, no novo ambiente de liberdade criado pela liberalização, seus interesses tenham se alterado significativamente. As privatizações e as fusões e aquisições de grupos nacionais por fundos de investimentos, crescentemente alimentados por recursos externos, presumivelmente aprofunda os laços entre agentes econômicos domésticos e estrangeiros; desloca a tomada de decisões estratégicas de investimento para fora do país; e, uma vez que parte substancial do investimento venha de fora, o poder tradicionalmente exercido por agências estatais de controlar as fontes de crédito (e, assim, a direção dos investimentos) se vê severamente reduzido. Parcelas poderosas das elites econômicas, rentistas, vivendo das altas taxas de juros pagas pelo Tesouro Nacional, fundos de investimento internacionais e seus sócios nacionais, companhias multinacionais interessadas no mercado doméstico, mas não necessariamente na geração local de valor, por exemplo, passam a pressionar no sentido de um Estado cada vez mais mínimo e subordinado aos centros de comando financeiro internacionais. Rodrik vai mais longe: “Democracia nacional e globalização profunda são incompatíveis. A democracia estraga

8 Sobre isso, ver: Drummond (2015).

a festa dos mercados financeiros e torna impossível para uma nação se integrar completamente na economia mundial” (RODRIK, 2011, p. 118, tradução nossa). Quem melhor expressou essa contradição entre globalização e política nacional foi, a propósito, não um crítico, mas um entusiasta da globalização. Novamente recorrendo a Rodrik (2011, p. 118):

[...] em sua ode à globalização, *The Lexus and the Olive Tree*⁹, Tom Friedman descreveu de forma marcante como a horda eletrônica – financistas e especuladores que podem mover bilhões de dólares ao redor do globo em um instante – forçaram todas as nações a vestir uma “Camisa-de-Força Dourada”. Este traje definidor da globalização, explica ele, alinhavou as regras fixas às quais todas as nações devem se submeter: mercados de bens e capitais livres, liberdade para os empreendedores e governos mínimos. “Se o seu país ainda não vestiu o traje, ele o fará em breve”, escreve ele. Quando o seu país o vestir, prossegue, duas coisas vão acontecer: “sua economia crescerá e sua política encolherá”. Assim, uma vez que a globalização (que para Friedman significa integração profunda) não permite às nações se desviar das regras, a política doméstica fica reduzida a uma escolha entre Coca-Cola e Pepsi. Todos os demais sabores, especialmente os locais, estão banidos.

Durante toda a sua permanência no poder, o PT tentou compensar sua macroeconomia neoliberal praticando políticas industriais e de inovação, provendo grande quantidade de crédito subsidiado (necessário, por conta das altas taxas de juros domésticas), concedendo benefícios fiscais e proteção tarifária a setores específicos. Qualquer que seja a explicação, a tendência à desindustrialização se aprofundou. A julgar pela crise política que se instala no país, desde 2013, e pela aparente união das elites econômicas em oposição ao PT, todo o esforço do partido para construir alianças com a indústria em geral e com os conglomerados que ajudou a tornar “campeões nacionais”, em especial, parecem ter fracassado completamente. Os grupos políticos que até aqui têm polarizado com o PT e que pretendem representar as elites (não surpreendentemente com dificuldades para angariar suporte entre os mais pobres e, conseqüentemente, impedidos de voltar ao poder por falta de votos) são os mesmos que conduziram as reformas neoliberais dos anos 1990 e, coerentemente com isso, prometem uma integração ainda mais profunda.

9 Trata-se de Friedman, T. *The Lexus and the Olive Tree*. New York: Farrar-Straus-Giroux, 2000.

Se a trajetória que temos percorrido neste último quarto de século pode ser revertida, como acreditam os novos-desenvolvimentistas, é, talvez, a grande pergunta a ser respondida. Mas se algo do que foi dito aqui conjuga com os fatos, isso vai demandar bem mais do que boas políticas econômicas. Vai depender de algum novo tipo de contrato social que, por hora, não parece figurar no horizonte nem ter protagonistas habilitados para promovê-lo.

* * *

Os dois primeiros artigos deste dossiê apresentam resultados de um ambicioso programa de investigação, liderado pelo sociólogo alemão Markus Polhman, da Universidade de Heidelberg. Com foco nos altos dirigentes das 100 maiores empresas industriais em cada um dos países em estudo e repertório teórico diretamente inspirado em Weber, o programa põe à prova a hipótese da constituição de um “novo espírito (neoliberal) do capitalismo”. A natureza do capitalismo globalizado contemporâneo teria se alterado substantivamente, na direção de uma lógica radical de orientação para o mercado, segundo a qual as próprias empresas passam a ser geridas como ativos a serem valorizados para posterior comercialização, via mercados de ações. Estariam tais mudanças nas estratégias de atuação das firmas ligadas à existência de uma nova “mentalidade” entre os altos gestores dessas empresas, que por sua vez constituiriam uma espécie de nova elite global do capitalismo, já sem enraizamento nacional?

No primeiro artigo, coautoria entre Markus Polhman e Hyun-Chin Lim, da Universidade Nacional de Seul, além da apresentação do refinado esquema teórico utilizado nos estudos, são analisados os resultados da análise dos perfis e trajetórias profissionais dos CEOs das 100 maiores empresas industriais da Alemanha, Coreia do Sul, Japão e China, e das opiniões coletadas por meio de entrevistas presenciais com subamostras desses universos de CEOs. Os resultados parecem rejeitar categoricamente, para esses países ao menos, a hipótese da elite globalizada movida por uma visão neoliberal dos negócios. A maioria dos entrevistados vê a ingerência de investidores externos como uma ameaça à autonomia dos gestores para definir estratégias competitivas de longo prazo, induzindo a uma lógica curto-prazista comprometida prioritariamente com o pagamento de retornos aos acionistas. O segundo artigo, assinado por Pohlman e dois outros colaboradores, Elizângela Valarini e Friederike Elias, realiza exercício similar com dirigentes empresariais no Brasil e na Argentina. Os resultados, nesse caso,

embora de modo geral também convirjam para rejeitar a mentalidade neoliberal, parecem mais ambíguos, combinando resistência e acomodação aos novos tempos.

A entrevista com Luiz Carlos Bresser-Pereira, além de apresentar de modo acessível a macroeconomia do novo-desenvolvimentismo, oferece reflexões agudas sobre as contradições entre interesse nacional e globalização, avançando para um quadro compreensivo da atual crise política no Brasil. A ausência de uma estratégia nacional consistente de desenvolvimento econômico e a opção pela poupança externa como condutora dos investimentos estariam na raiz da espetacular desindustrialização brasileira, cuja origem se encontra nas reformas neoliberais dos anos FHC. Desde então, os interesses dos grupos rentistas e financistas teriam se alojado no coração do modelo econômico, movimento que comparece como causa direta da dilapidação da capacidade produtiva do país. Muito tarde para voltar atrás? Bresser-Pereira é otimista, nesse sentido, e conclui que essa é uma batalha em aberto.

De um ângulo mais “microeconômico”, Glauco Arbix e Zil Miranda examinam um dos aspectos mais críticos para o sucesso ou fracasso do esforço industrial: o sistema de inovações. Na indústria, assim como em inúmeros setores dos serviços mais intensivos em tecnologia, como saúde, mídia, finanças ou comunicações, a capacidade de desenvolver, adaptar e internalizar inovações (em processos, produtos, meios de comercialização etc.) condiciona fortemente as chances de sucesso das empresas. As variáveis que explicam o dinamismo inovativo das empresas, contudo, são múltiplas: vão desde as políticas para a educação elementar, até as parcerias internacionais de universidades e empresas com o intuito de gerar conhecimento novo; envolvem, inclusive, questões tributárias, condições de financiamento, compras governamentais, regras patentárias e acordos comerciais internacionais; envolvem, sobretudo, um alto grau de cumplicidade entre empresas, universidades e agências governamentais diversas. O artigo revela que essa não foi uma área onde faltaram iniciativas nos últimos anos; um pouco paradoxalmente, porém, a ênfase das ações governamentais não parece ter encontrado entusiasmo equivalente do lado das empresas (com as exceções de praxe), que seguem investindo menos e de maneira menos ambiciosa que o poder público.

É do papel do poder público, mais precisamente de um de seus mais longevos e poderosos braços, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que trata o artigo de Elisa Klüger. Parte essencial dos esforços de modernização econômica do Brasil estiveram a cargo do BNDES, desde sua criação nos anos 1950. O estudo de Klüger segue importante linhagem de investigações sobre o papel das altas burocracias de Estado no desenvolvimento econômico dos

países. Trata-se de tema conhecido dos brasileiros, mas não muito pesquisado da forma abrangente e metódica com que Klüger o trata. Por meio da análise dos conteúdos e dos resultados de todos os concursos de recrutamento de pessoal feitos pelo Banco entre 1955 e 2012, demonstra que a instituição foi capaz de se equipar intelectualmente, a cada momento, para cumprir as orientações e prioridades que emanavam dos diferentes governos. O BNDES está na raiz tanto da criação do complexo industrial brasileiro, quanto da desmontagem de seus braços estatais, via privatizações, e da internacionalização dos grupos privados. Em princípio, visto sob esse ângulo particular (da burocracia), a trajetória do banco corresponde virtuosamente ao que se espera de uma burocracia weberiana, fiel às orientações do Estado, altamente preparada, dotada de espírito público, bem como de espírito de corpo.

Todavia, à luz da experiência japonesa, recorrendo uma vez mais a Chalmers Johnson, sugerimos, aqui, mais um paradoxo ao leitor. A sua fórmula lapidar para descrever o Estado-desenvolvimentista japonês, segundo a qual “os políticos reinam enquanto a burocracia governa”, não estaria apontando para o fato de que foi exatamente a força e a capacidade da burocracia japonesa, instalada no MITI, para desafiar as paixões dos políticos e a ganância dos empresários japoneses uma causa central do prolongado sucesso do Milagre Japonês?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMSDEN, A. *Asia's next giant. South Korea and Late Industrialization*. New York: Oxford University Press, 1989.
- BONELLI, R., PESSOA, S.; MATOS, S. “Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretações”. In: BACHA, E.; BAUMGARTEN, M (Orgs.). *O futuro da indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 45-79.
- BRADY, D., KAYA, Y.; GEREFFI, G. Stagnating Industrial Employment in Latin America, *Work and Occupations*, v. 38, n. 2, p. 179–220, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Remando contra a mare: Novo Desenvolvimentismo e interesse nacional. *Revista Plural*, v. 22, n. 2 (no prelo), 2016.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; DINIZ, E. Empresariado industrial, democracia e poder político. *Novos Estudos Cebrap*, n. 84 (julho), p. 83-99, 2009.
- CROUCH, C. “From Markets versus States to Corporations versus Civil Society?”. In: SCHÄFER, A.; STREECK, W. *Politics in the age of austerity*. Cambridge: Polity Press, 2014, p. 219-238.

- DRUMMOND, C. “A atrofia da indústria assombra o Brasil”. *Revista Carta Capital*, São Paulo, 21/10/2015.
- EVANS, P. *A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- . *Autonomia e parceria. Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.
- FRIEDMAN, T. *The Lexus and the Olive Tree*. New York: Farrar-Straus-Giroux, 2000.
- GAULARD, M. The ‘hot money’ phenomenon in Brazil. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 32, n. 3 (jul-set), p. 367-388, 2012.
- JOHNSON, C. “The Developmental State: Odyssey of a Concept”. In: WOO-CUMINGS, M. (Org.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999, p. 32-60.
- . *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. Stanford: Stanford University Press, 1982.
- MARTINUSSEN, J. *Society, State, and Market. A guide to competing theories of development*. London: Zed Books, 1997.
- PEDERSEN, J. D. *Globalization, Development and the State. The Performance of India and Brazil, since 1990*. London: Palgrave Macmillan, 2008.
- RODRIK, D. Premature deindustrialization. MIT, National Bureau of Economic Research, Working Paper 20935, 2015. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w20935>.
- . *The globalization paradox: democracy and the future of the world economy*. New York: W. W. Norton & Company, 2011.
- SCHNEIDER, B. R. “The Desarrollista State in Brazil and Mexico”. In: WOO-CUMINGS, M. (Org.). *The Developmental State*. Ithaca: Cornell University Press, 1999, p. 276-305.
- WADE, R. *Governing the markets. Theory and the role of government in East-Asian industrialization*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- WALLERSTEIN, I. The Concept of National Development, 1917-1989: “Elegy and Requiem”. *American Behavioral Scientist*, v. 35, n. 4, p. 517-529, 2002.
- WOO-CUMINGS, M. *Race to the Swift. State and finance in the Korean industrialization*. New York: Columbia University Press, 1991.

Inovação em tempos difíceis

Innovation in difficult times

Glauco Arbix^a e Zil Miranda^b

Resumo A baixa produtividade está na raiz das dificuldades da economia brasileira e na sua capacidade de sustentar longos ciclos de crescimento e de geração de empregos de qualidade. Estagnada desde os anos 1970, a agenda da economia tem um ponto chave: como superar o baixo desempenho estrutural da nossa economia? Infraestrutura, sistema tributário, baixo grau de competição e sistema regulatório inadequado despontam como itens de primeira importância. Mas é somente a elevação das habilidades de quem trabalha que permitirá a integração entre pessoas, ideias, tecnologia, processos e modelos de produção mais avançados. É o que dá ao conhecimento a capacidade de mover os mecanismos da economia. Esse processo atende pelo nome de inovação. E a capacidade de incorporar, adaptar e produzir inovações de modo ininterrupto é fundamental para viabilizar ganhos crescentes de eficiência na atividade econômica. É o que a economia mais urgentemente precisa. Esse é o foco da agenda capaz de conectar o Brasil com o futuro.

Palavras-chave Produtividade; Ciência; Tecnologia & Inovação; Agenda para o Desenvolvimento.

Abstract *Low productivity is at the basis of Brazilian economy difficulties and in its capacity of supporting long cycles of growth and quality jobs creation. Stagnant since the 1970s, the economic agenda has a central point: how do to overcome the low structural performance of Brazilian economy? Infrastructure, tax system, low degree of competition and an inappropriate regulatory system rise as items of first importance. However, only the increase of workers' skills will enable the integration of people, ideas, technologies, processes and more advanced production models. Thus giving knowledge the capacity to move economy's mechanisms. Such a process is called innovation. And the capacity of uninterruptedly incorporating, adapting and producing innovation is key to facilitate increased efficiency results in economic activities. This is what economy most urgently needs. It is the focus item in the agenda that will connect Brazil to the future.*

Keywords *Productivity; Science; Technology & Innovation; Development Agenda.*

a Professor titular do Departamento de Sociologia da USP e pesquisador do Observatório da Inovação – IEA-USP.

b Doutora em Sociologia (USP) e assessora da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI.

INTRODUÇÃO

Nunca houve caminho fácil nem atalhos para o desenvolvimento dos países. Os obstáculos tornam-se ainda maiores e mais complexos quando o ritmo da economia mundial é de estagnação ou de recuperação lenta, com anunciados desdobramentos ao longo do tempo.

No Brasil de hoje, a fusão entre a crise econômica e política drena a representatividade do governo, questiona até mesmo sua legitimidade e, mais importante, ameaça engolir avanços sociais relevantes alcançados nos últimos anos. O grave é que o debate público sobre as alternativas para a economia sofre com o assédio da crise. Questões não resolvidas há décadas afloram muitas vezes desordenadamente e fomentam uma profusão de narrativas, oficiais e não oficiais, que pretendem anunciar as saídas para a paralisia do governo e a retomada do crescimento do país.

No entanto, é preciso trabalhar com foco e prioridades para delimitar a extensão da agenda econômica e abrir uma linha de futuro para o país. Alcançar equilíbrio fiscal, recuperar o controle sobre a inflação, trazendo-a para o centro da meta, e manter o câmbio e os juros nos limites adequados para um país como o nosso (ainda que a adequação seja sempre polêmica) são pilares essenciais de uma economia sadia. Mas a estruturação de uma política de médio e longo prazo exige diagnóstico mais preciso dos problemas que afligem a economia.

Se queremos encontrar caminhos para o crescimento econômico, capaz de gerar emprego e renda, que seja sustentável e inclusivo, o primeiro passo é reconhecer que a nossa economia é de baixo desempenho, com exceção de raros nichos. Ou seja, uma economia que vive, estruturalmente, uma compressão em seus índices de produtividade, em especial os da indústria, o que a torna menos competitiva no mercado nacional e internacional, com todas as implicações decorrentes para o crescimento e a geração de empregos de qualidade.

O crescimento econômico tem com a produtividade uma relação de dependência crítica. O crescimento de longo prazo está diretamente relacionado à capacidade de as economias produzirem mais com a mesma quantidade de trabalho. Sem aumento de produtividade, a elevação dos padrões de vida e os processos de inclusão com diminuição agressiva da pobreza só ocorrem graças a condicionantes externos excepcionais – como o aumento da demanda por *commodities*, puxado basicamente pela China, com forte impacto no Brasil até 2010.

O fato é que no Brasil a produtividade está praticamente estagnada desde o final da década de 1970, ou seja, mesmo após ter passado pelo crivo de diferentes orientações econômicas. Trabalhos recentes do IPEA abordaram a trajetória da

produtividade com distintas metodologias de aferição e reafirmaram os sinais emitidos por uma economia que não dá conta do ritmo da demanda, que vê a retração da indústria e a perda de espaço no comércio internacional e que responde apenas por espasmos aos estímulos de crescimento (cf. DE NEGRI; CAVALCANTE, 2014, v. 1).

Efeitos desse crônico mal-estar se manifestaram mesmo nos breves intervalos de crescimento, que contou com apoio apenas marginal da produtividade. Majoritariamente, o bom desempenho brasileiro se deu sustentado pelo aumento da força de trabalho ocupada, ou seja, por uma maior participação de trabalhadores no mercado de trabalho.

As alternativas para quebrar essa continuidade viciosa nem sempre são claras. Para além das distorções geradas pelo debate público contaminado pela crise, o importante é que as pesquisas mais sérias sobre o que deflagra a recuperação do crescimento não são conclusivas. A incerteza é semelhante quando se trata de definir o que os governos podem fazer para interferir positivamente em situações de estagnação – as falas mais frequentes apontam o que os governantes não devem fazer e, em geral, ocorrem *post factum*.

Certamente nossas dificuldades residem na frágil infraestrutura, nos desequilíbrios do sistema tributário e nos baixos índices de concorrência que marcam a economia. É o que nos ajuda a entender a participação declinante do Brasil no comércio internacional e a pálida ligação do sistema produtivo às correntes mais dinâmicas que movem a economia global. A crise e o baixo nível de investimento completam o quadro de variáveis-chave que explicam nossa baixa produtividade.

No entanto, décadas de estagnação orientam nosso olhar para dimensões subestimadas (ou mesmo esquecidas) ao longo do tempo, dadas as dificuldades de sua adequação aos modelos que norteiam o discurso econômico mais corrente.

Produtividade ganha sentido pleno quando relacionada ao trabalho mais inteligente, ou seja, mais embebido de conhecimento. Precisamente porque é somente a elevação das habilidades de quem trabalha que permite a integração mais equilibrada entre as pessoas, ideias, tecnologia e modelos de produção mais avançados. Esse processo que dá concretude ao conhecimento e o faz capaz de movimentar os mecanismos da economia atende pelo nome de inovação. E a capacidade de incorporar, adaptar e produzir inovações de modo ininterrupto é fundamental para viabilizar ganhos crescentes de eficiência na atividade econômica. É a debilidade dessa dinâmica que mais castiga a economia brasileira.

O sentido integral desse diagnóstico nos leva a conclusões capazes de orientar as políticas públicas: o Brasil precisa priorizar e concentrar esforços e recursos

para consolidar uma cultura de inovação em todas as dimensões da atividade econômica. Por isso mesmo, a elevação do patamar de pesquisa e desenvolvimento (P&D) das empresas e a busca obstinada da diminuição do *gap* que separa nossa economia da dos países que produzem na fronteira do conhecimento são os únicos caminhos que levam à reversão da trajetória de baixo desempenho.

Sem esse esforço, que exige cooperação entre os setores público e privado, não haverá alteração profunda da estrutura produtiva, condição para sustentar ciclos longos de elevação da produtividade. O tamanho do desafio recomenda a decisão estratégica de concentrar as atenções e o investimento de nossos limitados recursos em educação, ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Sem a estabilidade dada por políticas de longa duração, dificilmente essa concentração de esforços apresentará os resultados esperados. Miopia política e Educação, CT&I são incompatíveis.

MAS O QUE FAZER EM TEMPOS DIFÍCEIS?

Por mais paradoxal que possa parecer, os momentos de crise são os mais apropriados para se evitar a diluição da centralidade que a Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) têm para países como o nosso.

Muitos países avançados – e também nossos concorrentes mais diretos, como Índia, China, África do Sul e outros – preparam-se aceleradamente para participar da próxima onda que anuncia uma revolução no modo de produção industrial. Esse futuro acena com uma indústria avançada, que se caracteriza por maior dependência das tecnologias de informação e comunicação, pelo uso de equipamentos e máquinas mais conectados em redes (inclusive robôs) e pela operação de quantidades de informações em volume muito superior ao que estamos acostumados nos dias de hoje (*big data*).

Esses novos conceitos derivam de outros ainda nem tão familiares para muitos de nós, como o da internet das coisas e o da comunicação máquina-máquina, que se baseiam na lógica da conexão de dispositivos e troca de informação entre diferentes componentes e sistemas. Países como Estados Unidos e Alemanha investem prioritariamente nessas tecnologias, buscando redução de custos e do tempo de produção, menor consumo de energia, maior segurança aos trabalhadores, entre outros benefícios. Trata-se de novas modalidades de organização da produção, que elevam a qualidade e a eficiência da indústria, extrapolam o mundo fabril e apontam para novas dimensões de consumo, de cultura e de sociabilidade. O Brasil, que já perdeu o bonde da microeletrônica e das tecnologias de informação e comunicação, não deve fechar os olhos para essas novas tendências. Não por

qualquer modismo, mas pela necessidade de promover uma reviravolta em seu sistema produtivo.

As janelas de oportunidade para os países em desenvolvimento fecham-se mais a cada dia. A concorrência por custo, qualidade e salário, com enormes sacrifícios para a população, está com seus dias contados. A revolução em curso no universo da produção, com impactos diretos no mercado de trabalho – modificando profissões, transformando ocupações e aumentando a concorrência entre trabalhadores e a desigualdade entre os mais e os menos qualificados –, é fonte ainda de maior instabilidade para as sociedades.

As ameaças concretas aos avanços sociais alcançados no Brasil nos últimos anos certamente serão amplificadas se nossa economia não conseguir acompanhar o ritmo da evolução produtiva.

É razoável afirmar que, nos anos 2000, o Brasil começou a escrever um novo capítulo de sua história. Dessa vez, marcado por políticas combinadas de crescimento econômico e distribuição de renda. Um novo padrão de desenvolvimento começou a se configurar. Na agenda implementada, a ideia de um novo ativismo de Estado combinou-se com uma colaboração e diálogo estreito com o meio empresarial e os mercados. Os esforços pela educação de qualidade e as políticas de inovação que começaram a tomar corpo expressavam essa preocupação. Desde então, registraram-se avanços importantes no ambiente brasileiro, que se tornou mais amigável à inovação, com novos instrumentos e programas. Mas políticas desse perfil exigem tempo e estabilidade para sua maturação. O acúmulo de equívocos na condução da economia e as incertezas que se avolumaram na Educação, CT&I colocam em risco uma série de avanços sociais importantes.

DESAFIOS E CONQUISTAS

Não há caminho fácil nem atalhos para o desenvolvimento dos países. Ainda mais quando o ritmo de recuperação da economia mundial é baixo ou mesmo inexistente em algumas regiões. No Brasil, a crise política associada à queda aguda da atividade econômica expõe problemas estruturais que, certamente, inibirão ainda mais o investimento e ensejarão um reordenamento rigoroso da aplicação dos recursos públicos. No entanto, a história de vários países ensina que nos momentos de crise é que não se pode diluir o foco necessário que Educação, CT&I devem ter.

As nações que avançaram ao longo do tempo deram especial atenção às pessoas, à sua educação e à ciência e tecnologia, mesmo em tempos difíceis. Investir sistematicamente em gente, na geração de conhecimento e em tecnologia é o que torna

uma nação mais rica. É o que importa para milhões de pessoas que depositam esperanças nos próximos capítulos de prosperidade.

Finlândia, Coreia do Sul e Estados Unidos são exemplos de alguns países que priorizaram políticas de CT&I em momentos de crise. Configuraram-se, de fato, como ferramentas para acelerar mudanças na economia, para a retomada do crescimento e, fundamentalmente, prepararam esses países para garantir e ampliar seu posicionamento na competição entre as nações no período pós-crise.

Na primeira metade dos anos 1990, a Finlândia mergulhou em profunda recessão. Em um intervalo de apenas quatro anos, a produção encolheu 10% e o desemprego quadruplicou, atingindo mais de 15% da força de trabalho (OECD, 2009). Para superar as dificuldades da economia, o governo combinou medidas tradicionais – como aumento de impostos e corte de gastos para viabilizar o ajuste fiscal – com o incremento do investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), assim como em educação e infraestrutura. O resultado alcançado foi a duplicação do número de ingressantes no ensino superior e a multiplicação por quatro do número de novos alunos nas escolas politécnicas.

Essa agenda, cuidadosamente discutida com a sociedade, permitiu ao país sair da crise com uma economia maior e mais forte do que antes, com uma atividade mais complexa e diversificada, muito mais intensiva em tecnologia e conhecimento do que no período pré-crise. Na Finlândia, o destaque para as tecnologias de informação e comunicação deu novo dinamismo e elevou a competitividade de todo o país, como registrado no *ranking* elaborado pelo Fórum Econômico Mundial em 2005 e 2006 (ARBIX; VARON, 2009).

A experiência coreana também demonstra como uma boa gestão de períodos adversos pode acelerar ajustes estruturais (OECD, 2009). A crise que atingiu a Coreia do Sul no final dos anos 1990 causou queda no emprego de profissionais qualificados e nos investimentos privados em P&D. Como ocorrera na Finlândia, a resposta do governo foi no sentido de investir em pesquisa, tecnologia e educação. Foram adotadas também medidas para fomentar o desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PMEs) de base tecnológica, tais como melhorias no ambiente regulatório, incentivos fiscais e fundos de apoio à P&D. Essas medidas contribuíram para um aumento exponencial das *startups* e para dobrar sua participação das mesmas nos gastos privados em P&D, de 12%, em 1997, para 24%, em 2006.

Mais recentemente, encontramos nas iniciativas implementadas pelos Estados Unidos após a crise financeira de 2007-8 uma preocupação semelhante em implementar políticas de ciência e tecnologia como alavanca para a recuperação econômica. O *American Recovery and Reinvestment Act* (WHITE HOUSE, 2010),

aprovado pelo governo Barack Obama em 2009, estabeleceu diretrizes para o crescimento de longo prazo e alocou cerca de US\$ 700 bilhões para serem investidos na economia. Parte desse montante, cerca de US\$ 100 bilhões, foi destinada para programas de fomento à inovação. Nesse caso, as linhas mestras para a atuação do Estado foram apresentadas na *Strategy for American Innovation*, que destacou, entre outras medidas necessárias, o apoio à pesquisa básica, recursos humanos e infraestrutura, e a prioridade aos investimentos em energia limpa e saúde.

Inovação é a chave para a competitividade global, para a criação de novos e melhores empregos, para o fortalecimento da economia e a realização de objetivos nacionais essenciais. Essa estratégia é necessária para orientar a atuação de fundos governamentais e decisões regulatórias de modo a aproveitar as oportunidades abertas pela inovação (NATIONAL ECONOMIC COUNCIL, 2009).

A *Strategy for American Innovation* já passou por duas atualizações, em 2011 e em 2015, tendo sido reafirmados os principais compromissos de sua primeira versão, como o fomento ao desenvolvimento tecnológico e os investimentos em educação, com ênfase nas engenharias, ciências e matemática. Essa estratégia contribuiu decisivamente para o aumento observado nos investimentos em P&D, de US\$ 59 bilhões para US\$ 68 bilhões, entre 2008 e 2014 (OECD, 2014, p. 444).

Mais ainda, a partir dessa iniciativa, outros programas foram criados pelo governo para fortalecer a trajetória de inovação nas empresas, como o *National Network for Manufacturing Innovation* (NNMI), cujo objetivo central, inspirado na experiência dos Fraunhofer-Gesellschaft, da Alemanha, é apoiar parcerias entre universidades e empresas para o desenvolvimento de pesquisa aplicada, com vistas a solucionar problemas relevantes da indústria. O NNMI foi anunciado em 2012, com dotação orçamentária de US\$ 1 bilhão ao longo de dez anos. Desde então, já foram estabelecidas redes de pesquisa envolvendo dezenas de institutos para dedicarem-se ao desenvolvimento avançado da manufatura aditiva, novos materiais, fotônica e semicondutores, entre outros temas.

O Brasil tem muito a aprender com essas experiências. Se todos reconhecem que o caminho pela frente é longo, e que há muito por fazer, é flagrante também que o país ingressou nos últimos 15 anos em um novo patamar, a partir do momento em que milhões foram incluídos em um movimento virtuoso de crescimento econômico com inclusão. Desde 2001 há uma diminuição sistemática da diferença entre os rendimentos dos mais pobres e os dos mais ricos, o que resultou em um coeficiente de Gini de 0,51, em 2014, o mais baixo da história. Segundo Paes de

Barros (2014), todas as faixas de renda beneficiaram-se do crescimento econômico, mas em especial as camadas mais carentes: entre os 10% mais pobres, a renda cresceu 7,3% ao ano, o equivalente a três vezes mais que a dos 10% mais ricos.

As conquistas no combate à desigualdade também foram expressas no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), combinação de indicadores de educação, longevidade e renda. Comparando dois cenários, ano de 2000 e de 2010, é notável a diminuição do número de municípios com IDH muito baixo, em todas as regiões do país – em 2000, mais 70% dos municípios estavam nas faixas de muito baixo e baixo Desenvolvimento Humano, ao passo que em 2010 essa proporção caiu para 25% (PNUD, 2013; PAES DE BARROS, 2014). Particularmente, chama a atenção a melhoria do indicador nas regiões Norte e Nordeste, historicamente mais castigadas pela extrema pobreza e pelo baixo desenvolvimento social, tendo sido, por essas mesmas razões, alvo de importantes ações governamentais, como o programa Bolsa Família. Fica claro, portanto, que experimentamos uma diminuição das disparidades entre o Norte e o Sul do país.

Ao mesmo tempo, essa alteração na pirâmide social pressionou (e continua pressionando) as políticas públicas em todos os níveis. Exatamente por isso, apesar de toda turbulência atual, é fundamental recusar as visões de curto prazo e reconhecer nessas mudanças o legado mais benigno dos últimos anos, pois apontam um caminho para o país equacionar problemas históricos de seu desenvolvimento.

As atenções e foco em educação, ciência e tecnologia, tanto em volume quanto em qualidade, devem obedecer à mesma lógica, na medida em que fazem parte do nosso passaporte para o futuro. Quanto mais avançada for a produção científica e tecnológica e quanto mais preparados estiverem nossos pesquisadores, maior será a possibilidade de se aumentar a capacidade inovadora das empresas. Na mesma chave, quanto mais educada e qualificada for nossa população, maiores serão as chances de renovação e evolução da estrutura social brasileira.

OS AVANÇOS EM CT&I

A IV Conferência Nacional de CT&I, realizada em 2010, apontou as diretrizes fundamentais que deveriam nortear nossa atividade de pesquisa: (i) Redução das desigualdades regionais e sociais; (ii) Exploração sustentável das riquezas do território nacional; (iii) Fortalecimento das empresas, agregando valor à produção e à exportação através da inovação; (iv) Reforço do protagonismo internacional do país em C&T.

É reconhecido que o esforço para viabilizar um salto da CT&I no Brasil é complexo, recusa respostas únicas, assim como soluções de curto prazo. Mas a trajetória da pesquisa brasileira nos últimos anos, sua aproximação e convívio com centros internacionais que atuam na fronteira do conhecimento, permitem que o Brasil acelere o passo para fazer CT&I de classe mundial.

Para o desenvolvimento da sociedade brasileira, é essencial que nossa CT&I seja pautada pela busca por maior impacto, tanto na própria dimensão do conhecimento científico, quanto no âmbito social e econômico, de modo que seus resultados sejam apropriados por todas as camadas sociais.

Para tanto, ainda são válidas as recomendações da Conferência, no sentido de: (i) Consolidar o Sistema Nacional de C&T; (ii) Formar profissionais adequados nos níveis médio e superior; (iii) Dominar as tecnologias estratégicas para o desenvolvimento nacional; (iv) Aumentar o contingente de pesquisadores nas diversas áreas de C&T; (v) Melhorar a qualidade da educação em todos os níveis: revolução na educação; e (vi) Usar CT&I para o desenvolvimento social.

O exame das potencialidades da C&T brasileiras, o grau de maturidade alcançado e a qualidade dos recursos humanos acumulada sugerem que é possível elevar significativamente o padrão da nossa produção científica nos marcos de uma geração.

O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, apesar de sua juventude, ganhou estatura e se fortaleceu rapidamente nos últimos 15 anos. Porém, ainda tem dificuldades para ganhar escala, desenvoltura e formar talentos na medida exigida pelas necessidades que o país tem para se desenvolver. Em que pese sua descentralização e desconcentração (assim como o recente suporte das Fundações de Amparo que atuam em praticamente todos os estados do país), as agências de fomento, com seus mecanismos de apoio e financiamento, o rol de instrumentos, assim como sua infraestrutura de pesquisa, mostram-se insuficientes para atender a demanda atual e muito aquém do necessário para viabilizar uma elevação de patamar da produção científica e tecnológica brasileira. Nesses termos, é adequado o diagnóstico da Academia Brasileira de Ciências (ABC):

É preciso reconhecer que, não obstante os grandes avanços da ciência brasileira nas últimas décadas, o Brasil ainda segue, com raras exceções, a agenda internacional de pesquisa, o que cerceia sua liderança internacional. É necessário assim alcançar um novo patamar de desenvolvimento científico e tecnológico, em que o país seja proativo na formatação de agendas internacionais de pesquisa, na ciência básica e na inovação tecnológica (ABC, 2014, p. 3).

Com efeito, apesar do crescimento, se mantido o padrão dos investimentos em CT&I realizados nas últimas décadas, dificilmente o Brasil conseguirá acompanhar o ritmo de expansão da fronteira da ciência e da tecnologia mundial. Os dados da OCDE e do Eurostat mostram que, em meados da década de 2000, os investimentos empresariais como proporção do PIB cresceram na China a uma taxa de 23% e nos Estados Unidos cresceram a uma taxa de 12%. O crescimento do investimento empresarial em P&D como proporção do PIB no Brasil cresceu a uma taxa menor, cerca de 9% (DE NEGRI, 2015). Embora essa taxa fique próxima a de alguns países europeus, a escala e a qualidade de investimento em P&D empresarial desses países é significativamente maior do que no nosso país. O problema a ser enfrentado é que, se for mantido o atual patamar de investimento, o Brasil não conseguirá reduzir a distância que separa nossa CT&I da dos países mais desenvolvidos.

Entre 2000 e 2013, os dispêndios em P&D no Brasil tiveram um crescimento de 84%. Para acompanhar o esforço que a China fez, por exemplo, o crescimento real teria que ser no mínimo o dobro do que foi realizado. Este crescimento foi mais intenso nos gastos do governo federal (133%) e menor nos do setor empresarial (61%) e dos governos estaduais (60%). Em termos relativos, considerando-se os dispêndios em P&D em relação ao PIB, foi observado um crescimento real de 17% no período, passando de 1,04% do PIB (em 2000) para 1,24% (em 2013) (MCTI, 2015). Para um país das dimensões do Brasil, seria necessário que os investimentos em P&D atingissem no mínimo 2% como proporção do PIB no final desta década, o que dificilmente ocorrerá.

Apesar de dotado de um arcabouço institucional relativamente moderno quando comparado às melhores práticas mundiais, o investimento em P&D no Brasil, como proporção do PIB, não mudou de patamar na última década. O Gráfico 1 mostra que o Brasil continua muito distante da fronteira de investimento em P&D do mundo, e não há uma tendência de convergência desses investimentos, principalmente quando comparados aos esforços de países como Estados Unidos e Alemanha. O quadro brasileiro se reproduz, apesar de diferenças, em praticamente todos os países em desenvolvimento.

Os exemplos internacionais mostram que esse quadro pode ser alterado de forma significativa pela adoção de medidas de forte impacto pelo Estado e pelo setor privado. As experiências como as da Coreia do Sul e da China registram pontos de inflexão importantes no seu esforço de investimento em P&D, desde os anos 2000, cujos resultados permitiram reverter, ainda que parcialmente, a tendência de seu histórico afastamento da fronteira mundial.

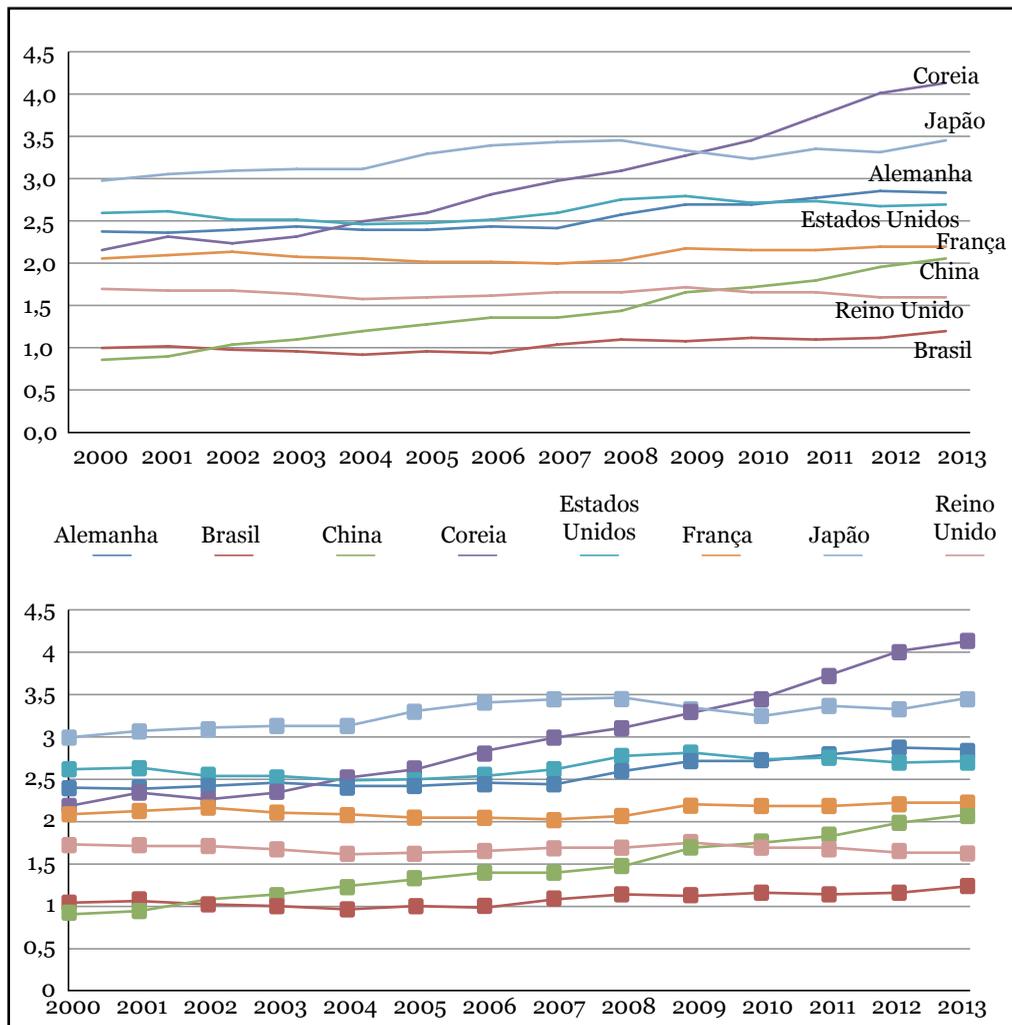


Gráfico 1. Dispendios em P&D em relação ao PIB (2000-2013, em%). Fonte: MCTI. Elaboração própria.

No que tange à produção científica nacional, na última década o crescimento foi extremamente significativo. Em números absolutos, entre 2000 e 2014 o número de artigos de pesquisadores brasileiros publicados em periódicos indexados internacionalmente quadruplicou (passando de 13.943 para 59.736 artigos). Em 2000, o Brasil ocupava a 17^a posição em relação à produção científica mundial e respondia por 0,76% dos artigos publicados em periódicos internacionais. Em 2006, o país passa para a 15^a posição (com 1,71% da produção mundial) e, em 2014, para a 13^a posição (respondendo por 2,29% da produção científica mundial). Em número de citações, porém, o país ainda precisa avançar, pois o impacto da produção tem evoluído de forma menos proeminente.

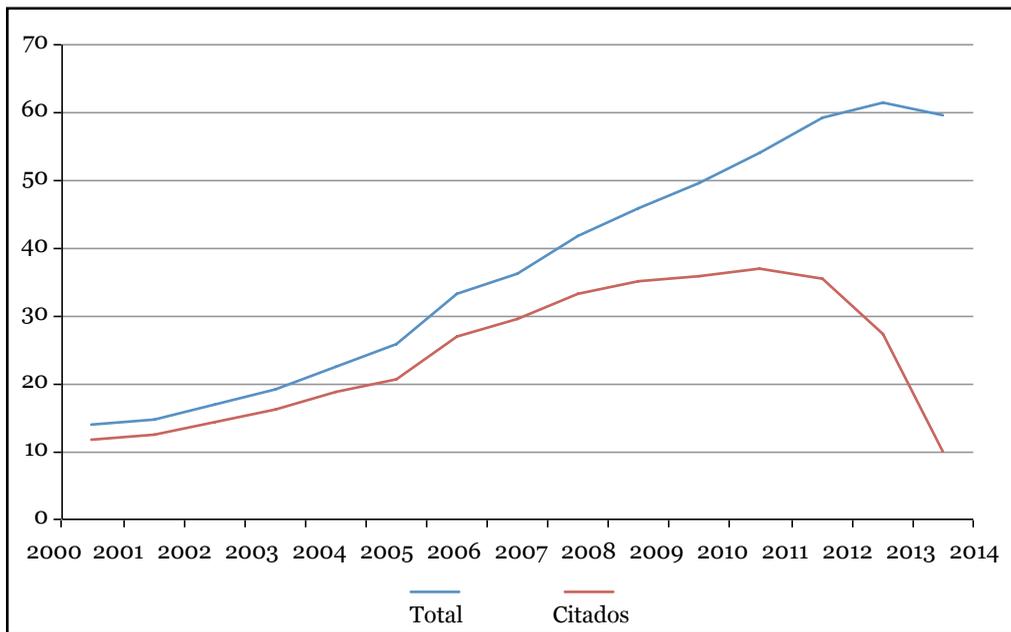


Gráfico 2. Número de Artigos e Citações (2000-2014). Fonte: Baseado no SCImago Journal & Country Rank. Elaboração própria.

No período de 2000 a 2014, os pedidos de patente junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) passaram de 20.854 em 2000, para 23.152 em 2006 e 34.050¹ em 2014. O crescimento é de 63% no período de 2000 a 2014 e muito inferior ao registrado na produção científica. O depósito feito por residentes no país teve desempenho ainda pior, com crescimento de apenas 24% (7.974/6.449), muito inferior ao crescimento da produção científica (328%).

Deve ser ressaltado que em 2008 o Brasil ultrapassou 160 publicações por milhão de habitantes de acordo com a base Web Of Science. Este é um indicativo relevante da massa crítica necessária para o desenvolvimento científico e tecnológico. Este limiar é, entretanto, móvel e crescente no mundo. No caso do Brasil, ainda permanece forte desconexão entre a produção científica e a tecnológica. Na China, por exemplo, o número de pedidos de patentes tem crescimento percentual maior que a publicação de artigos, no período de 1996 a 2012.

¹ Dados preliminares.

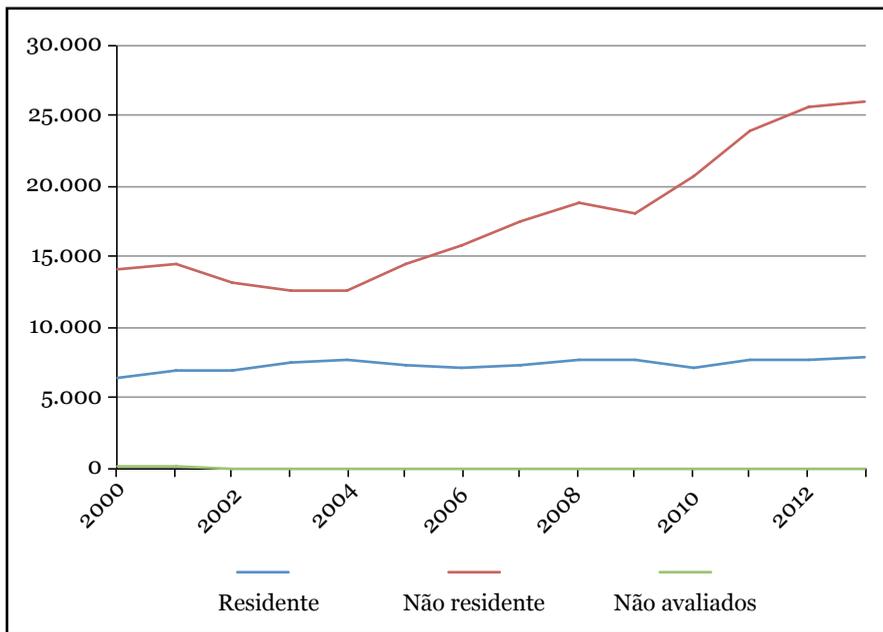


Gráfico 3. Pedidos de patentes depositados no INPI (por origem do depositante, 2000-2013). Fonte: MCTI. Elaboração própria².

O Brasil está em uma posição intermediária em relação ao mundo quando são olhados conjuntamente indicadores de pesquisadores/mil habitantes, gastos em P&D como proporção do PIB e escala de P&D (OECD, 2015). Isso significa que é possível incentivar a ambição da CT&I no Brasil para impulsionar a produtividade e continuar o processo de distribuição de renda. Vale ressaltar que ainda é relativamente baixa a participação do setor empresarial nos esforços de P&D no Brasil.

Mesmo com o crescimento acelerado do MCTI (que viu o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT – multiplicar por 20 seus recursos nos últimos 10 anos) e a entrada de novos personagens com peso no mundo da pesquisa científica (como os Ministérios da Defesa, da Agricultura, da Educação e da Saúde, dentre outros), o conjunto do sistema ainda opera muito abaixo do necessário e sem estabilidade, ressentindo-se da falta de previsibilidade para o fluxo de recursos capazes de alimentar os equipamentos instalados, adquirir outros ou de formar e absorver os novos pesquisadores titulados anualmente. Algumas projeções indicam que se não elevarmos o padrão, alcançaremos a média atual dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2036.

² Não avaliados por não identificação do 1º depositante ou da origem do 1º depositante.

POR INICIATIVAS MAIS ROBUSTAS E TRANSFORMADORAS

É reconhecida a relação íntima que existe entre as dimensões e desempenho da comunidade acadêmica e os indicadores de desenvolvimento econômico e social dos países. Como mostrado anteriormente, no Brasil, apesar dos avanços significativos, é urgente a elevação do número de pesquisadores, da qualidade da pesquisa científica, dos instrumentos voltados para o apoio da Ciência e dos recursos envolvidos.

A Ciência brasileira precisa crescer rapidamente, em estreita relação com as redes globais de produção de conhecimento novo, e em sintonia ampla com o esforço que faz o Brasil para melhorar a qualidade de vida de sua população e o grau de civilização de sua sociedade. Dentre as inúmeras propostas registradas pela IV Conferência – e referendadas pela Estratégia Nacional de CT&I (MCTI, 2010) – ganham destaque:

- Aumento dos investimentos em cooperação internacional;
- Programa especial, em bases competitivas, para apoiar planos de excelência das instituições de pesquisa e universidades, com o objetivo de situá-las entre as melhores do mundo;
- Criação de centros de pesquisa ambiciosos, coordenados com universidades e redes de pesquisa – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT's);
- Amplo programa de *brain gain*, de modo a promover mecanismos de absorção de pesquisadores estrangeiros.

Com seu amadurecimento, o sistema nacional de pesquisa passou a sofrer, a um só tempo, intensa pressão por talentos, projetos e estratégias de longo alcance, assim como por recursos estáveis. Nesse sentido, as propostas que visam potencializar o atual modo de produção nacional de C&TI devem ser capazes de atuar, simultaneamente, em quatro aspectos críticos que constituem a base de um sistema de produção de conhecimento e inovação:

- Infraestrutura
- Fomento
- Recursos humanos qualificados
- Inovação

Sem a extensão e consolidação permanente dessas múltiplas dimensões, que são essenciais para a produção científica e tecnológica de qualidade, fortes desequilíbrios irão comprometer todo o sistema. É a articulação dessas dimensões que permite maximizar os investimentos feitos em laboratórios e equipamentos, desenhar e implementar novas modalidades de apoio, executar programas para fortalecer elos mais frágeis, incorporar novas gerações de pesquisadores e incentivar a busca de patentes, de licenciamentos e de resultados claros para a economia e a sociedade.

Nessa direção, como anunciado pela IV Conferência Nacional de C&T, é essencial para o país a ênfase:

- i) na extensão e aprofundamento da qualificação de pesquisadores, em seus múltiplos níveis e modalidades, e na sua absorção pelas instituições científicas, pela sociedade e pelo setor econômico;
- ii) na superação da instabilidade de recursos para viabilizar programas de formação sistêmica de pesquisadores e a ampliação do parque de equipamentos instalado;
- iii) no estímulo à formação de redes e à cooperação com base em laboratórios multiusuários e transdisciplinares, articulados por núcleos de competências sólidos e de classe mundial;
- iv) no aprofundamento da internacionalização da nossa produção científica e tecnológica;
- v) na execução de programas voltados para intensificar a articulação com empresas, de modo a gerar tecnologia e inovação;
- vi) na busca por maior impacto da produção científica e tecnológica nacional, quer em termos de uma ciência de classe mundial, capaz de contribuir significativamente para o avanço do conhecimento, quer em termos de melhoria da qualidade de vida de nossa população, quer em termos de maior competitividade e melhor inserção internacional de nosso sistema produtivo; e, como resultado do esforço de anos;
- vii) na concentração de esforços materiais e humanos em áreas-chave para diminuir a distância que nos separa da geração de conhecimento na fronteira da Ciência e da Tecnologia mundial.

O Brasil necessita dar um novo e ousado passo, que ganhará maior relevância e significado quanto mais for marcado pela preocupação básica de manter ativo e saudável todo um sistema capaz de atrair e manter seus talentos, com o objetivo

permanente de gerar impactos relevantes para toda a sociedade. Sabemos que a C&T brasileiras sofrem pressões tanto da produção estruturada dos países desenvolvidos, quanto do rápido avanço de muitos países emergentes que, em vários domínios, já conseguem atuar nas fronteiras do conhecimento. Por isso, precisamos urgentemente avançar.

É preciso implementar programas capazes de atrair cérebros do exterior, completar a infraestrutura científica nacional, dotar o país de grandes e novos centros de pesquisa e dar oportunidade a milhões de estudantes e pesquisadores para gerar a Ciência e a Tecnologia de que tanto precisamos.

Somente um plano com prioridades claras será capaz de superar a pulverização atual do investimento e estimular toda uma nova geração de pesquisadores e cientistas. A experiência internacional e os avanços no Brasil permitem-nos afirmar que é possível, em uma geração, colocar o Brasil na fronteira do conhecimento em áreas críticas como Energia e Sistemas Ambientais, Biotecnologia, Inteligência Artificial e Robótica, Nanotecnologia e Manufatura Digital, Redes e Sistemas de Computação, Medicina e Neurociências, e Aeroespacial. Em torno desses campos de pesquisa é possível mudar estruturalmente nossa CT&I, de modo a alimentar (e ser alimentada) por uma economia e um ambiente inovador de que tanto necessitamos.

OS CAMINHOS DA INOVAÇÃO

Tornou-se quase um mantra no Brasil dos últimos anos afirmar que não há nem haverá país forte sem uma indústria forte. Uma indústria capaz de competir no cenário internacional e de oferecer bens e empregos de qualidade, que ajude a elevar a produtividade e a sustentar o crescimento da nossa economia. As chamadas políticas industriais buscaram exatamente esse fortalecimento. Com foco na inovação e na tecnologia, se dispuseram a elevar o patamar da nossa indústria, diversificar, modernizar e globalizar o sistema produtivo de modo a aumentar de forma consistente a produtividade da economia.

A retomada das políticas de inovação em 2004, após um quase exílio de mais de 25 anos, esteve longe de ser tranquila. Não somente pela controvérsia que suscitaram, mas também pelas resistências no meio empresarial, acadêmico e mesmo no interior das instituições públicas e órgãos de governo.

O lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) estimulou um vivo debate dentro e fora do ambiente público naquele começo de século. E permitiu que a debilidade e mesmo o despreparo da máquina

estatal brasileira e de grande parte dos agentes econômicos privados se tornasse flagrante desde os primeiros passos na direção de políticas que ajudassem na superação de deformações estruturais profundas.

Não se tratava apenas de recuperar ou retomar o fio de continuidade de uma linhagem de políticas industriais que haviam florescido no período do nacional desenvolvimentismo. As políticas industriais contemporâneas, se quiserem ser efetivas, precisam apresentar-se claramente como distintas das anteriores. Não somente porque o funcionamento da economia mostra-se muito diferente dos anos 1950, 1960 e 1970. Mas, fundamentalmente, porque o Brasil é outro. É um país democrático e muito mais poroso às novas tendências internacionais, em que os fluxos de conhecimento passaram a fazer parte de sistemas produtivos em constante mudança.

No início dos anos 2000, tratava-se, como hoje, do desafio de elaborar políticas para um ambiente mais complexo, com atores novos, condicionantes inéditos e nem sempre bem conhecidos, em meio a cadeias de valor globais que inexistiam no período anterior, em que o rápido crescimento da nossa economia era fruto do esforço da industrialização. O Brasil conseguiu criar um parque industrial heterogêneo, diversificado e articulado. O passo seguinte, o da sofisticação, da qualidade, da tecnologia, inovação e alta produtividade, configurou-se como um alvo ainda distante, que permanece ainda sem desenlace positivo desde o esgotamento do desenvolvimentismo.

Em 2004, o mundo industrial precisava de um choque de inovação. Hoje, mais de dez anos depois, esse desafio continua presente. Novas instituições surgiram. Leis de impacto, que viabilizaram novas iniciativas para transformar nossa indústria. E também muitas mentes, impregnadas por uma cultura mais aberta à inovação e ao desenvolvimento tecnológico. E isso apesar da insegurança e instabilidade de muitas políticas governamentais que, muitas vezes, tendem a retomar componentes do velho protecionismo e secundarizar os programas de inovação.

Essa foi a marca da Brasil Maior, em que políticas horizontais se sobrepuseram às de inovação, e desoneraram setores industriais inteiros, de forma regressiva, uma vez que os incentivos subsidiaram mais as empresas menos inovadoras.

A indústria não pode mais se contentar com mudanças cosméticas. A obrigatória disputa pelo mercado internacional exigirá que as empresas reorientem suas estratégias de modo a acompanhar a revolução da manufatura que avança pelo mundo. Para isso, mais do que nunca, o Brasil precisa avançar rumo a uma economia amigável à inovação.

A redução da atividade econômica desde 2010 dificultou a ampliação das políticas de inovação e ameaça concretamente sua continuidade nos dias de hoje. O resultado é que a distância em relação aos países mais avançados voltou a aumentar. Se não corrigir a rota, de modo a ajudar a indústria a se reinventar, a ciência e a tecnologia a desabrocharem e a inovação a se enraizar no coração das empresas, o Brasil corre o risco de estagnar nas margens do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. *POR UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA CIÊNCIA, Tecnologia e Inovação*: contribuições da ABC para os candidatos à Presidência do Brasil. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-5793.pdf>>.
- ARBIX, Glauco; VARON, Joana. “Finlândia: o salto para uma economia baseada no conhecimento”. In: ARBIX et al. (Org.). *Estratégias de Inovação em sete países*: EUA, Canadá, Irlanda, França, Reino Unido, Finlândia e Japão. Brasília: ABDI, 2009. p. 156-185. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/MOBITnovofinal.pdf>>.
- DE NEGRI, Fernanda; CAVALCANTE, Luiz Ricardo (Org.). *Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes*. Brasília: Ipea, 2014, v. 1.
- DE NEGRI, João. “Avançar ou avançar na política de inovação”. In: BARBOSA et al. (Org.). *Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2015.
- MCTI. *Nota Informativa sobre Evolução dos dispêndios nacionais em C&T e P&D no período 2000 A 2013*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0237/237332.pdf>.
- _____. *Consolidação das recomendações da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável; Conferências nacional, regionais e estaduais e Fórum Municipal de C,T&I*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia / Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.
- NATIONAL ECONOMIC COUNCIL. *A Strategy for American Innovation: Driving Towards Sustainable Growth and Quality Jobs*. Executive Summary. 2009. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/administration/eop/nec/StrategyforAmericanInnovation>>.
- OECD. *OECD SCIENCE, Technology and Industry Scoreboard 2015*. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/science-and-technology/oecd-science-technology-and-industry-scoreboard-2015_sti_scoreboard-2015-en#page1.

- _____. *United States. OECD Science, Technology and Industry Outlook 2014*. Paris: OECD Publishing, 2014. Disponível em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/science-and-technology/oecd-science-technology-and-industry-outlook-2014_sti_outlook-2014-en#page1>.
- _____. *Policy Responses to the Economic Crisis: Investing in Innovation for Long-Term Growth*. Paris, 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/sti/42983414.pdf>>.
- PAES DE BARROS, Ricardo. Sobre o processo de desenvolvimento inclusivo no Brasil na última década. *Notas Estratégicas no. 3*. Brasília: SAE, 2014. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/imprensa/noticia/destaque/sobre-o-processo-de-desenvolvimento-inclusivo-no-brasil-da-ultima-decada/>>.
- PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.
- SCIMAGO JOURNAL & COUNTRY RANK. Disponível em: <<http://www.scimagojr.com/>>.
- WHITE HOUSE. *The Recovery Act: Transforming the American Economy Through Innovation*. 2010. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/uploads/Recovery_Act_Innovation.pdf>.

Recebido para publicação em: 09/10/2015. Aceito para publicação em: 16/11/2015.

O espírito capitalista neoliberal na América Latina: o papel da orientação para o mercado financeiro nas grandes empresas argentinas e brasileiras

The neoliberal spirit of capitalism in Latin America: the role of the financial market orientation in large argentinian and brazilian enterprises

Elizângela Valarini^a, Friederike Elias^b e Markus Pohlmann^c

Tradução de Luiz Carlos Zalaf Caseiro^d

Resumo Este artigo tem como objetivo investigar o estabelecimento de um novo espírito capitalista de cunho neoliberal nas grandes empresas argentinas e brasileiras. O principal aspecto da investigação empírica é verificar se a ação dos executivos argentinos e brasileiros está orientada para o princípio de geração de valor ao acionista, no qual a capitalização da empresa – por meio do mercado financeiro – torna-se atividade comum para a maximização do lucro da empresa. Esta pesquisa está baseada no programa de investigação heurístico de Max Weber a respeito do desenvolvimento do capitalismo moderno, focalizando nos mecanismo de reprodução do espírito capitalista, mas também com referencial teórico na sociologia do conhecimento de Alfred Schutz. Para este texto, foram coletados dados a respeito da trajetória de vida de 224 CEOs e conduzidas 52 entrevistas com Presidentes e Diretores Executivos das 100 maiores indústrias em cada um desses países. A análise da orientação da ação dos executivos industriais argentinos e brasileiros foi realizada por intermédio do método qualitativo de análise do padrão interpretativo coletivo.

Palavras-Chave Novo Espírito do Capitalismo; Espírito Neoliberal; Executivos Argentinos; Executivos Brasileiros; Geração de Valor ao Acionista; Orientação da Ação.

-
- a Elizangela Valarini (elizangela.valarini-seiss@soziologie.uni-heidelberg.de) é doutoranda e pesquisadora do Instituto de Sociologia Max Weber da Universidade de Heidelberg, Alemanha.
- b Friederike Elias (friederike.elias@soziologie.uni-heidelberg.de) é doutoranda e pesquisadora do Instituto de Sociologia Max Weber da Universidade de Heidelberg, Alemanha.
- c Markus Pohlmann (markus.pohlmann@soziologie.uni-heidelberg.de) é Professor de Sociologia na Universidade de Heidelberg, Alemanha.
- d Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP).

Abstract *The aim of this article is to investigate the establishment of a new capitalist spirit of neoliberal nature in the Argentinian and Brazilian enterprises. The principal aspect of this empiric investigation is to verify whether Argentinian and Brazilian executives act based on the principle of shareholder value creation, where enterprise capitalization – through financial market – turns into a common activity to maximize enterprise profit. This investigation is based on Max Weber’s heuristic research program related to the development of modern capitalism. It focuses on the reproduction mechanisms of the capitalist spirit but it also contains theoretical references from Alfred Schutz’ sociology of knowledge. For this research, data related to the life trajectory of 224 CEOs were collected and 52 interviews with Presidents and Executive Directors of the 100 biggest enterprises were conducted in both countries. The study of the Argentinian and Brazilian industrial executives action orientation was realized through the qualitative method of collective interpretative pattern analysis.*

Keywords *New Spirit of Capitalism; Neoliberal Spirit; Argentinian Executives; Brazilian Executives; Shareholder Value Creation; Action Orientation.*

1. INTRODUÇÃO

Neoliberalismo é um chavão comumente utilizado para descrever uma nova fase do capitalismo orientada pelo mercado financeiro. Uma grande variedade de consequências está associada ao neoliberalismo. A retração do Estado, as bolhas do mercado financeiro, o avanço dos especuladores sobre as empresas, a economia orientada pela geração de valor para os acionistas – com seus efeitos sobre a força de trabalho e sobre sua precarização –, a difusão da ideia de empreendedorismo, o estabelecimento de concepções a respeito de si, a condução da vida baseada em conceitos de capital humano e assim por diante. “Nos últimos vinte anos ou mais, o conceito se tornou um tipo de exortação em muitos debates políticos e acadêmicos. Foi especialmente o caso de autores que utilizaram o conceito para descrever o que eles consideravam como propagação lamentável do consumismo e do capitalismo global, bem como de uma destruição considerável do estado de bem-estar social” (THORSEN & LIE, 2006, p. 2). Para alguns, o desenvolvimento do neoliberalismo é como abrir uma Caixa de Pandora; para outros, é como dar um passo em direção a um mundo mais liberal e de mais liberdade.

Uma grande parte da literatura latino-americana reflete essa variedade de definições sobre o neoliberalismo. Para a maioria dela, é bastante natural que

o neoliberalismo tenha criado raízes na América Latina, sendo o caminho mais natural para compreender e criticar o desenvolvimento dessas economias.

Neste artigo, não temos como pretensão investigar os traços filosóficos e culturais que sustentam a ideia genérica do neoliberalismo como nova fase do capitalismo. Por seu uso vago e pejorativo, não há uma maneira científica de provar se essa noção é ou não adequada para descrever o desenvolvimento latino-americano. Em vez disso, colocamos uma questão mais específica: o espírito dos dirigentes das grandes empresas, que são as forças motrizes do desenvolvimento nas maiores economias da América Latina, é neoliberal e orientado pelo mercado financeiro? Para investigar empiricamente tal questão, perguntamos se e como a liberalização dos mercados financeiros teve impacto sobre as grandes empresas latino-americanas. As mudanças regulatórias nos sistemas de negócios do Brasil e da Argentina levaram a uma transformação neoliberal das grandes empresas nessas economias?

De acordo com a literatura recente sobre o Brasil e a Argentina, o período de reestruturação neoliberal foi seguido por um período de ascensão de estados “neodesenvolvimentistas” (BRESSER-PEREIRA & THEUER, 2012). Nessa nova fase, os mercados financeiros ainda manteriam sua forma neoliberal (Cf. EBENAU & LIBERATORE, 2013; CYPHER, 2014; ARAÚJO, BRUNO & PIMENTEL, 2012; OVERBEEK & VAN APeldoorn, 2012). Concentrando-nos nas reformas na governança corporativa, perguntamos se as políticas de liberalização econômica das últimas duas décadas levaram a uma mudança institucional nas grandes empresas. Estariam as grandes empresas e seus novos gestores agindo em favor da maximização da geração de valor ao acionista, em detrimento dos demais agentes envolvidos? Estariam sendo tomadas providências para proteger acionistas minoritários, encorajar padrões internacionais de contabilidade, promover diretores independentes, desfazer a propriedade cruzada de ações e permitir aquisições e fusões hostis – todas essas práticas tomadas muitas vezes como elementos de um único processo de “liberalização” que mina “economias de mercado coordenadas”? (HALL & THELEN 2009: 23).

Até o momento, não está claro qual o impacto dessas reformas sobre a orientação das empresas para o princípio de geração de valor ao acionista no Brasil e na Argentina. Por um lado, a ascensão de opções de ações para remuneração dos executivos é compreendida como argumento de incentivo e punição [*carrot and stick*], que atrai os gestores para um processo de abertura de suas empresas e que é orientado pelo princípio de geração de valor ao acionista. Por outro, como Hall e Thelen apontam, o enredo fica incompleto sem a punição.

Se as aquisições hostis tornarem-se característica proeminente dessas economias, os investidores teriam uma forma de reafirmar suas preocupações a respeito do ‘princípio de geração de valor ao acionista’ sobre os gestores, que poderiam ser impelidos a desfazer alguns dos arranjos cooperativos com outras partes interessadas, dos quais dependem formas de coordenação estratégica (HALL & THELEN, 2009, p. 23).

Porém, o argumento do incentivo e punição deixa de lado as estratégias ativas das grandes empresas, assim como suas tradições, sistemas de crenças e interesses de lucro aos quais seus gestores aderem. As ações e estratégias dessas grandes empresas não podem ser simplesmente deduzidas das reformas da governança corporativa. Grandes empresas não seguem apenas determinações políticas, mas possuem suas maneiras de se adaptar a políticas reformadoras.

Enquanto algumas políticas públicas são bem recebidas, outras são neutralizadas, ignoradas ou transformadas em algo diferente. Portanto, neste artigo, lidamos com o *pas de deux* que ocorre entre empresas e governos. Concentramo-nos nas grandes empresas, o que raramente é realizado por meio de uma investigação *in loco*. Como a grande empresa responde às diferentes pressões e lida com as movimentações de sua contraparte, o governo? (HALL & THELEN, 2009, p. 16) O texto baseia-se no estudo das 100 maiores empresas industriais na Argentina e no Brasil; portanto, a análise das grandes empresas é restrita às maiores empresas industriais. Foram coletados e processados dados da trajetória de vida de 224 CEOs, conduzidas 52 entrevistas abertas com os CEOs das 100 maiores empresas e analisados os dados corporativos das 200 maiores empresas no Brasil e na Argentina.

Para operacionalizar o impacto da liberalização econômica sobre as grandes empresas, fizemos três perguntas: (a) As reformas institucionais levaram a uma transformação neoliberal dos mercados financeiros? (b) As elites corporativas favorecem uma orientação para a maximização dos ganhos dos acionistas, nos termos de seu “espírito do capitalismo”? E, finalmente, (c) como explicar a mudança, caso essa exista.

Depois de uma breve introdução, na segunda seção deste artigo, sobre a teoria que utilizamos, o estado da arte do debate e a metodologia, a terceira seção trata do contexto histórico e sua transformação no Brasil e na Argentina. Com base nisso, a quarta seção analisa a mentalidade coletiva dos CEOs que comandam as grandes empresas, questionando a evidência deles serem atraídos por uma orientação de geração de valor ao acionista. Nas duas últimas seções, nossos resultados são contextualizados e explicados, seguindo-se algumas conclusões finais.

2. TEORIA, ESTADO DA ARTE E MÉTODOS

O ponto de partida desta investigação é uma análise do estoque de conhecimento coletivo dos altos executivos nas grandes empresas argentinas e brasileiras. Esses estoques de conhecimento são examinados para saber se os padrões de interpretação coletiva desses gestores contêm elementos de uma orientação neoliberal para o mercado financeiro. A principal questão da investigação é, então, se a instituição cognitiva e normativa à qual os gestores alinham suas ações corresponde ou contraria uma regulação neoliberal.

2.1. TEORIA

A investigação do espírito neoliberal do capitalismo delineou-se, teoricamente, com base na sociologia do conhecimento, remetendo aos trabalhos de Alfred Schütz, Peter Berger e Thomas Luckmann, que seguiram o programa de pesquisa de Max Weber e procederam, metodicamente, por meio de uma Análise do Padrão de Interpretação Coletivo. Essa abordagem se interessa pelo arranjo funcional entre as instituições cognitivas e normativas pelas quais as ações dos executivos se orientam. Elas são examinadas no contexto das instituições regulatórias de seus respectivos campos de ação – em nosso caso, o mercado financeiro. As interações entre as instituições cognitivas, normativas e regulatórias revelam o caminho escolhido pelas grandes organizações. Dessa forma – e em analogia com o programa de pesquisa de Max Weber –, colocamos o “espírito” de grupos proeminentes do capitalismo (i.e., padrão interpretativo dos executivos) em sua forma racional instrumental (i.e., instituições cognitivas) e na racionalidade referente a valores (i.e. instituições normativas) em relação com as organizações (i.e., grandes empresas), assim como com o contexto institucional regulador (i.e. instituições do mercado financeiro).

Nosso estudo sobre a orientação neoliberal da ação dos executivos no contexto do capitalismo financeiro é baseado em um programa internacional de pesquisas na área de organização e gestão (IMS)¹, e tem como objetivo complementar estudos já

1 Argentina e Brasil são parte de um estudo de gestão internacional que inclui Alemanha, Suíça, Áustria, EUA, Austrália, China, Índia, Coréia do Sul, Japão e Hong Kong. Tomados em conjunto, os estudos formam um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado “O novo espírito do capitalismo”, cujo foco está na investigação dos efeitos da globalização sobre o padrão das trajetórias profissionais e sobre o sentido da ação dos executivos das grandes empresas industriais. A principal questão é se a formação global de um novo espírito do capitalismo na governança corporativa, como resultado da globalização e do capitalismo financeiro, pode ser provada

realizados sobre países de industrialização avançada e os tigres asiáticos (POHLMANN, 2004; POHLMANN & HYUN-CHIN, 2014²), através de pesquisas sobre Argentina e Brasil, de modo a oferecer uma primeira visão sobre a orientação da ação de altos executivos na América Latina.

O conceito de pesquisa heurística-analítica do IMS é baseado no referencial teórico de Weber a respeito da reprodução do espírito do capitalismo. Weber estava particularmente interessado no processo de desenvolvimento histórico do capitalismo moderno e nos mecanismos por meio dos quais ele se tornava independente de suas raízes religiosas (a ética protestante). Segundo Weber, o capitalismo reproduz seus valores e normas com base em três mecanismos: pela competição e seleção de grupos portadores de seu espírito (atores e empresas); pela disseminação de ideias e conceitos; e pela socialização de atores-chave e internalização de uma nova racionalidade (Cf. WEBER, 1920; POHLMANN, 2006; 2008; 2011; 2012). Novos elementos independentes do espírito do capitalismo são ilustrados por Weber em diferentes níveis: econômico, organizacional e de estilo de vida (em alemão, *Lebensführung*, i.e. a maneira de uma pessoa conduzir a vida). Quanto à economia, ele localiza a consequência do espírito do capitalismo na valorização racional e empreendedora do capital da empresa (WEBER, 1920). Esse é o nível sobre o qual focamos nossa análise e a partir do qual indagamos se o capitalismo financeiro conduz a uma mudança fundamental na orientação da ação dos executivos, no sentido de uma transformação da valorização empreendedora do capital, que se distancia dos agentes envolvidos com a vida da empresa (*stakeholders*), para priorizar o princípio de geração de valor, no curto prazo, para os acionistas (*shareholders*)³. Essa ideia encontra-se na base do discurso sobre o novo espírito neoliberal do capitalismo.

Ao analisar a orientação da ação dos executivos argentinos e brasileiros, seguimos a abordagem da sociologia do conhecimento de Alfred Schütz (SCHÜTZ, 1984; WELZ, 1996), que estende a teoria weberiana. Para Schütz, faltava à teoria weberiana uma reflexão a respeito da constituição da motivação da ação (ENDRESS, RENN & SCHÜTZ, 2004, p. 28). Ele não estava interessado, primeiramente, em reconstruir o sentido individual conectado à ação, mas em rastrear as estruturas do senso

empiricamente. Esse projeto de pesquisa está localizado no *Max Weber Institute of Sociology* da Universidade de Heidelberg, coordenado pelo Prof. Dr. Markus Pohlmann.

² Artigo traduzido e publicado nesta edição da *Plural*.

³ Em geral, a expressão *Stakeholders* se refere a todos os agentes responsáveis, como os trabalhadores, fornecedores, consumidores e o fisco. Estes têm em princípio interesses mais estratégicos e de longo prazo na evolução da companhia, e cujo interesse reside apenas nos dividendos de curto prazos que a empresa possa pagar e na valorização das ações para eventual comercialização no futuro (Nota do Editor).

comum presentes em um contexto específico de ação e em fornecer uma estrutura aos sentidos individuais, porque estas podem servir como motivos legítimos da ação para outras pessoas. Um estoque individual de conhecimento e suas estruturas justificáveis de relevância são subjetivas em virtude de experiências individuais, mas suas ideias também abrangem práticas e roteiros sociais determinados pelo ambiente histórico, social e cultural, ou “por meio do mundo da vida social”, como define Schütz. “As estruturas típicas de significado das experiências de um adulto comum são, primeiramente, definidas pela linguagem – e, portanto, pela filosofia relativamente natural de vida de uma sociedade” (SCHÜTZ & LUCKMANN, 1975, p. 251). Isso fornece ao indivíduo uma rotina de categorização das situações sociais que o alivia da necessidade de processos de interpretação individual. De acordo com a conceituação de Schütz, em uma situação concreta, um sujeito pode confiar no sistema de relevância social que ele tem disponível por meio de sua socialização. Essa perspectiva sociológica do conhecimento justifica o uso da Análise do Padrão de Interpretação Coletivo, que será elaborada no curso deste artigo.

O debate sobre o desenvolvimento de um espírito neoliberal do capitalismo ganhou importância com a publicação do trabalho de Boltanski e Chiapello, no final dos anos 1990 (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 1999). Nesse estudo, os autores assinalam que o desenvolvimento de um novo espírito do capitalismo não apenas afeta a gestão corporativa, mas também molda e determina o estilo de vida dos indivíduos (LÓPEZ-RUIZ, 2007; PIERBATTISTI, 2015; etc). Outra importante contribuição a inspirar nossa pesquisa foi o estudo de Schmidt-Wellenburg (2009), que também se refere ao âmbito do sistema econômico e identifica uma mudança em direção a uma lógica de comercialização interna e externa na gestão corporativa, que ele descreve como resultante da “tirania das finanças”, claramente observável na forma como o mercado financeiro orienta os investimentos privilegiados pelos gestores. Em virtude de mudanças nas estruturas de propriedade e de controle das empresas, a gestão opera em função da geração de valor para os acionistas, tornando esses os verdadeiros donos da empresa. O mercado financeiro controla as empresas e quantifica não apenas seu valor de mercado, mas também a eficiência da gestão, o que possui um efeito imediato sobre a última. Nesse contexto, a gestão está disposta a seguir a racionalidade do mercado financeiro e a negociar as unidades da empresa para sua própria capitalização.

Uma questão central nesse debate sobre o capitalismo global é saber se as tendências são convergentes ou divergentes no que diz respeito ao sistema capitalista e seu funcionamento, mas também na esfera social (FUKUYAMA, 1992; HUNTINGTON, 1996; SCHWINN, 2006). Um argumento contra a tese do alinhamento

global para um capitalismo financeiro é a hipótese de que diferentes sistemas continuarão a existir no futuro, como previsto pela abordagem das “Variedades de Capitalismo” (HALL & SOSKICE, 2001). Essa abordagem supõe uma tendência para a divergência, pois diferentes arranjos institucionais e seus impactos sobre as empresas levariam a diferentes formas de capitalismo. Focando na América Latina, Schneider descreve a forma específica de capitalismo observável nos grandes países da região como “economia hierárquica de mercado” (SCHNEIDER, 2008; 2009; SCHNEIDER, SOSKICE & KARCHER, 2011), caracterizada pelo predomínio de grupos empresariais locais diversificados e de corporações multinacionais. Esse arranjo leva à seguinte estrutura de governança corporativa: os grupos empresariais nacionais são, principalmente, de propriedade familiar e as decisões são majoritariamente tomadas por membros da família ou pelos gestores, sem a imposição de negociar com as demais partes interessadas. As subsidiárias das corporações multinacionais, por sua vez, são comandadas de forma hierárquica pelas matrizes. Ambos os tipos de empresas não estão listadas nas bolsas de valores locais (SCHNEIDER, 2009; SCHNEIDER, SOSKICE & KARCHER 2011). Outros autores tampouco veem um alinhamento dos sistemas econômicos na direção de um capitalismo financeiro: “O chamado modelo anglo-saxão, apoiado em robustos mercados de capitais privados, é anormal mesmo entre as economias industriais” (STALLINGS & STUDART, 2006).

Além da questão sobre a mudança de ação dos gestores latino-americanos para uma orientação voltada ao mercado financeiro, em termos de privilegiar a capitalização das empresas e os lucros de curto prazo, esperamos contribuir com algumas sólidas evidências empíricas para a resposta da questão fundamental exposta acima.

Nossas hipóteses de trabalho são derivadas da discussão sobre a formação de um espírito neoliberal do capitalismo na governança corporativa das grandes empresas e dos estudos sobre gestão empresarial, em especial Schmidt-Wellenburg (2009) e Boltanski e Chiapello (2003). Com base nesses estudos, estabelecemos um ponto de referência para analisar o espírito neoliberal do capitalismo, bem como indicadores concretos de sua formação na gestão das empresas, que podem ser testados empiricamente. As duas hipóteses principais deste trabalho são:

1. Ao direcionar suas ações, sobretudo, para a capitalização da empresa e ganhos de curto prazo, gestores argentinos e brasileiros tomam riscos de curto prazo para maximizar os lucros, mesmo que sua ação resulte em desvantagens permanentes para a empresa como um todo.

2. Se os altos executivos argentinos e brasileiros consideram a empresa, primeiramente, como oportunidade de investimento, agindo com o objetivo de posicioná-la no mercado financeiro, eles apoiam o princípio de geração de valor para os acionistas.

2.2. ESTADO DA ARTE

Na literatura sobre o capitalismo relacionado à América-Latina, o neoliberalismo é pesquisado, primeiramente, como uma relação entre o Estado e o capital, sem conferir ao nível organizacional um caráter independente. Na realidade, esse nível de análise é geralmente deduzido. Estudos relacionados à orientação da ação gerencial das grandes empresas não se encontram, portanto, disponíveis. “Capital” continua a ser um conceito abstrato, instrumentalizado e documentado, principalmente por meio de estatísticas públicas internacionais. Grande parte da literatura nas ciências políticas, por sua vez, debruça-se sobre o Estado e suas ações. Nesse contexto, Brasil e Argentina frequentemente são descritos como tendo passado por períodos de durações distintas, mas de consequências similares. Ao antigo Brasil desenvolvimentista, seguiu-se um período neoliberal, a partir dos anos 1990, o qual posteriormente foi suplantado com os presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff – Na Argentina, essa nova fase chamada “Estado neodesenvolvimentista” foi liderada pelos presidentes Eduardo Duhalde e Néstor e Cristina Kirchner (EBENAU & LIBERATORE, 2013; CYPHER, 2014; ARAÚJO, BRUNO & PIMENTEL, 2012; BRESSER-PEREIRA & THEUER, 2012).

Comparados aos negócios financeiros tradicionais, realizados por bancos, os títulos corporativos e os mercados financeiros desempenham um papel de menor importância para cobrir os custos de capitais das empresas na maioria dos países latino-americanos (STALLINGS & STUDART, 2006; KOHLI, 2008). A falta de estabilidade macroeconômica e de instituições fortes, bem como a existência de mercados de ações internacionais (em especial, o norte-americano) como uma alternativa ao mercado local, obstruíram o desenvolvimento de mercados financeiros locais (STALLINGS & STUDART, 2006, p. 112). Entretanto, seguidores da escola da regulação francesa detectam uma tendência contínua à crescente financeirização no Brasil e na Argentina, questionando os efeitos de seus regimes monetários e financeiros sobre o crescimento industrial (ARAÚJO, BRUNO & PIMENTEL, 2012, p. 110). Os autores concluem: “o modelo vigente de regulação no Brasil é desfavorável ao desenvolvimento industrial, mas é muito vantajoso à acumulação financeira baseada no endividamento público, derivativos e outros produtos financeiros similares”.

Quase não há pesquisas acadêmicas sobre o estabelecimento de princípios de geração de valor para o acionista nas empresas latino-americanas. Outros autores chamam atenção para a lacuna que persiste na investigação do capitalismo financeiro e a América Latina como um todo (LEIVA & MALINOWITZ, 2007). Apenas alguns poucos estudos isolados permitem uma hipótese inicial de que os princípios de geração de valor ao acionista ainda desempenham um papel menor na América Latina. Entre as 50 maiores empresas latino-americanas com maior capitalização de mercado (no período de 2000 a 2005), encontram-se apenas uma empresa argentina, mas 25 empresas brasileiras. Em termos do conceito de geração de valor ao acionista, o Brasil assume a primeira posição, enquanto a Argentina fica em último (AZNAREZ *et al.*, 2006). Uma análise estatística (SANDOVAL & PÁRRAGA, 2005) indica que estão sendo realizadas reflexões teóricas sobre a bonificação dos gestores com base no princípio de geração de valor ao acionista. Em virtude da falta de publicações relevantes, não é possível avaliar em que medida esse conceito tem sido implementado. Entretanto, a análise mostrou que os salários dos gestores na América Latina, e em especial seu componente variável, são comparáveis aos dos países industrializados. Isso pode indicar que a mesma lógica financeira é aplicada e, portanto, sustenta um padrão de ação comum (ZANCHETTA BORGHI & LOPES ROCHA, 2010).

2.3. MÉTODOS E DADOS

Para investigar as hipóteses apresentadas, aplicamos a “análise do padrão de interpretação coletivo” – método derivado da sociologia do conhecimento. A investigação da orientação da ação dos executivos latino-americanos apenas pode ser conduzida por meio de uma análise de seu padrão de interpretação coletivo.

Padrões interpretativos coletivos são compreendidos como “conceitos e interpretações de um grupo social, temporalmente estáveis e, em certa medida, estereotipados, desenvolvidos no decorrer da ação diária e em seus campos interpretativos, por meio da biografia individual” (ULLRICH, 1999, p. 428). Eles expressam uma orientação e uma justificação potenciais dos estoques de conhecimento cotidiano, presentes em definições fundamentais e latentes das situações, relações e do próprio indivíduo, por meio das quais os atores em sociedade ou em um grupo específico se apresentam através de suas identidades e mantêm sua capacidade para ação. Além disso, eles são formas sociais de ordenamento de significados e conhecimentos que se validaram com o passar do tempo em uma sociedade, cultura ou no interior de um círculo social (ARNOLD, 1991; ULLRICH, 1999). Eles

facilitam, por meio de padrões comuns de conhecimento elementar, a alocação de conhecimento social, vale dizer, a categorização dos elementos da realidade e, assim, a garantia de sua orientação para a ação (ARNOLD, 1991). Adicionalmente, apresentam estruturas de relevância subjetivas e significativas, contêm referências históricas e sociais e, ainda, estão funcionalmente relacionados a problemas objetivos de ação (OEVERMANN 2001; SACHWEH 2009).

A esse respeito, padrões de interpretação coletivos são utilizados para justificar e simplificar situações complexas e estão, em regra geral, limitados à reflexão na execução ordinária das ações (MEUSER & SACKMANN, 1992; OEVERMANN, 2001; SACHWEH, 2009). Por isso, os padrões de interpretação coletivos em sua estrutura de significados e justificação específica do contexto só podem ser acessados e explicados mediante métodos indiretos (ULLRICH, 1999). Logo, a análise das mentalidades coletivas requer geração de definições de situações, julgamentos e orientações de ação – em particular, suas explicações e justificativas. Geralmente, as mentalidades são manifestas de modo mais acentuado se os atores são convidados a explicar suas ações. Nesse sentido, não é o padrão interpretativo que é diretamente acessível, mas a interpretação, explicação e justificação do problema.

No desenho da pesquisa, os depoimentos de gestores foram orientados por entrevistas centradas em problemas específicos, conduzidas junto a duas gerações de gestores e empreendedores. A pesquisa sobre a orientação da ação dos gestores no mercado financeiro é baseada em um problema de ação definido: “Como administro com sucesso uma empresa?”, em razão da qual ações e interpretações são geradas. A entrevista centrada em problemas mostrou-se particularmente adequada para este tipo de pesquisa, ao ilustrar e descrever diferentes problemas sociais a partir do ponto de vista dos entrevistados (KRUSE, 2015). A análise das entrevistas é conduzida por uma metodologia desenvolvida, especificamente, para o IMS (POHLMANN, BÄR & VALARINI, 2014), resumida na tabela abaixo (Tabela 1).

A amostra de gestores a serem entrevistados foi selecionada com base em uma população que incluía as 100 maiores empresas industriais da Argentina e do Brasil. Essa população foi identificada com base em rankings públicos de 2010⁴, que incluíam a empresa, seus principais gestores e presidentes. Para selecionar a amostra, aplicou-se o método de “amostragem por quotas proporcionais”. A definição das quotas foi realizada pela distribuição de atributos relevantes na população de interesse (SCHNELL, HILL & ESSER, 2013; KROMREY, 2009). Em nosso caso,

4 O ranking utilizado para a compilação das empresas industriais argentinas foi produzido pela revista “Prensa económica”. Para o caso brasileiro, o ranking foi produzido pela “Revista EXAME”.

Tabela 1. Oito etapas de interpretação para aplicação do método qualitativo de análise de mentalidades coletivas em contexto internacional.

(1) Seleção	Seleção de trechos relacionados ao interesse da pesquisa.
(2) Reformulação	Resumo e reformulação dos principais argumentos, narrativas e explicações no trecho.
(3) Abstração das categorias	Abstração da estrutura lógica e normativa do trecho reformulado e identificação das categorias elementares de argumentos, narrativas e descrições.
(4) Abstração de ordem	Abstração de ordem cognitiva e normativa: identificação das regras avaliativas presentes nos principais argumentos, narrativas e explicações.
(5) Comparação	Comparação das estruturas cognitivas e normativas analisadas com outros trechos para identificação de padrões comuns e diferenças, assim como do padrão interpretativo predominante.
(6) Identificação de regras	Identificação de regras típicas de interpretação e ação.
(7) Contextualização	Descrição das condições sociais e culturais e das ordens institucionais nas quais as mentalidades coletivas estão enraizadas.
(8) Explicação	Introdução das abordagens e teorias para explicação da reprodução das regras e análise dos contextos sociais e de suas mudanças, assim como das consequências sociais dessas regras.

Fonte: Autoria própria, baseada em POHLMANN, BÄR & VALARINI (2014)

a estrutura da amostra entrevistada é tão parecida quanto possível da população básica (que é a dos gestores e empresários das 100 maiores empresas de ambos os países), e, portanto, tem um caráter representativo. As pessoas entrevistadas foram escolhidas com base em atributos específicos equivalentes às proporções da população base: idade, gênero, educação e atividade internacional (POHLMANN, BÄR & VALARINI, 2014).

A seleção das empresas, ou seja, dos gestores a serem entrevistados deu-se sistematicamente, seguindo o ranking das 100 maiores empresas. O objetivo foi investigar duas gerações diferentes de executivos, podendo, assim, comparar possíveis mudanças no padrão interpretativo entre uma geração e outra. O contato com as empresas foi realizado pessoalmente através de telefonemas e e-mails contendo informações detalhadas sobre a pesquisa. Na Argentina, 24 entrevistas foram conduzidas com CEOs, presidentes e gestores nacionais e internacionais. Apenas 20 dessas foram escolhidas para a análise do padrão interpretativo relacionado ao mercado financeiro, analisado neste artigo. As demais não se mostraram qualitativamente adequadas para a interpretação desse padrão interpretativo. No Brasil, 33 entrevistas foram conduzidas, das quais 32 foram escolhidas para análises posteriores. Uma entrevista foi retirada da análise por não se mostrar adequada

Tabela 2. Estrutura da amostra com relação à coorte de nascimento dos gestores e ao tipo de propriedade da empresa.

Coorte de nascimento dos gestores		Número de entrevistas no Brasil				Número de entrevistas na Argentina				Total
		Empresas locais			Mns	Empresas locais			Mns	
		Familiar	Estatal	Privada ¹		Familiar	Estatal	Privada ²		
1926-	Nativos	3	2	6	3	2	1	1	1	19
1949	Estrangeiros				1				1	2
1950-	Nativos	3	4	4	5	2	0	2	4	24
1971	Estrangeiros				1				6	7
Total		6	6	10	10	4	1	3	12	52

Mns: Multinacionais. ¹Empresas privadas brasileiras que não se encontram sob propriedade ou controle familiar. ²Empresas privadas argentinas que não se encontram sob propriedade ou controle familiar. Fonte: dados próprios (2012-2013).

para a análise do padrão de interpretação coletivo. A estrutura da amostra considerada é descrita na tabela acima (Tabela 2).

As entrevistas foram conduzidas na língua materna dos entrevistados e transcritas literalmente para preservação da informação original. Para tratamento do texto e análises subsequentes das entrevistas, foi utilizado o software MaxQDA⁵. Foi realizada, ainda, uma programação alinhada à orientação teórica e à relevância da questão de pesquisa. As entrevistas foram codificadas com base nos tópicos dos trechos selecionados.

3. (DES)REGULAÇÃO NEOLIBERAL? SOBRE A MUDANÇA DE ORDENS INSTITUCIONAIS NO BRASIL E NA ARGENTINA

Os países latino-americanos, cada qual com suas características históricas individuais, passaram por processos intermitentes de liberalização financeira, concomitantes a diversas crises econômicas. O crescente fluxo de dinheiro de fundos financeiros nesses países – especialmente na Argentina, no Brasil e no México –, por meio de empréstimos bancários internacionais nos anos 1960 e 1970, impulsionou uma política de substituição de importações, por um lado (LAZZARI & RAPOPORT, 2012), e resultou em um grande déficit fiscal e endividamento externo, por outro. Em alguns países, a crise da dívida foi acompanhada

5 MaxQDA é um software para análises qualitativas e de métodos mistos. Para apoiar a pesquisa qualitativa, o software oferece diferentes possibilidades que permitem um modo fácil, sistemático e organizado de avaliar os dados. Desse modo, MaxQDA permite a análise de dados não estruturados, como entrevistas, artigos, *surveys*, tabelas, figuras, áudio e vídeo, etc. (Cf. KUCKARTZ, 2007; 2010; e, ainda, <http://www.maxqda.com/>).

por uma crise bancária, uma razão a mais para o fraco desenvolvimento do setor bancário nacional (HERRERO *et al.*, 2002). Adicionalmente, novos processos de liberalização econômica, por meio de programas de estabilização, desencadearam o fortalecimento do setor financeiro, particularmente do sistema bancário, e, ao mesmo tempo, uma contração do setor industrial, conhecida como “processo de desindustrialização” em alguns países. As receitas resultantes do processo de privatização das empresas estatais para empresas de sociedade anônima, por meio da liberalização do mercado de capitais, ampliaram a liquidez em muitos países latino-americanos, que diante de padrões internacionais manteve-se claramente baixo (HERRERO *et al.*, 2002). Essas transformações levaram a um novo contexto econômico nesses países. O novo ciclo de aquecimento econômico atraiu investidores internacionais que contribuíram de maneira significativa para mudar a estrutura de propriedade e a governança corporativa das grandes empresas (RABELO & VASCONCELOS, 2002; MELLO, 2000; SIFFERT, 1998).

Nesse cenário, Brasil e Argentina passaram por diferentes desenvolvimentos econômicos; mas, posteriormente, sofreram um alinhamento em virtude de impactos similares das políticas neoliberais na estrutura de propriedade e no mercado de ações. Diferenças e similaridades desses países a respeito de sua estrutura econômica e do mercado financeiro são examinadas a seguir.

No contexto da introdução de políticas econômicas neoliberais, são observáveis diferenças entre os dois países, em um primeiro momento. A abertura neoliberal da Argentina começou em meados de 1970, sob ditadura militar. Apesar da liberalização econômica, o Estado manteve sua influência sobre as taxas de câmbio e juros (LAZZARI & RAPOPORT, 2012). A abertura econômica levou a uma profunda mudança, fruto da concentração vertical das empresas: cerca de seis anos depois, um terço das 100 maiores empresas industriais, do ano de 1975, não constavam mais nesse *ranking*, por conta de fusões, falências ou redução do escopo de atividades (WALDMANN, 2010). Setores produtivos relacionados ao processamento de matérias-primas ganharam importância, enquanto indústrias mais complexas tornaram-se menos importantes na economia. A ascensão de novas empresas pode ser atribuída a um bom relacionamento com autoridades estatais (WALDMANN 2010, p. 94). Durante as décadas de 1980 e 1990, duas tendências básicas são observáveis: a transferência da propriedade empresarial do Estado para atores privados e de atores nacionais para estrangeiros.

A política econômica neoliberal foi lançada no Brasil nos anos 1990, depois da adoção de um programa de estabilização econômica. Apesar da década de 1980 ser conhecida como “a década perdida”, o Brasil conseguiu – graças a um

pequeno, mas constante, crescimento econômico – receber crédito internacional, que foi investido no setor industrial. O contínuo investimento no setor industrial possibilitou a retomada do crescimento econômico em um período posterior, na década de 2000 (LAZZARI & RAPOPORT, 2012). Entretanto, a abertura econômica e a subsequente política de privatização levaram a tendências similares às aquelas observadas na Argentina, com a transferência da propriedade empresarial do Estado às organizações privadas, e de investidores nacionais para os estrangeiros (Figueiras 2006; Bresser-Pereira & Diniz 2013). A reestruturação organizacional e da propriedade das grandes empresas brasileiras pode ser ilustrada pela interrupção do planejamento econômico estatal de longo prazo, que fora sustentado historicamente sobre três pilares: (i) investimentos públicos em infraestrutura, produção de energia, *commodities* e bens de capital; (ii) empresas nacionais de produção agrícola, de bens de consumo não-duráveis, no setor bancário e no comércio; (iii) empresas transnacionais com grande concentração na produção de tecnologia e de bens de consumo duráveis (RABELO & VASCONCELOS, 2002; LAZZARI & RAPOPORT, 2012).

Nos anos 1990, em virtude do crescente endividamento público e da influência do *Consenso de Washington*, a economia argentina foi submetida a um amplo processo de desindustrialização, enquanto a influência de empresas estrangeiras cresceu. A abertura econômica, após décadas de substituição de importações e elevadas barreiras alfandegárias, é descrita como “um golpe de mercado” (WALDMANN, 2010, p. 141). Atualmente, a indústria argentina é dominada por três tipos de empresas: subsidiárias de multinacionais, grupos nacionais e negócios individuais.

O Brasil sofreu os impactos da política de privatização dos anos 1990, mediante processo de desindustrialização e de expansão e fortalecimento do sistema bancário, após esse setor haver passado por uma crise nessa mesma década (KOHLE, 2008). Nesse período, foi observada maior concentração dos fundos de investimento internacionais, dos bancos privados e de grandes grupos financeiros nacionais, além de uma ampla reestruturação do setor industrial (FIGUEIRAS, 2006). Esse processo pode ser explicado pelo grande número de fusões entre empresas brasileiras e estrangeiras, assim como pela influência dessas últimas sobre a economia brasileira (DINIZ & BRESSER-PEREIRA, 2007; BRESSER-PEREIRA & DINIZ, 2013). Por um lado, não se pode esquecer que os países latino-americanos estão ampliando sua influência sobre a economia mundial e foram capazes de estabilizar e fortalecer seus sistemas financeiros ao longo da última década. Por outro lado, seus mercados financeiros e seus mercados de ações, em particular, ainda sofrem

de uma crônica falta de liquidez⁶ (TORRE, IZE & SCHMUKLER, 2012). A região possui uma das maiores taxas de inflação do mundo, tornando suas economias voláteis (HERRERO *et al.*, 2002). Argentina e Brasil apresentam, hoje, diferentes perfis de mercados financeiros, mas apresentam tendências similares no que tange à orientação de suas empresas para esses mercados. A figura abaixo mostra a diferença entre ambos os países na relação entre a capitalização de mercado e o Produto Interno Bruto (PIB). Na Argentina, a capitalização de mercado era cerca de 23% do PIB, em 2007, enquanto essa razão superava 61% no caso brasileiro. Após 2002, a curva de capitalização de mercado da Argentina caiu constantemente, enquanto o Brasil foi capaz de manter crescimento similar aos dos países de industrialização avançada (Figura 1).

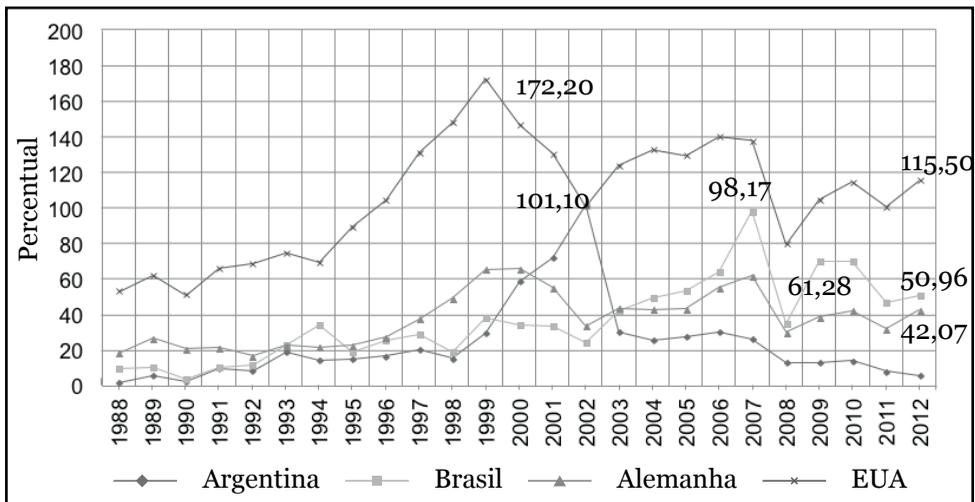


Figura 1. Capitalização de Mercado em relação ao PIB. Fonte: World Bank 2015 (<http://data.worldbank.org/>).

Desde a década de 1960, o número de empresas listadas na bolsa de valores de Buenos Aires é decrescente; em 1960, havia 550 empresas; em 1980, 278; em 1991, 170 (APREDA, 2001). De acordo com o Banco Mundial, em 2012, estavam listadas apenas 101 empresas. Desde 2013, nota-se um aumento da atividade no mercado de ações, explicável por uma estratégia para obter rentabilidade em resposta à crise econômica (DIE PRESSE, 2014).

A despeito da elevada capitalização de mercado no Brasil, as atividades financeiras ainda são relativamente pequenas diante da força dos mercados emergentes da China e da Índia (Mello 2000; Blume & Alonso 2007). No decorrer desse período,

⁶ No geral, o mercado de ações é menos atrativo do que o crédito financeiro em mercados com baixa liquidez. Isso ocorre, principalmente, porque os custos para cobrir os riscos e as taxas administrativas são elevados em função do baixo nível de informações (MELLO, 2000).

uma redução do número de empresas listadas na BM&F Bovespa pode ser observada: eram 557 empresas, em 1997, passando a 359 empresas, em junho de 2015 (CEMEC/IBMEC, 2011; CEMEC/IBMEC, 2012; CEMEC/IBMEC, 2013; CEMEC/IBMEC, 2015; ROCHA, 2015). O número de empresas que lançaram ofertas públicas iniciais de ações (IPO) também é declinante. Em 2014, houve um único IPO na BM&F Bovespa, enquanto cinco grandes empresas fecharam capital (ROCHA, 2015). Com relação ao volume de ações negociadas, ambos os países apresentam perfis distintos. Enquanto na Argentina o fluxo de negociações, até junho de 2015, foi de US\$ 361 milhões, no Brasil, esse montante chegou a US\$ 41 bilhões (CEMEC/IBMEC 2015).

Uma razão para a baixa atividade no mercado de ações de ambos os países é a relativamente fraca proteção aos direitos de propriedade garantida pelas leis argentina e brasileira (SCHNEIDER, 2008, p. 385). Grande parcela das companhias familiares e estrangeiras oferece apenas uma pequena parte de suas ações no mercado (SCHNEIDER, 2008, p. 386). Devido à grande concentração de ações em propriedade de poucos grupos, os acionistas minoritários acabam tendo uma posição muito fraca. Apesar das recomendações da OCDE para estimular e melhorar a governança a favor dos investidores – explícita em um relatório “White Paper”⁷, publicado em 2001 –, mantém-se as práticas de governança a favor dos investidores abaixo dos padrões internacionais (BLUME & ALONSO, 2007). Da perspectiva dos investidores, ainda restam problemas regulatórios no mercado financeiro a serem solucionados: investidores minoritários terem direito a voto (§32); grandes investidores permanecem limitados em relação ao direito de informações em sua posição de propriedade (§34); ainda existem regulamentos ultrapassados que prejudicam os investidores em sua função e posição de proprietários (§38); credores devem ser legalmente obrigados a informar aos beneficiários e ao público a respeito da sua influência sobre as empresas (por exemplo, usando seus direitos de voto) (§41)⁸.

Regulamentações governamentais rigorosas, que restringem a possibilidade de fundos de investimento influenciarem ou controlarem empresas são de vital importância na Argentina. No país, os fundos de investimento podem exercer apenas 5% dos seus direitos de acionistas, independentemente da percentagem real de ações que detêm⁹. Essa regulação limita, significativamente, a influência e

7 Ver: Blume e Alonso (2007).

8 Ver *White Paper* em: Blume e Alonso (2007).

9 Ley 24.083 de Fondos Comunes de Inversión, Art. 7. Disponível em: <http://www.cnv.gob.ar/LeyesReg/Leyes/esp/LEY24083.htm>. Acesso em: 10/12/2015.

o controle dos fundos de investimento sobre a gestão corporativa¹⁰. Olhando mais de perto, para as negociações da bolsa de valores de Buenos Aires, torna-se claro que as ações empresariais desempenham um papel menor: os títulos do governo representam 71,5% do montante total, enquanto que as ações das empresas constituem apenas 5,2% desse volume (IAMC, 2013). Os fundos de investimento que detêm mais de 2% dos direitos de votos de uma entidade são obrigados por lei a comparecer a todas as reuniões de acionistas. Na maioria das vezes, entretanto, eles renunciam a seu direito de voto e se atêm ao cumprimento das regras empresariais, em vez de utilizar seu poder em favor do desempenho de sua carteira de investimentos (BLUME & ALONSO, 2007).

Devido às restrições legais de investimento e ao pequeno número de empresas listadas na bolsa, os fundos de pensão possuem carteiras de investimento bem similares na Argentina. Caso eles coordenassem entre si suas ações, poderiam ter maior influência sobre as empresas. A avaliação das empresas é baseada apenas na auditoria de seus balanços e em suas perspectivas futuras, não levando em consideração uma avaliação do desempenho da gestão¹¹. Além disso, as opções de saída e reinvestimento para os investidores institucionais estão limitadas na Argentina, em virtude do pequeno número de empresas listadas e do alto risco de flutuações econômicas. Os fundos de pensão, portanto, investem principalmente em títulos do governo e apenas um pouco mais de 10% de sua carteira em ações de empresas.

Enquanto os fundos de pensão representam o principal tipo de investidor na Argentina, os chamados “fundos mútuos” (com vários grandes investidores) constituem o principal grupo de investidores no Brasil. O volume de investimentos dos fundos de pensão de gestão privada é quatro vezes maior no Brasil que na Argentina. A diferença é ainda maior quando se compara o tamanho dos fundos mútuos de investimento, que é aproximadamente 68 vezes maior no Brasil que na Argentina. Todavia, os fundos de investimento no Brasil investem apenas 15% em ações. Regulamentações para os fundos de pensão em relação ao percentual máximo de investimento em produtos financeiros podem ser encontradas em ambos os países. Na Argentina, há, ainda, um teto de 50% para investimentos em títulos do governo, enquanto que não há limite desse tipo no Brasil. Os investimentos

10 Com a publicação do decreto 441, em 2011, essa regulação foi abolida para os fundos de pensão nacionais. Isso aumentou a possibilidade dos argentinos influenciarem diretamente as empresas. Ver: <http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/180000-184999/181078/norma.htm>. Acesso em: 10/12/2015.

11 A Comissão Nacional de Valores Mobiliários da Argentina é responsável pela supervisão da transparência das negociações e da precificação dos ativos, para proteger os investidores na Argentina. Ela supervisiona os IPOs e prevê a evolução futura do mercado de ações.

em instituições financeiras são limitados a 80% no Brasil, enquanto na Argentina apenas 40% pode ser aplicado nesse setor. Fundos de pensão privados, no Brasil, podem investir até 50% de sua carteira em ações, embora existam restrições em relação às empresas nas quais podem investir. Essas precisam ser certificadas pelo Estado e listadas no Novo Mercado, um segmento especial da BM&F Bovespa, no qual as empresas precisam observar padrões de governança corporativa mais elevados do que as empresas não-recomendadas. Ainda que os fundos de pensão invistam 35% nas empresas listadas (restrito a 50% desse portfólio), a média de investimentos em ações encontra-se bem abaixo do limite, em cerca de 20% de toda carteira de investimentos (BLUME & ALONSO, 2007).

A concentração dos direitos de controle corporativo, observável no Brasil e na Argentina pode ser explicada por medidas regulatórias sobre o mercado financeiro. As empresas brasileiras estão autorizadas a emitir ações ordinárias para dois terços de seu capital total, mesmo se isso violar regulações internacionais (cada ação ordinária corresponde a um voto). Os acionistas têm direitos de controle com um mínimo de apenas 16% das ações totais da empresa, se eles tiverem 50% das ações com direito a voto (LEAL, SILVA & VALADARES, 2002). A legislação que regula as sociedades anônimas brasileiras permite, portanto, que as empresas se protejam contra o risco de uma “aquisição hostil”.

Outra razão para a restrição dos direitos de controle nos mercados financeiros desses países é o uso recorrente do modelo de pirâmide (LEAL, SILVA & VALADARES, 2002; RABELO, 1998). Uma análise mais detalhada mostra que predomina a estrutura piramidal, na qual diversas sub empresas são controladas total ou majoritariamente pela empresa principal. É por isso que a separação dos direitos de propriedade e de controle pode não ser a principal motivação da estrutura escolhida pelo grupo empresarial. Almeida e Wolfenzon (2006) argumentam que esse tipo de configuração é frequentemente utilizado por empresas familiares e representa uma reação a problemas variados. Formas piramidais são frequentemente escolhidas por grupos empresariais se a proteção ao investidor não se encontra plenamente desenvolvida em um país, se altos investimentos são necessários, mas pequenos lucros são auferidos, assim como em grandes empresas de setores intensivos em capital. Os autores veem duas principais vantagens da estrutura de pirâmide: a vantagem de lucro, ou seja, a família que é a principal proprietária se beneficia dos lucros não distribuídos; e a vantagem financeira, ou seja mobilização de recursos entre empresas para a criação de novas.

A concentração da estrutura de propriedade nos dois países tem suas origens nos grandes grupos empresariais domésticos e nas subsidiárias de multinacio-

nais de grande porte. No Brasil, essa estrutura ainda é caracterizada por grandes empresas estatais. O que os grupos locais têm em comum é uma grande concentração da propriedade nas mãos de uma família ou de um pequeno grupo de acionistas, que possuem o controle sobre as demais empresas (SCHNEIDER 2008; 2009; RABELO & VASCONCELOS, 2002; MELLO, 2000). No mercado financeiro, grandes empresas estão em posse de um único proprietário ou de uma pequena e relativamente homogênea estrutura societária (LEAL, SILVA & VALADARES, 2002). Como regra geral, as empresas possuem “claros blocos de controle formados por um pequeno grupo de acionistas” (RABELO & VASCONCELOS, 2002, p. 324).

Importante característica em ambos os países investigados é a importância histórica do Estado no desenvolvimento econômico. No Brasil, a coordenação estatal do modelo econômico, entre 1950 e 1990, foi fortemente orientada para o mercado interno e influenciou significativamente a economia do país no passado, bem como nos dias atuais. Essa influência pode ser observada de maneira explícita pelo papel do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que foi fundamental no financiamento de empresas nacionais, quando essas possuíam pouco acesso ao crédito; também foi de grande importância no processo de privatização das empresas estatais, com a criação da BNDESPAR¹². Até o presente, empresas brasileiras são financiadas pelo Estado por meio dessa instituição. A BNDESPAR, inclusive, adquire ações das empresas por meio da concessão de empréstimos. Além disso, o BNDES oferece empréstimos de longo prazo para as empresas locais que se adaptam a suas normas de governança corporativa (RABELO, 1998; RABELO & VASCONCELOS, 2002). Com 26% da demanda total de financiamento, o BNDES é a principal instituição de financiamento para as empresas brasileiras.

O envolvimento da Argentina no mercado financeiro é feito mediante concessão de crédito com juros reduzidos para assegurar a provisão de empréstimos às empresas. Adicionalmente, os bancos privados são obrigados a emprestar parte de seu passivo a taxas de juros abaixo do mercado para finalidades produtivas. Apesar desses estímulos, a taxa de crédito doméstico ao setor privado na Argentina é ainda muito baixa: apenas 14% do PIB.

12 A BNDESPAR foi fundada para gerir as participações acionárias do BNDES. Seu objetivo é desenvolver o mercado de capitais por meio da aquisição de ações ou de debêntures de empresas brasileiras. A BNDESPAR é uma administradora, que opera – independente da intervenção BNDES – na bolsa de valores como uma instituição financeira tradicional. Além disso, a BNDESPAR é financiada por empréstimos do BNDES.

A regulação rigorosa do mercado financeiro no Brasil e na Argentina reflete-se no Índice de Liberdade Econômica. Nesse *ranking* global, o Brasil ocupa a 118ª posição, avaliado como “principalmente não-livre”. A Argentina fica na 169ª posição, pertencendo ao grupo de países onde a liberdade econômica foi suprimida¹³. A Heritage Foundation refere-se à ineficiência regulatória como uma razão para a baixa atividade do mercado financeiro nos países. As restrições aos fluxos de capitais podem ser relacionadas a elevados impostos, custos de transações financeiras, intervenções estatais na economia, inflação, problemas de corrupção, assim como outras questões regulatórias a respeito do mercado de trabalho e política monetária¹⁴. O desenvolvimento econômico na Argentina e no Brasil mostra clara evidência de concentração das estruturas de propriedade e dos direitos de controle das grandes empresas, assim como de intervenções estatais na economia. Na próxima seção, apresentamos como a mentalidade coletiva dos gestores e das empresas industriais é influenciada pelo arranjo regulatório e pelo desenvolvimento histórico do mercado financeiro nesses países.

4. PENSAMENTO E COMPORTAMENTO NEOLIBERAL EM EMPRESAS DE GRANDE PORTE?

Nesta seção, testamos empiricamente a hipótese derivada do debate sobre o novo espírito do capitalismo e a mentalidade neoliberal na gestão corporativa das maiores empresas industriais argentinas e brasileiras. Uma acentuada orientação para ação neoliberal dos altos executivos na gestão corporativa dessas empresas nos daria evidência de uma convergência global do espírito do capitalismo. Em primeiro lugar, pretendemos investigar se há provas de tal orientação e, havendo, qual sua extensão, em termos da ênfase nos lucros de curto prazo e no aumento do valor da companhia, mesmo à custa da empresa. Em segundo lugar, examinamos se as ações dos gestores industriais da América Latina são orientadas pelo princípio de geração de valor para o acionista. Para lidar com a questão da mudança geracional, também nos interessamos pelas diferenças entre coortes mais jovens e mais velhas de executivos. Demonstrariam as coortes mais jovens mais elementos neoliberais do “novo espírito do capitalismo” do que as coortes mais velhas?

Na entrevista qualitativa, os altos executivos e proprietários de empresas argentinas e brasileiras responderam à seguinte questão discursiva: “A orientação para o mercado financeiro de muitas empresas no Ocidente aumentou

13 Acessível em: <http://www.heritage.org/index/ranking> 2015. Acesso em 10/12/2015.

14 Sobre isso, ver: <http://www.heritage.org> e <http://www.gtai.de>. Acesso em: 10/12/2015.

acentuadamente e os investidores institucionais (os chamados fundos de *hedge*, etc.) ganharam importância. O que você pensa acerca desse desenvolvimento? As empresas estão se tornando mais e mais presas do mercado financeiro? O que se pode fazer para evitar isso, em sua opinião?”. Na próxima subseção, essa proposição será testada, utilizando o método da Análise do padrão de Interpretação Coletivo.

Nossa análise primeiramente revela duas mentalidades coletivas a respeito da orientação para o mercado financeiro nos gestores das principais empresas argentinas e brasileiras. Elas complementam, parcialmente, uma à outra, mesmo se parecem ser diferentes em sua forma de argumentação e apresentação. Enquanto a mentalidade dominante dos gestores argentinos enfatiza as oportunidades do mercado financeiro, os gestores brasileiros focam crescentemente nos riscos do mercado financeiro.

4.1. BRASIL: MAIS RISCOS QUE OPORTUNIDADES

Primeiro, nossa análise mostra que, nas entrevistas com os principais gestores e empresários brasileiros, o mercado financeiro é, amiúde, escolhido como tema central na discussão sobre os princípios do crescimento e sucesso corporativo. Os investidores institucionais e gestores estão, particularmente, no centro das atenções. A articulação da mentalidade é acompanhada de experiências e de exemplos a respeito da prática da gestão e de processos empresariais concretos, que não são abstratos ou estereotipados em suas estruturas cognitiva e normativa. Todos os entrevistados veem o mercado financeiro como uma necessidade inevitável para as empresas brasileiras.

A adaptação forçada das empresas brasileiras ao mercado financeiro, assim como o beco sem saída no qual a gestão corporativa se encontra diante da dicotomia que enfrenta – lógica do mercado financeiro para o curto prazo *versus* orientação estratégica de longo prazo – marca a perspectiva dominante da mentalidade que denominamos *Lógica Ameaçadora do Mercado Financeiro*, dos gestores e proprietários das grandes indústrias brasileiras. Segundo essa mentalidade, o sistema financeiro, com sua própria lógica e regras, impõe forte pressão para mudança, com impacto significativo sobre as empresas e seus gestores. Os efeitos dessa realidade do mercado financeiro são inerentes às funções deles e se traduzem na lógica de busca de lucros no curto prazo. Isso é “fatal” para a existência da organização, uma vez que ameaça o sucesso dos objetivos corporativos e provoca mudanças grandes e irreversíveis em sua gestão. Assim que a organização se adapta ao sistema financeiro, a gestão perde os direitos de controle e a empresa é dirigida apenas

pela lógica do mercado financeiro, um poder que não pode ser influenciado pelos empresários e gestores. Como os riscos são altos, eles não têm outra escolha a não ser perseguir a estratégia de enfraquecer as atividades referentes ao mercado financeiro e manter o controle sobre sua organização. Sob esse ponto de vista, a gestão é o suporte básico da organização e, por isso, a chance de sobrevivência da empresa depende de sua estratégia, decisão e controle. No mercado financeiro, todavia, os investidores institucionais assumem o controle das funções gerenciais; com a orientação para a maximização do lucro, eles ameaçam a existência e o crescimento da empresa. As empresas mais bem-sucedidas são aquelas que não se tornam “espólios” do capitalismo financeiro.

Nesse Padrão interpretativo, o modelo neoliberal é incorporado pelo mercado financeiro. Seu sucesso e fracasso são baseados na orientação especulativa e para o curto prazo: “por conta de nossa maneira de viver, de nossa própria cultura, nós não gostamos de deixar a empresa à sorte de um processo especulativo” (ex-gestor de uma empresa brasileira). O trecho seguinte de uma entrevista ilustra essa análise:

Sem dúvidas, infelizmente, estamos indo nessa direção por causa da riqueza que esses fundos movimentam hoje. A PREVI determina as políticas industriais no Brasil, hoje. Se eles participam do crescimento de um setor, os negócios vão bem; se não participam, vão mal. Lógico que esse setor pode olhar para outros parceiros. Mas todos os outros parceiros, por exemplo, os fundos americanos, exigirão os rendimentos. Altos rendimentos só podem ser obtidos em virtude da natureza de curto prazo. Você precisa gerir a empresa de acordo com o sistema americano, o que significa que você precisa mostrar uma melhora das ações no mercado o tempo todo, uma vez que seu resultado é bom apenas se você mostra melhoras no mercado de ações. Se você mostra recorrentemente um resultado ruim no ano, provavelmente você perde sua posição. Do meu ponto de vista, esse é um sistema terrível (ex-gestor brasileiro de uma empresa multinacional, coorte mais velha).

A análise da estrutura cognitiva de argumentação leva a três categorias abstratas que constituem esse padrão interpretativo empresarial: (1) a função do mercado financeiro: o mercado financeiro força a empresa a uma adaptação à sua lógica e é compreendido como um sistema irracional; (2) os atores do mercado: gestores cujo papel é manter suas empresas fora do mercado financeiro; e (3) os efeitos do mercado financeiro: as consequências de entrar nesse sistema – da lógica de maximização do lucro no curto prazo – são irreversíveis. A estrutura normativa

desse padrão interpretativo repousa na “missão” dos gestores de proteger suas empresas da lógica do mercado financeiro, mantendo-as afastadas dele. Eles asseguram a sobrevivência de longo prazo da empresa e mantêm controle sobre ela. Mas uma forte ênfase normativa é colocada sobre o resultado da “lógica ameaçadora do mercado financeiro” e seu impacto na gestão. O mercado financeiro, enquanto sistema, é avaliado negativamente. As seguintes regras de interpretação e de ação podem ser derivadas dessas estruturas:

1. Regra de interpretação:	As empresas precisam de estratégias orientadas para o longo prazo para preservar seu capital, o que só pode ser atingido pelo funcionamento da gestão – isto é, controle e liderança. O mercado financeiro constrange as empresas a jogar segundo suas regras. Uma vez que são aceitas, não podem ser mudadas.
2. Regra de ação:	Não deixe o controle da empresa para a lógica do mercado financeiro, uma vez que só gestores e donos dos negócios são capazes de assegurar o cumprimento dos objetivos da empresa.

A análise de contexto no qual essa mentalidade encontra-se enraizada mostra que todos os altos executivos que articulam essa narrativa são brasileiros nativos. Entre eles, 50% são CEOs em atividade e a outra metade já se aposentou. A maioria deles pertence à nova geração (67%), nascida entre 1950 e 1960, enquanto os demais pertencem à coorte mais velha, nascida na década de 1940 ou antes. Com respeito aos níveis de instrução e qualificação dos entrevistados, a maioria (75%) tinha um diploma universitário em engenharia e direito, enquanto 25% estudou economia. Cerca de um quarto estudou no exterior. Com exceção de um, todos os protagonistas imbuídos dessa mentalidade fizeram suas carreiras no interior de uma única empresa.

Esse padrão interpretativo é articulado mais fortemente por pessoas trabalhando em empresas nos setores de construção, tecnologia e energia. Elas estão entre as 50 maiores empresas industriais do Brasil. Entre as empresas onde encontramos tal mentalidade, a de maior volume de vendas foi fundada nos anos 1940 como estatal, sendo posteriormente privatizada, como muitas outras, durante as reformas neoliberais. O Estado ainda mantém 6,5% de seu capital, que é controlado pelo BNDES. Enquanto investidores internacionais mantêm 33% das

ações ordinárias, os direitos de controle da empresa estão nas mãos de fundos de pensão brasileiros (54% das ações ordinárias). Outras empresas são 100% estatais e fundadas na década de 1970. Um quarto das empresas com líderes com essa mentalidade é formado por subsidiárias de multinacionais que se estabeleceram no Brasil na década de 1950. Elas são propriedades integrais das matrizes estrangeiras e não possuem capital aberto na bolsa brasileira. Entre as lideranças com essa mentalidade está a de um consórcio de empresas, fundado na década de 1940, por uma empresa especializada em construção. A família proprietária possui os direitos de controle de todo o consórcio e a maioria das ações. Uma firma subsidiária está listada na bolsa brasileira e 20% de seu capital está nas mãos de outro empresário nacional.

O segundo padrão interpretativo mais comum na amostra brasileira é consideravelmente mais concreto e parece ser mais baseado na experiência do que a dominante. Essa mentalidade, que denominamos *O Jogador Estratégico*, expressa que o mercado financeiro é um jogo instigante e estratégico para os altos executivos brasileiros. Além do risco do negócio, o mercado financeiro oferece oportunidades de investimento e, conseqüentemente, de crescimento potencial das empresas. Empresas no mercado financeiro beneficiam-se dele se souberem driblar seus riscos por meio de uma gestão estratégica. O sistema orientado pelo mercado financeiro e seus efeitos não são colocados em questão nesse ponto. Chances e riscos são considerados como dois lados da mesma moeda. A partir dessa perspectiva, planos de investimento e objetivos de longo prazo são considerados bons, enquanto que o foco no curto prazo do mercado financeiro é visto como risco para a sobrevivência de longo prazo da empresa e, assim, considerado ruim.

O mercado financeiro é um jogo desenhado para “jogadores estratégicos”: apenas os gestores inteligentes e estratégicos são capazes de driblar os riscos e aproveitar suas oportunidades. O controle dos riscos e chances, de acordo com as necessidades dos negócios, é considerado como uma competência do gestor. Apenas os jogadores estratégicos são capazes de estabelecer uma conexão bem-sucedida entre investidores e empresas. Ao final, não é o mercado, mas a gestão que regula e comanda os negócios. Os gestores têm a tarefa principal, mas também a habilidade, para “separar o joio do trigo”. Essa mentalidade corrobora a visão de que os gestores estratégicos “jogam” com o mercado financeiro e dele se beneficiam, sem cair na armadilha de sua lógica. Uma relação positiva entre o mercado financeiro e o crescimento da empresa pode ser estabelecida, então, por “jogadores” estratégicos. O trecho seguinte da entrevista esclarece essa análise:

Você precisa analisar o que quer. Há diferentes tipos de fundos e, antes de abrir sua empresa para um deles, você precisa saber o que esperar do seu parceiro de negócios. Você quer um fundo que seja apenas especulativo? Eu quero capital [um fundo de investimento] que venha com um cronograma e um *layout*. Se você precisa de dinheiro, essa é uma forma de capitalização que eu acredito ser a mais favorável, porque você sabe quais são os planos do fundo. Ou você encontra um fundo que é orientado pelo longo prazo e traz conhecimentos específicos que você não tem. Depende do que a empresa quer. A empresa irá alinhar-se com um fundo com um objetivo muito claro e com um tipo de financiamento que é avaliado como adequado. Ninguém vai vender parte de seu negócio apenas por prazer, mas sim para preservá-lo no longo prazo, vê-lo crescer e se desenvolver. Você precisa de capital, e esse tipo de investimento [mercado financeiro] é uma possibilidade para recebê-lo. Mas a empresa precisa saber exatamente o que quer (gestor de empresa brasileira, coorte mais jovem).

Assim como no caso anterior, os elementos cognitivos centrais podem ser classificados em três categorias na análise da estrutura da mentalidade coletiva: (1) funcionamento do mercado financeiro: o mercado financeiro é compreendido como um sistema racional. Mas apenas aqueles que compreendem sua racionalidade podem obter sucesso nele. Sua função consiste em capitalizar oportunidades de investimento para as empresas; (2) os atores do mercado: os atores desse sistema são os gestores, que se tornam responsáveis pelos investimentos de menor risco e maior retorno, coordenando a relação entre investidor e empresa. Investidores institucionais que oferecem oportunidades de capitalização são identificados como atores de mercado também; (3) o resultado do mercado financeiro: consequências como visão de curto prazo nos lucros e na orientação da gestão implicam em efeitos irreversíveis para as organizações.

Na estrutura normativa dessa mentalidade, há uma ênfase ainda mais acentuada sobre a responsabilidade da gerência para a preservação e o crescimento dos negócios. A esse respeito, o jogo estratégico se torna um elemento compulsório, indo além da competência da gerência. As seguintes regras de interpretação e de ação podem ser derivadas das categorias de análise cognitiva e normativa desse padrão interpretativo:

1. Regra de interpretação:	O mercado financeiro é um jogo estratégico com chances e riscos para empresas e que pode ser controlado e jogado apenas por jogadores racionais. O gestor é o responsável por preservar a empresa; e isso não depende do comportamento dos proprietários e dos acionistas.
2. Regra de ação:	Use as chances obtidas no mercado financeiro, mas mantenha suas consequências sob controle, mediante jogo estratégico e foco nas necessidades do negócio, não nos alvos dos acionistas.

Os entrevistados com essa mentalidade são todos nascidos no Brasil. 25% deles são CEOs e presidentes aposentados, enquanto que 75% são altos executivos na ativa. No entanto, podem ser divididos em dois grupos geracionais igualmente distribuídos: um nascido entre 1950 e 1960, outro entre 1940 e 1949. No que diz respeito à escolarização, 75% dos maiores executivos têm diplomas em áreas clássicas como ciências naturais, engenharia, direito, e os 25% restantes estudaram economia. Todos os altos executivos na ativa complementaram sua formação com uma pós-graduação em economia. A maioria fez mestrado no Brasil, com exceção de um gestor que cursou pós-graduação no exterior. O principal padrão de carreira dos gestores utilizando a mentalidade do *Jogador Estratégico* é de carreira em uma única empresa. Com exceção de um gestor que trabalhou no início de sua profissão em diferentes empresas – mas que está há 28 anos na sua empresa atual –, todos os gestores começaram sua carreira na mesma empresa na qual continuam a trabalhar hoje.

Há características setoriais comuns entre as empresas que compartilham essa mentalidade. Todas elas operam no setor de energia e estão entre as 40 empresas industriais de maior receita no Brasil. A maior empresa nesse grupo foi fundada na década de 1930 como negócio familiar. Ela pertence integralmente a um grande consórcio que esteve sob controle familiar até recentemente. A família ainda possui aproximadamente 22% das ações ordinárias. Cerca de 19% das ações com direito a voto estão sob o controle de um fundo de investimento internacional e apenas 5,7% com um fundo de pensão nacional. Os 50% restantes do capital são de um importante investidor privado brasileiro. As outras empresas, cujos gestores apresentam essa mentalidade, foram estabelecidas na década de 1950 e possuem duas formas legais. Uma delas foi fundada como cooperativa e passou por uma profunda mudança na sua estrutura de propriedade na década de 2000. No curso

dessa reestruturação, a empresa abriu-se para o mercado financeiro, mas vendeu apenas 1% de seu capital total em ações. A maior parte das ações continua sob controle de antigos membros da cooperativa. A segunda forma legal desse grupo é representada por uma empresa estatal. Nesse caso, o Estado possui 59,69% das ações ordinárias. Outros 26,41% são de propriedade da BNDESPar, e apenas 13,7% das ações com direito a voto, são negociadas livremente na bolsa de valores.

Enquanto o padrão de interpretação dos altos executivos brasileiros põe o risco da lógica do mercado financeiro em primeiro plano e os gestores assumem a responsabilidade pela preservação das organizações, a mentalidade dos gestores argentinos geralmente mostra um tom positivo sobre as oportunidades de investimento do mercado financeiro, mesmo que essa mentalidade seja um pouco abstrata.

4.2. ARGENTINA: MAIS OPORTUNIDADES DO QUE RISCOS

No caso da Argentina, vários entrevistados estavam familiarizados com a tese do capitalismo abutre; no entanto, o tema não gerou quaisquer declarações negativas entre os gestores na ativa, uma vez que a estrutura de acionistas e seus interesses são considerados estáveis e de longo prazo. As declarações feitas pelos gestores são curtas, genéricas e, por essa razão, aparentam não serem muito baseadas na experiência. Comentários dos líderes empresariais aposentados sobre esse tópico são negativos e mais carregados de emoção, mas também genéricos, estereotipados, teóricos e abstratos. Em alguns poucos casos, as ideias articuladas desviaram-se do tema visado e, em vez disso, os entrevistados discutiram o financiamento por meio de empréstimos.

A maioria dos altos executivos argentinos articularam a mentalidade *Mercado Financeiro como uma Oportunidade*. A questão a respeito da crescente relevância do mercado financeiro, e seu reconhecimento pelo importante papel dos investidores institucionais, gerou algumas declarações sobre a possibilidade de levantar capital externo, de uma forma geral. O principal obstáculo dos empresários argentinos parece ser a dificuldade em levantar capital fora da empresa, em virtude da situação econômica pouco segura do país, ao invés da ameaça de aquisições hostis de fundos de investimentos.

Sim, infelizmente o mercado financeiro desempenha um papel importante na Argentina. Hoje, a Argentina sofre de certos problemas com o mercado financeiro por circunstâncias macroeconômicas relacionadas à taxa de juros. Você paga taxas de juros consideravelmente mais altas na Argentina que em qualquer país

da Europa ou nos EUA. É um poder cíclico, mas esse poder destrói o desenvolvimento dos negócios. Talvez uma tendência de longo prazo seja mais importante nesse momento; mas, infelizmente, os ciclos econômicos prevalecem na Argentina. De maneira geral, a influência do mercado financeiro na Argentina nos anos 1990 foi enorme. Hoje, o país está isolado do resto do mundo. Nós não temos quaisquer possibilidades de atrair investimentos. De uma perspectiva macroeconômica, o país vai bem, mas sofre para obter crédito internacional. As taxas de juros estão baixas em todo o mundo; nos dias de hoje, há uma abundância de dinheiro barato disponível, mas as taxas de juros argentinas são altas. Por isso, é muito difícil apontar uma tendência de longo prazo, não apenas a respeito de questões financeiras, mas de todos os problemas da Argentina, que são majoritariamente relacionados à política (Empresário argentino, coorte mais velha).

Na estrutura cognitiva do padrão interpretativo, três elementos podem ser identificados: (1) a perspectiva dos mercados financeiros: o mercado financeiro é considerado uma oportunidade porque possibilita a obtenção de capitais adicionais para o crescimento. Os investidores do mercado financeiro ou de capitais estão interessados em receitas seguras. Subjacente a essa visão, está a expressão que a ideia básica da lógica do mercado financeiro – a compra e o desmembramento de empresas e o lucro imediato – é muito unidimensional. (2) O mecanismo central nessa mentalidade é que uma empresa precisa ter lucros seguros para ser atraente para os investidores. Os investimentos precisam dar retornos aos investidores. (3) O mercado financeiro é considerado por uma perspectiva da demanda. Em virtude da sua avaliação de alto risco, a Argentina tem problemas para atrair os investidores. A organização normativa dessa mentalidade é caracterizada por uma visão positiva do mercado financeiro. A declaração revela um pesar sobre o fato de os investidores institucionais desempenharem um papel menor na Argentina. As seguintes regras de ação e interpretação podem ser deduzidas das estruturas cognitiva e normativa da mentalidade:

1. Regra de interpretação:	A Argentina está desconectada do mercado. Por isso, é difícil obter os capitais necessários para investimentos. A integração nos mercados financeiros internacionais seria positiva.
2. Regra de ação:	Utilize o mercado financeiro para obter capitais para investimento.

A incorporação do contexto onde o entrevistado e a empresa operam nos dá pistas para compreender e explicar tal padrão interpretativo. Gestores e proprietários que articulam essa mentalidade nasceram na Argentina. Eles nunca trabalharam fora do país e estão há muito tempo no cargo. A maioria tem diploma em economia das universidades argentinas.

O padrão interpretativo dominante *Mercado Financeiro como uma Oportunidade* é, por vezes, utilizado pelos empresários argentinos dos setores de bens de consumo, agricultura e indústria farmacêutica, com negócios principalmente no mercado argentino, mas também com alguma presença em outros países da América Latina. Todas as empresas estão ou estavam, em sua maioria, em propriedade familiar. Essas estão na bolsa somente em volume limitado. Metade delas usa títulos de renda fixa, negociados na Bolsa de Buenos Aires, e 25% cobrem suas necessidades de capitalização por intermédio de recursos próprios e por empréstimos bancários convencionais. Ao todo, apenas 25% das empresas que representam esse padrão interpretativo são negociadas na Bolsa de Valores de Buenos Aires – mas, de forma geral, apenas uma pequena parte do capital da empresa. Em um dos casos, por exemplo, 90% das ações pertencem a um grupo empresarial brasileiro, e 5% estão nas mãos de um fundo de pensão argentino. Algumas empresas ou fazem parte de grandes grupos empresariais argentinos ou são *joint ventures* com empresas multinacionais europeias. Uma das empresas era de propriedade privada antes de ser vendido a um grupo brasileiro de empresas há alguns anos atrás. Três das empresas foram fundadas na época da substituição de importações, uma na fase neoliberal.

Enquanto o padrão interpretativo dos executivos brasileiros possui ligações concretas com as atividades financeiras, a visão negativa dos diretores executivos argentinos é mais abstrata e, por isso, parece estar menos baseada na própria experiência. Diferente da mentalidade brasileira, na qual a postura negativa em relação ao mercado financeiro é a forma dominante, no caso argentino a postura negativa é uma atitude secundária, principalmente utilizada por executivos aposentados.

A mentalidade *Mercado Financeiro como um Perigo* desempenha papel secundário na amostra argentina. As consequências estruturais da crescente orientação financeira estão no centro da perspectiva. A descrição foca exclusivamente nas consequências negativas. As atitudes nessa expressão contrariam claramente as posições neoliberais.

Provavelmente, esses fundos são anônimos, você não sabe quem os gerencia, provavelmente um banco, um grupo financeiro, você não sabe. A única coisa na

qual esses fundos estão interessados é no aumento do valor da empresa que eles compraram e em revende-la para obter lucro. Esse é o negócio. Para esse propósito eles encolhem a empresa. Eles fazem ela reaparecer com um novo rosto; mas na verdade é a mesma, apenas encolha a empresa, eles argumentam: ela tem menos pessoal e, portanto, é mais rentável. Tudo isso é uma mentira, pois se o negócio começa a ir bem, ele é comprado por um segundo grupo e começa a ter perdas; isso acontece com empresas do setor de saúde. Vi esse fenômeno ocorrer várias vezes em empresas durante mais de 20 anos. Mas, no final, essas empresas desaparecem: elas acabam encolhendo e encolhendo. Esse fenômeno leva à concentração de grandes empresas e ao desaparecimento das empresas de médio porte (Ex-gestor argentino de uma empresa multinacional, coorte mais velha).

Três elementos podem ser encontrados na estrutura cognitiva dessa mentalidade: (1) a visão sobre as atividades do mercado financeiro é negativa porque ele está apenas interessado nos ganhos de curto prazo; (2) como um mecanismo central, assume-se que os ganhos de curto prazo no mercado financeiro são obtidos apenas por meio de especulação e pela destruição de empresas; (3) as consequências sociais do mercado financeiro são vistas negativamente, como, por exemplo, crises, aumento da desigualdade social e concentração de poder. Em virtude da lógica de exploração do mercado financeiro – desmembramento de capital –, empresas com posição fraca irão desaparecer, o que leva à concentração de apenas algumas poucas empresas. A avaliação normativa dessa mentalidade é claramente negativa. As seguintes regras de ação e interpretação podem ser deduzidas das estruturas cognitivas e normativas dessa mentalidade:

1. Regra de interpretação:	O capitalismo financeiro é uma forma anônima de capitalismo que tem um impacto negativo sobre a economia e a sociedade.
2. Regra de ação:	As pessoas que estão por trás da empresa são os que asseguram a sua sobrevivência no longo prazo e, por isso, fornecem uma estrutura econômica saudável.

Os executivos que utilizam o padrão interpretativo *Mercado Financeiro como um Perigo* são, majoritariamente, ex-gestores que pertencem ao grupo mais velho de entrevistados. Quase todos nasceram na Argentina ou imigraram para o país durante sua infância. Eles estudaram engenharia ou direito nas maiores univer-

Tabela 3. Comparação dos principais elementos do padrão interpretativo dos principais executivos e empresários da Argentina e do Brasil, sobre a orientação para o mercado financeiro.

Orientação para o mercado financeiro	Tipo ideal neoliberal	Padrão de Interpretação dos Executivos brasileiros		Padrão de Interpretação dos Executivos argentinos	
		“O Jogador estratégico”	“Lógica Ameaçadora do Mercado Financeiro”	“O Mercado Financeiro como uma Oportunidade”	“O Mercado Financeiro como um Perigo”
<i>Função do mercado</i>	Mercado financeiro como um jogo racional e lucrativo	Mercado financeiro como uma maneira racional de levantar capitais	Mercado financeiro como um sistema irracional com uma lógica própria de risco.	Mercado financeiro como uma possibilidade de levantar capitais	Mercado financeiro como uma orientação para o lucro no curto prazo.
<i>Atores chave</i>	Acionistas, fundos	Gestor, Investidores	Gestor	Políticos	Gestor
<i>Estratégia da empresa</i>	Aumento do valor para o acionista	O sistema precisa ser jogado de “maneira inteligente”, favorecendo a empresa, não o proprietário.	Retenção do controle e da propriedade da empresa por meio da rejeição do mercado financeiro.	A empresa tem um papel passivo.	Empresas não devem ser vendidas para fundos anônimos.
<i>Orientação de mercado</i>	Lucros no curto-prazo	Preservação de longo prazo e crescimento da empresa.	Preservação de longo prazo e crescimento da empresa.	Crescimento da empresa.	Preservação de longo prazo da empresa.
<i>Grupo entrevistado</i>		Empresas privadas e estatais.	Empresas familiares, multinacionais e estatais.	Empresários familiares e privados.	Ex-gestores de empresas privadas e estatais.

Fonte: Dados dos autores.

sidades públicas do país e, em sua maioria, fizeram carreira na mesma empresa. Gestores que articulam esse padrão interpretativo estão aposentados ou, em alguns casos, ainda possuem uma função representativa na empresa. Eles foram gestores de empresas multinacionais nos setores automotivos e de tecnologia. Um deles foi empregado de uma prestadora de serviços públicos que foi vendida para uma empresa francesa enquanto ele era CEO. A empresa estatal trabalha com títulos de renda fixa e as empresas multinacionais não têm ações negociadas na bolsa de valores local. A estrutura proprietária de suas empresas matrizes é marcada, na maioria dos casos, pela constituição de grupos de investidores claramente definidos, tendo frequentemente um volume relevante de ações (mais de 25%) nas

mãos do proprietário ou fundador da família. Em um caso, a matriz tem 26,2% das ações controladas por uma família e 48% por investidores institucionais. Em um segundo caso, 19% está em posse de investidores privados, 13% nas mãos de investidores não identificados, 6% com a família fundadora e 62% com investidores institucionais. A fundação dessas empresas, ou de suas subsidiárias, data do início do século XX, na primeira fase de industrialização argentina.

5. EXPLICAÇÃO

A tese derivada do discurso gerencial, de que os gestores manifestariam forte orientação para o mercado financeiro e, por isso, dirigiriam suas ações para a valorização da companhia e para ganhos de curto prazo, não pode ser confirmada pela análise da mentalidade, nem para a Argentina nem para o Brasil. Em vez de uma ação orientada pelo princípio de geração de valor aos acionistas, os resultados mostram que os gestores industriais latino-americanos orientam sua ação para a sobrevivência de longo prazo e para o crescimento da empresa. O mercado financeiro é considerado tema central e sistema que implica em riscos e oportunidades para as empresas latino-americanas; porém, esses elementos de conhecimento se manifestam nas mentalidades sem conter tendências neoliberais.

Na gestão corporativa argentina, a função do mercado financeiro na mentalidade dominante *Mercado Financeiro como uma Oportunidade* não é compreendida como uma oportunidade de capitalização para as empresas, mas como forma de levantar capital fora da empresa, cuja disponibilidade é muito limitada no país. As estruturas cognitivas e normativas nas declarações dos executivos parecem ser fortemente marcadas pelas autoridades regulatórias do Estado e pelo ambiente institucional das organizações. A baixa atividade do mercado financeiro na Argentina encontra sua expressão nas formas de articulação da mentalidade pelos gestores argentinos. Esse fato mostra que o arranjo institucional local dificulta uma convergência para a mentalidade neoliberal.

Um desenvolvimento similar pode ser observado na mentalidade dos altos executivos brasileiros. Na mentalidade do *O Jogador Estratégico*, o mercado financeiro assume a função de obter capital para as empresas. Entretanto, os elementos centrais da ideia neoliberal não estão presentes: o mercado financeiro como forma de capitalização das empresas, assim como a supervisão dos gestores pelo mercado. O conhecimento atualizado nesse padrão interpretativo é a possibilidade de investimento por meio do mercado de capitais e da manutenção do controle nas mãos da gestão. A possibilidade de controle do mercado financeiro,

evidente nessa mentalidade, pode ser explicada pelo contexto econômico do Brasil e pelos arranjos institucionais e regulatórios do mercado financeiro. Empresários e gestores mantêm controle sobre as organizações por meio da separação entre ações ordinárias e preferenciais e, por isso, não são forçados a atender as exigências do mercado.

A visão negativa sobre o mercado financeiro no padrão interpretativo *Mercado Financeiro como um Perigo* é aparentemente uma posição predominante de gestores mais velhos. Esse resultado pode ser explicado pelo fato que eles estavam em seu auge durante o governo Carlos Menem, que liderou uma das piores experiências que eles tiveram no país como resultado de uma política neoliberal. A completa subordinação às estratégias orientadas para o mercado e o desmantelamento sistemático da política econômica estatal culminou em uma insolvência nacional em 2001. A demanda latente por mais regulação estatal ressoando nas entrevistas com a geração mais velha é simplesmente uma consequência necessária.

O padrão interpretativo dominante *Lógica Ameaçadora do Mercado Financeiro* dos altos executivos brasileiros, assim como o do *Jogador Estratégico* vê a função do mercado financeiro como oportunidade para levantar capital. Contudo, essa possibilidade é utilizada de uma “maneira protegida”, em virtude dos riscos envolvidos no mercado financeiro. Isso pode ser compreendido como elevada proteção da propriedade dentro da regulação institucional do mercado financeiro brasileiro. Outro aspecto cunhando essa mentalidade advém do papel historicamente significativo do Estado na política de industrialização, liderando, ao mesmo tempo, o crescimento e a proteção das grandes indústrias “nacionais”. Esse princípio pode ainda ser encontrado em vários programas políticos e financeiros, como no caso do BNDES, que se constitui como um importante elemento do sistema financeiro brasileiro, em virtude de seus programas de concessão de empréstimos e de sua atividade no mercado financeiro.

Nossos resultados empíricos confirmam que, para as grandes empresas na Argentina e no Brasil, o mercado financeiro desempenha papel subordinado em relação à gestão corporativa: ele não se constitui como elemento de orientação relevante para os líderes empresariais da América Latina. Mudanças relacionadas a essa ideia, como a orientação para o curto prazo e sobre os valores corporativos, não são expressas nesses padrões de interpretação. A perspectiva dos gestores é fortemente moldada pela estrutura de propriedade das empresas. No Brasil, onde o mercado financeiro desempenha papel mais relevante do que na Argentina, a interação com o mercado financeiro é determinada pelos objetivos da empresa, com vistas a manter o controle dentro da empresa, que é o padrão tradicional

de governança corporativa. Os padrões articulados variam somente no que diz respeito à crença na própria habilidade para exercer esse controle. Na Argentina, também há uma clara conexão entre as estruturas de propriedade e as mentalidades articuladas. Enquanto os empresários locais focam mais na falta de capacidades financeiras, os gestores de empresas estrangeiras enfatizam o fato de que eles estão protegidos das influências negativas do mercado financeiro pela empresa matriz. Esse é um claro reflexo da organização das subsidiárias de empresas estrangeiras na Argentina, que não possuem as ações negociadas de forma independente na bolsa de valores do país. Esses padrões interpretativos também refletem o estágio de desenvolvimento dos mercados financeiros locais. Enquanto o mercado financeiro na Argentina é quase inativo e o papel dos fundos de investimentos é fortemente restringido por lei, no Brasil, ele é incentivado pelo Estado mediante intervenções específicas – por isso, a bolsa de valores mostra maior atividade.

Ainda assim, as semelhanças entre os dois países em termos do funcionamento do capitalismo são mais evidentes do que as diferenças. Há muito tempo, ambos os países são marcados por estruturas de propriedade estáveis, que foram fortalecidas no curso das privatizações. Nesse contexto, grupos empresariais locais e as subsidiárias de empresas multinacionais desempenham um papel central. A mais ampla execução de um programa de privatizações levou a uma forte retração do Estado na economia argentina, enquanto que no Brasil ele continua a desempenhar um papel econômico, intervindo mais formalmente nos mercados. Apesar das diferenças notáveis, o mercado financeiro desempenha papel menor em comparação aos Estados Unidos e à Europa.

Além disso, os padrões de interpretação indicam que os altos executivos na Argentina e no Brasil são “homens organizacionais” (WHYTE, 1960). Em virtude de sua experiência e tempo de casa, eles desenvolveram uma forte identificação com as organizações, nas quais atuam e, como resultado, suas ações são orientadas pelo crescimento e preservação das empresas, não importando se eles são donos, sócios da empresa ou não. O processo de socialização dos gestores dentro da organização parece ser uma variável de maior influência sobre sua orientação da ação do que o contexto econômico propriamente dito, o qual, mesmo não sendo favorável para as formas neoliberais de gestão corporativa, como mostramos em nossa análise, tem lentamente demonstrado algumas mudanças nos últimos trinta anos, em ambos os países. O fato de que os gestores e empresários comportam-se como *homens organizacionais* é, além da barreira institucional, um obstáculo adicional para o estabelecimento de formas neoliberais de gestão corporativa ou, mais especificamente, para a difusão e implementação do princípio de geração de

valor para os acionistas. As ações dos altos executivos da Argentina e do Brasil não são orientadas para a geração de valor ao acionista, mas sim em favor da preservação da propriedade da empresa.

6. DISCUSSÃO

Nossos resultados empíricos não confirmam a hipótese do estabelecimento de um espírito neoliberal do capitalismo nas grandes empresas argentinas e brasileiras. Nos padrões interpretativos dos principais executivos e empresários desses países, a lógica do mercado financeiro como orientação para suas ações não fica evidente. Mesmo os entrevistados que utilizaram a mentalidade *Mercado Financeiro como uma Oportunidade* e que, portanto, escolheram o crescimento corporativo como tema central, não articularam elementos neoliberais, contidos no estoque de conhecimento coletivo. Em vez disso, as ações dos maiores gestores da Argentina e do Brasil sobre o mercado financeiro parecem ser orientadas por elementos conservadores e tradicionais. Essa análise indica, em uma concepção weberiana, uma conexão entre o “espírito” e a estrutura (WEBER, 1920), ou seja, uma forte interdependência entre os padrões interpretativos examinados e o contexto institucional regulativo – neste caso, do mercado financeiro. Em outras palavras, a inserção contextual do padrão interpretativo em si oferece os elementos para sua explicação.

A reconstrução dos padrões interpretativos coletivos, por si só, confere grande importância científica para este estudo, uma vez que poucas pesquisas lidam com a reconstrução de estruturas de significados e do conhecimento coletivo acumulado nesse universo. Mesmo esses estudos empíricos, como os de Boltanski e Chiapello (2003) e Schmidt-Wellenburg (2009) estão baseados em fontes secundárias, como a literatura de gestão e de consultorias, não em análise de entrevistas. Ademais, a relevância deste estudo também repousa na escolha dos países investigados, já que é difícil encontrar pesquisas sobre o pensamento gerencial nesses países, a partir da perspectiva aqui adotada. Enfim, mas não menos importante, a análise do padrão interpretativo é um método qualitativo de pesquisa, mais utilizado em países de língua alemã. Portanto, o trabalho pode contribuir com a análise do padrão interpretativo de altos executivos da América Latina para a alavancagem de novas discussões críticas a respeito da utilização desse método nas ciências sociais nessa região.

Outro aspecto de relevo neste estudo para a discussão científica refere-se ao setor econômico investigado. Apesar dos críticos do neoliberalismo defenderem a

existência de uma tendência de desindustrialização no Brasil e na Argentina, desde a abertura de suas economias, o setor industrial continua a ter grande importância para a economia nacional, em ambos os países. Atualmente, 61,6% do volume de exportações brasileiras são de produtos industriais¹⁵ e, aproximadamente, 50% das 100 empresas brasileiras com maior volume de vendas são do setor industrial, incluindo aqui as geradoras de energia e as mineradoras. Na Argentina, 60% das empresas com maior receita são industriais (incluindo o agronegócio), e os combustíveis, produtos industriais e produtos da indústria agrícola são responsáveis por quase 83% das exportações.

Nossos resultados sobre a mentalidade coletiva são válidos para gestores dos maiores grupos industriais argentinos e brasileiros, e não podem ser usados como explicação válida para a orientação da ação em outros setores econômicos. A análise é limitada às empresas industriais, sem levar em conta outros setores, como finanças e serviços. Se os executivos de outros setores atualizam elementos neoliberais em seu padrão interpretativo, orientadores da ação empresarial, é questão em aberto. Para oferecer uma perspectiva comparada, pesquisas futuras em outros setores econômicos precisam ser realizadas. Consideramos essa delimitação como ponto forte deste trabalho, uma vez que um grupo alvo bem definido nos permite oferecer uma imagem mais precisa e válida do setor investigado.

A escolha do grupo alvo é outro aspecto importante desta pesquisa. Como nossa metodologia é inspirada pelo programa de pesquisa heurístico de Max Weber, investigamos os executivos de ponta das maiores corporações na Argentina e no Brasil. A justificativa para tal escolha está na relevância desse grupo enquanto “portadores” do espírito capitalista. Sendo assim, nosso foco está ajustado nas mais altas posições hierárquicas das empresas, que, na maioria dos casos, é o último degrau da carreira. Por esse motivo, a maioria dos altos executivos entrevistados faz parte de uma geração mais velha que passou por várias crises econômicas, por ditadura militar e outras drásticas mudanças durante suas carreiras, o que moldou suas mentalidades de uma maneira específica. Por isso, é necessário ser cuidadoso na generalização dos resultados para as gerações de jovens executivos, os quais ainda estão em processo de construção de carreira. Pesquisas futuras, mormente sobre a geração jovem de executivos e gestores em posições intermediárias, precisam ser conduzidas para verificar a variabilidade dos padrões

15 Dados referentes ao ano de 2014, levantados no banco de dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior: Exportação-Importação dos setores industriais por intensidade tecnológica. <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1113&refr=608>. Acesso em: 12/10/2015.

interpretativos. Por outro lado, os padrões interpretativos são estruturas estáveis e se modificam vagarosamente ao longo do tempo. Tendo isso em vista, nossos resultados exprimem um alto grau de validade. Diante do papel relevante do contexto do mercado financeiro como arranjo institucional regulatório – que é o que tentamos mostrar ao longo deste artigo – e da estabilidade das estruturas de conhecimento (cognitivas) e normativas interligadas a esse arranjo, não esperamos que estudos que abordem gerações jovens de executivos apontem para uma forte variação nos padrões interpretativos.

Um último aspecto a ser sublinhado diz respeito ao método qualitativo de análise do padrão de interpretação coletivo. Por conta do procedimento intensivo de análise, trabalha-se, geralmente, com uma pequena amostra de entrevistas. No entanto, o número reduzido de casos acaba sendo compensado pelo resultado qualitativo, analiticamente raro e profundo. A análise do padrão interpretativo é um instrumento adequado para a reconstrução de estruturas coletivas de conhecimento e de significados de um grupo social, cultura ou sociedade, instrumento esse oferecido apenas por poucos métodos das ciências sociais.

7. CONCLUSÃO

Em resumo, nossa análise mostra, em primeiro lugar, que a estrutura coletiva de conhecimento dos altos executivos da América Latina é marcada fortemente pelo ambiente institucional e econômico. Em segundo lugar, constatamos que não é possível identificar, entre gestores e empresários da Argentina e do Brasil, uma forte orientação para o mercado financeiro e para o estabelecimento do conceito de geração de valor ao acionista. Portanto, é possível rejeitar a tese de um avanço global do pensamento e da orientação para a ação neoliberal na gestão corporativa. No que diz respeito às grandes empresas industriais da Argentina e do Brasil, não podemos confirmar a ascensão do “novo espírito do capitalismo” e uma marcha triunfal de um novo sistema econômico descrito como “capitalismo do mercado financeiro”.

O que os resultados confirmam, em vez disso, é a postura de considerar a existência concreta de uma configuração própria do capitalismo na América Latina, como sugerido pelo debate das Variedades de Capitalismo. O desenvolvimento específico do capitalismo latino-americano no Brasil e na Argentina leva – em virtude de similaridades nas fases de integração e afastamento do mercado mundial, nas estratégias dos empresários locais, bem como no contexto volátil – a

uma estrutura básica comum que, em sua funcionalidade, é consideravelmente distinta de outras regiões do mundo.

As diferenças existentes entre os dois países, mesmo que em pequena escala, podem ser explicadas pelo distinto papel desempenhado pelo Estado. Esse fato chama a atenção para o enorme impacto da política econômica estatal na América Latina. Portanto, é possível concluir que a posição fraca na integração ao mercado mundial, justificada historicamente, pode ser contrabalanceada por um papel ativo do Estado no tratamento da estrutura econômica e na transformação do arranjo institucional. As diferentes forças econômicas dos dois países apontam para essa direção.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Heitor V.; WOLFENZON, Daniel. A Theory of Pyramidal Ownership and Family Business Groups. *The Journal of Finance*, LXI(6), 2006.
- APREDA, Rodolfo. Corporate Governance in Argentina: The outcome of economic freedom (1991-2000). *Corporate Governance*, 9(4), 298–310, 2001.
- ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel; PIMENTEL, Debora. Financialization against Industrialization: a regulationist approach of the Brazilian Paradox: In Les capitalismes en Amérique latine. De l'économique au politique. *Révue de la Régulation. Capitalisme, Institutions, Pouvoirs* 11(1), 2012.
- ARNOLD, Rolf. "Deutungsmuster: Zu den Bedeutungselementen sowie den theoretischen und methodologischen Bezügen eines Begriffs". In: Tietgens, Hans (Org.) *Didaktische Dimensionen der Erwachsenenbildung*. Frankfurt/Main: Pädagogische Arbeitsstelle, Deutscher Volkshochschul-Verbandes (Studienbibliothek für Erwachsenenbildung, Bd. Bd. 2Bd), p. 54–77, 1991.
- AZNAREZ, Julio; LOPÉZ, Óscar; FERNANDEZ, Pablo; CARABIAS, José. *50 Largest Companies: 2000-2005 Shareholder Value Creation in Latin America*, 2006. URL: <http://ssrn.com/abstract=912285>.
- BEBCZUK, Ricardo N. Corporate governance and ownership: measurement and impact on corporate performance and dividend policies in Argentina. (Documentos de Trabajo), 2005. URL: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/3547>.
- BLUME, Daniel; ALONSO, Felipe. Institutional Investors and Corporate Governance in Latin America: Challenges, Promising Practices and Recommendations. *Financial Market Trends*, 93(2), 2007.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

- _____. *Der neue Geist des Kapitalismus*. Konstanz: UVK-Verl.-Ges. (Edition discours, Bd. Bd. 30Bd), 2003.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. & Diniz, Eli. Os empresários industriais brasileiros depois do fim da hegemonia neoliberal. *FGV-ESSP*(1), 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. & Theuer, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? *Economia e Sociedade, Campinas* 21(Número Especial), p. 811–829, 2012.
- BUSCH, Alexander. Argentinien beerdigt die Börse. *Handelsblatt* 2008. Online im Internet: URL: <http://www.handelsblatt.com/finanzen/maerkte/boerse-inside/verstaatlichung-von-pensionsfonds-argentinien-beerdigt-die-boerse/3059506.html>.
- CEMEC/IBMEC. 9. *Seminário de CEMEC de mercados de capitais: Financiamento de investimentos no Brasil e nas Companhias Abertas*. São Paulo, 2011.
- _____. *Projeto: acesso das empresas ao mercado de capitais*. São Paulo, 2012.
- _____. *Elementos para uma estratégia nacional de acesso ao mercado de capitais*, 2013.
- _____. *Relatório Comparações internacionais*. São Paulo, 2015.
- CHARI, Anusha; Ouimet, Paige P; Tesar, Linda L. *The value of control in emerging markets*. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2007.
- CYPHER, James. “Brazil: Neoliberal Restructuring or the Rejuvenation of the Developmental State?”. In: Atasoy, Yildiz (Org.) *Global Economic Crisis and the Politics of Diversity*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, p. 181–211, 2014.
- SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. Is Shareholder Primacy a Reality in Brazil?: An Analysis of the Duties of Corporate Managers from Multiple Perspectives. *SSRN Journal*, 2015.
- DIE PRESSE. Argentinien: Ein Aktienwunder am Rio de la Plata. *Die Presse* 26. August, 2014. URL: http://diepresse.com/home/wirtschaft/international/3859844/Argentinien_Ein-Aktienwunder-am-Rio-de-la-Plata [Stand 2015-10-23].
- DINIZ, Eli & Bresser-Pereira, Luiz C. Depois do Consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2007.
- EBENAU, Matthias & Liberatore, Victoria. Neodevelopmentalist state capitalism in Brazil and Argentina: chances, limits and contradictions. *Der moderne staat—Zeitschrift für Public Policy, Recht und Management* 6(1), p. 105–125, 2013.
- ENDRESS, Martin; Renn, Joachim; Schütz, Alfred. *Der sinnhafte Aufbau der sozialen Welt: Eine Einleitung in die verstehende Soziologie // Eine Einleitung in die verstehende Soziologie*. Konstanz: UVK-Verl.-Ges. (Werkausgabe, 2), 2004.
- FIGUEIRAS, Luiz. “O neoliberalismo no Brasil: Estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico” in: Basualdo, Eduardo M. & Arceo, Enrique O. (Orgs.) *Neoliberalismo*

- y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales*. Ciudad de Buenos Aires: CLACSO (Colección Grupos de trabajo), p. 179–206, 2006.
- FUKUYAMA, Francis. *Das Ende der Geschichte: Wo stehen wir?* München: Kindler, 1992.
- HALL, A. P.; SOSKICE, David. *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. New York: Oxford University Press, 2001.
- HALL, Peter A.; THELEN, Kathleen. Institutional change in varieties of capitalism. *Socio-Economic Review* 7(1), p. 7–34, 2009.
- HERRERO, Alicia et al. *Latin America: Financial Development in Perspective*. Documento de Trabajo, 2002.
- HUNTINGTON, Samuel P. *Der Kampf der Kulturen: Die Neugestaltung der Weltpolitik im 21. Jahrhundert*. Frankfurt am Main, Wien: Büchergilde Gutenberg, 1996.
- IAMC. *ANUARIO BURSÁTIL 2013*. BUENOS AIRES, 2013.
- KOHLI, Harinder (Org.) *Growth and Development in emerging market economies: International private capital flows, financial markets and globalization*. Sage, 2008.
- KROMREY, Helmut. *Empirische Sozialforschung: Modelle und Methoden der standardisierten Datenerhebung und Datenauswertung*. 12. Aufl. Stuttgart: Lucius & Lucius, 2009.
- KRUSE, Jan. *Qualitative Interviewforschung: Ein integrativer Ansatz*. 2. Aufl. Weinheim und Basel: Juventa, 2015.
- KUCKARTZ, Udo. *Qualitative Datenanalyse: computergestützt: Methodische Hintergründe und Beispiele aus der Forschungspraxis*. 2., überarb. und erw. Aufl. Wiesbaden: VS, Verl. für Sozialwissenschaften, 2007.
- . *Einführung in die computergestützte Analyse qualitativer Daten*. 3., aktualisierte Aufl. Wiesbaden: VS, Verl. für Sozialwiss (Lehrbuch), 2010.
- LAZZARI, Ricardo; RAPOPORT, Mario. Década del sesenta: Desarrollismo y Golpes de Estado. Dueda Externa y FMI: Notas sobre el endeudamiento externo en Argentina y Brasil: neoliberalismo y crisis. *Ciclos hist. econ. soc.* 20(40), 2012.
- LEAL, Ricardo; SILVA, André L; VALADARES, Silvia. Estrutura de Controle das Companhias Brasileiras de Capital Aberto. *Revista de Administração Contemporânea (RAC)* 6(1), p. 07–18, 2002.
- LEIVA, Fernando; MALINOWITZ, Stanley. *Financialization in the Americas: Evidence and Consequences*. Paper for the 2007 Meeting of the Latin American Studies Association. Montreal, Panel ECO43 Liberalization: external and internal constraints, 2007.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo J. *Os Executivos das Transnacionais e o Espírito do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

- MELLO, Luiz R. “Privatização e governança empresarial no Brasil”. In: Pinheiro, Armando Castelar & Fukasaku, Kiichiro (Orgs.) *A Privatização no Brasil. O caso dos serviços de utilidade pública*. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.
- MEUSER, Michael; SACKMANN, Reinhold. “Zur Einführung: Deutungsmusteransatz und empirische Wissenssoziologie”. In: Meuser, Michael & Sackmann, Reinhold (Orgs.) *Analyse sozialer Deutungsmuster: Beiträge zur empirischen Wissenssoziologie*. Pfaffenweiler: Centaurus-Verlagsgesellschaft. (Bremer soziologische Texte, Bd. Bd. 5Bd), 1992.
- OEVERMANN, Ulrich. Zur Analyse der Struktur von sozialen Deutungsmustern. *Sozialersinn* 1, p. 3–33, 2001.
- OVERBEEK, Henk; VAN APELDOORN, Bastiaan. *Neoliberalism in crisis*. Chichester: Palgrave Macmillan (International political economy series), 2012.
- PIERBATTISTI, Damián. “El nuevo management y la crisis del neoliberalismo: la privatización de ENTel en perspectiva histórica”. In: Szlechter, Diego (Org.) *Sociologia del Management en la Argentina*, 2015.
- POHLMANN, Markus. *Die Entwicklung des Kapitalismus in Ostasien und die Lehren aus der asiatischen Finanzkrise*. Heidelberg: Universitätsbibliothek der Universität, 2004.
- _____. Weber, Sombart und die neuere Kapitalismustheorie, in Pohlmann, Markus (Hg.): *Aspekte des Weber-Paradigmas: Festschrift für Wolfgang Schluchter*. Wiesbaden: VS, Verl. für Sozialwiss, p. 169–192, 2006.
- _____. “Die neue Kulturtheorie und der Geist des Kapitalismus: Max Weber and beyond”. In: Wagner, Gabriele & Hessinger, Philipp (Orgs.) *Ein neuer Geist des Kapitalismus?: Paradoxien und Ambivalenzen der Netzwerkökonomie*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften / GWV Fachverlage GmbH, 2008.
- _____. *Der Geist des Kapitalismus: Anmerkungen zu einem Forschungskonzept*. Heidelberg, 2011.
- _____. *Manager und der “Geist” des Kapitalismus: Grundlegung unserer Forschungsperspektive*. Heidelberg, 2012.
- POHLMANN, Markus; BÄR, Stefan; VALARINI, Elizangela. The analysis of collective mindsets: Introducing a New Method of Institutional Analysis in Comparative Research. *Revista de Sociologia e Política* 22(52), p. 07–25, 2014.
- POHLMANN, Markus; HYUN-CHIN, Lim. A New “Spirit” of Capitalism?: Globalization and its Impact on the Diffusion of Neoliberal Management Thinking in Germany and the East Asian Economies. *Development and Society*, 43(1), p. 1–32, 2014.
- RABELO, Flávio. Fundos de Pensão, Mercados de Capitais e Corporate Governance: Lições para os Mercados Emergentes. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, 38(1), p. 38–51, 1998.

- RABELO, Flávio; VASCONCELOS, Flávio. Corporate Governance in Brazil. *Journal of Business Ethics* 37, p. 321–335, 2002.
- ROCHA, Daniela. A hora da reação: O Brasil tem saída? *Revista RI* 2015, p. 15–22. URL: http://ibmec.org.br/ibmec/wp-content/uploads/2015/03/Revista-RI_Marco-2015_pg15-a-2_1_Manifesto-Instituto-IBMEC_O-Brasil-tem-saida.pdf [Stand 2015-10-23].
- SACHWEH, Patrick. *Deutungsmuster sozialer Ungleichheit: Wahrnehmung und Legitimation gesellschaftlicher Privilegierung und Benachteiligung*. Frankfurt: Campus, 2009.
- SANDOVAL, Eduardo V. & Párraga, Arturo. Managerial Performance Measures and Shareholder Value Creation: The Case Of Latin American Companies. *Journal Of Business & Economics Research*, 3(9), 2005.
- SCHMIDT-WELLENBURG, Christian. Die neoliberale Gouvernamentalität des Unternehmens – Management und Managementberatung zu Beginn des 21. Jahrhunderts. *Zeitschrift für Soziologie* 38(4, August), p. 320–341, 2009.
- SCHNEIDER, Ben Ross. Economic Liberalization and Corporate Governance. The Resilience of Business Groups in Latin America. *Comparative Politics* 40(4), p. 379–397, 2008.
- _____. Hierarchical Market Economies and Varieties of Capitalism in Latin America. *Journal of Latin American Studies*, 41(3), p. 553–575, 2009.
- SCHNEIDER, Ben Ross; SOSKICE, David; KARCHER, Sebastian. “Spielarten des Kapitalismus und Ungleichheit im Globalen Süden: Hierarchische Marktökonomien in Lateinamerika”. In: Wehr, Ingrid & Burchardt, Hans-Jürgen (Orgs.) *Soziale Ungleichheiten in Lateinamerika: Neue Perspektiven auf Wirtschaft, Politik und Umwelt*. Baden-Baden: Nomos. (Studien zu Lateinamerika, 10), p. 153–178, 2011.
- SCHNELL, Rainer; HILL, Paul; ESSER, Elke. *Methoden der empirischen Sozialforschung*. 10. Aufl. München: Oldenbourg, 2013.
- SCHÜTZ, Alfred. *Strukturen der Lebenswelt*. 1. Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp. (Suhrkamp-Taschenbuch Wissenschaft, 428), 1984.
- SCHÜTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. *Strukturen der Lebenswelt*. Neuwied: H. Luchterhand. (Soziologische Texte, Bd. Bd. 82Bd), 1975.
- SCHWINN, Thomas. Konvergenz, Divergenz oder Hybridisierung? Voraussetzungen und Erscheinungsformen von Weltkultur. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie (KZfSS)*, 58(2), p. 201–232, 2006.
- SIFFERT, Nelson. Governança Corporativa: Padrões Internacionais e Evidências Empíricas no Brasil nos Anos 90. *Revista BNDES*, 1998.
- STALLINGS, Barbara; STUDART, Rogério. *Finance for development: Latin America in comparative perspective*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2006.

- THORSEN, Dag E.; LIE, Amund. *What is neoliberalism*. University of Oslo, Department of Political Science, 2006.
- TORRE, Augusto; IZE, Alain; SCHMUKLER, Sergio L. *Financial Development in Latin America and the Caribbean: The Road Ahead*. Washington: World Bank Publications (World Bank Latin American and Caribbean Studies), 2012.
- ULLRICH, Carsten G. Deutungsmusteranalyse und diskursives Interviews. *Zeitschrift für Soziologie* 28(6), p. 429–447, 1999.
- WALDMANN, Peter. *Argentinien. Schwellenland auf Dauer*, Hamburg, 2010.
- WEBER, Max. *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*. Tübingen: Mohr (Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie, 1), 1920.
- WELZ, Frank. *Kritik der Lebenswelt: Eine soziologische Auseinandersetzung mit Edmund Husserl und Alfred Schütz*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1996.
- WHYTE, William H. *The organization man*. Harmondsworth: Penguin Books, 1960.
- ZANCHETTA BORGHI, Roberto & Lopes Rocha, Igor. *Non-financial corporations and maximizing shareholder value: an approach on macroeconomic instability in emerging economies*, 2010. URL: http://www.boeckler.de/pdf/v_2010_10_29_borghi_rocha.pdf.

Recebido em: 20/12/2015. Aprovado em: 16/01/2016

Construindo uma burocracia econômica de excelência: concursos de seleção para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 1955 a 2012

Building an economic bureaucracy of excellence: the recruitment process at the Brazilian National Bank for Economic and Social Development (BNDES) from 1955 to 2012

Elisa Klüger^a

Resumo O artigo tem o objetivo de assinalar mudanças no perfil das elites burocráticas recrutadas para conduzir o desenvolvimento econômico brasileiro. Para tanto, faz uma descrição detalhada do processo de recrutamento dos profissionais de nível superior que integram o quadro de funcionários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Por meio da análise dos editais dos concursos que o Banco fez de 1955 a 2012, pretende-se examinar de que modo inflexões no processo seletivo e nas características daqueles que o Banco pretende recrutar variam de acordo com a trajetória da própria instituição. Serão apresentados, portanto, eventos da história do Banco e alterações nas funções desempenhadas por ele que podem ter tido impactos sobre os procedimentos e conteúdos exigidos na seleção de pessoal. Procura-se, assim, adentrar o universo dos concursos de seleção, considerados requisitos essenciais para a produção de burocracias públicas de qualidade, a partir de uma instituição frequentemente mencionada como paradigma das ilhas de excelência da burocracia econômica do Estado brasileiro.

Palavras-chave BNDES; Concursos de Seleção; Elites Estatais.

Abstract *The aim of this article is to observe changes in the profile of the bureaucratic elite recruited to lead Brazil's economic development. In order to fulfill this goal, the text presents a detailed description of the recruitment process adopted to select the staff of the Brazilian National Bank for Economic and Social Development (BNDES). By analyzing the changes in the admission process of professionals with college degree, from 1955 to 2012, we intend to inquire how the inflections in the selection procedures and in the set of characteristics and skills that the Bank looks for when*

a Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Bolsista de doutorado CNPQ e CAPES-PDSE.

recruiting, vary according to the changes experienced by the institution itself. To do so, the article is going to present a set of events that occurred in history of the Bank that had impacts on the procedures and content required in the process of personnel selection. The study of the paradigmatic case of high-level bureaucracy, the one of the BNDES, allows the reader to enter the universe of selection contests, frequently considered an essential requirement for the creation and preservation of public service of excellence.

Keywords BNDES. Public Tenders. State Elites.

A pergunta que norteia este artigo é a seguinte: como são recrutadas as elites de Estado responsáveis pela gestão da economia? Duas são as formas de entrada nas principais burocracias econômicas estatais: o concurso e a indicação. A existência de concursos rigorosos e disputados para admissão de pessoal é considerada, correntemente, uma das principais características das ditas ilhas de excelência burocrática. Malgrado a atribuição, nos estudos que se ocuparam da história da formação das burocracias de excelência, de um papel decisivo à implantação dos concursos, raramente faz-se uma análise minuciosa do processo de admissão por exame. As pesquisas da área de sociologia das elites costumam focalizar os trajetos de chegada aos postos de direção das burocracias, não atendo-se à constituição do corpo regular das elites estatais. O objetivo deste texto é observar mudanças no perfil das elites burocráticas recrutadas, via concurso público, para conduzir o desenvolvimento econômico. Para tanto, descreve-se em detalhes o processo de seleção dos quadros superiores que farão carreira no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A apresentação das mudanças nos procedimentos de seleção foi combinada com apontamentos sobre a trajetória da própria instituição, já que as inflexões na centralidade e nas funções desempenhadas pelo Banco a cada momento impactam no tipo de profissional que ele necessita incorporar.

INTRODUÇÃO

Peter Evans, em seu livro *Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial* (1995), caracteriza o Brasil como um caso intermediário entre um modelo “predatório” e um modelo “desenvolvimentista” de Estado. O primeiro seria regido fundamentalmente por uma lógica de lucro pessoal daqueles que ocupam as posições de poder, enquanto o segundo seria orientado primordialmente para o incentivo sistemático à transformação social e à melhora das condições cole-

tivas. Haveria no Brasil algumas instituições e burocracias que se assemelhariam àquelas existentes nos Estados “desenvolvimentistas”: com funcionários altamente especializados, carreiras prestigiosas, bem conectadas aos setores estratégicos da sociedade e que, na área econômica, atuariam no sentido de viabilizar investimentos produtivos de longo prazo, fornecendo capital e direcionando racionalmente a alocação dos recursos (EVANS, 1995, p. 44-48). Essas instituições, caracterizadas como ilhas ou bolsões de excelência/eficiência, teriam sido criadas com o intuito de escapar à lógica clientelista que prevaleceria na burocracia tradicional e nas arenas políticas brasileiras, e seriam espaços nos quais os técnicos teriam autonomia relativa para planejar, financiar e implementar projetos racionalmente. A Superintendência da Moeda e do Crédito, a Petrobrás, os Grupos Executivos de Juscelino Kubitschek, a Assessoria Econômica Vargas e o BNDE podem ser listados entre os primeiros organismos com essas características, tendo tido importante papel no desenvolvimento brasileiro a partir de meados do século XX (GEDDES, 1990, p. 225; GOUVÊA, 1994, p. 117; EVANS, 1995, p. 61; NUNES, 1984, p. 137-138; SCHNEIDER, 1991; MARTINS, 1985).

O BNDE(S) poderia ser caracterizado como uma burocracia exemplar no que concerne à sua política de recrutamento e gerenciamento de quadros: os funcionários do Banco são recrutados por concurso desde os anos 1950, e os diretores convidados por indicação são, via de regra, especialistas em Economia com uma produção acadêmica reconhecida e/ou com uma atuação de destaque em órgãos econômicos públicos e grupos privados. Eles são escolhidos de acordo com o conhecimento e a legitimidade que têm para desempenhar a função de conduzir a economia nacional, pela afinidade que têm com o projeto político desenvolvido pelo governo, bem como pela amplitude de suas conexões com os setores financeiro e produtivo, essenciais para aproximar o Banco dos agentes econômicos. É possível dizer que, nos últimos 20 anos, os diretores indicados são, em sua maioria, portadores de certificações de competências teóricas e técnicas ainda mais prestigiosas do que aquelas detidas pelos funcionários concursados. Por exemplo, 48,3% dos diretores convidados que o BNDES teve de 1994 a 2011 completaram doutorado, em contraste com 17,6% dos diretores de carreira.

Os estudos de Loureiro e Abrucio (1998) e Olivieri (2007; 2011) sobre a relação entre burocracia e política propõem-se a analisar os padrões de preenchimento dos cargos do alto escalão ministerial e do Banco Central, com a intenção de avaliar quais lógicas presidem a escolha daqueles que têm o poder de dirigir as ditas ilhas de excelência. Este artigo adentrará outra das ditas ilhas de excelência da burocracia brasileira, o BNDES, e alterará o grupo estudado: em vez de observar

o processo de nomeação para os cargos de confiança, o alvo da análise recai sobre os concursos públicos de seleção dos quadros de nível superior, entendidos como o fundamento primário da excelência burocrática. Considerando que parte dessas instituições combina, no topo da hierarquia, dirigentes que ingressaram na instituição somente para ocupar cargos de confiança e diretores oriundos da própria burocracia que chegam ao topo da organização, o estudo do recrutamento inicial para a burocracia torna-se relevante inclusive para compreender a composição das equipes de direção, já que se ocupa do acesso à instituição de profissionais que poderão vir a integrar futuras diretorias¹.

Uma vantagem adicional da análise dos concursos é que eles oferecem pistas para interpretar as inflexões vividas pela instituição analisada, isto porque o perfil dos profissionais com formação de nível superior por ela contratados varia em função das necessidades e prioridades da burocracia em um determinado ponto do tempo. Assim, cada coorte de funcionários contratados pela instituição tem características distintas, que variam em consonância com o formato e o conteúdo do exame adotado naquele ano. Inclusive a presença ou ausência de concursos em um determinado período é elemento relevante para o estudo da burocracia, uma vez que pode sinalizar aumento ou redução do prestígio e da centralidade da instituição no conjunto dos organismos de Estado. É preciso, pois, conjugar o estudo dos concursos com a apresentação das principais funções e tarefas desempenhadas pela burocracia estudada e com a decodificação de sua posição no conjunto dos órgãos do Estado a cada momento.

As etapas percorridas para descrever e analisar as transmutações experimentadas pelos processos de admissão por concurso para o BNDE(S) serão: 1) Apresentação do quadro de admissões por concurso público de advogados, contadores, economistas e engenheiros. 2) Exposição das inflexões centrais nos editais de seleção para as carreiras de engenheiro e economista, explorando as mudanças nos procedimentos de seleção e no conteúdo contemplado no exame. 3) A apresentação dos procedimentos de exame nos anos que correspondem aos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, será complementada por uma discussão acerca das áreas de concentração da bibliografia recomendada aos engenheiros e economistas. A escolha dessas duas carreiras deve-se a sua centralidade e prestígio no Banco. É evidência disso, por exemplo, o dado segundo o qual metade dos diretores do período 1994-2011 que ingressaram por concurso no

1 Um artigo que tematiza a composição da diretoria do BNDES e analisa os canais de acesso aos postos de confiança do Banco está em elaboração.

Banco eram graduados em engenharia e um terço em economia. Além disso, quase todos os engenheiros que foram diretores tinham diploma da área de engenharia de produção ou formação complementar em economia/administração, sendo, pois, híbridos de engenheiro e economista.

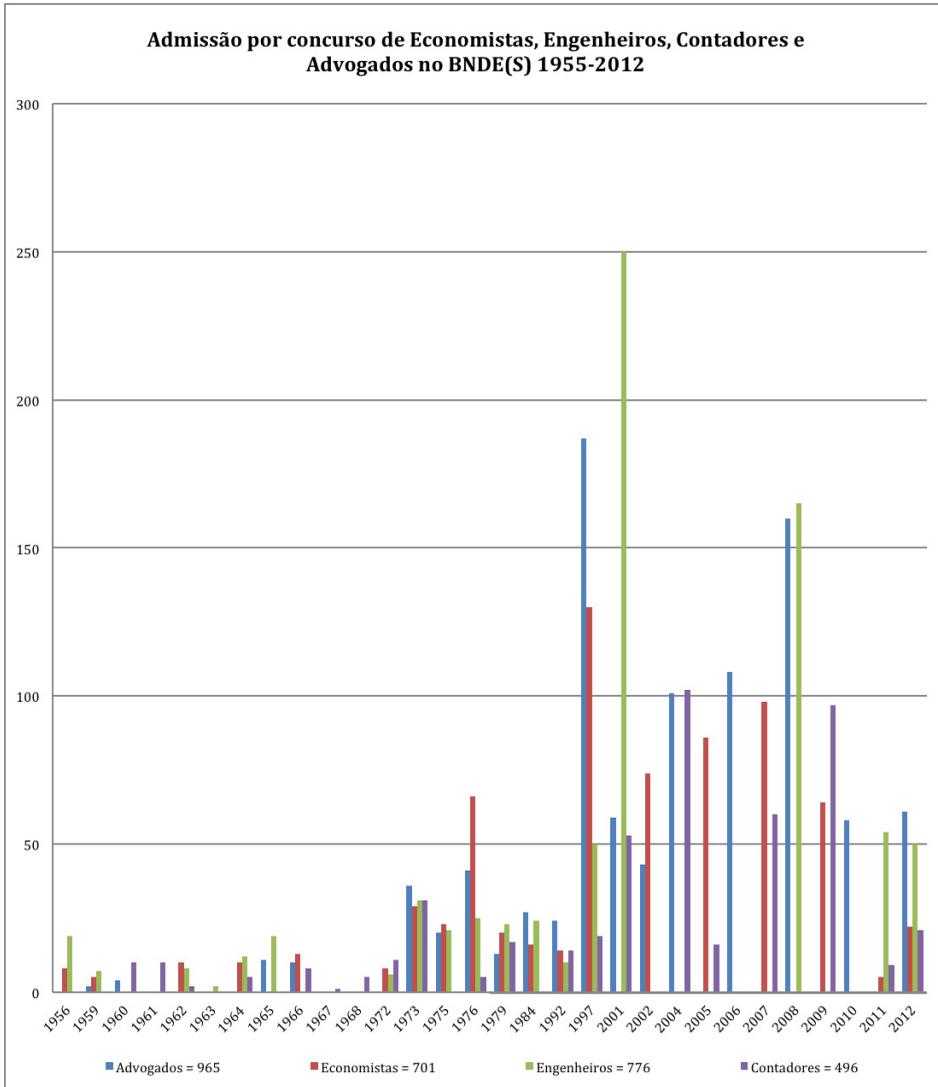


Gráfico 1. Admissão por concurso de Economistas, Engenheiros, Contadores e Advogados no BNDE(S) 1955-2012. Fonte: editais de seleção e listas de admissão para o BNDE(S) de 1955 a 2012 fornecidos pelo Serviço de Informação ao Cidadão do BNDES. Elaboração: própria².

2 Notas sobre a construção do gráfico: 1) Em alguns anos só há informações sobre o número de vagas abertas e sobre os candidatos habilitados, não sendo possível dizer, portanto, se os candidatos habilitados foram convocados em momentos posteriores, já que alguns concursos são válidos por mais de um ano. Em outros casos consta a data na qual a pessoa ingressou efetivamente no Banco ou há anotações que indicam que o candidato foi convocado em momento posterior, solucionando esse problema. 2) A contagem do número de admissões não inclui aqueles que entraram no Banco através dos prêmios BNDES, os profissionais requisitados de

PENSADORES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E ANALISTAS DE PROJETOS (1955-1962)

Lembro perfeitamente que, diante dos primeiros pedidos de financiamento ao BNDES, ficávamos perplexos. Como dar andamento àquilo? Como fazer? Ninguém sabia – e não sabia nem a parte burocrática, nem a legal, nem a técnica. Foi quando se começou a estruturar um setor legal, um setor técnico, e assim por diante. Da parte técnica, aliás, ninguém entendia nada, porque éramos todos economistas (Juvenal Osório, economista do BNDE, in: BNDES, 2002, p. 44).

Criado em 20 de junho de 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) começou sua vida institucional funcionando em algumas salas do edifício do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro. Naquele momento o Banco contava com os diretores indicados e alguns poucos funcionários, auxiliados pelos servidores que atendiam a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos³ e por prestadores de serviço autônomos. Um ano após o início das atividades, o Banco passou a contar com um grupo de funcionários próprio, composto por 6 advogados, 10 economistas, 12 engenheiros, 31 assistentes técnicos e 91 auxiliares administrativos, admitidos sem a realização de um concurso público (BNDES, 2002, p. 31). O primeiro edital de concurso de admissão para o BNDE foi lançado em 1955, pelo superintendente do Banco, Roberto Campos, e homologado em 1956. Além de um conjunto de assistentes e técnicos, foram contratados 8 economistas e 19 engenheiros.

O processo de seleção de economistas no exame de 1955-1956 consistia em um exame escrito de conhecimentos específicos de economia e uma prova de monografia, na qual o candidato deveria apresentar, até 90 dias depois do encerramento das inscrições, uma dissertação inédita e original, que seria avaliada por escrito e arguida oralmente. Tal dissertação deveria versar sobre um dos seguintes tópicos:

outros órgãos governamentais, aqueles que entraram através das subsidiárias do Banco ou por qualquer outro canal que não a admissão por concurso nos anos assinalados. Desse modo, os números apresentados estão longe de ser um retrato do número total de profissionais dessas carreiras que passaram pelo Banco. 3) No ano de 1976 a seleção foi dividida por área de atuação e não por título universitário. Há, pois, uma dificuldade para diferenciar os economistas dos engenheiros (ver adiante).

- 3 A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), composta por técnicos brasileiros e norte-americanos, tinha a missão de elaborar relatórios sobre as condições econômicas brasileiras e de formular projetos essenciais para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento econômico. A Comissão deixa, além dos projetos de desenvolvimento por ela selecionados, ao menos dois legados fundamentais ao Brasil: a *expertise* para formulação e análise de projetos e o BNDE, instituição criada para administrar os financiamentos que o Brasil e os Estados Unidos fariam aos 41 projetos por ela aprovados (CMBEU, 2008, p. 285; SOLA, 1998, p. 95; D'ARAÚJO, 1992, p. 162).

- 1) Teorias sobre o desenvolvimento econômico; formação de capital.
- 2) Teorias sobre poupança, investimento e relação capital-produto.
- 3) Métodos de financiamento do desenvolvimento econômico. Fontes de poupança pública e privada e métodos para incrementá-la.
- 4) Política fiscal e desenvolvimento econômico.
- 5) Desenvolvimento econômico espontâneo e programado; métodos de influenciar o ritmo e direção do desenvolvimento.
- 6) Técnicas de elaboração de projetos de investimento.
- 7) Desenvolvimento industrial e desenvolvimento agrícola.
- 8) Problemas de Industrialização.
- 9) Inflação e desenvolvimento econômico.
- 10) Produtividade.
- 11) Critérios para seleção de investimentos prioritários.
- 12) Investimentos estrangeiros.
- 13) Balanço de pagamentos.
- 14) Intercâmbio comercial e relações de troca.
- 15) Cooperação econômica internacional.
- 16) Política anti-cíclica.
- 17) Coordenação da política econômica e fiscal em sistemas federais de governo.
- 18) Economia dos transportes e da energia.
- 19) Economias regionais.
- 20) Estruturas do mercado e progresso econômico.

Já no caso dos engenheiros, havia um exame escrito que avaliava se o candidato dispunha dos conhecimentos técnicos requeridos para fazer análise econômica e financeira de investimentos e se possuía domínio dos temas “princípios de organização racional do trabalho” e “técnica e prática de organização industrial”. A etapa seguinte consistia em uma avaliação prática que exigia a elaboração de um roteiro de análise e de um relatório técnico avaliando um projeto de financiamento na área de transportes, energia ou indústria. Em 1959, o exame não sofreu alterações. Já o edital de 1961 manteve o exame prático para os engenheiros, mas alterou o conteúdo da prova escrita, que passou a incluir tópicos semelhantes aos da seleção de economistas, como “matemática financeira, estatística, juros, tarifas e preços”, anunciando a tendência que se acentuaria nos próximos anos.

Os editais da primeira década de funcionamento do Banco estavam direcionados à seleção de economistas especializados nas áreas de desenvolvimento e planejamento, e engenheiros que fossem capazes de avaliar projetos de investimento seguindo critérios de viabilidade técnica e econômica. Nesses anos iniciais, os únicos conhecimentos setoriais específicos exigidos diziam respeito às áreas de transportes e energia, que respondiam por 69,1% do capital investido entre 1952 e 1963 (LIMA, 2006, p. 52, 58 e 67).

No governo Juscelino Kubitschek, o presidente do BNDE chefiava o Conselho de Desenvolvimento, órgão centralizador das decisões do Plano de Metas. A relação entre o Conselho e o Banco transbordava o nível da coincidência de chefia, já que

o primeiro reunia-se em um andar do mesmo edifício no qual estava localizado o BNDE:

[...] as secretárias eram requisitadas ao BNDE para fazer serviços de datilografia ou de pesquisa, o conselho pedia ao BNDE que contratasse estatísticos para fazer levantamentos, e assim por diante. O BNDE naquela época ainda estava numa fase inicial, não tinha muito dinheiro para aplicar, não tinha muitos projetos a fazer, de modo que houve uma fusão interessante (LOPES, 1991, p. 172).

Havia uma convergência entre o papel de desenhista de rotas para o desenvolvimento brasileiro desempenhado pelo BNDE e pelo Conselho de Desenvolvimento ao longo desses anos e o modelo de seleção adotado. A exigência de uma monografia em formato similar à requerida para obtenção de um título acadêmico sugere que, à época, desejava-se atrair profissionais que dominassem teoria e fossem capazes de analisar a situação econômica, fazer projeções amplas sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro e elaborar um planejamento geral para o país. Não é fortuito, pois, que figurassem entre os dirigentes do Banco nesse momento Roberto Campos e Celso Furtado, e que, por esse método de seleção, tenha ingressado no BNDE Ignácio Rangel. Nesse sentido, entende-se a afirmação de Juvenal Osório que sugere que eram todos economistas teóricos e, portanto, pouco sabiam sobre operacionalização bancária. Complementarmente, buscava-se recrutar engenheiros capazes de avaliar projetos de financiamento, sobretudo nas áreas de transportes e energia, priorizadas pela instituição nesse período, em que foram concursados, no total, 8 advogados, 22 contadores, 23 economistas e 34 engenheiros, totalizando 87 profissionais nessas 4 carreiras.

ESPECIALIZAÇÃO E PROPULSÃO DA INDÚSTRIA (1963-1966)

É importante assinalar que o Banco, nessa época, tinha perdido certo vínculo com o passado, quando havia feito estudos importantes na área econômica como herdeiro dos projetos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto Cepal-BNDE, que fez um planejamento a longo prazo para a economia brasileira. Essa herança fantástica deveria retornar, e teríamos que implementar estudos de igual qualidade. No Departamento Econômico, iniciamos vários estudos de muito boa qualidade na área de fertilizantes, metais não-ferrosos, siderurgia, indústria química etc. (José Clemente, economista do BNDE, in: BNDES, 2002, p. 70).

O edital lançado em 1963, que contratou economistas para o ano de 1964, abandonou a prova de monografia e passou a adotar, para os economistas, um modelo de exame semelhante ao que era utilizado para selecionar engenheiros: uma prova prática com o tema “desenvolvimento econômico”, na qual o candidato deveria apresentar suas respostas na forma de pareceres com “apreciação, análise, conclusões recomendadas e justificativas das mesmas”. Além da prova, o candidato seria submetido a um exame teórico de conhecimentos econômicos e a uma prova de estatística. No ano de 1965, diversificaram-se os temas da prova aplicada, podendo o candidato optar entre: “a renda nacional: conceitos metodológicos e teóricos”, “o sistema de preços”, “desenvolvimento econômico” ou “técnica de elaboração e análise de projetos de investimento”. Tal diversificação reduziu o peso dos conhecimentos sobre “desenvolvimento econômico” na seleção. A substituição do exame de feições acadêmicas por um exame presencial, com tempo delimitado e questões previamente definidas, a inclusão de temas de economia aplicada no exame prático e a adoção de exames de estatística e cálculo são evidências de que a nova gestão buscava admitir profissionais com maior domínio técnico, em vez de economistas teóricos com pouco treinamento operacional.

A transição no papel desempenhado pelo BNDE no cenário nacional no início do governo militar teve afinidade com as transformações assinaladas. Se o Banco foi central na formulação da política de desenvolvimento durante o Plano de Metas, os governos seguintes não lhe deram semelhante espaço na concepção das estratégias nacionais. Nos governos Jânio Quadros e João Goulart, o BNDE foi dirigido por figuras sem grande prestígio técnico ou proeminência intelectual: José Vicente de Faria Lima, um quadro da aeronáutica que viria a ser eleito prefeito de São Paulo, e Leocádio Antunes, um gaúcho que fora deputado estadual pelo PTB e secretário de finanças de Leonel Brizola⁴. O esvaziamento do BNDE era tamanho que, entre junho de 1963 e abril de 1964, o superintendente exerceu interinamente a presidência, pois não se logrou a nomeação de novo titular.

A designação de Roberto Campos, que havia sido fundador, superintendente e presidente do BNDE, para o Ministério do Planejamento em 1964, não fez com que o Banco reconquistasse a definição da política de desenvolvimento. Campos tivera uma série de aborrecimentos no final de seu período como presidente do Banco. Saiu de lá conhecido como “Bob Fields”, o entreguista, e arrastou com ele vários altos quadros da instituição. Restaram ali os funcionários que ele concursara e que,

4 Ver Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) eletrônico: verbetes Leocádio Antunes e Vicente Faria Lima. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

para seu desgosto, identificavam-se majoritariamente com os segmentos nacionalistas com os quais atritara no final dos anos 1950⁵ (CAMPOS, 1994, p. 349-369). O Ministro Campos decidiu afastar o BNDE do núcleo de planejamento e criar uma nova instituição destinada ao estudo e à concepção das políticas econômicas e de desenvolvimento: o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA). Ligado ao governo, porém independente de sua rotina administrativa, o EPEA não recrutava seus funcionários por concurso, o que permitia aos dirigentes escolher cuidadosamente os seus quadros (João Paulo dos Reis Velloso, in: D'ARAÚJO et al., 2005, p. 21-23). Na direção do BNDE não foi colocado um desenvolvimentista proeminente, e sim um monetarista do grupo do Ministro da Fazenda, Octávio Bulhões, que estava mais preocupado com a estabilização das finanças públicas e com o combate à inflação do que com o financiamento do desenvolvimento. Assim, O BNDE passou de planejador econômico a agente executor de políticas desenhadas por outros organismos governamentais, notavelmente o EPEA.

A substituição do exame de cunho acadêmico pela análise de um projeto de investimento e a adoção de uma prova de estatística separada do exame teórico de economia são indícios de que o processo seletivo passou a mirar o recrutamento de economistas com habilidades práticas, em lugar de teóricos do desenvolvimento econômico. Esse movimento condiz com a transição na função do Banco, já que seus funcionários passariam a ser, primordialmente, operadores de políticas delineadas alhures.

No caso dos engenheiros, a prova prática sofre uma alteração que ilustra a abertura do BNDE para novas áreas de investimento, como mencionado no depoimento de José Clemente. Se, até então, energia e transportes figuravam como incontestáveis prioridades, a partir de meados dos anos 1960 a indústria passa ao centro das preocupações do Banco. A criação da Rede Ferroviária Federal (1957), da Eletrobrás (1962) e da Embratel (1965) colaborou para que o Banco pudesse reduzir a parcela de investimentos em infraestrutura e conseguisse injetar capital em outros setores. Nesse período a siderurgia passou a concentrar mais da metade dos investimentos do BNDE, rendendo-lhe o apelido de Banco do Aço. Também as áreas de papel e celulose, petroquímica, fiação e tecidos, borracha e refrigeração passaram a ter papel de destaque no rol dos financiamentos do Banco (TAVARES,

5 Esse atrito não marcou a instituição desde o início de suas atividades, já que nos anos 1950 predominava uma oposição entre aqueles que tinham formação técnica e aqueles que ingressavam no Banco apenas por indicação dos políticos, sem ter reconhecidas competências especializadas na área econômica (KLÜGER, 2014).

2010, p. 127-128)⁶. Em sintonia com as novas prioridades, a partir de 1963, além dos segmentos de transportes e energia e indústria em geral, o candidato podia optar, no exame prático, pelos setores de: agroindústrias e armazenagem, mineração e metal, elétrica e mecânica ou química e petroquímica. Nesse período o Banco incorporou mais 13 contadores, 21 advogados, 23 economistas e 33 engenheiros, totalizando 90 profissionais de nível superior nessas 4 carreiras.

DA CRISE DO FINAL DOS ANOS 1960 AO BNDE GRANDE, SETORIAL E FINANCEIRO DE 1970

Meu antecessor, Jayme Magrassi de Sá, era uma pessoa muito correta e decente, mas um unha de fome. [...] Não é brincadeira não. Não fez, na presidência, nenhum concurso público para renovar os quadros. [...]. O Banco estava estagnado, empobrecido e envelhecido. Admitir alguém, nem pensar! Fiz então uma coisa que pouca gente sabe exatamente como aconteceu. [...] propus contratar a [consultoria] Booz-Allen Hamilton para fazer uma análise e um projeto de reforma administrativa. Todo mundo topou (Marcos Vianna, presidente do BNDE, in: TAVARES, 2010, p. 295).

Em 1967 Antonio Delfim Netto tornou-se Ministro da Fazenda. Ele ficou conhecido como o Czar da economia brasileira, por sua capacidade de espalhar leais colaboradores nos diversos órgãos encarregados da elaboração e condução da política econômica, mantendo, por extensão, o controle dos meandros do Estado (SCHNEIDER, 1991, p. 91). Uma questão a ser colocada é: se Delfim conseguiu criar uma extensa rede de colaboradores espalhados pela administração econômica do Estado, tendo sido capaz de instalar aliados no Banco Central, no IPEA⁷ e nas empresas estatais, por que nenhum de seus colaboradores mais próximos foi enviado ao BNDE?

Durante o governo Costa e Silva o presidente do Banco foi o contador e economista Jayme Magrassi de Sá, que ingressara no BNDE por concurso e que havia

6 A diversificação da atuação do Banco resultava também da criação dos fundos especiais como o FINAME, voltado ao financiamento da compra e venda de máquinas e equipamentos, o FUNTEC, dirigido ao estímulo e financiamento à formação de pesquisadores e ao reequipamento dos centros de pesquisa, e o FIPEME, para pequenas e médias empresas. Ver Tavares (2010, capítulo 4).

7 Em fevereiro de 1967, o EPEA muda seu nome para Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada (IPEA), nome que é alterado novamente em janeiro de 1969, passando a ser: Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA). O nome é alterado uma vez mais, em maio de 1990, quando o órgão passa a chamar-se Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

frequentado a Escola Superior de Guerra, aproximando-se dos militares⁸. Ele não tinha prestígio nacional nem os ouvidos do poderoso Ministro da Fazenda, ficando totalmente à margem das decisões econômicas. Magrassi permaneceu no Banco até 1970, quando caiu por ter feito declarações públicas nas quais dizia que a política econômica de Delfim Netto era irracional, inflacionária e concentradora de renda⁹.

O presidente seguinte, Marcos Vianna, que fora designado para o BNDE pelo Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, menciona, no trecho citado acima, que Magrassi não fizera nenhum concurso para o Banco, provocando desatualização e envelhecimento do corpo funcional¹⁰. Isso em um cenário nacional que não era de estagnação – ao contrário, o país estava crescendo em média 8,5% ao ano e o orçamento do Banco havia praticamente dobrado de 1967 a 1970 (PROCHNIK, 1995, p. 162-163; LIMA, 2006, p. 72). A ausência de concursos deve ser lida não como uma idiossincrasia de um presidente “unha de fome”, mas como uma evidência da perda de prestígio que a instituição vinha sofrendo por quase uma década. Afinal, caso ela fosse um instrumento central do planejamento, não se deixaria que ela fosse esvaziada, não importando quão sovina fosse seu presidente.

A parceria Velloso-Vianna acabou com o isolamento do Banco e restaurou seu prestígio. Nos nove anos de presidência de Marcos Vianna, engenheiro formado pela Universidade do Brasil que havia sido diretor da Vale do Rio Doce por mais de dez anos, ocorreram mudanças essenciais tanto na estrutura do Banco quanto no processo de recrutamento. Tentando modernizar a instituição, Marcos Vianna decidiu promover uma reorganização administrativa com a ajuda de uma consultoria externa, a Booz-Allen Hamilton. A pergunta que a consultoria propunha era: quais deveriam ser as novas funções do BNDE em um país que, à época, parecia estar atrelado à locomotiva do crescimento?

Uma das modificações centrais introduzidas pela reforma promovida por Marcos Vianna foi a separação do setor de planejamento e prioridades da área de orçamento e concessão de crédito. O BNDE passou a ter uma veia operacional, que analisava a viabilidade e bancabilidade dos projetos, e uma divisão dedicada à reflexão sobre o desenvolvimento e à definição de prioridades de longo prazo. Assim, procurava-se restaurar o papel de agência de desenvolvimento capaz de conceber um planejamento econômico que atravessasse gestões governamentais. Ademais, o Banco passou do regime de autarquia governamental ao de empresa

8 Ver DHBB eletrônico: verbete Jayme Magrassi de Sá. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

9 Ver: *Correio da Manhã*, Ano I, número 24, Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1970.

10 Na realidade, Magrassi repôs por concurso 27 contadores.

pública, o que deu à instituição maior flexibilidade para estabelecer contratos, usar seus recursos e contratar pessoal, além de permitir que empresas subsidiárias se ligassem ao Banco. O fundo de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos (FINAME) foi convertido em subsidiária em 1971. Em 1974 surgiram três outras empresas ligadas ao Banco: a Mecânica Brasileira S.A. (EMBRAMEC), a Insumos Básicos S.A. (FIBASE) e a Investimentos Brasileiros S.A. (IBRASA), reunidas em 1982 para formar a BNDES Participações (BNDESPAR) (CABRIA, 2012, p. 192; VIANNA, 2009, p. 77-78).

Em 1974, Marcos Vianna negociou com Ernesto Geisel a atribuição ao BNDE de uma nova e estável fonte de recursos, proveniente dos fundos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). O adicional do Imposto de Renda, que foi a primeira fonte de financiamento do Banco, tinha sido estabelecido inicialmente por 5 anos, de 1952 a 1957. Durante o Plano de Metas, a diretoria do Banco conseguiu renovar o acordo por mais dez anos. Findos esses dez anos, o Banco contava apenas com os retornos dos investimentos que fizera até então e com repasses do orçamento, que dependiam de negociações diretas com o Conselho Monetário. Ainda que o Banco não tivesse visto sua receita diminuir no período, ele dependia ano a ano da boa vontade dos governantes. A conquista de uma fonte de renda fixa aumentava a autonomia relativa do BNDE e permitia que os planos traçados pelo Departamento de Prioridades fossem executados com regularidade. No primeiro ano em que o Banco recebeu os recursos do PIS/PASEP o orçamento subiu de 753.181 mil dólares, em 1973, para 1.609.720 mil dólares, em 1974, e chegou no final da gestão Vianna a 4.998.145 mil dólares (PROCHNIK, 1995, p. 163-164).

Com nova estrutura jurídica, administrativa e de recursos, o BNDE passaria a ter, no governo Geisel, uma centralidade que não tinha desde o fim do governo JK. Em 1974, Delfim Netto deixou o Ministério da Fazenda, o que permitiu que o Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, passasse a ter maior poder sobre a definição da política econômica do governo. Velloso e Vianna tiveram uma atuação integrada na implementação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que recolocou o BNDE em uma posição central. O II PND teve início em um cenário de desequilíbrio do balanço de pagamentos, causado pela primeira crise do petróleo. Em vez de promover um ajuste recessivo, o governo Geisel elevou o grau de investimento, financiando o crescimento industrial e as obras de infraestrutura com expansão monetária e endividamento externo, o que concorreu para levar o país ao descontrole inflacionário do início dos anos 1980. O Plano de Geisel procurava contornar a crise propulsando uma nova onda de

substituição de importações, com o objetivo de reduzir a dependência externa do país. Aceleraram-se os investimentos nas áreas de prospecção de petróleo e produção de energia hidrelétrica, bem como os incentivos e financiamentos à implantação de indústrias de transformação, de bens de capital e eletrônica, que, uma vez implementadas, deveriam ajudar o país a acumular divisas, reduzindo sua dependência externa (CARNEIRO, 1990).

Como as alterações nos concursos vinculam-se a essas mudanças? O primeiro dado a ser destacado é a amplitude que os concursos ganharam sob a presidência de Marcos Vianna, com a admissão de 100 contadores, 106 engenheiros, 110 advogados e 146 economistas, totalizando 462 profissionais de nível superior nessas 4 carreiras. Nas duas décadas anteriores o Banco havia contratado 183 profissionais dessas áreas, o que não corresponde sequer à metade das vagas abertas nos anos 1970. A necessidade de profissionais era tamanha que o BNDE contratou, no início da década de 1970, uma série de estagiários para cobrir o déficit de pessoal. Quando esses estagiários concluíam a graduação, o Banco não podia abrir mão da presença desses jovens profissionais treinados internamente, conhecedores da máquina e dos procedimentos operacionais. Por essa razão, foi criada a categoria de adestrando para os estagiários que já tinham se formado, muitos dos quais fizeram concursos e foram admitidos nos anos seguintes.

Também os editais e o conteúdo das provas de seleção foram alterados nos anos 1970. Em 1972 e 1973 são feitos dois processos seletivos para cobrir as lacunas deixadas pelos 5 anos sem renovação. O processo seletivo de 1972 passou a incluir uma prova de conhecimentos gerais, que versava sobre “os fatos nacionais e internacionais que tenham sido divulgados pelas vias normais de comunicação (jornal, rádio, televisão, cinema, revistas, etc.)” e uma prova de econometria. Foram mantidos os exames de economia, estatística e a prova de análise e avaliação de projetos. Em 1973, adicionou-se uma prova de matemática financeira. As provas para engenheiros dos anos de 1972 e 1973 deixaram de ser divididas por setores, passando a exigir simplesmente que o profissional tivesse conhecimentos gerais nas áreas de “análise de investimentos e de projetos, análise de custos, contabilidade geral, estatística, e métodos de pesquisa operacional”. Nesse sentido, houve um pequeno e breve retrocesso no grau de especialização exigido dos candidatos. Acentuou-se, em contrapartida, a tendência à matematização, que favorece o perfil técnico e a capacidade operacional dos candidatos, com a inclusão de exames de econometria e matemática financeira.

A maior abrangência das provas e o fim da segmentação dos candidatos foi radicalmente revertida nos processos seletivos feitos depois da conclusão da

consultoria realizada pela Booz-Allen Hamilton. Os exames passaram a apresentar um enfoque ainda mais prático e setorial do que aquele esboçado em meados dos anos 1960. No ano de 1975 foi adicionada uma cláusula requisitando ao menos cinco anos de experiência profissional na área para a qual o candidato concorria. Tal exigência parece advir da necessidade do Banco de incorporar pessoas que já tivessem treinamento especializado para suprir a lacuna de profissionais, que se acentuara devido ao aumento das funções desempenhadas pelo Banco no II PND. Os exames de conhecimentos gerais deixaram de existir e mesmo a prova teórica foi suprimida, sendo o candidato avaliado por um trabalho prático e por uma entrevista centrada no tema de especialidade escolhido.

No caso da prova aplicada, os economistas puderam optar pelas áreas de: 1) Análise econômica de projetos, 2) Mercado de capitais, 3) Planejamento econômico e 4) Estudos setoriais. Já os engenheiros tiveram as seguintes opções: 1) Projetos para indústrias químicas e petroquímicas, 2) Projetos para indústrias de papel e celulose, 3) Projetos para indústrias de siderurgia, metalurgia e mineração, 4) Projetos para indústrias mecânicas, 5) Projetos para indústrias de bens de capital, 6) Projetos para indústrias de infraestrutura, 7) Projetos para agropecuária e 8) Projetos para abastecimento. Também exigiam-se conhecimentos gerais sobre elaboração, análise, implantação e acompanhamento de projetos específicos, engenharia econômica, administração da produção, orçamento de investimentos, equipamentos e tecnologia específica, poluição e preservação do meio ambiente, entre outros. Houve, pois, uma acentuação sem precedentes na orientação setorial e no caráter aplicado do exame de seleção, que decorreu da estrutura setorial que o Banco adotou para executar o II PND (MOURÃO, 1994, p. 5).

Em 1976, as áreas de especialidade contempladas no exame mudaram. A primeira transformação notável foi o fim da separação entre engenheiros e economistas, podendo cada candidato optar pela área com a qual tivesse maior familiaridade, independentemente de sua formação original. As opções que apresentavam-se aos economistas e engenheiros passaram a ser: 1) Administração e análise financeira, 2) Mercado de capitais, 3) Análise microeconômica de projetos, 4) Planejamento econômico e 5) Análise técnica de projetos.

A seleção de 1979, por fim, foi aberta apenas ao pessoal interno que precisava passar por concursos, entre os quais os estagiários e adestrandos. Esse é o primeiro ano em que houve uma bibliografia e tópicos de estudo indicados aos candidatos. A área de mercado de capitais ocupou cinco das dez páginas de pontos recomendados aos economistas, e também metade do programa do exame para os engenheiros. Para que se tenha uma medida de comparação, o segundo maior

ponto do programa para economistas, planejamento, ocupou menos de duas páginas. Conclui-se, portanto, que a tendência de reforço da área financeira, que teve início com a inclusão do exame de matemática financeira, em 1973, acentuou-se ao longo da década, passando pela seleção de especialistas para as áreas de mercado de capitais e análise financeira em 1975-1976, até em 1979 ocupar metade do programa da seleção. Esse novo enfoque foi certamente indissociável da criação das três subsidiárias voltadas à atuação do Banco no mercado de capitais em 1974 (BNDES, 2002, p. 95-96 e 101).

UMA DÉCADA E MEIA PERDIDA: O BNDES EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA, CONCURSOS ESTAGNADOS (1980-1993)

Durante muito tempo, o recrutamento de pessoal [para as subsidiárias], através de avaliação de currículo e provas específicas, sem um concurso público, e o oferecimento de salários mais altos que atraíssem esses profissionais foram pontos de divergência dentro do Banco [...]. As subsidiárias haviam passado por uma dura experiência no início da década de 80, durante a gestão de Luís Sande, quando os parâmetros de recrutamento das subsidiárias foram substituídos por práticas patrimonialistas, o que gerou, inclusive, um fortalecimento do movimento sindical dentro do Banco. A partir dessa experiência, todos passaram a concordar que o concurso público era a melhor alternativa para o recrutamento de pessoal (LIMA, 2006, p. 88).

Os anos 1980 correspondem a um período de crise do modelo de desenvolvimento por substituição de importações e da industrialização acelerada que prevaleceu, com algumas oscilações, do governo Vargas ao governo Geisel. A instabilidade econômica, o descontrole monetário, o crescente volume da dívida externa e interna e os sucessivos planos de combate à inflação provocaram a queda nos investimentos estatais e privados. O crescimento do PIB caiu de uma média de 6,8% nos anos Geisel para 2% de crescimento médio nos anos do governo João Figueiredo (ABREU, 1990). Mesmo que o BNDE não tenha experimentado uma redução de seu orçamento correspondente à queda da atividade econômica, é possível argumentar que ele ficou politicamente à deriva.

O primeiro presidente do BNDE do governo João Batista Figueiredo, Luiz de Oliveira Sande, era advogado e administrador e havia sido secretário da Fazenda da Prefeitura de Salvador e secretário da Fazenda do Estado da Bahia nas gestões de Antonio Carlos Magalhães. Sande ocupou a presidência do BNDE de março

de 1979 a setembro de 1983 e foi substituído por outro homem de ACM, Jorge Lins Freire, que tinha sido assessor-chefe de Sande na Secretaria da Fazenda da Bahia e assumiu o posto de secretário com a saída de Sande¹¹. A indicação desses presidentes teria sido resultado de concessões de Figueiredo às lideranças regionais que o apoiavam (VIANNA, 2010, p. 306; LIMA, 2006, p. 109). Não é apenas no depoimento de Marco Antonio Lima que se avalia essa gestão como patrimonialista: em entrevistas com ex-diretores do Banco, realizadas entre 2012 e 2015, foram usadas as expressões: “um presidente que trouxe uns assessores esquisitos, chamado Luiz Sande”, “foi o pior presidente da história do BNDES”, “tentou efetivamente transformar o Banco em uma instituição que seguisse os seus interesses políticos”. Chegou-se ao ponto de dizer que ele consagrava-se à “busca mesquinha de interesses particulares”¹².

O panorama foi, então, de crise política interna e colapso da possibilidade do Banco de exercer a sua função de financiador do desenvolvimento em uma economia que desaquecia, na qual as empresas sequer tinham condições de honrar as dívidas contraídas. No início, o BNDE empenhou-se em apoiar empresas consideradas estratégicas, sanear suas finanças e, assim, evitar maiores danos. Ao poucos, os técnicos passaram a se perguntar, novamente, qual deveria ser o foco de sua atuação no novo contexto, razão pela qual procuraram organizar um processo de planejamento estratégico interno. O comitê de planejamento foi formado pelos chefes de departamento e superintendentes do Banco. Eles procuravam fazer uma política de dentro para dentro, excluindo a direção que rejeitavam. A instabilidade administrativa era tamanha que os técnicos sequer conseguiram debater suas propostas com a diretoria. Continuaram, então, eles próprios, com seu planejamento interno. Passaram a delinear possíveis cenários para a economia brasileira no período 1983-1986 e, a partir deles, pensar que estratégias o Banco poderia adotar para ajudar a refazer a economia no pós-crise. Primeiro, orientaram-se por um cenário que chamaram de “Retomada”, no qual a economia voltaria a crescer, capitaneada pelo empreendimento privado. Nesse cenário o investimento estatal e a perspectiva setorial perderam foco. As palavras de ordem passaram a ser modernização para aumentar a competitividade, tecnologia e expansão da fronteira agrícola (MOURÃO, 1994, p. 5-11). Outra inflexão nas prioridades decorreu da criação, em 1982, de uma área social que alterou o nome do BNDE para BNDES. Tal inflexão não resultou de uma iniciativa própria do Banco, e sim da decisão

11 Ver DHBB: verbetes Luiz Sande e Jorge Lins Freire. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

12 Entrevista concedida à autora em 2012.

federal de alocar nele o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL), destinado a financiar projetos de cunho assistencial nas áreas de saúde, educação, habitação popular e pequena agricultura (TAVARES, 2010, p. 183).

Os anos de crise e caos e o fim do enfoque setorial impactaram também os concursos. O Banco ficou de 1979 a 1983 sem ter nenhum processo de seleção para as quatro carreiras em consideração. Em 1984, o concurso passou a ser estruturado em um exame dividido em duas etapas, uma objetiva e uma discursiva, formato que prevalece até hoje. O conteúdo das duas etapas era o mesmo. No caso dos economistas: microeconomia, macroeconomia, economia internacional, economia brasileira, análise e avaliação de projetos, contabilidade, matemática financeira e estatística. No caso dos engenheiros: análise de investimentos, contabilidade, finanças, administração da produção, microeconomia, pesquisa operacional, estatística e tecnologia. O exame aboliu qualquer tipo de segmentação setorial. Deixou-se de exigir que os engenheiros tivessem conhecimentos especializados, e a única área propriamente ligada a engenharia que se sobressaiu foi a tecnologia, que havia sido considerada essencial no cenário e planejamento de 1983. De resto, o conhecimento requerido dos engenheiros pouco diferiu da formação de economistas ou administradores.

Em 1988 chegou-se a promulgar um edital para a contratação de profissionais de nível superior, que foi suspenso devido às medidas de contenção de gastos federais lançadas pela Presidência da República dez dias depois da publicação do edital. Desde 1986, os funcionários do Banco estavam engajados na preparação de um segundo cenário para orientar suas atividades. Esse cenário foi batizado de “Integração Competitiva” e postulou que a substituição de importações era uma etapa encerrada, o país deveria enxugar o Estado que era incapaz de dinamizar o crescimento, o capital estrangeiro contribuiria para a modernização tecnológica e gerencial da economia, e que, portanto, o Brasil deveria integrar-se ao mercado mundial, expondo suas firmas à competição internacional (MOURÃO, 1994, p. 13-19).

Na gestão de Márcio Fortes (1987-1989), um empresário do ramo da engenharia civil e herdeiro de uma grande construtora, a BNDESPar, começou a vender ações das empresas que controlava. Esse primeiro movimento de autoprivatização resultou na venda de 17 empresas. O que começou como uma venda de ativos para desonerar o Banco da tarefa de administrar diretamente as empresas que passara a gerir para salvar da crise, e para permitir que ele reciclasse seu capital, tornou-se o paradigma de privatização empregado pelas gestões federais subsequentes (VELASCO JR., 2010, p. 312-315). A perspectiva da integração competitiva que começara a conquistar o BNDES na segunda metade dos anos 1980 se consolidou e se

espraiou com a chegada, em 1990, de Fernando Collor à Presidência da República e de Eduardo Modiano, engenheiro com pós-graduação em administração pelo MIT, à presidência do BNDES. Nesse momento, o ideário de modernização, competitividade e integração internacional abraçado internamente colou-se ao discurso do novo governo, que encarregou o Banco do Programa Nacional de Desestatização, trazendo-o de volta ao centro do palco, não para planejar o desenvolvimento, mas para remodelar a estrutura de controle da economia do país (MODIANO, 2000, p. 324; COSTA, 2011, p. 33-35).

É possível dizer que a obsessão dos anos 1990 pelo enxugamento da máquina pública atingiu o próprio BNDES, já que, no governo Collor, o banco experimentou pela primeira vez um substantivo declínio em seu orçamento; da estabilidade na faixa dos 7.000.000 mil dólares ao ano desde a redemocratização, caiu para uma média de 5.000.000 mil dólares ao ano (PROCHNIK, 1995, p. 165). Ademais, a política de enxugamento fez com que nos dez anos cobertos pelos governos José Sarney, Itamar Franco e Fernando Collor, o Banco realizasse apenas um concurso, em 1992, sem notáveis modificações em relação ao edital de 1984. No total, entre 1980 e 1993, contrataram-se 129 profissionais, 14 contadores, 30 economistas, 34 engenheiros e 51 advogados. Tal número de admissões não equivale sequer ao volume de contratações dos primeiros 20 anos, correspondendo a 94% das admissões entre 1952-1971 e a 15% entre 1972-1979¹³.

A estagnação no fluxo de entrada de profissionais teve efeito três décadas depois, quando a geração contratada nos anos 1970 começou a aposentar-se, fazendo com que o Banco tivesse que enfrentar o desafio de transmitir rapidamente as competências e o espírito de corpo da instituição para um grande grupo de recém-contratados. Outra alteração visível no período 1980-1993 é o crescimento da proporção de advogados entre os contratados, que ultrapassou pela primeira vez o volume de admissões para as outras carreiras. Essa mudança pode ser relacionada à instauração do Programa Nacional de Privatização, que contava com um comitê jurídico para operar leilões, fazer auditorias, licitar, desenhar contratos etc. (COSTA, 2011, p. 44-45). A prevalência dos advogados foi preservada nos 20 anos seguintes¹⁴.

13 O cálculo foi feito equiparando o número de anos para dar comparabilidade aos valores e poder extrair os percentuais.

14 Os funcionários de carreira que chegaram à diretoria do Banco nos últimos vinte anos, quase todos engenheiros e economistas, foram recrutados essencialmente na coorte de 1970. É possível indagar se o crescimento do número de advogados no Banco, a partir dos anos 1980, terá efeitos sobre a carreira de origem dos futuros diretores.

FORMA ESTÁVEL, CONTEÚDO VARIÁVEL: A BIBLIOGRAFIA DOS CONCURSOS COMO INDICADOR DAS TRANSIÇÕES NAS PRIORIDADES DO BANCO (1994-2012)

Entre 1994 e 2012 o Banco contratou 777 advogados, 569 engenheiros, 479 economistas e 337 contadores, totalizando 2162 profissionais. Equiparando-se o número de anos, o volume de admitidos nos concursos da década de 1970, até então a mais pujante, correspondeu a apenas 41% dos recrutados nesse último período. Até 2012 os concursos mantiveram o modelo implementado em 1984, no qual o exame era dividido em etapa objetiva e etapa discursiva. Mudaram, entretanto, os conteúdos avaliados em cada uma dessas etapas. Em 1997 foi incluído na seleção um exame de língua inglesa, o que coincide com a transferência para o BNDES do programa de apoio à exportação, antes gerido pela FINAME. Em 2001, seguindo a tendência de aprofundamento da cooperação sul-americana, o candidato passou a poder optar entre inglês e espanhol. Nesse mesmo ano incluiu-se um exame de noções de informática. Em 2005, a prova de informática desaparece e a parte objetiva do exame passa a contemplar questões de língua portuguesa, língua espanhola ou inglesa e conhecimentos específicos. Enquanto isso, a prova discursiva continuou a examinar apenas conhecimentos específicos.

Para analisar as mutações dos concursos dos últimos anos será discutida a lista de referências bibliográficas recomendadas nos editais de seleção para engenheiro dos concursos de 1997, 2001 e 2008, e para economista dos anos de 1997, 2002, 2005, 2007 e 2009. O índice JEL¹⁵, desenvolvido pela *American Economic Association* e internacionalmente adotado para classificar a produção de conhecimento em economia, foi o parâmetro adotado para organizar os títulos indicados aos candidatos. A possibilidade de usar o indicador de bibliografia econômica para classificar também a literatura recomendada aos engenheiros é, em si, uma evidência sobre o tipo de engenheiros atraído para a instituição.

Na bibliografia recomendada aos economistas no edital de 1997, os temas de maior incidência são relativos à formação geral dos candidatos. É possível correlacionar o tema “macroeconomia e economia monetária” à questão primordial da economia de meados dos anos 1980 a meados dos anos 1990, que era a estabilização monetária. No início do governo Fernando Henrique Cardoso, o BNDES estava imerso nas tarefas de promover os ajustes e reformas propostas pelo Plano Real e continuou atuando como agente condutor da privatização, que passou a contem-

15 Disponível em <https://www.aeaweb.org/econlit/jelCodes.php?view=jel>. Consultado em: 19/10/2015.

Tabela 1. Classificação JEL da Bibliografia dos Editais de Concurso para as Carreiras de Economista e Engenheiro do BNDES.

Índice JEL de classificação da produção em Ciência Econômica	Eco 1997	Eco 2002	Eco 2005	Eco 2007	Eco 2009	Eco Total	Eng 1997	Eng 2001	Eng 2008	Eng Total
(A) Ciência Econômica Geral e Ensino de Economia		3,1%				0,6%		6%		1%
(B) História do Pensamento Econômico, Metodologia e Abordagens Heterodoxas										
(C) Métodos Quantitativos e Matemáticos	8,3%	6,3%	5,3%	6,1%	11,5%	6,4%	11%	6%	7%	8%
(D) Microeconomia	8,3%	3,1%	2,6%	4,1%	7,7%	7,0%			4%	1%
(E) Macroeconomia e Economia Monetária	16,7%	3,1%	7,9%	6,1%	3,8%	7,0%			4%	1%
(F) Economia Internacional	8,3%	15,6%	5,3%	4,1%	3,8%	7,0%				
(G) Economia Financeira	8,3%	34,4%	7,9%	10,2%	15,4%	14,5%	14%	17%	11%	14%
(H) Economia do Setor Público		9,4%	15,8%	18,4%	11,5%	12,2%	4%	11%	4%	4%
(I) Saúde, Educação e Renda			5,3%	4,1%	7,7%	3,5%				
(J) Economia do Trabalho e da Demografia			2,6%			0,6%				
(K) Direito e Economia										
(L) Organização Industrial	8,3%	3,1%	7,9%	8,2%	7,7%	7,0%	25%	11%	11%	15%
(M) Administração de Negócios e Economia de Negócios: Marketing, Contabilidade e Economia da Gestão de Pessoal	8,3%	3,1%	2,6%	2,0%		2,9%	14%	17%	26%	18%
(N) História Econômica	25,0%	6,3%	5,3%	8,2%	7,7%	9,3%			4%	1%
(O) Economia do Desenvolvimento, Inovação, Mudança Tecnológica e Crescimento	8,3%	6,3%	18,4%	10,2%	3,8%	9,9%	18%	11%	11%	13%
(P) Sistemas Econômicos										
(Q) Economia da Agricultura e dos Recursos Naturais, Economia da Ecologia e Meio Ambiente			2,6%	2,0%	3,8%	1,7%		6%	7%	4%
(R) Economia Urbana, Rural, Regional, Imobiliária e dos Meios de Transporte			5,3%	4,1%	3,8%	2,9%	4%	11%		4%
(Y) Categorias Mistas										
(Z) Outros tópicos (decretos e publicações governamentais)		6,3%	5,3%	12,2%	11,5%	7,6%		6%	11%	14%
(θ) Tópicos de Engenharia: ciência dos materiais, física, química, eletrotécnica							11%			4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Legenda: Azul: tema mais presente no ano. Roxo: segundo tema mais presente. Fonte: editais de seleção e listas de admissão para o BNDE(S) de 1997 a 2009, fornecidos pelo Serviço de Informação ao Cidadão do BNDES. Elaboração: classificação, tradução do índice e elaboração própria.

plar os setores de energia, telecomunicações, minérios, dentre outros. Na segunda metade dos anos 1990, depois de um ciclo de aproximadamente dez anos orientado para o esforço de estabilização, reestruturação do Estado e abertura internacional, o Banco voltou a engajar-se em políticas de fomento industrial.

O Banco intensificou o apoio à diversificação dos investimentos e voltou a sustentar, em parceria com grupos privados nacionais e estrangeiros, fortes inversões em infraestrutura [...]. Além disso, o crescimento da confiança nos parâmetros fundamentais da economia nacional, em consequência do processo de estabilização, vem resultando no aumento dos investimentos em empreendimentos industriais e de agropecuária, em especial naqueles que envolvem projetos de reestruturação competitiva e de atualização tecnológica das plantas produtoras (Luiz Carlos Mendonça de Barros, *Mensagem do Presidente*, BNDES, Relatório Anual, 1997).

Para a volta do BNDES ao segmento industrial – com o objetivo prioritário de “contribuir para a modernização e a internacionalização bem-sucedida da economia brasileira através do financiamento ao comércio exterior, da reestruturação da indústria e do incentivo ao incremento da competitividade empresarial” (BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, *Discurso de posse na presidência*, 1995) – foi fundamental a chegada de Luiz Carlos Mendonça de Barros à presidência do Banco. Ele provinha de um grupo dentro do governo FHC que pretendia conciliar liberalismo e desenvolvimentismo, ou seja, estabilização e medidas de fomento a um sistema produtivo inserido em um contexto internacional (SALLUM, 1999, p. 34-35; BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, *Discurso de posse na presidência*, 1995).

Ainda que todas as leituras recomendadas aos engenheiros em 1997 estivessem presentes em 1992, a proporção dos temas foi alterada, já que diversos títulos foram suprimidos. É possível observar que, em 1997, prevalecem textos das áreas de organização industrial e desenvolvimento, inovação, mudança tecnológica e crescimento. As novas atividades do BNDES foram viabilizadas pelo aumento de seu orçamento, que praticamente dobrou, ano a ano, na gestão Mendonça de Barros. Passou de 6,7 bilhões de reais em 1994 a 40,4 bilhões de reais em 1997, e manteve-se nesse patamar até 2002. A principal fonte de incremento dos recursos do Banco no final do governo FHC foi um repasse do tesouro de quase 10 bilhões, aliado a um aumento na captação de recursos em organizações internacionais. Com isso, o orçamento do Banco passou de 43,3 bilhões de reais em 2001 para 64,4 bilhões de reais em 2002. Tal crescimento teve relação com a participação

do BNDES no programa emergencial de combate à crise energética que assolara o país na metade de 2001 (PROCHNIK, 2008; BNDES, Francisco Gros, *Discurso de transmissão da presidência*, 2002).

Os exames de seleção de 2001 e 2002 foram marcados pelo predomínio de tópicos da área de economia financeira. O segundo tema de maior incidência foi economia internacional, nos exames para economistas, e administração, marketing, contabilidade e gestão, nos exames para engenheiros. Francisco Gros, em seu discurso de transmissão de cargo, explicou ter priorizado em sua gestão 2000-2001 “o fortalecimento do mercado de capitais, o apoio aos segmentos da economia que detém vantagens competitivas no mundo globalizado e a necessidade de enfrentarmos o desafio de criarmos os *global players* neste país” (BNDES Francisco Gros, *Discurso de transmissão da presidência*, 2002). Eleazar de Carvalho, presidente de 2002, detalha essa orientação quando diz em seu discurso de encerramento que

Tem sido fundamental para o Banco manter abertos e desenvolver novos mecanismos de captação de mercado. A política de riscos de crédito desta instituição nos últimos anos tem sido a de conciliar prazos e taxas, além de adequar as provisões para garantir a sustentabilidade e retorno das operações. Retorno este compatível com outras instituições semelhantes no mundo. Preservar a qualidade do crédito e o *rating* do BNDES é aumentar a sua capacidade de apoio às prioridades do Banco (BNDES, Eleazar de Carvalho Filho, *discurso de transmissão da presidência*, 2003).

Gros e Eleazar de Carvalho fizeram integralmente a sua educação superior nos Estados Unidos e tiveram longa trajetória no mercado financeiro: antes de entrar no BNDES, Gros trabalhou no grupo financeiro Metropolitana, na corretora de valores Kidder, Peabody and Co., no Unibanco, no BFC Banco S.A e Morgan Stanley; Eleazar trabalhou no Crefisul/Citibank, no Banco Garantia e no UBS-Warburg. Em suas gestões, implementaram processos seletivos com o objetivo de recrutar profissionais com a *expertise* financeira, administrativa e em economia internacional necessárias ao engajamento na financeirização e na internacionalização, para o qual encaminhavam o Banco e o país.

O concurso de 2005 ocorreu em um contexto de reversão desse ideário. O presidente que assumiu o Banco em 2003, Carlos Lessa, que fora professor da Unicamp e da UFRJ e funcionário da CEPAL, atacou frontalmente essa orientação em seu discurso de posse afirmando que:

O Banco, comprometido com o que é novo, não se subordina ao jogo de mercado. Não pode ter atitude passiva em relação aos sinais de mercado. [...]. O banco de desenvolvimento é uma instituição vital para um país periférico que sonha superar o atraso. É literalmente um construtor de mercados e articulações produtivas. Contrasta com o banco de investimento que assume o risco como critério dominante. [...]. O banco de desenvolvimento inclui em uma missão muito mais ampla e complexa as recomendações típicas de um banco de investimento; porém se delas se tornar serventário, cancela seus propósitos maiores (BNDES, Carlos Lessa, *discurso de posse na presidência*, 2003).

Ainda que o tom de enfrentamento observado em 2003 não tenha se arrastado até 2005, o presidente que assumiu no final de 2004, o sociólogo, economista e militante do PT Guido Mantega, deixou claro em seu primeiro relatório administrativo que o BNDES deveria “prosseguir, em 2005 e nos anos seguintes, a trajetória que se traçou ainda no início do atual governo, quando abandonou a fugaz experiência de banco de investimento para retomar, com uma visão atualizada do Brasil e do mundo, o destino histórico de ser o banco de desenvolvimento de todos os brasileiros” (Guido Mantega, in: BNDES, Relatório Anual 2004, p. 12). Para tanto, Mantega propôs que o Banco fizesse “investimentos em inovação e infraestrutura, fundamentais para o aumento de competitividade do país num momento em que a inserção brasileira na globalização tem de ser a de ativo protagonista e não a de mero espectador ou modesto coadjuvante” (Guido Mantega, in: BNDES, Relatório Anual 2005, p. 8). É coerente com essa perspectiva a inflexão na bibliografia exigida no concurso de 2005 para economistas, que passou a concentrar-se na área de Economia do Desenvolvimento, Inovação, Mudança Tecnológica e Crescimento e na economia do setor público.

Em 2007 teve início a presidência do economista Luciano Coutinho, que foi professor da USP e da Unicamp, consultor privado e que, em novembro de 2015, atingiu o marco de 8 anos e meio à frente da instituição, equiparando-se à gestão mais longa do Banco até então, a de Marcos Vianna. O número de vagas oferecidas nos concursos de seleção para o Banco na gestão Coutinho correspondeu a um terço do total das vagas abertas pelo Banco em seus sessenta anos. A proliferação dos concursos coincidiu com a ampliação dos ativos do Banco, que mais do que triplicaram de 2007 a 2012, com a intenção de socorrer as empresas afetadas pela crise e de promover políticas anticíclicas. Para evitar que a rápida renovação de quadros pudesse comprometer a transmissão da memória e dos valores da instituição, deu-se início em 2010 ao Projeto Valores, no qual os recém-contratados

entravam em contato com os funcionários das gerações anteriores, tomavam conhecimento da história institucional e participavam do processo de definição do conjunto de princípios que deveriam orientar a instituição nos próximos anos (BNDES, Relatório Anual, 2010, 2011 e 2012).

Nos concursos da gestão Coutinho, em 2007, 2008 e 2009, a proeminência das áreas de economia do setor público, dos textos de legislação e de enunciados dos programas do governo teve relação com a forte participação do Banco na viabilização dos planos do governo federal no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das Políticas de Desenvolvimento Produtivo. Nas palavras do presidente do Banco:

Não é demais sublinhar que a execução do PAC é condição imprescindível para crescer. Não há dúvida de que investimentos em infraestrutura – prioritariamente energia e sistema viário – precisam ser acelerados. Para isso, além da poupança pública, é decisiva a participação do setor privado. O BNDES dará suporte proativo à necessária coordenação entre empreendedores, bancos e o mercado de capitais na estruturação de *funding* adequado, especialmente para os projetos de maior porte (BNDES, Luciano Coutinho, *discurso de posse na presidência*, 2007).

A parcela da literatura sobre a área financeira na bibliografia recomendada cresceu de 2005 a 2009, tendo chegado no exame de economia de 2009 a ser a área de maior incidência. Não teve, entretanto, metade do peso do ano 2002, mesmo em um cenário de crise financeira global, no qual o Banco precisou engajar-se na reestruturação patrimonial das empresas atingidas pelo cenário adverso. Os temas de organização industrial, inovação, meio ambiente e sustentabilidade, economia regional, em destaque no discurso, não tiveram incremento na literatura recomendada aos candidatos quando comparado com os anos anteriores. Os concursos de 2011 e 2012 mantiveram os mesmos procedimentos de avaliação, mas não recomendaram nenhuma literatura específica aos candidatos.

CONCLUSÕES

A apresentação dos editais dos concursos que o BNDE(S) fez entre 1955 e 2012 e a descrição das modificações nos métodos de seleção e nos conteúdos dos exames permitiram assinalar alterações nas qualificações requeridas aos candidatos selecionados para os postos de nível superior do quadro regular da burocracia do

Banco, bem como observar a existência de paralelismos entre as mudanças assinaladas e as variações, tanto nas funções desempenhadas pelo BNDE(S), quanto no prestígio e centralidade da instituição no cenário nacional. Algumas reflexões adicionais podem ser propostas a partir dos dados apresentados.

Primeiramente, é possível retomar a ideia de ilha de excelência burocrática e indagar em que medida a existência dos concursos ajuda a criar uma burocracia assemelhada ao tipo ideal weberiano. É plausível argumentar que a seleção por exame ajuda a afastar o patrimonialismo e clientelismo, na medida em que os candidatos são anônimos e julgados de acordo com critérios uniformes. Já a variação no padrão e no conteúdo da seleção pode favorecer perfis sociais e políticos, ao atrair estudantes provenientes de faculdades distintas, que enfocam áreas de estudos dessemelhantes e recrutam estudantes de camadas sociais diferentes. Um exame que privilegia temas da área de desenvolvimento econômico, inovação, organização industrial poderia favorecer estudantes de faculdades públicas de tradição desenvolvimentista, como a Unicamp e a UFRJ, enquanto um exame centrado em finanças eventualmente atrairia mais candidatos formados em escolas privadas com ênfase em finanças e métodos quantitativos, como a FGV-RJ e o IBMEC. Em uma burocracia que encarregou-se historicamente de planejamento do desenvolvimento, que participou de processos de definição de suas próprias prioridades, que por vezes rejeitou ou driblou ordens endereçadas pela camada de dirigentes politicamente indicados, como analisado em artigo anterior (KLÜGER, 2015), a orientação política e o tipo de formação recebida pelos técnicos têm efeitos sobre as decisões tomadas. Nesse sentido, a burocracia do BNDE(S) estaria longe de ser abstrata e funcionar de acordo com o princípio *sine ira ac studio*, que suporia “a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral, irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais”, como suposto que sejam as burocracias plenamente desenvolvidas delineadas no tipo ideal weberiano (WEBER, 2004, p. 213).

Em segundo lugar, ainda que o recrutamento dito meritocrático possa vedar a burocracia do Banco contra os apadrinhamentos e a seleção de candidatos de acordo com suas orientações políticas e possa proteger os quadros da casa de demissões sumárias de viés político, é possível ver que diferentes estratégias foram usadas para contornar essa barreira, seja o uso das subsidiárias anexas ao Banco como porta de entrada de pessoas da preferência dos diretores indicados, como os funcionários do Banco relataram ter ocorrido no início dos anos 1980, seja a migração das funções do Banco para outros órgãos em que os dirigentes tivessem maior poder de controle sobre o recrutamento, como foi o caso da migração do

centro decisório do planejamento do BNDE para o EPEA nos anos 1970, seja ainda o deslocamento para posições marginais no interior da instituição daqueles que se apresentaram como adversários dos novos projetos. Assim sendo, os concursos podem até reduzir o impacto da política pura sobre a estrutura da burocracia, mas esta continua achando flancos pelos quais logra interferir não apenas nas diretrizes das políticas feitas pelo Banco, como suposto no modelo weberiano, mas também na composição interna do corpo burocrático, que, no tipo ideal, deveria seguir critérios supostamente racionais, técnicos e universais.

Em terceiro lugar, é possível conjecturar acerca dos efeitos geracionais e cíclicos do recrutamento. Uma série histórica mais ampla eventualmente permitirá avaliar se a mudança nas proporções dos quadros recrutados por carreiras terá efeito sobre o perfil dos diretores recrutados internamente – por exemplo, se haverá mais advogados entre os próximos grupos de dirigentes ou se o prestígio diferenciado das carreiras na sociedade e no interior da burocracia, em um dado momento, é o principal determinante da ascensão interna. Outra questão nessa linha, igualmente dependente de observações de mais longo prazo e profundidade, é: em que medida a convivência dos quadros no interior da burocracia é capaz de dissolver as divergências de origem e criar coesão interna entre coortes recrutadas de acordo com princípios e conteúdos diferentes, que poderiam favorecer visões de mundo distintas? Os cursos de reciclagem internos, as consultorias e os ciclos de repactuação dos valores e orientações do Banco seriam instrumentos eficazes para reverter e alinhar as gerações em torno de novos projetos?

Finalmente, o estudo dos concursos só reforça a ideia de que há uma grande variedade de estratégias de desenvolvimento e uma correlata maleabilidade no que se entendeu ser a função de um banco de desenvolvimento nacional nos últimos 60 anos. Os exames de seleção passaram por notáveis mutações, que foram desde um modelo aberto de recrutamento baseado em ensaios teóricos pouco especializados, passando por provas puramente técnicas de análise de projetos, chegando a exames que avaliam as competências linguísticas além das técnicas e que, na bibliografia recomendada, podem privilegiar diferentes áreas de atuação do Banco tão diferentes quanto finanças ou organização industrial. Tais alterações mostram o quanto a constância institucional é dada antes pela construção de uma solidariedade e coesão interna da burocracia, continuamente forjada e repactuada, – que procura preservar a instituição de ataques externos e preservar sua autonomia relativa para operar a triagem de projetos e a definição dos financiamentos – do que pela univocidade da função pelo Banco desempenhada, já que esta parece ter se alterado continuamente ao longo da história do BNDE(S).

O estudo dos concursos apresentado neste artigo e as questões por ele suscitadas fazem parte de um conjunto de análises necessárias para ampliar a compreensão da evolução institucional do Banco e da formação das elites burocráticas de Estado. Pesquisas sobre as características sociais e trajetórias dos funcionários e dirigentes, os canais de acesso aos postos de direção da instituição, a evolução interna das carreiras, as transformações no organograma, a fundação de assistência e previdência social do BNDES, os treinamentos internos oferecidos à burocracia, dentre outras, conjugam-se ao estudo dos concursos na tarefa de adentrar a caixa-preta – formato do prédio do BNDES – que é o edifício Juvenal Osório, na Avenida República do Chile. Análises similares replicadas para outros organismos econômicos do Estado Brasileiro poderiam ajudar a esclarecer quais são as condições institucionais subjacentes à existência das ditas ilhas de excelência burocrática.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos responsáveis pelo Serviço de Informação ao Cidadão do BNDES pela prontidão no fornecimento dos editais, listas de funcionários admitidos por concurso e exames de seleção para o Banco e aos editores da revista *Plural*, sobretudo no que tange aos comentários e sugestões. Aos professores Sylvia Gemignani Garcia e Alvaro Comim, agradeço todo o apoio e incentivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1990*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BNDES. *BNDES 50 Anos de Desenvolvimento*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2002.

_____. Relatórios Anuais 1997, 2010, 2011 e 2012, disponíveis em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/relatorios_antiores.html. Consultados em 28/10/2015.

_____. Editais de seleção e listas de candidatos aprovados para o BNDES 1955-2012, fornecidos pelo Serviço de informação ao Cidadão do BNDES.

BNDES. Discurso de posse na presidência do BNDES Luiz Carlos Mendonça de Barros 1995, Carlos Lessa 2003, Luciano Coutinho, 2007 e Discurso de transmissão da presidência do BNDES Francisco Gros, 2002 e Eleazar de Carvalho Filho, 2003, fornecidos pelo Serviço de informação ao Cidadão do BNDES.

- CABRIA, Juan Vicente Bachiller. *El BNDES y las estrategias de desarrollo económico en Brasil*. Banca pública de desarrollo, instituciones gubernamentales y trayectorias de intervención estatal (1952-2010). Tese de doutorado em Ciência Política. Universidad de Salamanca. Salamanca, 2012.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CARNEIRO, Dionísio Dias. “Crise e Esperança 1974-1980”. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1990*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- CMBEU. “Relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos”. In: centro internacional celso furtado de políticas para o desenvolvimento. *Memórias do Desenvolvimento*, ano 2, n. 2. Rio de Janeiro, 2008, p. 279-336.
- COSTA, Karen Fernandes da. *Metamorfoses: o papel do BNDES na reordenação da economia brasileira*. Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.
- D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992.
- D'ARAÚJO, Maria Celina et al. (org.). *IPEA 40 anos apontando caminhos: Depoimentos ao CPDOC*. Brasília: IPEA, 2005.
- EVANS, Peter. *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- GEDDES, Barbara. Building “State” Autonomy in Brazil. *Comparative Politics*, v. 22, n. 2, p. 217-235, 1990.
- GOUVÊA, Gilda Portugal. *Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil*. São Paulo: Paulicéia, 1994.
- KLÜGER, Elisa. Técnicos e políticos nos primeiros anos do BNDE. *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 9, n. 14, p. 59-81, 2014.
- . A contraposição das noções de técnica e política nos discursos de uma elite burocrática. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 55, p. 75-96, 2015.
- LIMA, Marco Antonio Albuquerque de Araujo. *O Desenvolvimento Inacabado do Brasil: o BNDE e a Convenção do Crescimento de 1952 a 1978*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2006.
- LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. *Burocracia e política na nova ordem democrática brasileira: o provimento de cargos no alto escalão do governo federal (governos Sarney, Collor, Itamar Franco e FHC)*. Relatório de pesquisa. Núcleo de Pesquisas e Publicações, EAESP/FGV, 1998.

- LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.
- MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MODIANO, Eduardo. “Um Balanço da Privatização nos anos 90”. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro (orgs.). *A Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública*. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.
- MOURÃO, Julio Olimpio Fusaro. *A Integração Competitiva e o Planejamento Estratégico no Sistema BNDES*. *Revista do BNDES*, v. 1, n. 2, p. 3-26, 1994.
- NUNES, Edson de Oliveira. *Bureaucratic insulation and clientelism in contemporary Brazil: uneven state-building and the taming of modernity*. Tese de doutorado em Ciência Política. University of California. Berkeley, 1984.
- OLIVIERI, Cecília. Política, Burocracia e Redes Sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, p. 147-168, 2007.
- _____. Os Controles Políticos sobre a Burocracia. *Revista de Administração Pública*, v. 45, n. 5, p. 1395-1424, 2011.
- PROCHNIK, Marta. 1995. Fontes de Recursos do BNDES. *Revista do BNDES*, v. 2, n. 4, pp. 143-180, 1995.
- PROCHNIK, Marta; MACHADO, Vivian. Fontes de Recursos do BNDES 1995-2007. *Revista do BNDES*, v. 14, n. 29, p. 3-34, 2008.
- SALLUM JR, Brasília. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, v. 11, n. 2, p. 23-47, 1999.
- SCHNEIDER, Ben Ross. *Politics within the state: elite bureaucrats and industrial policy in authoritarian Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991.
- SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Memórias do Desenvolvimento*, Centro Celso Furtado, v. 4, n. 4, 2010.
- VELASCO JR., Licínio. A Privatização no Sistema BNDES. *Revista do BNDES*, n. 33, p. 307-382, 2010.
- VIANNA, Marcos Pereira. Entrevista concedida a Ângela Coronel, Ricardo Weiss e Marcelo Aveburg em 18 de fevereiro de 1982. *Memórias do Desenvolvimento*, Centro Celso Furtado, v. 3, n. 3, pp. 65-98, 2009.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, v. 2. Brasília: Editora UNB, 2004.

Anexo: Lista com os títulos recomendados nos editais divididos por ano e por categoria, explicitando as escolhas feitas no processo de classificação utilizado para a construção da Tabela 1.

Economistas: (A) 2002: Sen. (C) 1997: Wonnacot. 2002: Puccini, Wonnacot. 2005: Puccini, Wonnacot. 2007: Guajarati, Puccini, Wonnacot. 2009: Bussab, Guajarati, Puccini. (D) 1997: Ferguson. 2002: Varian. 2005: Varian. 2007: Pindyck, Varian. 2009: Pindyck, Varian. (E) 1997: Dornbush, Simonsen. 2002: Dornbush. 2005: Dornbush, Pereira, Blanchard. 2007: Blanchard, Dornbush, Pereira. 2009: Blanchard. (F) 1997: Williamson. 2002: Gonçalves, Krugman, Gonçalves [2], Kasznar, Aronovich. 2005: Gonçalves, Krugman. 2007: Gonçalves, Krugman. 2009: Gonçalves. (G) 1997: Ayres 1997. 2002: Fabozzi, Fortuna, Brealey, Damodaran, Lethbridge, Sifert, Borges, Altman, Arcoverde, Jorion, Silva. 2005: Fortuna, Brealey, Carvalho. 2007: Brealey, Carvalho, Fortuna, Lima, Ross. 2009: Carvalho, Damodaran, Lima, Ross. (H) 2002: Além, Finnerty, Pires. 2005: Além, Bononi, Finnerty, Rezende, BNDES/BID/MRE, Pasin, Nascimento. 2007: Além, Bononi, Brito, Clemente, Finnerty, Nascimento, Pinto, Rezende, Teixeira. 2009: Além, Ferreira, Finnerty. (I) 2005: Dedecca, Rocha. 2007: Rocha, Singer. 2009: Barros, Rocha. (J) 2005: Ross. (L) 1997: Sherer. 2002: Porter. 2005: Kupfer, Coutinho, Porter. 2007: Coutinho, Kupfer, Laplane, Porter. 2009: Ferraz, Kupfer. (M) 1997: Iudibicus. 2002: Iudibicus. 2005: Iudibicus. 2007 Iudibicus. (N) 1997: Abreu, Velloso, Faro. 2002: Abreu, Giambiagi. 2005: Abreu, Giambiagi. 2007: Abreu, Castro, Giambiagi, Tavares. 2009: Abreu, Giambiagi. (O) 1997: Melnick. 2002: Woiler, Sen. 2005: Woiler, Medeiros, Stiglitz, Belluzzo, Alves, Lall, Ocampo. 2007: Belluzzo, Lall, Medeiros, Ocampo, Stiglitz. 2009: Tigre. (Q) 2005: May. 2007: May. 2009: May. (R) 2005: Diniz, Cano. 2007: Cano, Diniz. 2009: Diniz. (Z) 2002: Bacen, Bacen [2]. 2005: Bacen, MIDC. 2007: MIDC, Ministério do Planejamento, Bacen, Pintec, BNDES, PAC. 2009: MCT, PDP, PAC.

Engenheiros: 2001: Sen. (C) 1997: Faro, Wonnacot, Polya. 2001: Wonnacot. 2008: Morettin, Puccini. (D) 2008: Varian. (E) 2008: Mankiew. (G) 1997: Eliseu, Gitman, IBMEC, Hess. 2001: Fontoura, Gitman, Matarazzo. 2008: Fortuna, Gitman, Matarazzo. (H) 1997: Contador. 2001: Finnerty, Contador. 2008: Contador. (L) Porter, Porter [2]. Woodwaed, Lerner, OCDE, Araújo, GEIPOT. 2001: Eliseu, Porter. 2008: Davenport, Ghemawat, Porter. (M) 1997: Ansoff, Eliseu, Hampton, Florentino. 2001: Horngren, Lambert, Mintzberg. 2008: Copeland, Ganesi, Horngren, Kotler, Eliseu, Mintzberg, Nonaka. (N) 2008: Furtado. (O) 1997: Neves, Hess, Buffa, Hollanda, Simonsen. 2001: Matus, Slack. 2008: Ballou, Mattos, Slack. (Q) 2001: Jannuzzi. 2008: Barbieri, Protocolo de Kyoto. (R) 1997: Mello. 2001: Vasconcellos, Villaça. (Z) 2001: Revista BNDES. 2008: Revista BNDES, PPP, PAC. (θ) 1997: Vlack, Valmulack, Resende.

Recebido para publicação em: 07/10/2015. Aceito para publicação em: 16/12/2015.

Tabela 2. Apresentação condensada do número de recrutados e dos critérios de seleção de economistas e administradores utilizados em cada período, apresentados em paralelo às mudanças nas prioridades do Banco (continua).

Período	Economistas	Engenheiros	BNDES
1955-1962 8 advogados 22 contadores 23 economistas 34 engenheiros total: 87 ingressantes	<p>* Prova de monografia</p> <p>* Exame escrito com questões sobre: teoria da procura, teoria da produção, moeda e bancos, comércio exterior e câmbio, funções econômicas do governo, renda nacional, ciclos econômicos e estatística.</p>	<p>* Prova prática com opção de análise de projeto nos setores de energia, transportes ou indústria</p> <p>* Exame escrito com questões sobre: custos, custos de construção e investimento, custos de operação, depreciação, métodos de avaliação, seleção, substituição e comparação econômica de equipamentos, tarifas, operações financeiras, análise econômica financeira de projetos, princípios de organização racional do trabalho, técnica e prática de organização industrial</p> <p>1959: Exame escrito passa a incluir os temas: 1) o BNDE sua organização e finalidade. 2) matemática financeira, 3) noções de estatística</p>	<p>* Plano de Metas: BNDE na Chefia do Conselho de Desenvolvimento</p> <p>* Banco encarregado da concepção de políticas de desenvolvimento nacional</p> <p>* Energia e Transportes</p> <p>* Recursos do Fundo de Reaparelhamento Econômico</p>
1963-1966 13 contadores 21 advogados 23 economistas 33 engenheiros total: 90 ingressantes	<p>1963-1964:</p> <p>* Prova prática com o tema desenvolvimento econômico</p> <p>* Prova de estatística</p> <p>* Exame escrito com questões sobre:</p> <p>1) natureza e objeto da ciência econômica, 2) estrutura e funcionamento do sistema econômico, 3) a renda nacional: conceitos metodológicos e teóricos, 4) o sistema de preços, 5) moeda e crédito, 6) o setor público, 7) comércio internacional, 8) flutuações econômicas, 9) desenvolvimento econômico</p> <p>1964-1965:</p> <p>* O ponto 1) natureza e objeto da ciência econômica é substituído por técnica de elaboração e análise de projetos de investimento</p> <p>* Na prova escrita de economia aplicada, o candidato pode optar entre os temas a renda nacional: conceitos metodológicos e teóricos; ou o sistema de preços; ou desenvolvimento econômico, ou técnica de elaboração e análise de projetos de investimento</p>	<p>* Prova prática com opção de análise de projeto nos setores de energia, transportes ou indústria (diferenciadas em: agroindústrias e armazenagem, mineração e metal, elétrica e mecânica ou química e petroquímica)</p> <p>* Exame escrito igual ao do período anterior</p>	<p>* Banco deixa de ser o órgão central de concepção dos planos de desenvolvimento econômico</p> <p>* Seleção orientada para o recrutamento de engenheiros e economistas com perfil técnico capazes de fazer boas análises de projetos de investimento</p> <p>* Crescimento dos investimentos em indústria (Banco do Aço)</p> <p>* Diversificação setorial da atuação do Banco</p> <p>* Criação dos fundos (FINAME, FUNTEC, FIPEME, etc.)</p> <p>* Recursos do Fundo de Reaparelhamento Econômico</p>

Tabela 2. Apresentação condensada do número de recrutados e dos critérios de seleção de economistas e administradores utilizados em cada período, apresentados em paralelo às mudanças nas prioridades do Banco (continuação).

Período	Economistas	Engenheiros	BNDES
1967-1970 6 contadores total: 6 ingressantes	Sem exame	Sem exame	* Sem função definida ou centralidade na política de desenvolvimento * Apoio ao setor industrial, especialmente siderurgia * Sem fonte estável de recursos
1971-1979 100 contadores 106 engenheiros 110 advogados 146 economistas total: 462 ingressantes	1972: * Prova de conhecimentos gerais * Exame escrito de economia com questões sobre: a unidade consumidora, a unidade produtora, os mercados, o nível da atividade econômica, a economia monetária e o setor governo, desenvolvimento econômico. * Prova de estatística * Prova aplicada de análise de projetos 1973: * Adiciona prova de matemática financeira 1975: * Exigência de 5 anos de experiência profissional sendo ao menos um em área de interesse do Banco * Supressão das provas de conhecimentos gerais e específicos * Adição de uma entrevista * Prova prática para uma das seguintes áreas: 1) análise econômica de projetos, 2) mercado de capitais, 3) planejamento econômico e 4) estudos setoriais 1976: * Prova prática para uma das seguintes áreas: 1) Administração e análise financeira, 2) Mercado de capitais, 3) Análise microeconômica de projetos, 4) Planejamento econômico e 5) Análise técnica de projetos 1979: * Exame escrito de economia com questões sobre: 1) contabilidade gerencial, 2) administração financeira, 3) matemática financeira, 4) análise e avaliação de projetos, 5) macroeconomia, 6) microeconomia, 7) economia brasileira, 8) mercado de capitais, 9) noções de estatística, 10) noções básicas sobre atuação e tipos de operação e 11) Planejamento. O programa da área de mercado de capitais ocupa 5 das 10 páginas de pontos de estudo recomendados ao candidato	* Banco deixa de ser autarquia e passa a ser uma empresa pública com maior flexibilidade operacional * Criação das subsidiárias FINAME, EMBRAMEC, IBRASA e FIBASE * Entrada do Banco no Mercado de Capitais * Consultoria Booz-Allen Hamilton e reestruturação interna * II PND, BNDE ativo na concepção e operação das políticas setoriais * Estímulo à petroquímica, hidrelétrica, indústria de bens de capital, eletrônica e transformação * Recursos do PIS/PASEP	

Tabela 2. Apresentação condensada do número de recrutados e dos critérios de seleção de economistas e administradores utilizados em cada período, apresentados em paralelo às mudanças nas prioridades do Banco (conclusão).

Período	Economistas	Engenheiros	BNDES
1980-1993 14 contadores 30 economistas 34 engenheiros 51 advogados total: 129 ingressantes	1984: * Exame dividido em etapa objetiva e etapa discursiva, as duas versando sobre: análise microeconômica, análise macroeconômica, economia internacional, economia brasileira, análise e avaliação de projetos, contabilidade, matemática financeira e estatística	1984: * Exame dividido em etapa objetiva e etapa discursiva, as duas versando sobre: análise de investimentos, contabilidade, finanças, administração da produção, microeconomia, pesquisa operacional, estatística, tecnologia	* Planejamento estratégico interno para contornar período de crise * Criação dos cenários de crescimento e integração competitiva para nortear ação do Banco * Programa Nacional de Privatização * Incorporação dos recursos do FINSOCIAL faz com que seja acrescentado um S ao nome do BNDE, que se torna BNDES * Substituição do PIS/PASEP pelo FAT
1994-2012 337 contadores 479 economistas 569 engenheiros 777 advogados total: 2162 ingressantes	* Etapa objetiva e etapa discursiva 1997: * Destaque para as áreas de História Econômica e Macroeconomia e economia monetária * Inclusão da prova de inglês 2002: * Espanhol como alternativa ao inglês * Prova de noções de informática * Destaque para as áreas de Economia Financeira e Economia Internacional 2005: * Supressão da prova de informática * Inclusão de questões de língua portuguesa 2007: Destaque para as áreas de Economia do Setor Público e Decretos e Programas governamentais 2009: Destaque para as áreas de Economia Financeira, Métodos quantitativos, Economia do Setor Público e Decretos e Programas governamentais	* Etapa objetiva e etapa discursiva 1997: * Destaque para as áreas de Organização industrial e Desenvolvimento, inovação, mudança tecnológica e crescimento * Inclusão da prova de inglês 2001: * Espanhol como alternativa ao inglês * Prova de noções de informática * Destaque para as áreas de Economia Financeira e Administração de Negócios e Economia de Negócios: Marketing, Contabilidade e Economia da Gestão de Pessoal 2008: * Supressão da prova de informática * Inclusão de questões de língua portuguesa * Destaque para as áreas de Economia Financeira e Administração de Negócios e Economia de Negócios: Marketing, Contabilidade e Economia da Gestão de Pessoal, Economia Financeira, Organização industrial e Desenvolvimento, inovação, mudança tecnológica e crescimento	1997: * Retomada industrial e política de financiamento de exportações + privatização 2001/2002: * Operações no mercado financeiro e medidas para contenção da crise energética 2005: * Rejeição do paradigma banco de investimento e retomada da missão de concepção do desenvolvimento 2007-2009: * Suporte do programa de Aceleração do Crescimento, políticas anticíclica, inovação, desenvolvimento regional, meio ambiente * Projeto Valores * Crescimento contínuo dos recursos * Repasses do tesouro para combate à crise energética e para as políticas anticíclicas decorrentes da crise internacional de 2008

Fonte: editais de seleção e listas de admissão para o BNDE(S) 1997 a 2009, fornecidos pelo Serviço de Informação ao Cidadão do BNDES. Elaboração: própria.

Um Novo “Espírito” do Capitalismo? A globalização e seu impacto na difusão do pensamento de gestão neoliberal na Alemanha e nas economias do Leste Asiático

*A New “Spirit” of Capitalism?
Globalization and its Impact on the Diffusion of Neoliberal Management
Thinking in Germany and the East Asian Economies*

Markus Pohlmann^a e Hyun-Chin Lim^b

Tradução de Rodrigo Cerqueira^c

Resumo A principal corrente da literatura sobre a globalização é bastante clara em seus pressupostos sobre como ela afeta o empreendimento industrial. Presume-se que ela dá origem a companhias transnacionais e, subsequentemente, a uma classe transnacional de executivos, que se valem do pensamento de gestão neoliberal para acelerar a transformação neoliberal da economia. Este artigo submete tais pressupostos enraizados a um forte teste empírico ao analisar quão transnacionais são as trajetórias de vida de 475 CEOs dos 100 maiores grupos industriais, tanto na Alemanha quanto na Coreia do Sul, Japão e China. Além disso, tendo realizado 148 entrevistas aprofundadas com os CEOs que ocupam os cargos mais altos, o artigo pergunta se há, de fato, um espírito neoliberal do capitalismo em funcionamento. Os resultados indicam que um pensamento de gestão neoliberal não está emergindo e que os altos executivos não são os operadores que levam a uma economia orientada para o mercado financeiro. Embora o pensamento de gestão neoliberal tenha tido algum impacto na alta gerência alemã, os vários sistemas empresariais no Leste Asiático indicam o predomínio de esquemas culturais mais nativos.

Palavras-chave Elites Econômicas; Novo Espírito do Capitalismo; Neoliberalismo; Globalização; Alta Gerência; Empreendimento/Empresa Industrial.

-
- a Professor de Sociologia na Universidade de Heidelberg, Alemanha. Depois de seu doutorado, permaneceu muitos anos no exterior, pesquisando nos EUA, Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong. Uma de suas publicações mais recentes é: POHLMANN, Markus; YANG, Jonghoe; LEE, Jong-Hee (Orgs.) *Citizenship and Migration in Europe and Asia: The Flow of Migrants and the Perception of Citizenship*. Heidelberg: Springer, 2013. E-mail: markus.pohlmann@soziologie.uni-heidelberg.de.
- b Professor de Sociologia, Diretor fundador do Centro Asiático (Asia Center) e ex-diretor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional de Seul, na Coreia do Sul. Dentre suas publicações recentes, incluem-se: LIM, Hyun-Chin (Org.) *The Global Challenges in Asia, Seoul and Seattle*. Seoul: Seoul National University Press e *Global Civil Society: Theories and Practices*. Seoul: Nanam. E-mail: hclim@snu.ac.kr.
- c Doutor em Teoria e História Literária pela Unicamp. Atualmente realiza pesquisa de pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, com pesquisa financiada pela Fapesp.

Abstract *Mainstream globalization literature is quite clear in its assumptions of how globalization affects industrial enterprise. It is presumed to give rise to transnational companies and subsequently, to a transnational class of managers, who use neoliberal management thinking to accelerate the neoliberal transformation of the economy. The article puts these engrained assumptions to strong empirical test by analysing how transnational the life courses of 475 CEOs of the Top 100 industrial company groups in Germany as well as in Korea, Japan, and China are. Furthermore, having carried out 148 in-depth interviews with Top CEOs, the article asks if in fact a neoliberal spirit of capitalism is at work. The findings indicate that neoliberal management thinking is not emerging and that top managers are not the switchmen leading towards a financial market-driven economy. Although neoliberal management thinking has had some impact on German top managers, the various business systems in East Asia indicate the dominance of more indigenous cultural frames.*

Keywords *Economic Elites; New Spirit of Capitalism; Neoliberalism; Globalization; Top-Management; Industrial Enterprises.*

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o “espírito do capitalismo”¹, por um lado, é bastante antiga. Por outro, nós não sabemos muito a respeito da mentalidade coletiva das elites econômicas que constituem esse espírito e da sua transformação ao longo do tempo (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 1999; 2005; LIM & KIM, 2007; DU GAY & MORGAN, 2013; POHLMANN, 2014). Embora existam alguns estudos globais sobre as atitudes dos executivos, como o *Global Study* (HOUSE et al., 2004), os *Insead Studies* (LANVIN & EVANS, 2013; WITT, 2014), os estudos da Harvard Business School (BLOOM et al., 2012; NOBEL, 2012) e os IBM Studies (2011), indicando a existência de uma convergência de percepções, resultados generalizáveis sobre a adoção de conceitos pelos executivos ainda não estão disponíveis.

Não obstante, a principal corrente da literatura sobre a globalização é muito clara no que diz respeito aos pressupostos gerais sobre seus efeitos (CASTELLS, 1996; BECK, 1997; MÜNCH, 2009; CARROLL, 2010). Basicamente, dois pressupostos mais fortes embasam o argumento de que a globalização da economia e das empresas afeta o “espírito do capitalismo” e seus grupos portadores. Eles são:

1 Sombart (1902, p. 319-20) introduziu, em 1902, o conceito de um “espírito do capitalismo” [*Geist des Kapitalismus*]. Max Weber (1989) o abraçou e o desenvolveu ainda mais.

- 1) O de que a construção espiritual da economia moderna, atualmente, está fundada de uma maneira nova sobre o neoliberalismo, entendido, no pensamento econômico, como uma forma de orientação radical para o mercado (WILLKE, 2003; CROUCH, 2011; STREECK, 2013).
- 2) E o de que uma elite econômica global emergente age como precursora desse novo espírito neoliberal no mundo (CASTELLS, 1996; SKLAIR, 2001; CARROLL, 2010), usando novos conceitos e técnicas de gestão (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2005; SCHMIDT-WELLENBURG, 2009; CROUCH, 2011).

Os resultados empíricos, que serão discutidos abaixo, fornecerão provas para apoiar ou contestar essas duas premissas gerais.

O projeto de pesquisa foi financiado, em sua maior parte, pela *German Research Association* e apoiado pela *Asia Research Foundation Grant*, que é sustentada pelo Seoul National University Asia Center (#SNUAC-2014-009). Ele foi executado no Instituto Max Weber da Universidade de Heidelberg, em cooperação com a Universidade Nacional de Seul e a Universidade Sungkyunkwan². Ele procurou se focar no nível mais alto de gestão (CEOs) das maiores companhias do setor manufatureiro em onze países³ e buscou analisar suas mentalidades coletivas em relação ao pensamento de gestão neoliberal. O objetivo da pesquisa é explorar “a construção espiritual (ou os fundamentos)” da economia moderna mediante análise do conhecimento coletivo, das normas e dos valores sobre os quais ela está assentada. Recorrendo à teoria do “espírito do capitalismo”, o projeto concentrou-se em dois de seus três componentes principais, que, segundo Max Weber, seriam as racionalidades no pensamento econômico e na ação organizacional (deixando de lado, para os propósitos deste artigo, a terceira racionalidade weberiana, a conduta de vida).

Neste texto, os resultados da pesquisa sobre os executivos alemães e suas mentalidades coletivas serão centrais, mas eles também serão comparados com os resultados relacionados às economias do Leste Asiático. Na Alemanha, foram realizadas, ao todo, 82 entrevistas com duas gerações de executivos das maiores companhias industriais, enquanto na Coreia, no Japão e na China, tomados em conjunto, foram feitas 66 entrevistas com executivos do Leste Asiático.

2 Nós gostaríamos de agradecer a Jonghoe Yang, Jonghoe Lee, Jaok Kwon, Sanghui Nam e Yuan Yuan Liu pelo excelente apoio que tivemos na execução desse projeto de pesquisa.

3 Os países: Argentina, Austrália, Áustria, Brasil, China, Alemanha, Índia, Japão, Coreia do Sul, Suíça, EUA.

O artigo inicia-se com uma introdução a respeito dos fundamentos teóricos e prossegue perguntando-se em que medida o recrutamento e a experiência dos executivos na Alemanha e no Leste Asiático são globais. O texto, então, questiona a suposição de que eles disseminariam ideias de um pensamento de gestão neoliberal e finaliza ao resumir os resultados por meio de alguns comentários a título de conclusão.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Para sua abordagem teórica, o projeto de pesquisa se vale dos achados históricos de Max Weber, mas apenas como um ponto de partida (POHLMANN, 2002; 2005), de modo a se perguntar se está emergindo uma nova formação histórica do espírito do capitalismo. Alinhado com Weber – e em claro contraste com Boltanski e Chiapello (2005) –, o pressuposto geral do projeto é de que o capitalismo moderno gera as normas e valores para a sua própria reprodução (WEBER, 1989, p. 37). Supõe-se que o capitalismo moderno seja em grande parte autônomo na sua auto-reprodução, realizada por meio dos seguintes mecanismos (SCHLUCHTER, 1996; POHLMANN, 2002): (1) a competição e a seleção de corporações e pessoal, (2) a difusão de ideias e conceitos, e (3) a socialização dos atores centrais e a internalização de racionalidades (WEBER 1989, p. 204). Esses mecanismos servem de base para as questões centrais da pesquisa, indicadores e etapas analíticas (Tabela 1).

Tabela 1. Esquema teórico e passos da análise.

Questão	Mecanismo	Indicadores	Passos da análise
Quais companhias e atores?	Competição e seleção	Recrutamento global de CEOs nas 100 mais importantes companhias industriais	Análise da trajetória de vida dos CEOs das 100 mais importantes companhias manufatureiras
Quais mentalidades coletivas?	Difusão, socialização e internalização	Mentalidades do pensamento de gestão neoliberal	Análise das mentalidades coletivas de duas gerações de executivos

Desde a perspectiva do projeto de pesquisa, isso já fornece uma resposta à questão levantada por Boltanski e Chipello (2005) sobre como o capitalismo pode motivar seu pessoal, de modo que eles se empenhem no trabalho (Cf. WILLMOT, 2013, p. 108-10). Contudo, sem a realização de entrevistas e contando apenas com

a literatura de gestão, isso é difícil de ser precisado (POHLMANN, 2014). Ainda assim, o estudo de Boltanski e Chiapello é bastante útil em sua tarefa de explorar a nova formação histórica do espírito do capitalismo (POHLMANN, 2014, p. 13-4).

Para Weber (1989), essa emergência de uma formação histórica pode ser localizada nos níveis da ação econômica, da organização e das máximas de vida. Como mencionado anteriormente, nós nos concentramos apenas nas duas primeiras racionalidades (Tabela 2).

Tabela 2. Racionalidades do capitalismo e o desafio de agir de acordo.

Racionalidades	Desafios	Indicadores selecionados
Ação econômica	Como devo agir em um ambiente econômico específico?	Orientações do mercado financeiro
Atividades organizacionais	Como devo liderar a companhia e os empregados?	Estilo de liderança

Com isso, o projeto de pesquisa investiga as rotinas e os roteiros coletivos que guiam as interpretações dos executivos, assim como suas buscas por soluções para problemas objetivos comuns que eles encontram em sua profissão. A principal orientação dessa abordagem também deriva de Max Weber, a quem interessava as ideias e princípios habituais que compõem o espírito do capitalismo. Ele distinguia entre os ensinamentos e os dogmas que constituem o “espírito objetivo” e as ideias, máximas e práticas internalizadas que formam o “espírito subjetivo”. Na maioria das vezes, essa parte do espírito do capitalismo assume a forma de hábito, é rotinizada e amplamente tida como certa. Isso se deve ao fato de que – de acordo com Alfred Schütz (1982) e Schütz & Luckmann (1994), que levaram as ideias de Weber adiante – os conteúdos são preenchidos a partir de um estoque de conhecimento coletivo. O conceito de “mentalidades coletivas”, portanto, afirma que rotinas e roteiros (como partes importantes da mentalidade coletiva em uso) não são apenas o produto das intenções individuais dos atores, mas também um produto social de suas respectivas culturas, incorporadas por intermédio de vários processos de tipificação e institucionalização (SCHÜTZ, 1982; SCHÜTZ & LUCKMANN, 1994). Assim, o projeto de pesquisa não está apenas interessado na análise dos grupos de suporte do novo espírito do capitalismo, mas busca, adicionalmente, responder à questão: com que força seus roteiros coletivos refletem os princípios do pensamento de gestão neoliberal?

METODOLOGIA

Como exatamente devem ser testados os dois pressupostos da principal corrente da literatura sobre globalização? Antes de tudo, foi feita uma seleção das economias mais avançadas em duas das mais proeminentes regiões econômicas do mundo: Coreia do Sul, Japão e China, no Leste Asiático; e Alemanha, na Europa. Depois, dentro desses países, visaram-se os CEOs dos 100 empresas industriais mais importantes. As companhias industriais se tornaram o foco da pesquisa, por serem ainda muito importantes na “economia real”⁴, e por que elas devem ser as pioneiras na adoção de técnicas (neoliberais) de gestão. Tratam-se de grandes companhias que representam diferentes ramos industriais, como montadoras de veículos, indústria química, construção naval e assim por diante. Em terceiro lugar, através de um modelo de métodos mistos, uma variedade de métodos de pesquisa foi usada para analisar a ascensão das elites globais e a “construção espiritual” do capitalismo industrial, de modo a testar os dois pressupostos da literatura sobre a globalização:

- 1) O pressuposto das “Elites Globais”: ao realizar uma análise padronizada das trajetórias de vida dos CEOs, em posições de comando nas 100 mais importantes companhias industriais em cada país (usando fontes da internet, bancos de dados e currículos), 104 casos na Alemanha e 371 na Coreia do Sul, Japão e China, ao todo; o objetivo foi descobrir se pessoas com educação ou experiência internacional similar eram as selecionadas para essas posições de liderança.
- 2) O pressuposto do “Espírito Único”: ao realizar 82 entrevistas aprofundadas com os CEOs na Alemanha e 66 nas economias do Leste Asiático, foi feita uma comparação das estruturas subjacentes de conhecimento, normas e valores coletivos sobre as quais são assentadas as ações de gestão ao longo de duas gerações de executivos⁵.

Contando com os dados da nossa análise padronizada da trajetória de vida, as amostras das entrevistas foram selecionadas usando um método de amostragem

4 Na Alemanha, quase metade das 100 maiores companhias (46%) são indústrias (incluindo a manufatureira, de energia e de construção), enquanto que na Coreia do Sul esse número, em 2012, é de 60%, no Japão, 41%, e na China, 38%.

5 O projeto de pesquisa compara os executivos na ativa ao longo das décadas de 1980 e 1990, os quais alguns ainda permanecem em atividade (nascidos entre 1930-1949), e os CEOs das grandes empresas que estão na ativa no momento (nascidos entre 1950-1969).

por cota proporcional, relacionado com idade, sexo e atividades internacionais dos CEOs (ver Tabela 3-1, no Apêndice). Selecionar uma amostragem probabilística não é possível nesse campo, porque não se pode selecionar ao acaso os entrevistados dentro da população alvo de CEOs das 100 mais importantes companhias industriais. Então, de modo a atingir uma representatividade qualitativa das amostragens, a melhor solução pareceu ser empregar, nessa medida, uma amostragem por cota proporcional. As entrevistas na Alemanha foram realizadas entre 2007 e 2009, a maioria antes da crise financeira global, e entre 2013 e 2014. No Leste Asiático, as entrevistas foram conduzidas entre os anos de 2012 e 2014.

Foi implementado, na seleção dos entrevistados, um modelo de faixa de idade, comparando-se três grupos etários: CEOs e ex-CEOs nascidos entre 1930 e 1944; entre 1945 e 1954; e entre 1955 e 1964 (ver Tabela 3-2, no Apêndice). O propósito dessa comparação de grupos etários foi descobrir se haveria um efeito de coorte etário sobre as características das mentalidades coletivas em ação, e, embora o projeto não tenha podido usar de dados longitudinais, avaliar as mudanças nessas mesmas mentalidades coletivas. A análise das mentalidades coletivas (ou padrões de interpretação social) é uma abordagem bem estabelecida na Alemanha e na Europa em geral, relacionada à tradição hermenêutica da sociologia do conhecimento (REICHERTZ, 2004; 2005).

Tabela 3. Número de entrevistas com os CEOs⁶.

Número de entrevistas	CEOs na ativa	CEOs aposentados	Total
Alemanha	29	53	82
Coreia do Sul	13	12	25
Japão	12	8	20
China	18	3	21
Outros	82	41	123
Total	154	117	271

Ao se valer do termo “mentalidades coletivas” (o termo “Padrão de Interpretação Social” também é usado), faz-se uso da perspectiva do conhecimento socialmente construído (CRESWELL, 2003, p. 08). A análise das mentalidades coletivas (AMC) envolve a reconstrução dos esquemas, hábitos e atitudes coletivas que organizam a produção do conhecimento e as atitudes em um grupo social, uma cultura ou uma sociedade. Isso nos informa como interpretar o mundo, isto é, o que é típico, signifiante e relevante. Em sua perspectiva clássica, a AMC lida com

⁶ Os CEOs aposentados são aqueles que desistiram das suas posições nos respectivos 100 maiores grupos empresariais. Em sua maioria, esses CEOs aposentados estão trabalhando enquanto CEOs de outras firmas ou como membros de seus conselhos consultivos.

as representações coletivas, da forma como Durkheim as denominou (DURKHEIM, 1967, p. 78 ss.), ou com as derivações que Pareto tinha em mente, que podiam ser rastreadas até certos resíduos (PARETO, 1962). Dessa forma, a AMC está interessada, antes de tudo, nas estruturas de conhecimento [*knowledge frames*] que ajudam os membros de um grupo específico, uma cultura ou uma sociedade a lidar com problemas sociais (OEVERMAN, 1973; 2001). Essas estruturas, hábitos e roteiros são parte de um inventário coletivo de conhecimento, herdado por intermédio da cultura, que é reproduzido e alterado coletivamente (SCHÜTZ & LUCKMANN, 1979; SCHÜTZ, 1982). Eles são representados pelos membros de um grupo específico, uma cultura ou sociedade, mas nem sempre se tornam parte consciente dos seus conhecimentos individuais. Dentro de uma perspectiva sociológica, as mentalidades coletivas são relevantes para responder a três questões: qual o problema, como nós devemos solucioná-lo e quais são as resoluções boas e ruins? Assim, cada mentalidade coletiva tem uma dimensão cognitiva, normativa e avaliativa, que será reconstruída pelo uso do método de análise de mentalidades coletivas (AMC) (ver Tabela 3-3 no Apêndice). Os padrões manifestos de argumentação articulados por nossos entrevistados⁷ foram relacionados com o esquema de conhecimento dominante. Tal método foi originalmente concebido por Oevermann (2001) e desenvolvido por Ullrich (1999) e Sachweh (2010), e posteriormente aplicado em um modelo de pesquisa internacional sob a orientação de falantes nativos.

ELITES GLOBAIS COMO PRECURSORAS?

Diz-se que está ocorrendo uma competição acirrada por empregos atraentes, com reputação e remuneração altas, assim como uma “guerra por talentos” entre as nações e entre as companhias para contratar os “melhores cérebros” (APPADURAI, 1998, p. 15; DREHER, 2003, p. 18; CHALAMWONG, 2005, p. 488). Tomando os pressupostos da principal corrente da literatura sobre globalização como ponto de partida, há três abordagens no debate científico sobre as elites globais ou transnacionais que sustentam fortemente essa ideia:

- a) A abordagem das elites globais (CASTELLS, 1996; BECK, 1997; MÜNCH, 2009 etc.), que implica na ideia de que as elites globais são capazes de produzir seus bens onde os custos são mínimos, estabelecer-se e trabalhar onde a vida é mais confortável e pagar impostos onde eles são menores (BECK, 1997,

7 Isso permitiu ao projeto contar quantos entrevistados articularam um determinado padrão.

- p. 17). Na colocação de Castells (1996, p. 414), “elites são cosmopolitas, o povo é local”.
- b) A abordagem da classe capitalista transnacional (SKLAIR, 2001; ROBINSON, 2004; 2012; CARROLL, 2010 etc.), que tenta demonstrar que os executivos das corporações (SKLAIR, 2001, p. 21) se tornaram mais transnacionais e que o crescente número de interconectores transnacionais indicam a emergência de uma nova classe transnacional (CARROLL, 2010, p. 20).
- c) A abordagem da carreira sem fronteiras (SULLIVAN & ARTHUR, 2006; THOMAS & INKEN, 2007 etc.), que afirma que a gestão pessoal (em oposição ao desenvolvimento da carreira pela organização) se tornou mais importante e acaba por levar a uma maior mobilidade transnacional de carreira (SULLIVAN & ARTHUR, 2006, p. 22).

Em cada uma dessas abordagens, os executivos são a personificação da “vanguarda” da globalização. Para testar tal hipótese, o projeto de pesquisa se valeu de vários indicadores. Primeiramente, foi perguntado quantos dos executivos nasceram e foram criados no exterior. Segundo, as empresas para as quais esses executivos estavam trabalhando foram classificadas de modo a se descobrir quantos dos executivos que nasceram no exterior trabalham para companhias domésticas ou para as afiliadas internacionais de companhias multinacionais. Terceiro, as formas mais fracas de internacionalização em companhias da Alemanha e do Leste Asiático foram definidas nos seguintes termos: se os executivos tinham estudado no exterior ou se eles tinham trabalhado uma parte significativa das suas carreiras fora do país. De acordo com esses indicadores, o projeto de pesquisa classificou como carreiras nacionais ou transnacionais apenas aquelas cuja ascensão ou declínio no exterior aconteceu enquanto parte de uma alocação internacional e não como parte do desenvolvimento da carreira dentro da sede da empresa mãe.

EXECUTIVOS ALEMÃES COMO ELITES GLOBAIS?

No que diz respeito aos CEOs das 30 companhias com melhor performance financeira na bolsa de Frankfurt (DAX-30), as coisas parecem bastante encorajadoras para os defensores da tese da elite global. A análise dos CEOs dessas 30 companhias, em 2012, encontrou 9 executivos de nacionalidade estrangeira (Tabela 3), ou seja, uma taxa de 29%. Essa cota de pouco mais de um quarto será confirmada quando a origem de todos os 189 membros do conselho executivo das 30 companhias for levada em consideração. Em outras palavras, a fatia dos membros

do conselho executivo de origem estrangeira corresponde a 26,5%. Essa porcentagem é relativamente alta devido à fusão das atividades de companhias globais.

Contudo, as coisas começam a parecer diferentes quando se vai além das 30 companhias com melhor performance financeira na bolsa de Frankfurt (DAX-30) e se leva em conta, também, as 100 maiores companhias industriais. A porcentagem cai, então, para 16% entre os executivos, e diminui ainda mais quando, através de dados da pesquisa social geral [*general social survey*] (Mikrosensus) representativa da Alemanha, todas as companhias passam a ser consideradas.

Tabela 4. CEOs na Alemanha nascidos no exterior.

2011/2012	Nascidos no exterior (N)
CEOs das 30 companhias com melhor performance financeira na bolsa de Frankfurt (Dax 30)	29,0% (9)
Conselho executivo das 30 companhias com melhor performance financeira na bolsa de Frankfurt (Dax 30)	26,5% (51)
100 mais importantes CEOs da indústria	16,0% (16)
Todos os CEOs das firmas na Alemanha	8,3% (65.000)

Tabela 5. Estadias no exterior (≥ 1 ano) de executivos alemães por faixa etária.

Faixa etária	1930-1949	1950-1969
Atividades no exterior	N=106	N=75
Estudo no exterior ≥ 1 ano	20%	25%
Trabalho no exterior ≥ 1 ano	17%	42%
Total de atividades no exterior	31%	53%

Fonte: Munzinger Archiv (Arquivo de imprensa alemão)

Nas 100 maiores companhias industriais da Alemanha, dos 16 CEOs que nasceram e cresceram no exterior, somente 8 trabalhavam para companhias efetivamente sediadas na Alemanha. Os 8 outros CEOs trabalhavam para grandes empresas estrangeiras. Em sete casos, esses executivos foram enviados pelas companhias multinacionais para administrar uma subsidiária local. Assim, a fatia de executivos “globais” é, na verdade, pequena no que diz respeito a empreendimentos industriais na Alemanha. Não são as elites globais, mas aquelas com uma experiência nacional que dominam.

Essa rejeição empiricamente fundamentada da tese da elite global no que tange à Alemanha não significa, contudo, que não existam efeitos da globalização sobre as companhias e sobre o recrutamento e o padrão da carreira dos executivos. Como veremos mais abaixo, as carreiras se tornaram, de fato, mais internacionais.

A utilização de dados confiáveis de um grande arquivo de jornais na Alemanha (o arquivo Munzinger), combinada com os dados das entrevistas, deixou claro que,

quando se comparam as coortes, a importância de estadias no exterior cresceu (sobre isso, ver a Tabela 4 e, ainda, DIEHL & DIXON, 2005, p. 715-6).

No grupo mais jovem, nascido entre 1950 e 1969, esse número cresce de 31% para mais da metade de todos os executivos da indústria. Particularmente, a quantidade de executivos que trabalharam no exterior mais do que dobrou. O aumento no envio de executivos para o exterior, uma espécie de “circulação de cérebros” compulsória, constitui o efeito crucial da globalização. Embora as elites globais ainda não estejam sendo recrutadas ao redor do mundo com tanta frequência, elas efetivamente têm experiência em universidades estrangeiras ou em firmas afiliadas.

ELITES GLOBAIS NO LESTE ASIÁTICO?

Os resultados da pesquisa para outros países indicam que a Alemanha não é um caso excepcional. Verificou-se que, nos países do Leste Asiático, no todo, 16 dentre 373 CEOs nasceram no exterior. Essa fatia de 6%, em grande medida, deve-se às políticas chinesas de abertura da economia às grandes companhias transnacionais (CTN), de modo a capitalizar com o conhecimento delas. Na verdade, há somente dois CEOs estrangeiros nas 100 mais importantes companhias manufatureiras chinesas. A maioria dos CEOs nascidos e criados no exterior não só trabalhavam para uma afiliada estrangeira de uma companhia multinacional, como eram, sobretudo, expatriados, isto é, eles foram enviados para esse país como um desafio no desenvolvimento de suas carreiras dentro da empresa sede. Apenas 3 dentre 373 CEOs, uma fatia de mais ou menos 1%, foram recrutados internacionalmente (ver Tabela 5).

Dessa forma, os resultados que dizem respeito às economias do Leste Asiático confirmam os resultados do caso alemão. A quantidade de CEOs recrutados internacionalmente é ainda menor. Se se olha para as outras economias na amostra do projeto de pesquisa, somente na Austrália e na Suíça há maior quantidade de recrutamento internacional de executivos. Ao todo, as quantidades são baixas demais para fornecer fundamentações empíricas para o pressuposto das elites globais. Ela deve ser refutada ao menos no que diz respeito aos CEOs das maiores companhias industriais.

Tabela 6. Número de CEOs nas economias do Leste Asiático nascidos/criados no exterior.

Países (n)	CEOs nascidos no exterior (N)	CEOs nascidos no exterior em companhias domésticas (N)	CEOs nascidos no exterior nas CTNs (N)	Expatriados (N)*
China (146)	9% (14)	0% (0)	9% (14)	8% (12)
Japão (104)	4% (4)	1% (1)	3% (3)	2% (2)
Coreia do Sul (121)	4% (5)	0,8% (1)	3% (4)	3% (4)
Total (371)	6,1% (23)	0,5% (2)	5,6% (21)	4,8% (18)

* Refere-se àqueles CEOs que trabalham para uma companhia afiliada do exterior e que foram enviados pela empresa sede para ocupar cargo de CEO por um período de tempo determinado.

O mesmo padrão de uma “circulação de cérebros” compulsória como principal efeito da globalização – com exceção da China – também é encontrado nas economias do Leste Asiático. Olhando mais atentamente as permanências no exterior que duraram um ano ou mais, na Coreia do Sul se detecta um forte efeito de coorte, embora se deva observar que existe um número menor de CEOs no grupo etário entre 40 e 49 anos. Assim, quanto mais jovem a faixa etária, maior a quantidade de CEOs que trabalharam e/ou estudaram no exterior e, por isso, internacionalizaram suas carreiras⁸ (ver Tabela 6).

No caso dos executivos japoneses⁹, a taxa de mobilidade por razões educacionais é pequena, mas é possível encontrar o mesmo efeito de coorte no que diz respeito a alocações no exterior por razões profissionais.

Embora a hipótese de uma forte globalização não possa ser sustentada, a hipótese de uma globalização mais fraca, referente à circulação compulsória de cérebros durante a carreira dentro da empresa sede encontra, de fato, suporte nos dados extraídos da análise das trajetórias de vida. Se todos os 1302 casos de CEOs dos 11 países forem levados em consideração, o efeito de coorte é forte e significativo e pode ser confirmado.

Tabela 7. Estadia no exterior (≥ 1 ano) de executivos sul-coreanos por faixa etária.

Faixa etária (N)	40-49 anos (10)	50-59 anos (63)	60 anos ou + (45)	Total (119)
Estudo no exterior (≥ 1 ano)	90%	21%	16%	25%
Trabalho no exterior (≥ 1 ano)	50%	38%	35%	38%

8 No que diz respeito à discussão geral sobre o recrutamento da elite no poder na Coreia do Sul, consultar pesquisas de Choi (1993), Dong (1995) e Kim (2005). Sobre o contexto histórico das elites no poder da Coreia do Sul, ver a discussão de Kong (2000).

9 Sobre o recrutamento das elites no Japão, consultar as pesquisas de Mannari (1974) e Cutts (1997). Para pesquisas mais recentes, favor consultar Watanabe e Schmidt (2004) e Schmidt (2005).

Tabela 8. Estadia no exterior (≥ 1 ano) de executivos japoneses por faixa etária.

Faixa etária (N)	40-49 anos (2)	50-59 anos (28)	60 anos ou + (73)	Total (103)
Estudo no exterior (≥ 1 ano)	0%	11%	11%	11%
Trabalho no exterior (≥ 1 ano)	100%	39%	16%	24%

UM NOVO ESPÍRITO NEOLIBERAL DO CAPITALISMO?

Se nenhuma elite global está emergindo e nenhum padrão de recrutamento global significativo está ocorrendo, então como entender a transformação das mentalidades coletivas no sentido de um novo espírito neoliberal do capitalismo? A literatura recente sobre o neoliberalismo compartilha o pressuposto de que a disseminação das ideias neoliberais e uma forte tendência à convergência em direção ao pensamento de gestão neoliberal está em andamento nas regiões centrais da economia mundial (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2005; CROUCH, 2011, p. 92; STREECK, 2013, p. 45-6 e 58-9). Embora numerosos estudos tenham defendido a divergência ou a “dependência da trajetória” nos modelos de gestão de sistemas empresariais (WHITLEY, 1999; HALL & SOSKICE, 2001; AMABLE, 2003, para instituições do Estado de Bem-Estar Social, e ainda LEIBFRIED & RIEGER, 2004), “a literatura de convergência é o ponto de vista estabelecido há mais tempo” (CLEGG, 2012). Para os casos da Alemanha e do Japão, Streeck e Yamamura examinaram se as forças globais do capitalismo anglo-americano estão dando origem a um sistema capitalista unificado e homogêneo (STREECK & YAMAMURA, 2003).

O entendimento do neoliberalismo, hoje em dia, diz respeito ao – mais ou menos radical – estabelecimento da coordenação do mercado dentro das firmas, das economias e na transformação de setores do Estado e de outros em direção ao predomínio de uma racionalidade de mercado (WILLKE, 2003, p. 11-5). Um novo neoliberalismo, originado nos EUA, parece estar marchando triunfalmente sobre o mundo (STREECK & YAMAMURA, 2003; WILLKE, 2003, p. 11-5). Até agora, as consequências têm sido vistas na erosão e no recuo do estado do Bem-Estar Social, na privatização de empresas estatais e na desregulamentação do mercado financeiro (CROUCH, 2011; STREECK, 2013). Mas, fora esses pressupostos gerais, a nova repaginação neoliberal do espírito do capitalismo na economia permanece muito pouco determinada (WILLKE, 2003, p. 11-5; SCHMIDT-WELLENBURG, 2009). Afirmam-se, com frequência, que os executivos são promotores dessas novas ideias neoliberais; porém, até agora, nenhuma prova sistemática e empírica a esse respeito foi produzida (POHLMANN, 2014, p. 14). O propósito deste artigo é examinar esse pressuposto, usando dados de entrevistas qualitativas válidas.

De modo a testar empiricamente a disseminação de valores neoliberais e do pensamento de gestão neoliberal, o projeto se focou na análise dos conceitos de gestão nas últimas três décadas (SCHMIDT-WELLENBURG, 2009, p. 325-35). Para o propósito deste texto, duas importantes características do pensamento de gestão neoliberal foram selecionadas: a) um pensamento econômico movido pelo mercado financeiro (uma mentalidade de mercado financeiro); e b) uma mentalidade de gestão neoliberal com coordenação de mercado dentro da firma e um estilo de liderança movido pelo resultado (Cf. SCHMIDT-WELLENBURG, 2009, p. 327). Essas características compõem as partes mais importantes do pensamento de gestão neoliberal e são acompanhadas por vários conceitos da gestão que são tidos como influentes ao redor do mundo todo (Cf. SCHMIDT-WELLENBURG, 2009, p. 325-35).

Tabela 9. O novo pensamento de gestão neoliberal: os indicadores.

A mentalidade do mercado financeiro	
Σ	Compreensão das empresas como investimentos no mercado financeiro
Σ	Orientação de valor do acionista e capitalização no mercado
Σ	Princípios de mercado na cadeia de valor global
A mentalidade de gestão neoliberal	
Σ	Compreensão das empresas como centros de rede de lucros
Σ	Sistema de indicadores e Benchmarks
Σ	Liderança orientada para resultados e indicadores de mercado (ambiente de trabalho centrado somente nos resultados)

MENTALIDADE DE MERCADO FINANCEIRO ENTRE EXECUTIVOS ALEMÃES

Durante as entrevistas, não foram muitos os executivos alemães que deram boas-vindas à economia orientada para o mercado financeiro. Sem nenhuma exceção, para todos os executivos alemães, estava bastante claro que o “Modelo Alemão” tinha mudado consideravelmente durante as últimas décadas e que um bom número de companhias tinha sido exposta às (ir)racionalidades dos mercados financeiros. Somente 1 dentre 65 executivos profissionais mencionou as oportunidades e aberturas que os mercados financeiros proporcionaram às suas empresas; os demais mostraram-se ambivalentes ou majoritariamente contrários (50 entre 65) a uma economia orientada para o mercado financeiro. Todos os 17 empresários dos grandes grupos administrados por famílias na Alemanha viam com bons olhos o fato de que eles não estavam expostos de nenhum modo à lógica dos mercados financeiros. Assim, o desafio de como agir em um ambiente econômico específico e dar lucro às suas firmas não foi respondido – nem antes, nem depois da crise financeira mundial –, com uma forte referência à economia orientada para o mercado financeiro.

Ao responderem a questões sobre o quão forte é a influência do sistema financeiro e como os CEOs agem de modo a enfrentar os desafios desse sistema, a mentalidade coletiva dominante, articulada em 77% dos 65 executivos profissionais (não incluindo os 17 empresários de firmas administradas por famílias), foi, no que se refere à economia orientada para o mercado financeiro, uma mentalidade defensiva que “manipula as regras do sistema”. Isso pode ser entendido como um roteiro coletivo que defende que sejam seguidos os procedimentos e regras formais do sistema financeiro, mas de modo a burlá-lo pelo bem da sobrevivência e do crescimento da firma. Sua lógica subjacente estava bastante aparente e consistia dos seguintes componentes: 1. O sistema está mudando em direção a uma economia orientada para o mercado financeiro; 2. A pressão dos acionistas está aumentando, assim como a capacidade de regulação dos gestores de fundos; 3. Isso não é bom para a companhia e para suas estratégias de longo prazo; 4. Os donos e acionistas não agem mais segundo os interesses da companhia, apenas os executivos o fazem; 5. Desse modo, eles têm que cuidar atentamente das aparências e manipular com muito afinco as regras do sistema de maneira a conseguir burlá-lo.

Essa mentalidade defensiva de “manipular as regras do sistema” é fortemente influenciada pela economia orientada para o mercado financeiro; mas não se trata, em essência, de usar os mercados financeiros para resolver problemas econômicos. Trata-se, antes, de defender a companhia contra seus acionistas e contra as irracionalidades dos mercados financeiros, em especial de sua visão “curto-prazista”. Os relatórios trimestrais fornecem os indicadores para todos os analistas e para as agências de risco. É por isso que os argumentos contra a economia orientada para o mercado financeiro vinham sendo incisivos e firmes antes da crise financeira mundial e se tornaram ainda mais negativos e defensivos posteriormente. A norma subjacente é a de proteger os interesses das companhias contra acionistas que tentam alcançar ganhos rápidos para passar para as próximas ações quentes do momento. *“Claro, os acionistas, em particular os investidores institucionais, têm cada vez mais poder e influência no que diz respeito às estratégias da empresa. Na minha perspectiva, isso não é somente perigoso, porque nós somos controlados de fora, mas também porque isso pode não ser o melhor para toda a companhia e para as suas estratégias de longo prazo”* (CEO alemão na ativa, Argentina, 2013, traduzido do alemão pelos autores)¹⁰.

Contudo, essa não é a história toda. Uma mentalidade agressiva do mercado financeiro pode ser encontrada na Alemanha entre uma minoria de CEOs mais

¹⁰ Todas as passagens são citadas segundo a nacionalidade, posição e status do entrevistado, a localização da entrevista e o ano no qual a entrevista foi realizada. Nós não revelamos nenhuma outra informação a fim de preservar o anonimato dos nossos entrevistados.

jovens, em 3 dentre 25 CEOs no cargo do grupo etário nascido entre 1955 e 1964. Tal mentalidade agressiva pode ser definida como aquela que usa o sistema financeiro de modo a impulsionar a firma, tanto através de uma infusão de capital, quanto se livrando da velha guarda do capitalismo renano (ALBERT, 1993). Nesse caso, a economia orientada para o mercado financeiro é entendida como vantagem para a firma, no que diz respeito à eficiência econômica, às relações com os investidores e à lucratividade.

MENTALIDADE DE GESTÃO NEOLIBERAL: EXECUTIVOS ALEMÃES E ESTILOS DE LIDERANÇA

Atualmente, o paternalismo como estilo de liderança está morto nas empresas alemãs. Delegação é a palavra-chave na mentalidade coletiva sobre liderança. Para mais de 90% dos 82 executivos e empresários, agora é natural que a delegação seja um mecanismo de distribuição de responsabilidades e efetivação de um grau mais alto de participação. O conceito de delegação é entendido como uma combinação de transferência de responsabilidade e do poder de tomar decisões para um ou mais empregados. Geralmente, delegação nas grandes empresas da Alemanha está ligada a mudanças na organização do trabalho, à introdução de novas formas de comunicação, participação e cotas de ações para os empregados. O conceito de delegação é, contudo, enunciado de uma maneira ambivalente por 2/3 dos 82 executivos e empresários. Por um lado, ele é visto como uma maneira da companhia capitalizar sobre o conhecimento de profissionais e pessoal altamente especializado. Por outro, o excesso de delegação é julgado como algo arriscado, que leva a uma perda de controle sobre as orientações estratégicas das atividades da empresa. *“Seus desafios no que diz respeito à liderança são, algumas vezes, preto no branco. Este é o chefe e ele tem que decidir. Se você não toma a decisão por si mesmo, você não apenas está perdendo prestígio; você está perdendo também seus apoiadores”* (CEO alemão na ativa, Brasil, 2013, traduzido do alemão pelos autores). É por isso que um sistema de indicadores orientado pelo resultado e pelo mercado, bem como *benchmarks* e avaliações de performance entram em cena. Ao menos para os CEOs nascidos entre 1955 e 1964, o uso desse sistema de indicadores como um enquadramento estratégico de autonomia de decisão é algo natural. *“Eu diria que hoje você precisa de uma mistura entre delegação, indicadores de controle e decisões centralizadas. Em nossa companhia, os muros de contenção são claramente definidos pelos sistemas de indicadores; mas, dentro deles, nós delegamos, e as pessoas têm poder de decisão. Estamos fazendo um*

certo processo de controle e equilíbrio (CEO alemão no cargo, Alemanha, 2008, traduzido do alemão pelos autores).

A antiga mentalidade de “conversar com as pessoas e ouvi-las” é uma forma de conhecimento coletivo usado, com mais frequência, por um grupo significativo (21 dentre 53) de CEOs aposentados da faixa etária nascida na Alemanha entre 1930 e 1944. De modo a se comunicar e ter informações diretas, grupos-alvo não-hierarquizados precisam ser estabelecidos. O conceito de delegação não diz respeito, então, à transferência do poder de tomar decisões e às responsabilidades, mas sim ao estabelecimento de um padrão de comunicação de baixo para cima.

A nova mentalidade de liderança orientada pelo resultado não é somente articulada pelo grupo de CEOs nascido entre 1955 e 1964, mas, também, por alguns da faixa etária de executivos alemães nascidos entre 1930 e 1944. O conceito de estilo de liderança orientada pelo resultado está baseado em uma avaliação de unidades por sistema de indicadores e *benchmarks* que ajudam a reduzir intervenções diretas. Um grupo menor de CEOs e empresários aposentados (7 dentre 53 ex-CEOs nascidos entre 1930 e 1944) trabalharam com um sistema para avaliar o desempenho individual e a participação organizada de seus empregados conforme medição de desempenho. Quanto melhor seu desempenho, maior será a transferência do poder de tomar decisões. No nível da organização do trabalho, muitas das 100 mais importantes companhias industriais na Alemanha, como a Volkswagen ou a BMW, estabeleceram um sistema de indicadores e de *benchmarks*, juntamente com a implementação de centros de lucro. O propósito é definir metas de rendimento para essas unidades, deixando a cargo delas decidir como alcançar cada uma dessas metas. Quanto melhor o seu desempenho e a sua contribuição para a lucratividade da empresa, mais rápido você será promovido e maior será a sua liberdade de tomar decisões. Isso está em perfeita sintonia com a mentalidade de gestão neoliberal.

Um terço dos principais executivos alemães, sobretudo as poucas mulheres empresárias da amostragem, e 12 dentre 25 da faixa etária nascida entre 1955 e 1964 usam a mentalidade coletiva para descrever seu papel de liderança, nomeado pelo projeto como a mentalidade “de técnico do time”. Ela é entendida como conceitualização do papel do líder, não como supervisor, mas consultor de um time profissional que não precisa de comando, mas de suporte, conselho e atribuição de responsabilidades. Segundo tal mentalidade, todos os elementos de chefia que sejam diretivos ou impositivos são vistos negativamente. A perspectiva do treino é dominante: dá-se conselhos, apoio e atribuem-se responsabilidades às pessoas. A atribuição da capacidade de “auto-otimização”, assim como as possibilidades

para que profissionais decidam por si mesmos, é o alicerce do novo exemplo de liderança, que se enquadra na teoria de liderança de autogovernança neoliberal (BRÖCKLING, 2005). Ele se tornou radicalmente anti-hierárquico e antipaternalista.

MENTALIDADES COLETIVAS DOS EXECUTIVOS NO LESTE ASIÁTICO

As entrevistas dos CEOs na Coreia do Sul (N=25), Japão (N=20) e China (N=21) foram realizadas em 2012 e 2013, após a crise financeira global, a qual não causou grandes impactos nas economias chinesa e sul coreana. Contudo, as mentalidades coletivas dos executivos coreanos foram fortemente afetadas por um efeito de período, relacionado com a crise financeira asiática de 1997/1998. Aqueles executivos dos grandes conglomerados empresariais coreanos, que sobreviveram à quebra da economia sul-coreana no final da década de 1990 eram vigorosamente a favor do renovado modelo coreano das empresas administradas por famílias. Ele mantinha as vantagens de um sistema de tomada de decisões rápido e altamente flexível, ainda muito frequentemente “de cima para baixo”, mas que se tornou bastante cuidadoso no que diz respeito aos riscos dos mercados financeiros. Até hoje, é quase impossível que um controle externo assuma os grandes grupos empresariais. *“Mas, na verdade, está comprovada a eficiência desse tipo de grupo empresarial baseado na propriedade. Está provado que é bastante efetivo em termos de estratégia de longo prazo. [...] Você sabe, é por isso que foi possível chegar em primeiro lugar, porque a empresa coreana baseada na propriedade é bastante consistente, muito concentrada...”* (Presidente coreano de uma empresa e CEO na ativa, Coreia do Sul, 2013). Assim, para 20 dentre 24 CEOs sul-coreanos de grandes grupos empresariais da Coreia do Sul, a economia orientada para o mercado financeiro não pareceu ser uma alternativa real para o modelo nacional. Para os outros CEOs, o mercado financeiro em si mesmo não era bem visto, mas a transparência financeira própria a esse sistema era, sim, bem-vinda.

Ao contrário dos coreanos, os 20 executivos japoneses reconheceram que o sistema orientado para o mercado financeiro ganhou força e agora é bastante difundido no Japão. Contudo, nas mentalidades coletivas em vigor é o sistema ocidental que não se encaixa na maneira japonesa de fazer negócios. A maioria dos executivos japoneses, com a exceção de dois casos, não só não defendeu a economia orientada para o mercado financeiro, como a comparou às vantagens dos sistema japonês, o qual, queixaram-se, estava quase perdido. Entre os 20 executivos entrevistados, a mentalidade dominante era oposta ao *kabunushi henchô shugi* (predomínio do interesse do acionista), preferindo antes o capitalismo do bem comum (*kôeki shihon*

shugi). 17 dentre os 20 CEOs disseram que o mais importante é contrabalancear os interesses dos acionistas, empregados, bancos e comunidade. Para 9 dentre os 11 CEOs, da faixa etária nascida entre 1930 e 1944, era muito evidente que o sistema orientado para o mercado financeiro é um sistema ocidental, contrário ao sistema japonês autóctone, que deve ser mais desenvolvido.

Na China, onde, desde o fim da década de 1990, os investidores institucionais ganham em importância, as formas de conhecimento coletivo que estão predominantemente em ação (15 dentre os 21 entrevistados) articulam uma mentalidade conservadora de manipular as regras do sistema em nome de uma racionalidade de longo prazo na administração dos negócios. Apesar das diferenças culturais, é quase o mesmo padrão de pensamento de gestão que nós encontramos nas companhias alemãs. Embora muitas das grandes empresas chinesas tenham se valido das oportunidades que os mercados financeiros ofereceram, elas expressaram que têm tentado proteger, com muito afincio, suas companhias contra a visão curto-prazista de uma economia orientada para o mercado financeiro. As afirmações seguintes são típicas dessa mentalidade: *“A longo prazo, nós não aceitaremos nenhum investidor institucional. Eles priorizam seus interesses, não os nossos* (CEO chinês na ativa, China, 2013, traduzido do chinês pelos autores). No geral, os resultados da pesquisa indicam que as mentalidades coletivas da maioria dos executivos do Leste Asiático não são neoliberais (ver Tabela 9). Elas são definidas por outros esquemas culturais, oriundos dos sistemas empresariais dentro do quais eles foram socializados.

Tabela 10. A mentalidade de mercado financeiro dos executivos nos países selecionados.

Mentalidades coletivas	Outros esquemas culturais	Mentalidade de mercado financeiro
Alemanha	Mentalidade defensiva que manipula as regras do sistema	Mentalidade agressiva do mercado financeiro
Coreia	Mentalidade do modelo sul-coreano de negócios	Contra o mercado financeiro
Japão	Mentalidade do capitalismo dos bens comuns	Contra o mercado financeiro
China	Mentalidade conservadora que manipula as regras do sistema	Contra o curto-prazismo dos mercados financeiros

No que diz respeito ao uso de conceitos de gestão, os grandes conglomerados sul-coreanos se tornaram bastante modernos. Muitos conceitos do momento foram introduzidos, especialmente depois da crise financeira asiática. Todavia, as mentalidades coletivas dos executivos na ativa permanecem muito ligadas a algumas ideias básicas de estilo de liderança que não se remetem aos conceitos

ocidentais de liderança baseada em resultados, diferentemente de muitos dos executivos alemães. A forma de conhecimento dominante no que concerne à liderança é, ainda, a mentalidade de gestão de redes de reciprocidade. “Liderança” era traduzida, para 19 dentre 24 CEOs sul-coreanos, como a responsabilidade do supervisor de cuidar pessoalmente do bem-estar do empregado. Esse é o caso, inclusive, para a faixa etária dos executivos mais novos, isto é, nascidos entre 1955 e 1964, e está frequentemente relacionada a um ideal de que “somos todos uma família”. A tomada de decisão rápida e, se necessário, um sistema de cima para baixo, era natural para esses executivos. Somente 5 executivos sul-coreanos defenderam com afinco a delegação e a participação dos empregados. Os executivos sul-coreanos, assim como os CEOs estrangeiros alocados na Coreia do Sul trabalhando para uma companhia multinacional, estão bem conscientes de que a cultura sul-coreana é uma cultura forte, que permeia todos os conceitos de gestão que são implementados pela firma. Muito frequentemente, as mentalidades coletivas em ação reduzem esses conceitos a formas artificiais que são bastante elegantes e profissionais, mas que, de fato, funcionam como um repaginamento para a companhia. *“Eu eliminei todos os níveis baseados na antiguidade, quer dizer, todo o sistema de hierarquias. [...] Ficaram apenas os gestores de equipe e, além deles, os outros, simples gestores. [...] Tudo ficou basicamente horizontalizado. Mas, sabe, embora eu tenha erradicado todos aqueles sistemas hierárquicos, eles sabem quem é o chefe e quem não é. Aquilo ao menos ajudou em uma comunicação mais livre”* (CEO sul-coreano na ativa, Coreia do Sul, 2013).

Tabela 11. O pensamento de gestão neoliberal dos executivos nos países selecionados.

Mentalidades coletivas	Outros esquemas culturais	Pensamento de gestão neoliberal
Alemanha	Mentalidade de “conversar e ouvir as pessoas”	Mentalidade de “liderança movida pelo rendimento”, Mentalidade de “técnico do time”
Coreia	Mentalidade de redes “é dando que se recebe”	Não encontrado
Japão	Mentalidade de “representar o grupo”	Não encontrado
China	Mentalidade de “motivação do empregado”	Não encontrado

O tópico da “liderança” pareceu pouco familiar a muitos dos executivos japoneses. Foi bastante complicado identificar qualquer padrão de argumentação consistente sobre o assunto. Como alguns destacaram, isso pode ter origem no sistema de educação e na sociedade japonesa, que enfatiza mais fortemente o

grupo em vez de um pequeno número de líderes “superiores”. 18 dentre os 20 CEOs concordaram que a comunicação com os empregados, refletindo as opiniões dos que estão “embaixo”, são valiosas. Segundo tal mentalidade coletiva de “representação do grupo”, isso pode induzir a criatividade, participação e responsabilidade dos empregados, a modernização e a construção de estratégias. Essa mentalidade pode ser entendida como um exemplo a ser seguido por CEOs, e inclui que todo o poder de decisão é deixado para o grupo de coexecutivos, e a obrigação do CEO é a de representar adequadamente o grupo de pares, colegas e empregados da empresa. É parte do processo de tomada de decisão típico do Japão, que é chamado de *Ringiseido*, um sistema de rotação para o recrutamento de CEOs, que oferece – de acordo com a antiguidade, o desempenho e o status – as posições mais altas para os executivos três anos antes de sua aposentadoria. Dentro desse sistema, as decisões e deliberações entre os executivos em todos os níveis abaixo dos diretores devem ter primazia. As decisões executivas, portanto, são posteriores.

A introdução de conceitos de gestão nas empresas chinesas, estatais ou privadas, é bastante influenciada pelo Ocidente. É comum que novos conceitos de gestão sejam introduzidos pelo governo e pelas administrações chinesas com o propósito de assumir e aprender com o pensamento de gestão ocidental. Por exemplo, os conceitos de produção enxuta, gestão da qualidade total e gestão enxuta têm sido implementados nas últimas duas décadas. Além disso, nos anos recentes, gestão de risco e de desempenho são novos conceitos implementados por muitas das grandes empresas estatais. Para aproximadamente 17 dentre os 21 CEOs de empresas privadas e estatais, está em funcionamento uma mentalidade do tipo “aprendendo com os melhores, mas ainda ficando para trás”. Ela está fortemente ligada às ambições das suas empresas em correr atrás da concorrência. A liderança, nessa medida, é entendida como uma tarefa cuja finalidade é aperfeiçoar a cultura da empresa e aumentar a motivação dos empregados. Em 10 dos 21 casos, essa mentalidade de “motivação do empregado” está fundida com uma nova filosofia de tomada de decisão e participação de baixo para cima dos empregados. *“Eu sou o CEO. Mas eu não tenho que pensar sobre os objetivos do desenvolvimento da empresa. Isso é feito por nossos empregados, de baixo para cima. Eu deixo isso para os chefes de departamento; e os chefes de departamento, para os gerentes seniores. Nós recebemos as ideias de baixo para cima e discutimos nas reuniões da comissão de CEOs, o que é factível e bom para o desenvolvimento da empresa* (Presidente de companhia chinesa e CEO na ativa, China, 2013, traduzido do chinês pelos autores). Até aqui, contudo, nem os sistemas de indicadores (exceto para o cálculo de desempenho), nem um estilo de liderança movida pelo resultado se revelaram como mentalidades e técnicas de gestão nas entrevistas chinesas.

CONCLUSÕES

Os resultados referentes às duas hipóteses da principal corrente da literatura sobre a globalização são bastante claros. Tanto para a economia alemã, quanto para as do Leste Asiático, o pressuposto das elites globais para o setor industrial corporativo tem que ser rejeitada. A competição e a seleção de pessoal altamente qualificado não implicaram um grande número de pessoal recrutado ao redor do globo no nível mais alto de gestão. Na maioria das vezes, esses executivos foram alocados no exterior como parte do desenvolvimento das suas carreiras na empresa sede no país de origem. Alguns viajam constantemente pelo mundo e acumulam milhões de milhas ao redor do globo, mas não são executivos que pulam de empresa em empresa e têm carreiras transnacionais. Portanto, o efeito da globalização pode ser descrito, nos termos das carreiras de gestão, como “globalização leve”, que auxilia na “circulação de cérebros”, mas não constitui nova classe mundial da elite econômica no setor industrial corporativo. Por que isso? Por um lado, os economistas nos dizem que os retornos sobre investimentos mútuos são maiores para pessoal altamente qualificado, assim como para as companhias, quando ambos se mantêm uns com os outros (WILLIAMSON, 1975, p. 75; LINDBECK & SNOWER, 1988; BERTOLD & FEHN, 1995). Por outro lado, os sociólogos sabem que a confiança, a lealdade e uma profunda compreensão das regras tácitas da companhia são as razões pelas quais quadros formados pela companhia com aquela qualificação são os escolhidos (STROH & REILLY, 1998; KOTTHOFF, 2006; POHLMANN, 2009). Os quadros internos tampouco estão ávidos para vender, dividir ou arrematar partes da companhia como os de fora, algumas vezes, estão (LUCIER et al., 2007). Se nas grandes companhias industriais das principais regiões do mundo se preferem os quadros internos, por que o executivo deveria ir para o exterior por um longo período, correndo o risco de ficar para trás na carreira dentro do seu país e de sua empresa de origem?

No que diz respeito à segunda hipótese, a da difusão e internacionalização do pensamento de gestão neoliberal, os resultados indicam que a afirmação não se sustenta, pelo menos para as economias do Leste Asiático. Claro, nossos resultados estão relacionados às mentalidades coletivas, ao inventário de conhecimento dos executivos, não lidando, assim, com as medidas organizacionais dentro das companhias. No entanto, ainda assim, a ideia de que haveria uma difusão global do pensamento de gestão neoliberal pode ser refutada. Antes de tudo, descobriu-se que, no nível corporativo, a mentalidade do mercado financeiro neoliberal não está se disseminando pelo mundo. Nos países ocidentais, tais como a Alemanha, a mentalidade dominante é a perspectiva defensiva de “manipular as regras do

sistema. A maioria dos altos executivos são favoráveis a estratégias de longo prazo para proteger os interesses das suas firmas, burlando o sistema do mercado financeiro. Nas companhias do Leste Asiático, a maioria dos executivos critica a economia orientada para o mercado financeiro, preferindo seus próprios modos autóctones de administrar o negócio (como na Coreia do Sul e no Japão), ou uma abordagem de longo prazo (como na China). Nesse sentido, nossos resultados indicam que os sistemas empresariais sul-coreano e japonês ainda são, no nível das mentalidades coletivas dos executivos, diferentes do sistema de governança corporativa americano centrado nos acionistas (ITAMI, 2000; 2002). Para a China, Xinchun Li destacou, no seu estudo sobre 4256 empresários e executivos chineses, que em apenas raros casos há firmas desse país usando o mercado de ações para financiar suas estratégias corporativas, porque o risco de se perder o controle decisório é considerado muito alto (LI, 2011, p. 76-9).

No que tange ao pensamento de gestão neoliberal sobre liderança, os resultados apontam para um padrão quase idêntico. Na Alemanha, o que basicamente se entendia por liderança mudou bastante, e uma abordagem delegatária radical é a mais comum hoje em dia. Isso é confirmado por outros estudos sobre a cultura da liderança na Alemanha (LEIPPRAND et al., 2012; BUSCH et al., 2013). As novas mentalidades coletivas do pensamento de gestão neoliberal estão, em um número significativo de grandes companhias manufatureiras alemãs, conectadas com a reestruturação organizacional das firmas, que se movem em direção ao estabelecimento de centros de lucro, sistemas de indicadores e *benchmarking*. Novamente, isso não é o caso na maioria dos conglomerados empresariais sul-coreanos e japoneses. Embora essas companhias tenham estabelecido muitas características bastante modernas de organização do trabalho e conceitos de gestão, não há nenhuma indicação de um estilo de liderança movido pelo resultado – um que não esteja apenas relacionado a medidas de desempenho individual, mas também ao sistema de indicadores e *benchmarks* para unidades de negócio –, representado nas mentalidades coletivas dos executivos. Na China, onde o uso de conceitos de gestão ocidentais é muito comum, as mentalidades coletivas que dizem respeito à liderança são mais comumente dominadas pela ideia de motivação de pessoal e não foram influenciadas pelo pensamento de gestão neoliberal. Isso também foi confirmado pelo estudo de 4225 empresários e executivos, realizado por Shying Xu et al (2012), que mostrou que motivação e delegação são abordagens dominantes no que se refere à liderança pelos executivos nas empresas chinesas (Xu et al., 2012, p. 97-102).

Os resultados indicam que o pensamento de gestão neoliberal, tal qual expressado pelos pensadores de gestão ocidentais, teve algum impacto na mentalidade

coletiva dos executivos alemães, mas não atingiu o estoque de conhecimento coletivo dos executivos nas economias do Leste Asiático. Todas essas companhias se tornaram bastante modernas, por exemplo, na repaginação das suas organizações de trabalho e no que se refere à adoção de conceitos de gestão. Contudo, seus esquemas de interpretação permanecem radicados nas suas culturas e, geralmente, não fazem uso do pensamento de gestão neoliberal.

Como esses resultados podem ser explicados? Antes de tudo, as mentalidades coletivas, enquanto formas de conhecimento, estão profundamente enraizadas na cultura e, portanto, não mudam com facilidade em um curto período de tempo (HALL & SOKICE, 2001). Isso precisa ser levado em conta por todas as correntes teóricas mais difundidas sobre a globalização e sobre a transformação do neoliberalismo. De acordo com os resultados, é mais vantajoso aderir a uma abordagem das “variedades do capitalismo”, que leve em consideração as regras institucionais tácitas, os esquemas cognitivos e os sistemas de crenças (STREECK & YAMAMURA, 2001; WHITLEY, 1999; 2009). Partindo de uma perspectiva sociológica, as instituições não somente prevalecem por conta das vantagens que as firmas têm no uso das regras e configurações institucionais nacionais (HALL & SOKICE, 2001), mas também porque elas se tornaram habituais por meio de processos de internalização e socialização.

Em segundo lugar, no que se refere à mentalidade do mercado financeiro, não está muito clara a razão pela qual os executivos deveriam ser favoráveis a uma economia orientada para o mercado financeiro. Executivos deveriam ser responsáveis pelo controle e pela avaliação, além de estar no comando estratégico da empresa. No “picadeiro” do mercado financeiro, como os executivos disseram nas entrevistas, isso não seria mais possível. Quando os donos, os acionistas e os diretores não estão mais interessados na sobrevivência e expansão do grupo empresarial, sobram apenas os executivos para proteger a companhia. Assim, o papel profissional deles, como homens e mulheres da organização, que, na sua maioria, ascenderam na carreira em um único grupo empresarial, é, no nível da economia real, mais o de servir como barreira para a disseminação da mentalidade neoliberal dentro da corporação.

Terceiro, vis-à-vis o mercado financeiro, todos os empresários e executivos nos países selecionados vivenciaram sérias crises financeiras, que levaram ao colapso, ao fechamento e à falência de muitos grandes conglomerados empresariais. Como resultado, é possível observar um forte efeito de período, o que leva à articulação de mentalidades coletivas que não são favoráveis aos mercados financeiros.

Em quarto lugar, no que diz respeito à mentalidade de gestão neoliberal e à adoção de técnicas de gestão neoliberal, a nova teoria institucional está correta em destacar que as organizações, muitas vezes, adotam o que é moderno ou o que é a moda do momento, não o aplicando em um nível que altere substancialmente as operações e os procedimentos da companhia. A repaginação, a burla do sistema e as regras tácitas são todas características muito comumente usadas pela nova teoria institucional (MEYER & ROWAN, 1977; POWELL & DiMAGGIO, 1991).

O pensamento de gestão neoliberal, claramente, é apenas uma pequena peça da grande engrenagem do neoliberalismo. Este artigo não se deteve no quadro geral do neoliberalismo (LIM & JANG, 2006), sobre suas estratégias e ideologias na transformação dos Estados. Entretanto, os resultados explicitam que os executivos não são os operadores da mudança – como se pensava que seriam, acelerando a tendência que orienta a economia para o mercado financeiro. Ademais, as mentalidades coletivas nos vários países não estão se fundindo ou convergindo, e deve-se enfatizar que essas mentalidades coletivas não podem simplesmente ser deduzidas a partir da literatura de gestão. Uma profunda investigação empírica é crucial para explorar e demonstrar como as mentalidades coletivas são muito mais resilientes e culturalmente enraizadas do que afirma a principal corrente da literatura sobre a globalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, Michel. *Capitalism against Capitalism*. London: Whurr Publishers, 1993.
- AMABLE, Brun. *The Diversity of Modern Capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- APPADURAI, Arjun. “Globale ethnische Räume. Bemerkungen und Fragen zur Entwicklung einer transnationalen Anthropologie”. In: BECK, Ulrich (Org.) *Perspektiven der Weltgesellschaft*. Frankfurt: Suhrkamp, p. 11-39, 1998.
- BECK, Ulrich. *Was ist Globalisierung? Irrtümer des Globalismus - Antworten auf Globalisierung*. Frankfurt: Suhrkamp, 1997.
- BERTOLD, Norbert & FEHN, Rainer. “Neuere Entwicklungen in der Arbeitsmarkttheorie”. *Wirtschaftswissenschaftliches Studium (Economic Sciences Study)*, 24(3), p. 110-7, 1995.
- BLOOM, Nikolas; CHRISTOS, Genakos; RAFFAELLA, Sadun; REENEN, John. “Management Practices across Firms and Countries”. *Academy of Management Perspectives*, 26(1), p. 12-33, 2012.
- BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. *Le Nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.
- _____. “The New Spirit of Capitalism”. *International Journal of Politics, Culture and Society*, 18, p. 161-88, 2005.

- BRÖCKLING, Ullrich. "Gendering the Enterprising Self: Subjectification Programs and Gender Differences in Guides to Success". *Scandinavian Journal of Social Theory*, 6(2), p. 7-25, 2005.
- BUSCH, Rainer; MCMAHON, Robert; UNGER, Alexander; MAY, Christian; WANG, Ya-Cheng. "A Comparison of Leadership Styles between Chinese and German Managers of Chinese Companies in Germany". *Chinese Management Review*, Vol. 16, N. 2, p. 1-17, 2013.
- CARROLL, William K. *The Making of a Transnational Capitalist Class: Corporate Power in the 21st Century*. London: Zed, 2010.
- CASTELLS, Manuel. *The Rise of the Network Society: The Information Age: Economy, Society, and Culture*. Oxford, Malden: Blackwell, 1996.
- CHALAMWONG, Yongyuth. "The Migration of Highly Skilled Asian Workers to OECD Member Countries and its Effects on Economic Development in East Asia". In: FUKASAKU, Kiichiro; KAWAI, Masahiro; PLUMMER, Michael G; DUVAL, Alexandra Trzeciak (Orgs.) *Policy Coherence Towards East Asia, Development Challenges für OECD Countries, Development Center Studies*. Paris: OECD, p. 487-526, 2005.
- CHOI, Jang-Jip. "Political Cleavages in South Korea". In: KOO, Hagen (Org.) *State and Society in Contemporary Korea*. Stanford: Stanford University Press, p. 13-50, 1993.
- CLEGG, Steward R. "Management, Global Models". In: RITZER, George (Org.) *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Globalization*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2012.
- CROUCH, Collin. *The Strange Non-death of Neo-liberalism*. Polity Press, 2011.
- CUTTS, Robert. *An Empire of schools: Japan's Universities and Molding of a National Power Elite*. Armonk: M.E. Sharpe, 1997.
- DIEHL, Claudia & DIXON, David. "Zieht es die Besten fort? Ausmaß und Formen der Abwanderung deutscher Hochqualifizierter in die USA". *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie* (Cologne Journal of Sociology and Social Psychology), 57, p. 714-34, 2005.
- DIMAGGIO, Paul & POWELL, Walter W. *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- DONG, Wonmo. "Regional Cleavage in South Korean Politics". *Korea Observer* 26(2), p. 1-26, 1995.
- DREHER, Sabine. "Vom Wohlfahrtsstaat zum Wettbewerbsstaat? Die Bedeutung der Migration für die Globalisierungsdebatte". In: HUNGER, Uwe & SANTEL, Bernhard (Orgs.) *Migration im Wettbewerbsstaat*. Opladen: Leske+Budrich, p. 13-32, 2003.
- DU GAY, Paul & MORGAN, Glenn. *New Spirits of Capitalism? Crises, Justifications, and Dynamics*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

- DURKHEIM, Emile. “Individuelle und kollektive Vorstellungen”. In: *Soziologie und Philosophie*. Frankfurt: Suhrkamp, p. 45-83, 1967.
- HALL, Peter A. & SOSKICE, David W. *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HOUSE, Robert J; HANGES, Paul J; JAVIDAN, Mansour; DORFMAN, Peter W; GUPTA, Vipin (Orgs.) *Culture, Leadership, and Organizations: The GLOBE study of 62 societies*. Thousand Oaks: Sage, 2004.
- IBM. *Capitalising On Complexity. Insights from the Global CEO Study*. IBM, 2011.
- ITAMI, Hiroyuki. *Nihonkei Corporate Governance* (Japanese Corporate Governance). Nihon Keizai Sinbun, 2000.
- . *Jinponsyugi Kigyo: kawarukeyei kawaranugenri* (Humanitarian Corporate: changing and unchanging principals). Nihon Keizai Shinbu, 2002.
- KIM, Yong-Hak. *Social Networks within Korea: With a special reference to Regional Ties*. Berkeley: University of Berkeley Press, 2005.
- KONG, Je-Wook. “Hankook Jeonjaengkwa Chaebolui Hyeongseong (The Korean War and the Emergence of the Chaebol)”. *Kyeongjaewa Sahoe* (Economy and Society), 46, p. 54-87, 2000.
- KOTTHOFF, Hermann. “Überflüssige Loyalität in großbetrieblichen Sozialbeziehungen der Modellwechsel von Anerkennungsmustern”. In: BUDE, Heinz & WILLISCH, Andreas. *Das Problem der Exklusion: Ausgegrenzte, Entbehrliche, Überflüssige*. Hamburg: Verlag Hamburger Edition, p. 225-39, 2006.
- LANVIN, Bruno & EVANS, Paul A. L. *The Global Talent Competitiveness Index 2013*. Singapore: INSEAD, 2013.
- LEIPPRAND, Tobias. *Jeder für sich und keiner fürs Ganze? Warum wir ein neues Führungsverständnis in Politik, Wirtschaft, Wissenschaft und Gesellschaft brauchen*. WZB, SNV: Berlin, 2012.
- LI, Xinchun. “The Financial Market and the Development of Chinese Enterprises: State of the Art, Prospects, Challenges, and Solutions - Report on the Development of Chinese Entrepreneurs”. *Management World*, 6, p. 76-90, 2011.
- LIM, Hyun-Chin & JANG, Jin-Ho. “Neo-liberalism in Post-crisis South Korea: Social Conditions and Outcomes”. *Journal of Contemporary Asia*, 36(2), p. 442-63, 2006.
- LIM, Hyun-Chin & KIM, Kyung-Dong. *East Meets West: Civilizational Encounters and the Spirit of Capitalism in East Asia*. Leiden: Brill, 2007.
- LINDBECK, Assar & SNOWER, Dennis. *The Insider-Outsider Theory of Employment and Unemployment*. Massachusetts: MIT Press, 1988.
- LUCIER, Chuck; WHEELER, Steven; HABEL, Rolf. “The Era of the Inclusive Leader”. *Strategy + Business*, 47, 2007.

- MANNARI, HIROSHI. *The Japanese Business Leaders*. Tokyo: University of Tokyo Press, 1974.
- MEYER, JOHN W. & ROWAN, BRIAN. "Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony". *American Journal of Sociology*, 83(2), p. 340-63, 1977.
- MÜNCH, RICHARD. *Globale Eliten, lokale Autoritäten: Bildung und Wissenschaft unter dem Regime von PISA*, McKinsey & Co. Frankfurt: Suhrkamp, 2009.
- NOBEL, Carmen. "Measuring the Efficacy of the World's Managers". *Working Knowledge*. <http://hbswk.hbs.edu/item/6918.html>. Boston: Harvard Business School, 2012.
- OEVERMANN, Ulrich. "Die Struktur sozialer Deutungsmuster – Versuch einer Aktualisierung". *Sozialer Sinn*, 2(1), p. 35-81, 2001.
- PARETO, Vilfredo. *Vilfredo Paretos System der allgemeinen Soziologie*. Stuttgart: Ferdinand Enke, 1962.
- POHLMANN, Markus. *Der Kapitalismus in Ostasien: Südkoreas und Taiwans Wege ins Zentrum der Weltwirtschaft*. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2002.
- _____. "Die neue Kulturtheorie und der Streit um Werte". *Soziologische Revue*, 28(1), p. 3-14, 2005.
- _____. "Globale ökonomische Eliten? Eine Globalisierungsthese auf dem Prüfstand der Empirie". *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 61, p. 513-34, 2009.
- _____. "Der Geist des Kapitalismus und seine Trägerschichten". In: HESSINGER, PHILIPP & POHLMANN, Markus. *Globalisierung als Autokapitalismus? Prüfstandberichte zum Zustand eines Entwicklungsmodells*. Wiesbaden: VSA, 2014.
- ROBINSON, William I. *A Theory of Global Capitalism: Production, Class and State in a Transnational World*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.
- _____. "Global Capitalism Theory and the Emergence of Transnational Elites". *Critical Sociology*, 38(3), p. 349-63, 2012.
- SACHWEH, Patrick. *Deutungsmuster sozialer Ungleichheit: Wahrnehmung und Legitimation gesellschaftlicher Privilegierung und Benachteiligung*. Frankfurt am Main: Campus, 2010.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. *Unversöhnte Moderne*. Frankfurt: Suhrkamp, 1996.
- SCHMIDT, Carmen. "Japan's Circle of Power: Legitimacy and Integration of a National Power". *ASIEN*, 96, p. 46-67, 2005.
- SCHMIDT-WELLENBURG, Christian. "The Neo-Liberal Governmentality of the Firm - Management and Management Consulting at the Beginning of the 21st Century". *Zeitschrift für Soziologie (Magazine of Sociology)*, 38(4), p. 320-41, 2009.
- SCHÜTZ, Alfred. *Das Problem der Relevanz*. Frankfurt: Suhrkamp, 1982.
- SCHÜTZ, Alfred & LUCKMANN, Thomas. *Strukturen der Lebenswelt*. Vol. 1. Frankfurt: Suhrkamp, 1994.
- SKLAIR, Leslie. *The Transnational Capitalist Class*. Oxford: Blackwell, 2001.

- SOMBART, Werner. *Der moderne Kapitalismus*. Vol. 1. Leipzig: Duncker und Humblot, 1902.
- STREECK, Wolfgang. *Gekaufte Zeit: Die vertagte Krise des demokratischen Kapitalismus*. Berlin: Suhrkamp, 2013.
- STREECK, Wolfgang & YAMAMURA, Kozo (Orgs.) *The Origins of Nonliberal Capitalism. Germany and Japan in Comparison*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.
- _____. (Orgs.) *The End of Diversity? Prospects for German and Japanese Capitalism*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.
- STROH, Linda K. & REILLY, Anne H. “Zählt für Manager noch Treue zur Firma? Was ist dran an dem Vorwurf, Manager seien heutzutage selbstsüchtige Opportunisten, denen es nur um das eigene Wohl geht?”. *Harvard Business Manager*, 20, p. 9-15, 1998.
- SULLIVAN, S. E. & ARTHUR, Michael B. “The evolution of the boundaryless career concept: Examining physical and psychological mobility”. *Journal of Vocational Behavior*, 69(1), p. 19-29, 2006.
- THOMAS, D. C. & INKEN, K. “Careers across cultures”. In: GUNZ, Hugh & PEIPERL, Maury. *Handbook of Career studies*. Los Angeles: SAGE, p. 451-70, 2007.
- ULLRICH, Carsten G. “Deutungsmusteranalyse und diskursives Interview”. *Zeitschrift für Soziologie (Magazine for Sociology)*, 28(6), p. 429-47, 1999.
- WATANABE, Masao & SCHMIDT, Carmen. “Die wirtschaftliche Elite Japans: Rekrutierungsmuster und Netzwerkbeziehungen”. *JAPAN aktuell*, p. 56-66, 2004.
- WEBER, Max. *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie I*. Tübingen: Mohr, 1989.
- WHITLEY, Richard. *Divergent Capitalisms: The Social Structuring and Change of Business Systems*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- _____. *Business Systems in East Asia: Firms, Markets and Societies*. Los Angeles: SAGE, 2009.
- WILLIAMSON, Oliver E. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications, a study in the economics of internal organization*. New York: Free Press, 1975.
- WILLKE, Gerhard. *Neoliberalismus*. Frankfurt, New York: Campus, 2003.
- WILLMOT, Hugh. “Spirited Away: When Political Economy Becomes Culturalized”. In: DU GAY, Paul & MORGAN, Glenn (Orgs.) *New Spirits of Capitalism? Crises, Justifications, and Dynamics*. Oxford: Oxford University Press, p. 98-123, 2013.
- WITT, Michael A. & REDDING, Gordon (Orgs.) *The Oxford Handbook of Asian Business Systems*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- XU, Shuying; LI, Lan; WANG, Hui; PENG, Siqin; HAO, Dahai; HAN, Zhoulun; ZHANG, Hongyu; WANG, Yunfeng. “Entrepreneurial Perspectives on Human Nature, Management and Performance - Report on the Development of Chinese Enterprises”. *Management World*, 6, p. 96-100, 2012.

APÊNDICE

Tabela 3-1. Amostragem por cota proporcional.

	Idade (anos)	Mulheres CEOs %	Educação superior %	Engenharia/Natural %	Estudo no exterior %	Trabalho no exterior %
Top 100 da Alemanha	53	0%	95%	62%	42%	63%
Entrevistas na Alemanha	54,5	2,5%	97%	54%	32%	51%
Top 100 da Coreia do Sul	60,7	0%	99%	51%	25%	38%
Entrevistas na Coreia do Sul	60,4	0%	100%	38%	29%	54%
Top 100 do Japão	64,6	0%	100%	54%	12%	24%
Entrevistas no Japão	63,5	0%	100%	50%	20%	70%
Top 100 da China	57,4	4,8%	95%	67,9%	8,2%	12,3%
Entrevistas na China	57,3	5%	70%	43,4%	0%	5%

Tabela 3-2. Faixa etária.

Número de entrevistas	Faixa etária 1930-1944	Faixa etária 1945-1954	Faixa etária 1955-1964	Faixa etária 1965-1974
Alemanha	45	12	25	0
Coreia do Sul	4	17	4	0
Japão	11	6	3	0
China	4	10	4	3
Total	64	45	36	0

Tabela 3-3. Passos da análise na interpretação das entrevistas.

1. *Seleção*: as sequências relacionadas a tópicos específicos foram selecionados de acordo com nossos interesses de pesquisa, mas com uma codificação aberta;
2. *Reformulação*: foram resumidos, através de paráfrases, os argumentos, as explicações, as narrações na sequência;
3. *Abstração do sentido*: a estrutura lógica e normativa foi abstraída e interpretada nos termos do que foi avaliado como bom ou mau, de modo a que fosse possível rastreá-la tendo em vista as normas subjacentes por trás dos julgamentos;
4. *Abstração da ordem*: foram abstraídas a ordem lógica e normativa do curso dos argumentos, descrições e narrações;
5. *Comparação*: as sequências escolhidas em todas as entrevistas foram comparadas de modo a falsear, modificar e estender as mentalidades coletivas descobertas, assim como identificar os padrões normativos dominantes, mais comuns e mais compartilhados;
6. *Contextualização*: os padrões normativos e cognitivos foram relacionados à realidade social da constelação de atores, culturas, estruturas de oportunidades e limitações institucionais dentro das quais eles apareceram;
7. *Identificação das regras*: relacionadas a essa realidade social, foram identificadas as regras típicas que produzem interpretações comuns e ações reconhecidas como dominantes;
8. *Explicação*: relacionadas com as teorias nesse campo de pesquisa, foi explicado porque essas regras foram reproduzidas ou alteradas, e quais foram as consequências sociais dessas regras.

Remando contra a maré: novo desenvolvimentismo e interesse nacional

Entrevista com Luiz Carlos Bresser-Pereira

Realizada por Alvaro A. Comin^a & Paulo Todescan Lessa Mattos^b

Luiz Carlos Bresser-Pereira é um desses personagens acostumados a remar contra a maré e a rever suas próprias convicções quando os fatos não lhes favorecem. Nacionalista confesso em tempos de globalização, Bresser-Pereira participou dos governos nacionais do PSDB, partido do qual se afastou ao constatar que o projeto neoliberal em curso era incompatível com o desenvolvimento e a autonomia nacionais; torna-se, então, um defensor, ao menos parcial, das estratégias perseguidas pelos governos petistas, dos quais nunca fez parte.

Com mais de vinte livros publicados, entre solos e coletâneas que editou, além de incontáveis artigos acadêmicos, colunas em jornais e revistas, conferências e *working-papers*, publicados desde o final da década de 1960, Bresser-Pereira, concomitantemente, também atuou como vice-presidente de uma das maiores redes de supermercados do Brasil, por cerca de vinte anos, quando então, com o fim do regime militar, passou a combinar a carreira acadêmica a altos postos na administração pública. Participou do governo de Franco Montoro, em São Paulo, na primeira leva de eleições estaduais, em 1982; foi ministro da Fazenda do já então desacreditado governo da Nova República, pós Plano Cruzado; comandou a reforma administrativa, também como ministro, no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, vindo a servir, brevemente, como Ministro da Ciência Tecnologia, no segundo. Deixou o governo, em 1999, e passou a trabalhar no que veio a denominar de Novo Desenvolvimentismo¹, uma teoria que termina sendo uma crítica aguda, tanto do legado econômico e intelectual da era FHC (em uma frase, do neoliberalismo e da subserviência aos interesses do “império ocidental”), quanto do populismo (cambial) de Lula, que apostou no consumo imediato às

a Professor do Departamento de Sociologia da USP.

b Pesquisador Associado da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro (FGV-RJ) e Pesquisador do CEBRAP.

1 Para uma apresentação “enxuta” da teoria, recomenda-se a leitura do documento “Dez teses sobre o Novo-Desenvolvimentismo”. Trata-se de um manifesto em prol de um novo paradigma de desenvolvimento econômico, subscrito por mais de uma centena de acadêmicos, entre os quais, Ignacy Sachs, Saskia Sassen, Robert Wade, José Antonio Ocampo, Robert Boyer e Ha-Joon Chang. Acessível em: http://www.tentheseonnewdevelopmentalism.org/theses_portuguese.asp.

custas da competitividade da indústria instalada no país, que seguiu a trajetória de encolhimento iniciada um quarto de século atrás.

Como fica claro na entrevista abaixo transcrita, a despeito das diferenças, sobretudo, em matéria de macroeconomia, o Novo Desenvolvimentismo comunga com o “velho” desenvolvimentismo cepalino e, em particular, furtadiano a convicção de que o desenvolvimento econômico é um fenômeno “nacional”; são as nações que se desenvolvem e competem entre si, portanto. Para ambos, a associação entre indústria e interesse nacional – ou, em outros termos, a associação entre burguesia industrial e Estado – representa a espinha dorsal da estratégia de desenvolvimento.

Graças à sua intensa militância, tanto nos meios acadêmicos quanto jornalísticos, Bresser-Pereira (juntamente com outros intelectuais) tem conseguido furar um pouco a hegemonia neoliberal no debate macroeconômico; mais árdua e de resultados menos promissores tem sido sua militância em torno de uma reaproximação entre a elite nacional e o governo que a maioria dos brasileiros escolheu. Nesta entrevista, além dos aspectos propriamente econômicos do Novo Desenvolvimentismo, procuramos fazer falar, também, o politólogo e o sociólogo que habitam o economista (muito embora essas corporações, às vezes, teimem em não o reconhecer, como ele mesmo nos conta), tratando, inclusive, de temas típicos dessas áreas, como nação, Estado, democracia, imperialismo, conflito de classes e elites – temas que ele desenvolve com igual conhecimento, entusiasmo e franqueza.

Revista Plural *A ideia de nação está no centro tanto de sua interpretação histórica acerca do processo de desenvolvimento brasileiro, quanto do diagnóstico que o Sr. faz sobre os impasses atuais. Mais concretamente, o Sr. tem insistido na necessidade de um novo pacto nacional, em torno da reindustrialização do país e da continuidade do projeto de inclusão social. Ao mesmo tempo, tem assinado, também, o fato de que partes poderosas das elites brasileiras se tornaram rentistas e associadas às finanças globais, com interesses que, presumivelmente, não convergem com os de um projeto nacional, nos termos que o Sr. tem advogado. Nesta primeira parte da entrevista, gostaria que o Sr. discutisse a natureza desse pacto nacional, quem são seus protagonistas e quais são as condições políticas objetivas para que assim aconteça.*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Começo pelo mais geral. Por que eu entendo que a ideia de nação é fundamental para o desenvolvimento econômico? Porque vivemos neste mundo dito globalizado, mas que, realmente, é um mundo capitalista onde a forma específica, a unidade político-territorial própria do capitalismo

– que é o Estado-nação –, cobriu todo o globo terrestre. Assim, nós temos uma grande competição, não apenas entre as empresas, como dizem os economistas, mas também entre os Estados-nação. Só que se trata de uma competição desigual, porque existe o grupo dos países liderados pelos EUA, chamado “ocidente”, que entra também na competição, de modo a impor seus interesses aos demais países; existe uma força militar que se chama OTAN; existe, ainda, um sistema de instituições econômicas sob a alcunha de Banco Mundial, FMI, OMC. Isso, ao meu ver, inviabiliza o desenvolvimento econômico de quem se submete. Meu entendimento é que o imperialismo continua firmemente existente, só que é um imperialismo de *soft power*, digamos assim. Como são todos países independentes, Estados-nação soberanos, não se pode mais, simplesmente, reduzi-los a colônias; então, é necessário pressionar e persuadir as elites locais a se associarem. E qual é a preocupação fundamental desse imperialismo? É ocupar os nossos mercados, com seu comércio, seus financiamentos e suas multinacionais.

A crítica da ocupação via mercado é antiga; é a famosa troca desigual, que é a troca de bens e serviços de alto valor adicionado per capita por bens e serviços de baixo valor adicionado per capita. O financiamento também é uma questão crítica, ao qual está associado o papel das multinacionais. Acho que essas duas críticas são muito insuficientes. Elas foram fortes nos anos 1950, por exemplo, quando havia uma grande discussão sobre a remessa de lucros, que eu ainda peguei juvenzinho. No entanto, meu tio Barbosa Lima Sobrinho, por exemplo, era um campeão dessa luta. Havia o argumento de que as empresas multinacionais eram contra a industrialização, mas que passaram a participar dela a partir dos anos 1950, justamente quando viram que o nosso mercado estava fechado para importações. Foi isso que deu origem à teoria da dependência associada, que está baseada, fundamentalmente, nesse fato. Tal é a perspectiva do crescimento com poupança externa e da associação com o império.

Desenvolvi toda uma teoria econômica nestes últimos quinze anos, que agora tem um nome: o “Novo Desenvolvimentismo”². Essa teoria apresenta uma crítica muito mais sólida e consistente para esse problema.

Todo o interesse deles é de nos persuadir – e nós nos deixamos gentilmente persuadir –, de que é mais do que natural que países ricos em capitais devam

2 Sobre o Novo Desenvolvimentismo, do próprio entrevistado, veja-se: “Reflecting on new developmentalism and classical developmentalism”. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Texto para Discussão 395, junho de 2015. Acessível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/>; e, também, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Jan Kregel and Leonardo Burlamaqui (eds.) *Financial Stability and Growth: Perspectives on Financial Regulation and New Developmentalism*, London: Routledge, 2014.

transferir seus capitais para países pobres em capitais; e, portanto, é mais do que natural que os países em desenvolvimento, como o Brasil, tenham um belo déficit em conta corrente, desde que não quebrem. A isso eles chamam de taxa de câmbio de equilíbrio fundamental; eu chamo de taxa de câmbio de equilíbrio de dívida externa, que é a taxa de câmbio que corresponde a um déficit em conta corrente que faz com que a relação dívida/PIB se mantenha constante, supondo que esse nível constante seja também satisfatório. Particularmente, entendo que para os países se desenvolverem, eles têm que evitar esse equilíbrio de dívida externa, que aprecia a moeda, e buscar o que chamo de equilíbrio industrial, que nos países com doença holandesa implica superávit em conta corrente – pequeno, no caso do Brasil, e grande em países exportadores de petróleo, onde o custo da extração é muito baixo, como Arábia Saudita e Venezuela.

Quando liberalizamos nosso comércio exterior, em 1990, passamos a ter uma desvantagem competitiva, causada pela doença holandesa, de cerca de 15% a 20%; nós, então, passamos a ter uma desvantagem competitiva muito grande, que inviabilizou totalmente o desenvolvimento econômico acelerado. Os fundos de investimento podem fazer todos os esforços que quiserem, mas os investimentos serão insuficientes no Brasil. Isso, porque para que haja investimento é necessário que os empresários tenham lucro.

Revista Plural *Quais são os setores do empresariado que têm interesse em uma política nacional de desenvolvimento?*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Fundamentalmente, a indústria brasileira. Agora, a indústria brasileira está desaparecendo, muito objetivamente falando. Eu acho que ela se reconstrói com certa facilidade, tendo em vista que há muita vontade e muito espírito empresarial no Brasil. Voltaram a dar importância às escolas de engenharia. Mas é um fato concreto que ela foi destruída; e tal destruição começou, justamente, nos anos 1990, com a abertura comercial e, sobretudo, em 1991, com a abertura financeira para completar o jogo. Logo, você tem empresas que já não são mais empresas industriais, são empresas importadoras.

Revista Plural *Além disso, houve uma desnacionalização importante na indústria brasileira, não?*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Violentíssima! Mas, por quê? O imperialismo deseja que tenhamos uma taxa de câmbio de longo prazo apreciada, pois assim temos um déficit em conta corrente sempre relativamente alto, que legitima os financiamentos e os investimentos diretos – que nós precisamos, dramaticamente. Eu

me lembro, há dois anos, de uma manchete na primeira página da Folha de São Paulo que dizia que o investimento direto daquele período tinha sido menor que o déficit em conta corrente; e isso era muito preocupante. Fala-se que quando você financia isso com investimento direto está tudo ótimo. Loucura completa!

Revista Plural *Por que no Brasil, mesmo recebendo tanto investimento direto, sua taxa agregada de investimento da economia não sai de um patamar tão baixo?*

Luiz Carlos Bresser-Pereira O governo FHC, do qual eu participei, esteve totalmente voltado para o crescimento com poupança externa. O que aconteceu com esse crescimento? Em 1994, o déficit em conta corrente – ou seja, a poupança externa – estava próximo de zero. O que é normal, porque não havia crédito naquela época, com a alta inflação. Em 1999, tinha chegado a 4,7% do PIB. A poupança total é igual à poupança interna mais a externa, que, por sua vez, é igual ao investimento. Com esses 4,7% de crescimento, o nosso investimento, que era de 17%, devia ser de 21,7%. E quanto era? Os mesmos 17%. Isto é, não aumentou nada. Então, comecei a formular minha teoria sobre a taxa de substituição da poupança externa pela interna – a teoria da crítica do crescimento com poupança externa, que é muito simples, porque se a teoria for boa, ela é muito simples. Toda aquela matemática é pura enganação de economistas neoliberais e plantonistas que, usando o método hipotético-dedutivo, que é próprio da matemática, inventam essas loucuras.

Qual é o motivo? Ora, quando você tem um déficit em conta corrente, você passa a ter entradas de capital. Esse déficit em conta corrente é compatível com uma taxa de câmbio mais apreciada do que a que você terá caso venha a zerar sua conta corrente. (É sempre com o mercado que estou trabalhando aqui; diferente de outros economistas, eu não decretei a extinção da lei da oferta e da procura.) Quando a taxa de câmbio se aprecia, no longo prazo, os empresários perdem competitividade e não investem. Você pode pensar em outros termos: quando a taxa de câmbio se aprecia, os rendimentos de todos aumentam em termos reais, porque os bens comercializáveis ficam mais baratos e, com isso, o consumo aumenta. As duas explicações, uma pelo lado do investimento e a outra pelo lado da renda, dão na mesma. O crescimento com déficit em conta corrente (ou seja, com poupança externa) implica, geralmente, uma alta taxa de substituição da poupança interna pela externa; portanto, não interessa aos países em desenvolvimento. Só em momentos de alto crescimento, quando o país já está tendo um crescimento muito forte, a propensão marginal a consumir diminui. Nesses momentos, como

nós tivemos, por exemplo, no famoso milagre de 1968 a 1973, a poupança externa dá um empurrão para cima.

Nos últimos cinco ou seis anos, por exemplo, 60% do financiamento do nosso déficit em conta corrente foi coberto por investimento direto, o que não significou nada. Não só porque uma parte era composta de aquisições de empresas já instaladas aqui, mas porque, efetivamente, os investimentos diretos e financiamentos, o que eles realmente financiam é consumo e muito pouco investimento. Eu descobri, depois, que existe toda uma literatura econométrica, a que os economistas – sem teoria nenhuma, diga-se de passagem – deram o nome de *saving replacement* [substituição de poupança], que mostra que a substituição [de poupança interna por externa] não chega a ser de 100%, como foi nesse período no Brasil, mas, em geral, fica em torno de pelo menos 50%. E há outra razão para a apreciação da taxa de câmbio no longo prazo, que é a doença holandesa. E o que é isso? Trata-se de uma apreciação de longo prazo da taxa de câmbio causada pela exploração de recursos naturais abundantes e baratos, que podem ser exportados devido às rendas ricardianas, que produzem uma taxa de câmbio substancialmente mais apreciada do que a taxa de câmbio que é necessária para que as empresas de bens transacionáveis – industriais, basicamente, mas podem ser, também, de serviços transacionáveis –, que utilizam tecnologia no estado da arte mundial, sejam competitivas. Essa é uma definição linda, e não fui eu quem inventou a doença holandesa. O primeiro modelo de doença holandesa foi inventado 25 anos antes do meu; é de um neoclássico. Mas isso mostra porque o Brasil tem uma taxa de câmbio substancialmente apreciada, em torno de 15% a 20% (exceto em momentos de grande crise, quando a apreciação desaparece). Se a crítica ao crescimento com poupança externa faz com que você tenha zero de conta corrente, se você tem a doença holandesa, então você devia ter um superávit em conta corrente.

Revista Plural *Os países têm que escolher entre uma especialização ou outra? Ou viver de commodities ou ser industrialmente competitivo?*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Isso é outra discussão; mas o fato é que sem indústria você não se desenvolve. O que acontece nos países em desenvolvimento é isto: a taxa de câmbio que tem doença holandesa e está flutuando livre no mercado, nas crises, ela vai lá para cima; é uma brutal depreciação; depois aprecia, aprecia, cruza o equilíbrio corrente, cruza o equilíbrio de dívida externa, até que chega ao fundo e não dá mais; permanece durante algum tempo assim e outra vez, mais uma crise financeira.

Você sabe que o desenvolvimento econômico depende, essencialmente, da taxa de lucro esperada menos a taxa de juros. Isso é o que o economista clássico aprendeu há muito tempo, e que é meio óbvio: um empresário só investe quando a taxa de lucro esperada é maior que a taxa de juros. Aí vem o Keynes e diz: “Muito bem, mas a taxa esperada de lucro não está garantida, pois ela depende da existência de demanda. E existe uma tendência à insuficiência de demanda”. Isso foi uma revolução na teoria econômica. Aí vem esse novo desenvolvimentismo e diz que de nada adianta existir demanda efetiva se as empresas não tiverem acesso a tal demanda. E quem dá acesso a ela é a taxa de câmbio. Nessa medida, se a taxa de câmbio está apreciada no longo prazo, durante vários anos, o empresário vai fazer seus cálculos de investimentos com a taxa de câmbio aqui embaixo e não investe, pura e simplesmente. Portanto, a taxa de investimento passa a depender da taxa de câmbio, além de depender da demanda efetiva e da taxa de lucro. Acredito que esse seja o problema do Brasil. A taxa de câmbio está apreciada no longo prazo, e isso interessa lá fora, mas não nos interessa; isso interessaria aos verdadeiros industriais brasileiros.

Revista Plural *Qual o tamanho do universo dos verdadeiros industriais brasileiros hoje?*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Eu sei que esse universo foi de 25% do PIB, ou de 23%, dependendo de como se faz a medição; hoje, é de 9%. E acho que já teria acabado se não fosse pelo fato de que, em 1995, em pleno momento de alucinada reforma neoliberal, privatização a rodo dos serviços públicos monopolistas – que eu sou absolutamente contra –, nesse quadro, foi feito o acordo automotivo, que implicou em uma proteção da indústria automobilística de 35% em média. Nisso, as montadoras – e não os fabricantes de partes – ficaram protegidas contra essa desvalorização cambial de longo prazo; graças a isso, acredito, ainda existe alguma indústria brasileira, senão já estaria em 3% ou 4% a participação da indústria.

Revista Plural *Como o Sr. vê, então, o desafio de aumento da poupança doméstica? Os últimos governos, a partir do primeiro governo Lula, vêm tentando estimular o aumento de investimentos via bancos públicos. De alguma forma, o BNDES toma empréstimos não só junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, mas também junto ao Tesouro, empréstimos que são subsidiados, mas que o Tesouro financia com bonds internacionais que, no final das contas, acabam, por outra via, trazendo poupança externa para o Brasil via Tesouro, via BNDES, com taxas*

subsidiadas. Como resolver esse problema, mesmo em um cenário no qual a taxa de câmbio convergisse para um patamar mais razoável?

Luiz Carlos Bresser-Pereira Como sou um keynesiano, eu entendo que investimento determina poupança, mais do que o inverso. Portanto, se aumenta a taxa de investimento, aumentará a taxa de poupança, necessariamente. Essa é a resposta que eu ofereço há muito tempo; mas não estou totalmente satisfeito com essa resposta, porque estou convencido de que é preciso que o país realmente faça alguma poupança. Logo, tenho sido muito crítico do que chamo de keynesianismo vulgar, que se expressa, principalmente, na ideia de que você resolve todos os problemas pela expansão fiscal, da mesma forma que os ortodoxos resolvem todos os problemas pela contração fiscal. Isso se expressa, também, quando se diz que Keynes acabou com o problema da escassez, que a ciência econômica já não é mais a ciência da escassez; ou, ainda, que o problema da poupança é irrelevante, visto que o investimento determina a poupança. Acredito que isso seja verdade no curto prazo, mas no longo prazo eu entendo que ou esse país tem um razoável espírito de poupança e o Estado se dispõe a fazer políticas para promover isso, ou não funciona. A começar pelas próprias finanças públicas. A economia brasileira crescia extraordinariamente de 1930 a 1980, com algumas crises no meio; a taxa de crescimento, de 1950 a 1980, foi de 4,1% per capita; e desde 1980, menos de 1%. E a razão principal disso, nos primeiros 10 anos, foi a crise financeira e a alta inflação. No entanto, depois que isso acabou, a causa principal foi o câmbio apreciado no longo prazo. A outra causa é o fato de que o Estado deixou de ter poupança pública. A poupança pública, nos anos 1970, era de 3% ou 4%, e, desde 1980 ou 1981, tornou-se 2% negativa; atualmente, varia entre 1% e 3% negativa, todos estes anos; isto é, há mais de 35 anos, nós temos poupanças públicas negativas. É um absurdo! Eu entendo que o Estado tem a obrigação de investir, em um país como o Brasil, cerca de 20% do total dos investimentos, o que não é nada. E tem que fazer isso estrategicamente, promovendo o investimento privado. Mas isso tudo exige poupança, e quando não se quer fazer poupança, para poder atender rapidamente às demandas sociais ou o que for, isso é um problema sério.

Costumo dizer, e isso está escrito no meu livro *A construção política do Brasil*³, que a razão dessa semi-estagnação, desde os anos 1980, é a perda da ideia de nação, algo que nos faz aceitar os déficits em conta corrente muito elevados e

3 Bresser-Pereira, L. C. *A construção Política do Brasil: sociedade, economia e estado desde a Independência*. São Paulo: Editora 34, 2014.

o câmbio apreciado no longo prazo, bem como a alta preferência pelo consumo imediato, que resulta em populismo cambial e fiscal. O populismo econômico é uma coisa que apareceu nos anos 1980, no quadro do consenso de Washington. Quando você aprecia o câmbio, o rendimento de todo mundo – não só os salários – aumenta, a inflação abaixa, você vive no paraíso e se reelege – desde que a crise não chegue antes da eleição para acabar com a sua festa, é claro. O que matou o governo FHC, nos primeiros quatro anos, foi o populismo cambial e fiscal; nos oito anos, foi o populismo cambial. O que matou o governo do PT foi um violento populismo cambial nos primeiros 4 anos e um ajuste fiscal em pelo menos 10 dos 12 anos; só no último ano é que a Dilma perdeu a cabeça e a mão e fez desonerações alucinadas. Mas o populismo cambial foi terrível e inviabilizou o governo Dilma, pura e simplesmente. O Lula recebeu a taxa de câmbio a R\$ 7,00/dólar (a preços de hoje) e entregou para a Dilma, em janeiro de 2011, a R\$ 2,00/dólar. Em termos nominais, foi de R\$ 3,95 para R\$ 1,65. Tratou-se de uma taxa de câmbio a R\$ 1,65, quando a taxa de equilíbrio industrial estava a R\$ 3,80, a preços de hoje; a Dilma, definitivamente, não tinha poder para fazer uma depreciação desse tamanho; ela não conseguiu retomar o crescimento e acabou perdendo a cabeça.

Revista Plural *É possível transformar essa elite rentista, de novo, em uma elite produtiva?*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Bom, eu entendo que a crise atual é o fim de um ciclo, de um grande ciclo da relação Estado–Sociedade. No livro já citado, eu divido a história do Brasil em 3 grandes ciclos dessa relação. O período do Império, o qual denomino relação Estado–integração territorial, porque foi isso que fizemos, essencialmente, naquele período. O período da Primeira República, que chamo de um período de transição. E o período que vai de 1930 a 1977-80, chamado período da nação em desenvolvimento, ou também de revolução capitalista brasileira. Trata-se do período em que o Brasil vai definir sua própria nação, vai formular um projeto de industrialização e, além disso, vai realizá-lo com êxito.

Revista Plural *Mas os dois momentos fundamentais desse ciclo, que foram o primeiro Vargas e o regime militar, ocorreram sob regimes autoritários. Agora, o desafio é fazer isso sob a democracia.*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Essa pergunta é muito importante. Em 1977, com o pacote de abril e a reação da burguesia contra esse pacote, já havia uma grande parte da sociedade contra o regime autoritário. Quando a burguesia começa a se afastar, esse regime estava falido. Eu escrevi um livro chamado *O colapso*

*de uma aliança de classes*⁴, que é a primeira obra sobre a transição democrática no Brasil, ainda que, na história das ciências sociais que vocês fizeram lá, um economista não pode falar nada sobre esse assunto; então, fui riscado. Aí, começa o pacto democrático popular, em 1977, a fase das Diretas-Já, que vai ter uma duração curta: ganha força em 1980, chega ao poder em 1985 e, em 1987, entra em colapso, com o fracasso do Plano Cruzado. O Plano Cruzado foi um desastre não apenas econômico, mas também político, de grandes proporções, eu diria, pois derrotou todos os candidatos da transição democrática nas eleições seguintes. Com o Collor, houve um período intermediário; depois, voltamos ao neoliberalismo. Vamos ter um pacto liberal-dependente nesse período, chefiado, exatamente, pelo Fernando Henrique Cardoso.

Quando o Lula chega ao poder, ele percebe que só tinha condições de governar se conseguisse uma aliança com os empresários industriais: a famosa carta ao povo brasileiro, antes da eleição. E, depois disso, houve a criação do chamado Conselhão, assim como toda uma série de medidas por intermédio da qual o governo, muito formal e decididamente, procurou se aproximar dos empresários industriais. O Ministro da Fazenda tinha a obrigação de chamar os empresários todo mês e discutir com eles – foi um esforço grande. Eu escrevi várias coisas sobre o assunto nesse período. A mais importante foi um artigo que escrevi com Eli Diniz⁵. Eu só vislumbro uma chance de o Brasil sair dessa crise; quando voltarmos a ter um pacto desenvolvimentista. Porque o liberalismo é dependente e não viabiliza qualquer crescimento sustentável e real do país. E tem que ser um desenvolvimentismo que não seja populista.

Revista Plural *E o que houve? Esse empresariado não aderiu aos chamamentos do Lula?*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Aderiu, e aderiu bastante. A coisa estava indo razoavelmente bem até o governo Dilma; vale dizer, até a queda violenta do crescimento que acontece no governo Dilma, especialmente em 2012.

Revista Plural *Mas durante todo o período Lula a indústria foi encolendo ano após ano.*

Luiz Carlos Bresser-Pereira O que aconteceu durante o governo Lula foi que, em

4 Bresser-Pereira, L. C. *O colapso de uma aliança de classes*. São Paulo: Brasiliense, 1978. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4753>.

5 Bresser-Pereira, L. C. & Diniz, Eli. “Empresariado industrial, democracia e poder político”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 84 (julho), 2009.

2002, como consequência dessa crise da depreciação, você tem uma recessão, que vai ser a recessão de 2003. Porém, em seguida, a indústria começa a produzir e a exportar. O mercado interno começa a crescer; ela vende para o mercado interno, exporta, realiza um superávit comercial da própria indústria, grande. O déficit em conta corrente se transforma em superávit em 2003, que se mantém até 2006, salvo engano, de forma que a indústria prospera graças ao mercado interno e às exportações. Mas, a partir de 2006, a taxa de câmbio já estava apreciada; então, eles perdem a exportação. Dizem os desenvolvimentistas populistas: “ganham mercado interno, e evidentemente que o crescimento tem que ser voltado para o mercado interno, voltado para os salários”. A indústria continuou próspera nos anos de 2008, 2009 e 2010. Mas a festa acabou em 2011.

E por que a festa acabou em 2011? Como 2009 foi o ano da crise internacional, o PIB ficou zerado e, em 2010, nós tivemos 7,4% de crescimento do PIB. Lula terminou o seu governo vitorioso, e os desenvolvimentistas populistas felizes, mostrando que tinha se confirmado a tese de que o crescimento estava garantido pelo mercado interno. Ora, isso poderia ser verdade se o Brasil tivesse uma economia fechada, como teve no passado; e se o país estivesse em um modelo de substituição de importações; mas não estava. Nossa tarifa média de importação, que era de 45%, baixou para 12% em 1990. Mas o que aconteceu? Em 2011, todo aquele mercado interno tinha vazado para importações, de modo que a taxa de lucro das empresas industriais caiu fortemente. Segundo estudo do Carlos Antônio Rocca⁶, a taxa chegou a 5%, em 2012, 2013. Com isso, afinal, o que o PT estava oferecendo aos empresários brasileiros? Uma coisa muito simples: um capitalismo sem lucro. Nem crescimento, tampouco lucro, porque o crescimento tinha acabado, acabou com a Dilma, e aí os empresários desembarcaram. Foi quando Dilma começou a perder a cabeça, porque ela viu que a estratégia dela tinha falhado. E, nesse contexto, qual foi a estratégia dela? Baixar os juros. E, baixando os juros, houve uma depreciação cambial, e a depreciação chegou a um nível muito baixo, que deixou os rentistas apavorados. Os rentistas têm uma senhoriagem sobre 6% do PIB brasileiro, há muitos anos – e aí de quem os desafiar! E o câmbio se depreciou a 20% graças a isso, isto é, em razão do juro menor. Ora, precisava depreciar a 50%; então, não resolveu o problema do investimento, deixando a classe capitalista muito violenta.

Ela então resolveu atacar os bancos. Quando eu a vi atacando os bancos... Eu, desde sempre, critiquei as taxas altas de juros, mas eu criticava a taxa Selic,

6 Rocca, Carlos A. & Santos Jr, Lauro M. “Redução da taxa de poupança e o financiamento dos investimentos no Brasil - 2012/2013”. *Centro de Estudos de Mercados de Capitais* – IBMEC, Estudo Especial, novembro 2013.

não os bancos, porque se eu fosse criticar também os bancos... (eu já vou muito além daquilo que me é permitido para enfrentar o sistema dominante). A Dilma enfrentou demais. Então, foi uma debandada geral, porque o pacto desenvolvimentista supõe que a burguesia se divida em duas, que a burguesia industrial se associe a um projeto nacional e a burguesia rentista e financista continue associada ao império. Esse projeto morreu, definitivamente, entre 2012 e 2013.

Revista Plural *Tradicionalmente, esse capitalismo rentista e financista está inserido no sistema internacional financeiro, que hoje é muito intenso e globalizado, formado por instituições que estão totalmente integradas. E é esse capitalismo financeiro, mesmo que os bancos sejam geridos por famílias brasileiras, ou empresários brasileiros, que, de alguma forma, opera os fluxos de capitais que financiam a indústria.*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Financiam a indústria não, financiam alguma coisa.

Revista Plural *Em um pacto nacional desenvolvimentista, as empresas continuam dependendo de crédito.*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Sem dúvida. No dia em que elas não tiverem mais crédito, então, acabou o capitalismo. A minha tese mais geral é simples a respeito disso. O Brasil para crescer não precisa de nenhum tostão de dinheiro estrangeiro. Ponto final. O que não quer dizer que eu seja contra a vinda de empresas multinacionais. Não sou. Sou, sim, violentamente, absolutamente, totalmente contra qualquer déficit de conta corrente na economia brasileira. Porque o déficit de conta corrente é uma indicação de taxa de câmbio apreciada, e a taxa de câmbio apreciada é uma indicação de forte desestímulo ao investimento privado brasileiro e, portanto, profundamente contrário aos interesses do Brasil.

Basta olhar para os países asiáticos. A Coreia do Sul, por exemplo, ainda em momentos de grande crescimento, usou capital estrangeiro e o fez muito bem. A China jamais, jamais – o maior crescimento de todos os tempos, superávit em conta corrente um ano atrás do outro, quatro trilhões de reservas! Por que eles têm todas essas reservas? Eles queriam ter uma taxa de câmbio competitiva para garantir a indústria deles. E garantiram, sob protestos de muitos, vale dizer. Esse último ano deixaram apreciar o yuan – também porque foram muito pressionados –, mas, agora, já estão abandonando, tentando novamente depreciar a sua moeda.

Revista Plural *É possível um pacto nacional desenvolvimentista com os industriais e sem os bancos?*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Não existe isso. Nós temos um sistema bancário muito importante e necessário. Temos, pelo menos, dois grandes bancos privados nacionais, os bancos do estado, e isso é um ativo muito importante que a gente tem que preservar e garantir. O que eu estou dizendo é que, nesses bancos, a fonte de poupança não é externa, e sim interna. Contudo, se eu mantiver a taxa de câmbio nesse nível que está agora, se eu colocar imposto na exportação, que é necessário, se eu tiver uma política cambial que garanta que a taxa de câmbio não sofra tendência à sobre-apreciação cíclica e crônica – esta é a tese mais geral dessa macroeconomia desenvolvimentista –, então, o país vai crescer e os investimentos vão ter que ser financiados. Se não, o Keynes e o Schumpeter vão ter que amarrar as malas e ir embora para casa porque também eles não servem. Toda a teoria do Keynes está baseada na existência de crédito, sendo que a teoria de Schumpeter mais ainda. Não há, portanto, nenhuma objeção a que tenham lucro, pois precisam ter lucro.

Agora, como é que se explica o BNDES? Como é que você explica a TJLP [taxa de juros de longo prazo]? É subsídio? É evidente que é subsídio; mas é um subsídio que o governo FHC, que era contra todo e qualquer subsídio, fazia doce e alegremente. E o Lula continuou fazendo doce e alegremente – infelizmente. Por quê? Porque faz parte do grande acordo, o grande acordo das elites brasileiras. O grande acordo é muito simples. Você estabelece uma taxa de juros real muito alta, que gira em torno de 9%, 10% para remunerar o setor rentista, mas isso inviabiliza qualquer investimento. Em compensação, você subsidia a grande indústria por meio do BNDES. E fica o acordo. Quem paga? Nós. Toda população brasileira paga. E ganham eles todos. Sou contra a TJLP; e sou um forte defensor dela enquanto a taxa de juros ficar nesse nível; quando puserem a taxa de juros em níveis internacionais, acaba-se com a TJLP também.

Revista Plural *Mas aí você produz a revolta dos rentistas.*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Qual é a lógica política de tudo isto que eu estou falando? Em termos do desenvolvimento econômico, você tem que distinguir os desenvolvimentistas dos liberais econômicos. Os liberais são dependentes. Há uma coalizão de classes desenvolvimentista, que envolve empresários, trabalhadores, burocracia pública, setores da nova classe média que está por aí. E tem, ainda, uma coalizão rentista, financista, do outro lado, que detém o apoio fundamental do “ocidente”. O “ocidente” é o império – é só ler a *Economist*. E o “ocidente” está fortemente associado a essa elite financista e rentista; isso é uma briga, uma luta. Não é uma coisa amarrada, mas uma luta que está aí.

Revista Plural *O Sr. começou dizendo que o capitalismo, hoje, é uma disputa entre nações. Olhando para o cenário internacional, por exemplo, há quem diga, hoje, que a ascensão da China e da Ásia foi de tal ordem que não deixou muito espaço para a industrialização do resto da periferia. Não é uma coincidência que a China tenha crescido industrialmente ao mesmo tempo em que a América Latina encolheu. Existe espaço para alianças internacionais? Por exemplo, algo como o BRICS, o Sr. acha que isso tem algum futuro, faz sentido ou, no fundo, essas nações estão é competindo entre si?*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Sempre vi algum sentido em uma razoável união entre Brasil e Argentina, porque o mercado interno aqui é bastante próximo. Já os BRICS, eu nunca tive grandes esperanças nele. No final, foi uma coisa boa, pois juntou países muito díspares. Quantos artigos eu fiz para a Folha de São Paulo dizendo: “essa brincadeira de BRICS é uma grande enganação”. Por quê? Porque o que eu dizia é que o que eu estou vendo é uma China crescendo feito louca, uma Índia crescendo muito bem – naquela época, a Rússia ainda estava crescendo –, e o Brasil, onde está? Agora piorou ainda mais essa relação; também a Rússia caiu por causa da crise do petróleo. Mas a China e a Índia continuam de vento em popa, continuam tendo burguesias nacionais, tendo estratégias nacionais. Um movimento que nós não temos há muito tempo; eu diria que estamos fadados à mediocridade no longo prazo.

Revista Plural *O Sr. faz alguma distinção entre o capital produtivo, mesmo que estrangeiro, e o capital puramente rentista, especulativo? Hoje, grandes corporações chinesas estão comprando ativos no Brasil e fazendo investimentos produtivos em diferentes setores, a começar pelo setor de infraestrutura. Esse é um capital de longo prazo, um capital para investimento produtivo no Brasil que deve aumentar, pelo menos no setor de infraestrutura. Do outro lado, nós temos os investidores estrangeiros que compram títulos do tesouro brasileiro e que, atualmente, ganham mais ou menos 17% ao ano. O senhor faria alguma distinção entre estes tipos de capitais?*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Aqui há uma confusão na nossa conversa. Não estou absolutamente contra ninguém que queira emprestar para o Brasil, ou contra ninguém que queira investir no Brasil. Acho, sim, que nós devíamos fazer alguma seleção quanto aos investimentos; mas isso é uma outra discussão, para outro momento. Sou contra o Brasil ter déficit em conta corrente. Vamos colocar em outros termos a mesma questão. Eu, quando jovem, era muito nacionalista; descobri o ISEB – meu tio era o Barbosa Lima Sobrinho, como disse –, mas, depois,

fui perdendo meu nacionalismo. E o recuperei quando saí do governo Fernando Henrique, quando comecei a ver o que tinha acontecido, a fazer essas análises que eu estou fazendo hoje, ou melhor, quando comecei a redefinir o imperialismo nesses termos. Uma coisa que fez diminuir muito o meu nacionalismo foi, a partir dos anos 1970, quando comecei a ver nos jornais, todo ano, um *press-release* de uma agência da Unctad, de Genebra, que estuda investimentos diretos estrangeiros. Eles divulgavam os dez países que mais receberam investimentos diretos; e, nessa lista, até os anos 2000, era assim: Estados Unidos, seguido de Alemanha, Inglaterra ou França, e vice-versa, depois vinha Itália, Canadá, Espanha e Brasil. O Brasil ficava em oitavo lugar, por aí. E aí, meu amigo, a minha parte entreguista cosmopolita, como diria o Hélio Jaguaribe, me dizia: “como é Luiz Carlos? Eles querem investimentos diretos e você não quer?” Eu não tinha resposta para essa pergunta que eu próprio me fazia, e lá se ia meu nacionalismo por água abaixo.

Até que, um dia, além de todas essas críticas que são mais substantivas, de repente, me dei conta de uma coisa: aquela tabela é uma malandragem da pior espécie. O que eles tinham que fazer, se fossem honestos, era publicar uma tabela dos dez países que mais receberam investimentos, e outra dos países que mais fizeram investimentos; ou simplesmente apresentar o saldo. O que ia acontecer? Os Estados Unidos seriam de longe o país que mais fazia investimentos, em relação ao que recebia. E depois vinham todos os países ricos, e o Brasil era, tranquilamente, o cretino, o tolo, que só recebia e não fazia. Hoje, o Brasil faz investimentos diretos no exterior, ótimo. Não o faz suficientemente para compensar; mas, quem sabe, um dia o fará. Eu não estou contra investimento direto. Sou contra déficit de conta corrente. Porque aquela tabelinha é uma tolice.

Revista Plural *Agora, uma última pergunta sobre indústria e câmbio. O padrão de industrialização mudou hoje em dia. Até os anos 1980, a industrialização brasileira mirou na nacionalização do aparato produtivo. Hoje em dia, o que se diz é: o espaço para nações, como o Brasil, é ocupar nichos de cadeias transnacionais de valor – e não ter a indústria inteira em casa. Esse tipo de indústria é muito importadora. O que isso muda em um novo arranjo desenvolvimentista?*

Luiz Carlos Bresser-Pereira Nem um pinga. Porque veja, de duas uma. Quando certos economistas dizem isso – e são velhos desenvolvimentistas, diferentes dos populistas de hoje em dia –, eu até entendo, porque eles acreditam muito mais do que eu no planejamento econômico. Para mim, a coisa é muito simples: eu divido a economia do país em dois setores, um setor competitivo e um setor não

competitivo. No setor competitivo, não deve haver absolutamente nenhum planejamento: dá-lhe mercado. No setor não competitivo, na infraestrutura, na indústria básica, aí sim é necessário planejamento, financiamento especial, a fim de garantir certas coisas que interessam ao país. Essa história de cadeias globais de valor é absolutamente incompreensível para mim. Como é que você entra ou sai das cadeias globais de valor? Você entra ou sai desde que você tenha preço e esteja dentro de um canal de transporte viável, porque isso é importante também. Se você não tiver preço, nenhuma empresa multinacional vai te contratar. Ela compra mais barato no Vietnã ou na Indonésia. Você tem que produzir algumas coisas mais barato do que a Indonésia ou o Vietnã o fazem. O que é necessário, então, é dar condições para que a indústria seja eficiente. Só isso. A indústria tem que buscar seus nichos, e vai encontrar seus nichos de acordo com a criatividade e a esperteza dos empresários, que vão estar nessas áreas que são competitivas, não em áreas não competitivas. Não vejo lógica nessa ideia de cadeias globais de valor. Meu amigo Rubens Barbosa, da FIESP, virou um defensor feroz de câmbio apreciado e de cadeia globais de valor; e daí seguem-se os acordos comerciais. “A solução é fazer acordos comerciais”. Eu não tenho nada contra acordos comerciais; todavia, os acordos comerciais que os Estados Unidos querem fazer conosco não são acordos comerciais, mas, sim, acordos para dar vantagens a seus investimentos diretos e para seus financiamentos.

Da mestiçagem à reconstrução diaspórica do pertencimento étnico-racial

From Miscegenation to the diasporic reconstruction of the ethnic-racial belonging

Priscila Martins Medeiros^a e Paulo Alberto dos Santos Vieira^b

Resumo O artigo traz uma reflexão a respeito das mudanças conceituais percebidas no Brasil ao longo do último século no que tange às suas características étnico-raciais. O objetivo é analisar as transformações sentidas não apenas na composição étnico-racial do país, mas também os motivos sociais, teóricos e políticos que fizeram com que se abandonassem os debates em torno do *mestiço* e se chegasse ao contexto atual, em que se pauta outra lógica, qual seja: a identificação *afro-brasileira*. A ideia de um país mestiço e a busca pelo branqueamento do país significaram a institucionalização da desmemória das origens étnico-raciais. Isso fez com que negros e indígenas fossem incorporados na sociedade brasileira não como sujeitos plenos de direitos, mas enquanto “marcos da brasilidade”. O negro no Brasil do século XXI, por meio de sua intelectualidade, tem se afirmado enquanto *afro-brasileiro*, trilhando o caminho de *recriar* sua origem para além da fronteira nacional; ou seja, não se trata de um *retorno ao lar africano*, mas do *refazer* de sua subjetividade, em um terceiro espaço, um território subjetivo. Isso se dá por meio da crítica à racialização de sua pertença étnica, bem como à hierarquização a qual foi submetida sua história, denunciando a maneira como a diferença se transformou em pretexto e justificativa para a desigualdade social.

Palavras-chave Afro-Brasileiro; Racialização; Identidade; Diáspora Negra.

Abstract *The paper presents a reflection on the population and conceptual changes seen in Brazil over the last century in terms of their ethnic and racial characteristics. The purpose is to analyze the changes felt not only in the ethnic and racial composition of the country, but also the social, theoretical and political reasons that led to the dismissal of the debates around the mestizo and to the current context, guided into another identity logic: the African-Brazilian identification. The idea of a mixed country and the search for the country bleaching meant the institutionalization of*

-
- a Doutora em Sociologia e Professora do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.
- b Doutor em Sociologia e Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso.

desmemória of ethnic and racial backgrounds. This meant that blacks and Indians were incorporated into Brazilian society not as subjects of rights but as “marks of Brazilianness”. The black in Brazil in the twenty-first century, through the black intelligentsia, has been claimed as African-Brazilian, and has gone the way of recreating its origin beyond national borders. This is not a return to the African home, but the remake of his subjectivity, in a third space, a subjective territory made through the critique of the racialization of their ethnicity as well as the criticism of the hierarchization to which its history was submitted, denouncing how difference has become pretext and justification for social inequality.

Keywords *African-Brazilian; Racialization; Identity; Black Diaspora.*

INTRODUÇÃO

Há, no Brasil, uma frase bastante famosa e que representa bem os desafios colocados para quem objetiva analisar suas relações sociais: “o Brasil não é um país para iniciantes”. De fato, em um país de profundas desigualdades sociais e com uma história de colonização que ainda deixa severas marcas, as relações sociais e, em especial, as relações étnico-raciais são mais complexas do que podemos imaginar em um primeiro momento.

Diferentemente do discurso construído sobre o país e divulgado pelo mundo afora, há um racismo latente e que ainda perpetua fortes desigualdades entre brancos, negros e indígenas. Durante a primeira metade do século XX, o Brasil ficou conhecido como “paraíso racial”, pois, supostamente, teria solucionado suas diferenças raciais. Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, por exemplo, aqui há uma população “mestiça” bastante evidente; isso, no entanto, não pode ser lido de maneira apressada enquanto resultado de um país onde exista respeito pelas diferenças étnicas e culturais. Muito pelo contrário, há um esforço por parte do Movimento Negro e de determinada intelectualidade de desmistificar a imagem de um Brasil cordial, na busca de uma melhor compreensão dos nossos dilemas raciais e na promoção de políticas públicas de reparação e reconhecimento.

O “mito da democracia racial”¹, como ficou conhecido o discurso falacioso de que seríamos um oásis de respeito inter-racial, é uma construção cultural cujo

1 A *democracia racial* é o termo frequentemente utilizado no Brasil para defini-lo como país que, supostamente, soube liquidar o racismo. Tal ideário influenciou diretamente a literatura, a imprensa, as políticas e o próprio cotidiano do país durante quase todo o século XX, não estando fundamentado exclusivamente nas obras de Gilberto Freyre, mas tendo nelas suas principais inspirações. De acordo com Guimarães, a terminologia passou a ser utilizada na literatura acadêmica pela primeira vez através de Charles Wagley, em 1952, apesar de existirem registros sobre

surgimento data das primeiras décadas do século XX, especialmente a partir do Estado Novo (1937-1945), e que vigorou até o final da ditadura militar (1964-1985). O mito se materializou nas relações políticas, econômicas e sociais como um todo, além de ter sido utilizado como mecanismo para limitar e dificultar as ações dos movimentos antirracistas (GUIMARÃES, 2001b, p.173-174).

O discurso mitológico da democracia racial age “lembrando” o/a negro/a que ele/a é uma pessoa negra, caso se esqueça disso em algum momento. É “aquela alteridade”, que é ao mesmo tempo objeto de desejo e de escárnio (BHABHA, 2010, p.106), uma situação vacilante “entre o que está sempre ‘no lugar’, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido” (BHABHA, 2010, p.105). Ou, ainda, nas palavras de Frantz Fanon (2008, p.151), “há uma procura pelo negro, o negro é uma demanda, não se pode passar sem ele, ele é necessário, mas só depois de tornar-se palatável de uma determinada maneira”. Temos boas condições de colocar em tensão esse cenário de racismo se apostarmos no fortalecimento da educação para as relações étnico-raciais e de instrumentos legais, tais como a Lei 10.639/03, a Lei 11.645/08 e outras modalidades de políticas públicas².

Frente a essa problemática, pretendemos apresentar a seguir uma análise a respeito das mudanças ocorridas no Brasil no que diz respeito à composição étnico-racial da população, como também as transformações conceituais que nos fizeram deslocar os debates em torno do “mestiço” para uma nova lógica, pautada na “afrodescendência”, na crítica ao processo colonial e na reivindicação de uma identidade diaspórica.

1. FUNDAMENTOS SOCIAIS E TEÓRICOS DO IDEÁRIO DA MESTIÇAGEM NO BRASIL

Os estudos sobre as relações raciais no Brasil, desenvolvidos entre os anos 1870 e 1930, fazem parte de um projeto bastante conservador de descrição da realidade social a partir de explicações evolucionistas, que relacionavam “raça” ao meio ambiente – como pode ser observado na segunda parte (“O homem”) do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicado em 1902. Os termos dominantes durante o século XIX e também nas primeiras décadas do século seguinte foram marcados por discursos “biologizantes”, digamos assim, que tentaram conferir

sua utilização por parte de Arthur Ramos e Roger Bastide, já durante os anos 1940 (GUIMARÃES, 2002, p.139).

2 A Lei 10.639, aprovada em 09 de janeiro de 2003, torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas na educação básica pública e privada no Brasil. A Lei 11.645, de 10 de março de 2008, por sua vez, versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas em toda a educação básica.

status de inferioridade do negro frente aos europeus e euro-descendentes. Esse debate alicerçado na miscigenação variou de uma avaliação pessimista das possibilidades de se construir uma “nação” nos trópicos sobre tal base humana – e, nesta vertente, encontram-se, por exemplo, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha –, até a perspectiva positiva de que a miscigenação levaria ao embranquecimento gradual da população – como defenderam Oliveira Viana, João Baptista Lacerda e Silvio Romero (COSTA, 2002, p.40).

Nas noções mais tradicionais, defende-se que a formação e a estabilidade do Estado-Nação dependem da realização integral da equação: um território, um povo, uma língua. Isso se daria a partir da assimilação cultural, transformando a pluralidade racial, cultural e de valores civilizatórios em um grupo coeso de cidadãos (MUNANGA, 2006; ANDERSON, 1999; MOYA & SILVÉRIO, 2009). Miskolci (2012, p.21) realiza uma análise que aponta as duas últimas décadas do século XIX como sendo um período de gestão de ideais de progresso, embasados na defesa de uma “regeneração racial” mediante o embranquecimento da população, com o desejo de se inaugurar uma “civilização nos trópicos”. De acordo com o autor, uma parcela considerável das interpretações históricas e sociológicas privilegiaram, ao descreverem esse momento, os temas da mudança do regime escravocrata para o trabalho livre e os reflexos políticos e econômicos desse processo. O que foi deixado em segundo plano nessas análises, de acordo com o mesmo autor, foi a formação de um novo imaginário social, pautado nos valores positivistas da ordem e do progresso.

O aspecto da ordem, de acordo com Miskolci, já foi amplamente debatido por meio das análises sobre a Proclamação da República e da construção de um distanciamento com relação à instabilidade política e à “anarquia”, frequentemente associados aos países latino-americanos da época. O que não foi realizado a contento, e o que motiva os estudos do autor, seria o aspecto do progresso, no qual, inegavelmente, o discurso nacionalista e do povo brasileiro aparecem em primeiro plano. O progresso guarda em si o ideal de uma civilização construída no futuro, mediante um processo político modernizante e uma “evolução humana”; mas, o grande obstáculo ao progresso no Brasil estaria, justamente, na composição étnico-racial de sua população (MISKOLCI, 2012, p.22-23).

O Brasil, assim como outros países de experiência colonial, colaboraria para a emergência da modernidade, especialmente através de medidas sanitaristas e de reforma urbana, como a que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. Então, se um dos aspectos centrais da modernidade é o “novo” enquanto valor, a “boa nova” como riqueza em comparação com o que se

entende por estagnação dos períodos anteriores, esses elementos estavam todos revisitados no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Isso se deu ancorado na desqualificação do povo brasileiro e em um cenário político de temores sobre uma possível revolta de escravizados. Não são raros os trabalhos que demonstraram que a abolição foi resultado de mais de quarenta anos de sérias crises do sistema escravista e de que, em maio de 1888, havia mais africanos e afro-brasileiros nos quilombos do que nas senzalas. A escravidão já demonstrava, há tempos, sinais de falência, de perda de legitimidade perante o cenário econômico internacional, da mesma forma que as revoltas negras no Brasil estavam saindo do controle do império. Dessa maneira, a construção discursiva em torno da princesa Isabel retirou por muito tempo o foco do protagonismo negro no processo de libertação da escravidão. Além disso, encobriu o aspecto de medo e de insegurança que se expressava nos discursos políticos da época: havia tanto um temor de que acontecesse uma grande revolta negra no país, nos moldes da Revolução Haitiana, quanto o medo de uma suposta “onda negra” que aconteceria no pós-abolição, que despejaria na sociedade “uma horda de homens semibárbaros, sem direção, sem alvo social” (AZEVEDO, 2004, p.32-36).

O cenário de medos contra a população afro-brasileira já se apresentava em meados do século XIX, como podemos perceber na publicação de Francisco Adolfo Varnhagen, intitulada *Memorial Orgânico que à consideração das assembleias geral e provinciais do Império apresenta um brasileiro*, de 1850. Por intermédio desse documento, Varnhagen apresentou algumas medidas que teriam por finalidade homogeneizar a população brasileira dentro de um ou dois séculos, embasado nos argumentos de que o tráfico de africanos deveria acabar, pois “eles [os escravizados africanos] não dormem tanto como se pensa e já têm feito seus ensaios em vários anos”. Assim, é fundamental, para não ver “os vossos netos reduzidos talvez à condição de servos dos netos africanos”, que, “desde já, nenhum navio possa levar um só a seu bordo” (VARNHAGEN, 1850, p.22).

A defesa da miscigenação e a busca pelo branqueamento do país significaram, segundo Guimarães (2001a), a institucionalização da desmemória das origens étnico-raciais. Ou seja, de um lado, a imagem de Portugal deveria ser afastada, pois lembrava a “subordinação” do Brasil com relação à antiga metrópole; de outro, a imagem “servil” da escravidão deveria ser apagada com o branqueamento da população, sendo que a criação sobre o indígena “primitivo” e “selvagem” deveria ser substituída, agora, pela imagem romantizada dos guerreiros. Isso significa que afro-brasileiros e indígenas são aceitos, não como pessoas, mas como “marcos da brasilidade” (GUIMARÃES, 2001a, p.387).

As teorias eugênicas, fortemente empregadas em toda a Europa para “combater a degeneração racial” estavam colocadas textualmente na legislação brasileira, como, por exemplo, no decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, assinado pelo então presidente Marechal Deodoro da Fonseca, que regulamentava a entrada de imigrantes no Brasil, determinando que:

É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas (BRASIL, 1890, art. 20)³.

2. O IDEAL DE EMBRANQUECIMENTO NO INÍCIO DO SÉCULO XX: REGULAÇÃO POPULACIONAL, EUGENIA E RACISMO INSTITUCIONAL

As correntes teóricas que alegavam uma inferioridade física, moral e intelectual dos não-europeus também estavam presentes nos textos de Oliveira Viana, que defendeu a miscigenação como algo positivo, pois assim a população brasileira se embranqueceria. Viana, que escreveu seus trabalhos na década de 1920, argumentava, fundamentalmente, que a viabilidade política do Brasil estava na sua “arianização”, por meio de uma imigração seletiva. Tratava-se, portanto, da verificação da miscigenação como um dado da sociedade brasileira e, a partir dela, trilhar um caminho para a eliminação ou, no mínimo, a redução significativa da presença negra.

João Baptista Lacerda, ex-diretor geral do Museu Nacional, é conhecido pela sua argumentação proferida durante o I Congresso Internacional das Raças, ocorrido em Londres, em 1911. Lacerda esteve, naquela ocasião, representando o então presidente da república brasileira, Hermes da Fonseca, e sua fala foi bastante esperada, pois os participantes do congresso viam o Brasil como um caso de sucesso a ser copiado, na busca de embranquecimento da população. Durante sua fala, Lacerda, representante do mais respeitado instituto de antropologia e história natural do Brasil, previa que dentro de cem anos o Brasil se tornaria um país completamente branco a partir da mistura entre brancos, afro-brasileiros e

3 O mecanismo de exclusão do decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, assinado por Marechal Deodoro da Fonseca, foi atualizado pelo decreto-lei nº 7967, de 1945, que vigorou até 1957 e que determinava que: “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia” (BRASIL, 1945).

indígenas. Ele chegou a dizer que os brasileiros deveriam deixar de ser preconceituosos quanto à população negra, e que deveriam considerar os casamentos inter-raciais como uma boa alternativa para o futuro da nação, único caminho para o embranquecimento populacional (LACERDA, 1911). Se ele estivesse vivo em 2011, ano do centenário de sua idealização racista, certamente se impressionaria com o resultado de sua previsão; ou, então, verificaria que o racismo no Brasil é tão grande que não possibilitou um aumento expressivo dos relacionamentos inter-raciais. De acordo com Rita Segato (2005, p.81), “a antiga prática da miscigenação que produziu a cor do Brasil ‘incluído’ dos nossos dias tornou-se estatisticamente irrelevante, para não dizer inexistente. Um processo de segregação crescente passou a tomar seu lugar e se instalou entre nós”.

A eugenia se tornou princípio constitucional ao ser incluída na Constituição Federal Brasileira, de 1934, em seu artigo 138, com a seguinte redação: “Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios nos termos das leis respectivas [...]: b) estimular a educação eugênica [...]; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais”. Entre os constituintes, havia muitos médicos, entre eles Antônio Carlos Pacheco e Silva, que argumentava pela “melhoria racial”, dizendo que: “Há um esforço continuado para se obterem melhores cavalos, suínos, caprinos, enquanto se recebem as correntes imigratórias sem uma seleção individual dos imigrantes, desprezando os mais elementares preceitos indispensáveis à defesa da raça” (VILLA, 2011, p.55). Um dos membros constituintes, Xavier Oliveira, defendeu a inclusão do assunto ao texto constitucional dizendo:

De orientais poucos assimiláveis, bastam no Brasil os cinco milhões que somos, os nordestinos e planaltinos de Minas, Mato Grosso e Goiás, sem falar dos autóctones da Amazônia, os quais quatro séculos de civilização passaram indiferentes à sua inferioridade patenteada numa decadência incontestável, que marcha para uma extinção talvez não remota (VILLA, 2011, p.54-55).

Os anos 1930 inauguraram a incorporação subordinada e tutelada das massas urbanas, trazendo respostas às constantes reivindicações populares com a ampliação da legislação previdenciária e trabalhista⁴, concomitantemente a uma maior concentração das decisões nas mãos do Estado. A mesma incorpo-

4 A principal referência é a Lei de Amparo ao Trabalhador Brasileiro Nato, assinada por Getúlio Vargas, em 1931, que estabeleceu uma cota de dois terços dos empregos em estabelecimentos industriais, que deveria ser ocupada por brasileiros natos, considerando a grande população de imigrantes europeus que vivia no país através do estímulo do Estado brasileiro.

ração subordinada se deu na arena política, através da propagação da ideologia da nacionalidade mestiça e do povo mestiço. De acordo com Silvério (2004), a miscigenação, que no final do século XIX e início do XX era vista como o grande malefício do país, passa a ser, a partir da década de 1930, a “tábua de salvação para a construção da nação”. Em suas palavras, o mestiço é “alçado à condição de símbolo nacional representando tanto a ‘harmonia racial’ quanto a possibilidade de embranquecimento paulatino da nação” (SILVÉRIO, 2004, p.41).

Os primeiros anos do século XX são especialmente importantes para compreendermos o desenvolvimento de discursos racistas que permaneceram durante todo o século, porém sempre com novas roupagens. Obras como *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936), ambas de Gilberto Freyre, são ainda hoje muito citadas, seja para apontar o ineditismo para a época na discussão sobre o regime escravista e as relações raciais no Brasil (fazendo frente ao discurso eugênico), seja para discutir sobre suas limitações ao romper, definitivamente, com o reducionismo biológico marcante da época, tal como aparece em Oliveira Vianna, Silvio Romero ou Nina Rodrigues.

O fato é que a obra freyreana sintetiza o desejo de afirmação da nação enquanto mestiça. O *mestiço* foi transformado em patrimônio imaterial do Brasil, “marca de brasilidade” que tem uma dupla função, tal qual uma *carta curinga* utilizada conforme a conveniência: por um lado, para *aproximar* e causar a ilusão de que somos harmoniosamente misturados; de outro, para *demarcar muros* e manter as distâncias sociais. Esta última função é perceptível, principalmente, quando os espaços sociais hierarquicamente estabelecidos passam a ser questionados; então, surgem falas do tipo: “somos misturados, não dá para saber quem é negro no Brasil, portanto, é impossível pensarmos em ações afirmativas” (MEDEIROS, 2009). O interessante é perceber que dificilmente observamos pessoas com dúvidas de quem é branco no país, sendo que o “problema” só aparece quando se fala em população negra. Essa incoerência é o que dá forma ao mito brasileiro da democracia racial e nos mostra o quão utilizado é o “curinga” do mestiço, no sentido da demarcação de muros e da pronta contestação contra medidas que visem modificar as estruturas hierárquicas⁵.

5 O racismo no Brasil se deu de forma articulada com o preconceito de gênero. O Plano Nacional de Educação, de 1937 (produzido na época de atuação do Ministro de Educação Gustavo Capanema), propõe um currículo de ensino médio específico para meninas de 12 a 18 anos, para prepará-las para a vida doméstica. Capanema idealizou o Estatuto da Família, que determinava em seus artigos 13 e 14 que “às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa [...]. Não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina e dentro dos estritos limites da convivência familiar” (COSTA, 2008, p.249-250). No

Um dilema de caráter político-social esteve posto no início do século XX: no pós-abolição e com a presença do imigrante europeu, quais seriam as possibilidades de transformação do escravizado em trabalhador livre, estendendo efetivamente os direitos de cidadania à totalidade da população? Dito de outra forma, qual a viabilidade de um novo projeto social, pautado agora em direitos, na livre associação e no trabalho assalariado? Gilberto Freyre, ao lançar luz sobre a temática racial em outros termos, valorizando o *mestiço*, transformou o “problema” ou o “obstáculo” à integração nacional em sua maior força. Nessa medida, Freyre, por meio de uma leitura sofisticada da realidade brasileira, inverteu a chave sobre a miscigenação, tornando-a um dado a ser positivado no país. Com isso, equacionou o problema do *povo* brasileiro em outro patamar. Atentemo-nos, no entanto, que esse arranjo significou ao longo do século XX a marginalização da população afro-brasileira e indígena, na medida em que o discurso da miscigenação passou a ser um dos principais argumentos de que seríamos uma democracia racial, sem preconceitos de qualquer espécie e sem privilégios.

Sales Jr. (2006) salienta que a cordialidade e a estigmatização da população afro-brasileira, como tecnologias políticas, não surgiram no Estado Novo. No entanto, é a partir da década de 1930 que a estigmatização e a cordialidade produziram, a partir de algumas adaptações, uma utilidade política e econômica, consolidando o sistema inaugurado pelo Estado Novo. Esses elementos do racismo brasileiro se infiltraram nos mecanismos políticos mais amplos e a cordialidade se transformou em “eticidade” nas relações de poder do país (SALES JR., 2006, p.254). O Estado, portanto, agiu movido por um papel ético-moral, associado a uma capacidade crescente de assimilação cultural, que se deu, especialmente, a partir do sistema educacional – o que nunca impediu, no entanto, que surgissem movimentos de resistência. De acordo com Dávila (2006, p.245), o Estado Novo inaugurou um período de maior visibilidade, de expansão e de consolidação do nacionalismo eugênico iniciado em décadas anteriores.

Enquanto construção discursiva, a nação é narrada através da literatura, dos hinos, dos mitos de origem, das narrativas heroicas e das lendas; portanto, não se apresenta apenas de maneira coercitiva. Esses elementos são constantemente repetidos, de modo que a “nação” adquira atemporalidade. É por esse esforço narrativo que Benedict Anderson (1983) caracteriza as nações enquanto “comunidades imaginadas”. Homi Bhabha (1990, p.1), por sua vez, destaca que a nação,

caso das mulheres afro-brasileiras, estudos recentes confirmam que elas formam o grupo social mais subalternizado – em comparação com homens brancos, mulheres brancas e homens afro-brasileiros –, sofrendo um acúmulo de discriminações, racial e de gênero (PAIXÃO et al., 2010).

enquanto conjunto de significados, apenas pode se efetivar “nos olhos da mente”, ou seja, não há nenhuma materialidade possível fora do nível discursivo. De acordo com Hall (2006, p.48), as identidades nacionais “não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”, compreendendo as representações, aqui, enquanto um conjunto de significados, que geram sentimento de pertença, identificação e lealdade, tais como os significados de “brasilidade”, “inglesidade”, entre tantas outras construções.

Dessa maneira, uma cultura nacional é composta não apenas por um conjunto de instituições políticas, econômicas e culturais, mas, sobretudo, por símbolos e representações. A cultura nacional é, por isso, um *dispositivo discursivo*, na medida em que as estórias, memórias, desejos e heranças moldam o significado de nação, “costurando”, assim, as diferenças em uma única identidade (HALL, 2006, p.50-51 e 62-65). Obviamente, toda essa engenharia de significados é tensionada ao observarmos as condições reais de existência das populações negras e brancas nos contextos colonizados, como o Brasil.

Maio e Grin (2013) argumentam que a primeira legislação contra o preconceito racial no Brasil, a Lei Afonso Arinos, de 1951 (Lei 1.390)⁶, que tornava o preconceito uma contravenção penal, também foi uma forma de buscar legitimar o mito da democracia racial. Afinal, um país que mereceria o título de “uma das maiores referências na liquidação do racismo” não poderia deixar de ter uma legislação que tornasse esse argumento a máxima da nação. Seria, portanto, de acordo com os autores, uma legislação sem diálogo com a realidade racista, pois teria meramente um papel moral, ou seja, de manutenção do mito de que seríamos uma democracia racial (MAIO & GRIN, 2013, p.43-44). Afonso Arinos, autor do projeto de lei, afirmou que um dos motivadores da proposta era a discriminação racial sofrida por seu motorista, José Augusto. Reforçando a noção de que no Brasil não seríamos acostumados com a prática de discriminações raciais, o deputado federal afirma, no que diz respeito a José Augusto:

Certa vez procurou-me revoltado para dizer que o empregado espanhol de uma confeitaria de Copacabana barrou-lhe a porta, após ter admitido a entrada da mulher e dos filhos com a recomendação de que ficasse esperando pela família do lado de fora. Isto era demais, no Brasil, sobretudo considerando que os agentes da injustiça eram quase sempre gringos, *ignorantes de nossas tradições e insensíveis aos nossos velhos hábitos de fraternidade racial* (FRANCO, 1965, p.178, *grifo nosso*).

6 Lei 1.390, de 03/07/1951, que “inclui, entre outras contravenções penais, a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor” (BRASIL, 1951).

Para além dessa afirmação, que reforça o argumento de Maio e Grin de que a legislação teria, simplesmente, um apelo moral, o motivador da lei mais descrito na literatura é o caso de discriminação racial sofrido pela atriz estadunidense Katherine Durham, que foi impedida de se hospedar em um hotel de São Paulo. No entanto, há um conjunto de acontecimentos políticos nesse mesmo período, nacionais e transnacionais, que nos levam a crer que a lei respondia a interesses mais diversos⁷. A priori, é de se causar estranhamento o fato de que uma lei contra o preconceito racial tenha sido proposta pelo deputado federal da UDN – União Democrática Nacional –, Afonso Arinos de Melo Franco, ultraconservador e antisemita declarado (que, inclusive, escreveu, na década de 1930, nos Protocolos do Sábio de Sião, uma publicação que perpetuava o mito de uma conspiração judaica mundial) e que no momento em que propunha a lei também difundia a ideia de que no Brasil haveria harmonia racial. De acordo com o próprio Afonso Arinos, a lei seria mais preventiva do que fundamentada no reconhecimento de que, aqui, haveria uma sociedade sem racismo. Em seu discurso, Arinos defende que seu projeto deveria ocupar o lugar:

[...] d[a] integração política do negro no nosso convívio e no nosso complexo social. [...] [Trata-se de] uma conquista coletiva; a fixação, pelo Congresso, de uma velha tradição brasileira de fraternidade moral. É esta realmente a verdade. Não fosse o povo brasileiro instintivamente infenso aos preconceitos de raça e a tramitação de uma lei como a minha teria provocado verdadeiras batalhas. Haja vista o exemplo norte-americano, onde há mais de um século as correntes avançadas do pensamento procuram diminuir a resistência obtusa contra a aplicação do preceito constitucional igualitário, que foi adotado depois da Abolição (FRANCO, 1965, p.182).

Os resultados imediatos dessa lei, de acordo com Maio e Grin, seriam a tentativa de silenciar o movimento negro e, também, retirar a pauta das mãos do poder executivo, pois, como afirmava Arinos, Getúlio Vargas (eleito presidente em 1950) estaria usando a pauta do preconceito racial para mobilizar sua política populista⁸

7 Neste momento do texto, limitamo-nos a trazer os discursos sobre o mito da democracia racial presentes entre os legisladores e outros políticos da época. Ainda neste capítulo, e em momento mais oportuno, voltaremos a bordar a Lei Afonso Arinos, do ponto de vista das interferências transnacionais para sua proposição e aprovação. Além disso, passaremos pelas ações do movimento negro que antecederam e influenciaram a lei, bem como às críticas colocadas tanto pela militância quanto por cientistas sociais da época.

8 A lei chegou a ser batizada, em um determinado período, de “Lei Getúlio Vargas”. Afonso Arinos fez críticas públicas a isso, acusando Vargas de estar fazendo uso político e eleitoral da lei. Nessa

(MAIO & GRIN, 2013, p.40-41). Gustavo Capanema, ex-Ministro da Educação e Saúde, e que na época da Lei 1.390 era presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, fez um pronunciamento de apoio à lei, o que também, em um primeiro momento, causou estranhamento, sabendo-se das feições eugênicas do político. Em sua fala, ele defende a proposta de Afonso Arinos por meio de uma retórica preconceituosa e estereotipada sobre afro-brasileiros e indígenas:

Por que se nega ao preto o que se não recusa ao índio quando a cultura daquele é superior a este? Por que se exalta o indígena e se despreza o africano quando maiores são neste as riquezas do coração? Se cultural e sentimentalmente o preto está colocado acima do índio, por que nos havemos de comprazer com a convivência deste e nos orgulhar da sua ascendência enquanto voltamos as costas ao preto e consideramos uma injúria nos suporem nas veias algumas gotas de seu sangue? O preto, o índio e o português concorreram para a formação do nosso povo. [...] Temos que aceita-la com os seus ônus e com as suas vantagens, integralmente, sem possibilidade de renunciar a qualquer de suas parcelas. Biológica e historicamente, o negro é parte essencial do nosso povo. Seja um bem, seja um mal, seja uma coisa que nos orgulhe, seja uma coisa que nos deprima, é essa a realidade (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 24 de agosto de 1950, p.5740).

Andreas Hofbauer (2011) salienta que os legisladores brasileiros sempre evitaram definir direitos ou, ainda, restrições tendo por bases explícitas questões de raça ou cor. Os processos de exclusão sempre foram controlados por grupos de poder que tinham muita autonomia perante o Estado, sofrendo pouca ou nenhuma interferência dele. Seguidos pelo ideal de branqueamento, “o jogo de poder se desenrolou nos engenhos, nas plantações, nas minas e, posteriormente, em fábricas, empresas, escritórios” (HOFBAUER, 2011, p.93).

Ao falarmos em nação ou em civilização brasileira estamos nos referindo, portanto, a discursos; compreendê-los é algo importante para a explicação dos processos que tornaram o mestiço e o mito da democracia racial em aspectos da “brasilidade” e em fenômenos duradouros ao longo de quase todo o século XX. É importante, portanto, destacarmos a ressalva feita por Stuart Hall a respeito da completa anulação das particularidades culturais por intermédio da assim

época, a escritora Raquel de Queiroz saiu em defesa pública de Arinos, publicando seu apoio no jornal Diário de Notícias, em 15 de julho de 1951 (MAIO & GRIN, 2013, p.37). Esses episódios nos indicam alguma disputa pela autoria da lei que estava sendo abordada como mais uma prova da fraternidade racial brasileira.

chamada “identidade nacional”. De acordo com o autor, essa ideia está sujeita à dúvida, pois a violenta conquista colonial não se dá através de uma simples e total lealdade, união ou identificação simbólica (HALL, 2006, p.59). Antes disso, todo o processo de colonização se dá em meio a muita resistência, o que no Brasil é facilmente exemplificado através do caso do Quilombo dos Palmares (cujos primeiros registros de sua existência remontam ao ano de 1597; o quilombo existiu até 1695, momento em que foi destruído fisicamente pelas forças oficiais), da Revolta dos Malês (1835), da Revolta da Chibata (1910) e das lutas que originaram as cerca de 3 mil comunidades quilombolas existentes na atualidade, de acordo com estimativas do INCRA⁹.

3. DO MESTIÇO AO AFRO-BRASILEIRO: OS DESLOCAMENTOS IDENTITÁRIOS

O marco inicial das amplas denúncias de desigualdades raciais no Brasil, ou seja, do início de um movimento contestatório da suposta harmonia racial, está nos anos 1950. Nesse período, foi lançado um grande projeto, encomendado pela UNESCO, que surgiu com o intuito de apresentar o país ao mundo como um modelo a ser seguido, pois teria resolvido de forma tranquila a problemática racial. Ou seja, ele surgiu dentro do argumento da democracia racial. A pesquisa, que contou com os pesquisadores Roger Bastide, Florestan Fernandes, Costa Pinto entre outros, acabou frustrando suas expectativas iniciais ao ter comprovado o preconceito racial persistente no Brasil, apesar das frequentes descrições do país como “paraíso racial”.

Em termos teórico-conceituais, percebe-se um deslocamento na passagem dos anos 1950 para os anos 1970/80. Inicialmente, havia uma abordagem sobre o “preconceito de cor”, o estereótipo e o desvendamento do mito da democracia racial, pautas presentes especialmente nas contribuições de Florestan Fernandes e Roger Bastide, que consideravam o racismo um arcaísmo do passado, não condizente, portanto, com a nascente sociedade de classes. A partir dos anos 1970, percebemos o deslocamento nas interpretações sobre o dilema racial brasileiro, que passa a ser discutido, agora, através das continuidades e acirramentos do racismo. Carlos Hasenbalg (2005) demonstrou que o racismo, longe de ser um arcaísmo, estaria intimamente relacionado ao capitalismo que se desenvolve no Brasil, conferindo oportunidades de maneira desigual, diminuindo as possibilidades de mobilidade social ascendente da população negra e aprofundando ainda mais as hierarquias

9 Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acessado em: 02 de dezembro de 2015.

raciais. Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, se deu início no país a um tratamento político-jurídico da temática da diversidade e da igualdade racial, o que, em conjunto com as denúncias de racismo e de desigualdade racial, foram importantes no rompimento com os discursos da “nação mestiça” e de democracia racial. Esse período histórico significou um processo de luta política pela ressignificação do *lugar* da África na formação social brasileira, na busca pela *desracialização* da experiência negra.

O resgate, por parte do Movimento Negro, da categoria *raça* enquanto ferramenta de luta antirracista se mostra um golpe nos pilares que davam sustentação ao discurso nacional. O questionamento da tradição racista, base de nossa formação social e política, necessariamente representou um ponto a mais aos valores republicanos ideais. O Movimento Negro atuou, nesse sentido, para que o Brasil, enquanto comunidade imaginada homogeneamente, concedesse lugar a uma comunidade que se imagina culturalmente diversa, com conflitos, mas atenta para que estes sejam assumidos e enfrentados com medidas específicas.

Com a Constituição Federal de 1988 houve, então, o reconhecimento oficial por parte do Estado Brasileiro da diversidade cultural (artigos 215 e 216). O debate demonstrou um avanço no enfrentamento do racismo no Brasil, até porque, antes da CF/88, o que existia no país era apenas uma legislação punitiva do preconceito racial, considerando-o simplesmente uma contravenção penal. A nova Constituição passou a considerar a prática do racismo um crime e reconheceu as heranças culturais das populações negra e indígena na formação do país. Consideramos esses os primeiros passos dados no país para que fosse possível, de fato, ruir a identidade nacional mestiça e as “verdades” do discurso nacional.

No entanto, entendemos que o combate ao racismo não é efetivo se o compreendermos apenas em termos de instituições sociais. Esse é um ponto que merece algumas considerações gerais, até porque se relaciona diretamente com a tese central que norteou este texto. Partimos do pressuposto de que ocorre, especialmente a partir da década de 1980, um deslocamento no discurso nacional, antes informado pela *igualdade através da mestiçagem*, e que a partir de então se mostra tencionado e desestabilizado. Esse deslocamento está, segundo nossa hipótese, diretamente relacionado com a categoria *raça* e com as ações afirmativas. Se esse deslocamento de fato tenha ocorrido, em que medida isso se deu?

Gilberto Freyre, em 1933, nos informou que seríamos, desde o início, uma sociedade *híbrida*. Híbrida, de acordo com Freyre, significava que o Brasil, entre todas as sociedades da América, seria aquela que:

[...] constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo da contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado (FREYRE, 2006, p.91).

Na obra *Interpretação do Brasil* (1947), Freyre compara o Brasil com outros países rumo à modernização, dizendo que:

[...] os brasileiros vêm conseguindo ainda maiores triunfos, aplicando essa capacidade à esfera cultural e social, na maior amplitude. Daí sua relativa democracia étnica: a ampla, embora não perfeita, oportunidade dada no Brasil a todos os homens, independente de raça ou de cor, para se afirmarem brasileiros plenos (FREYRE, 1947, p.43).

A sociedade híbrida em Freyre é aquela que teria tido a capacidade de operar uma síntese cultural não conflituosa; e é isso que teria permitido a permanência dos códigos sociais com o mínimo de rusgas. As marcas da sociabilidade brasileira seriam, portanto, a *acomodação* e a *conciliação*, que são resultados (em partes) da *assimilação cultural*, pelo conjunto da sociedade, de usos, costumes e valores de diferentes referências culturais. O hibridismo cultural seria, nessa medida, a adaptação equilibrada dos diferentes aspectos das culturas portuguesa, africana e indígena.

Com sua interpretação sobre a marca híbrida brasileira, Gilberto Freyre lançou luz sobre a temática racial em outros termos, valorizando o *mestiço* e, com isso, retirando-o da situação de “obstáculo à integração nacional” para o patamar do maior motivo de orgulho do país. Freyre inverteu, assim, a chave sobre a miscigenação, tornando-a um valor a ser positivado no país. O dado interessante dessa inversão é que ele equacionou o problema do *povo* brasileiro em outro nível, em um momento em que estava em debate a questão de como incorporar os ex-escravizados na nova lógica do trabalho assalariado e da conquista de cidadania. No entanto, o resultado desse arranjo ao longo do século XX foi a marginalização da população afro-brasileira e indígena.

Freyre imaginou uma *síntese* cultural para o Brasil. Entendemos que a sociedade híbrida da explicação freyreana tem pouca semelhança com a noção de um espaço genuinamente heterogêneo e de negociação democrática *agonística*, ou seja, de um espaço de remodelação constante, sem solução final. A sociedade híbrida

só pode ser um espaço democrático se não se fechar em torno de uma identidade conservadora, e se nela for privilegiada a presença e a articulação da *différance*. Nos termos colocados por Hall (2006), é essencial que uma sociedade multicultural permaneça um espaço *heterogêneo e pluralístico*, resistindo ao ímpeto de serem integrados por um processo de equivalência formal, tanto no sentido assimilacionista – como dita a concepção liberal de cidadania –, quanto do ponto de vista da radicalização das diferenças no sentido “do certo contra o errado”, do “bem contra o mal” (HALL, 2006, p.83).

As realidades colonizadas criaram um grande desafio, que é a necessidade de se desracializar a experiência de grupos sociais de origem não-europeia. O desdobramento atual, tanto teoricamente quanto no campo das lutas sociais por políticas públicas, se dá através de uma perspectiva diaspórica dos processos de racialização, na busca de uma recriação das origens da população afro-brasileira para além da fronteira nacional, pois essa fronteira nos isolou na lógica da mestiçagem e apagou as referências étnicas.

Um caminho de análise possível é focar o debate em torno de como os *discursos* produzem sujeitos ideais para si; afinal, o mito da democracia racial criou o *negro*, o *indígena* e o *branco* ideais para a síntese nacional – ou para essa comunidade imaginada. Esse caminho analítico é interessante para compreendermos os resultados do processo colonial. No entanto, ele nos diz pouco quando buscamos explicações sobre a forma como se opera a *subjetividade*, ou a constituição subjetiva dos sujeitos, a imanência do *ser negro* ou *africano*, ou *afro-brasileiro*, por exemplo. Dessa maneira, ainda que o racismo brasileiro possa ser analisado a partir da análise das instituições sociais e da construção discursiva, é possível, também, aproveitarmos outros *insights* já tão bem expressos em autores como Frantz Fanon e Avtar Bhah, para citarmos apenas dois.

O discurso racial no Brasil, emoldurado pelo mito da democracia racial e que ganhou impulso no começo do século XX, transformou, em função de uma série de mutações simbólicas, o *bantu* em *africano*; o *africano* em *escravo* (sim, “escravo”, como se assim o fosse desde sempre, como se não tivesse passado por um violento processo de *escravização*); o *escravo* em *homem de cor*; o *homem de cor* em *mestiço*; a *mulher de cor* em *mulata*; a *mulata* em *puta*. Dessa maneira, o que Fanon (2010, p.245) chamou de “racialização do pensamento” é também debatido por Avtar Brah (2006) no sentido de “*diferença enquanto subjetividade*”, ou seja, buscar compreender como as representações sociais presentes nos discursos reverberam no campo subjetivo e nos constroem a nos tornarmos e a nos sentirmos de determinadas maneiras.

Fanon dialoga de dentro da mais profunda batalha entre a representação psíquica e a realidade social. O corpo negro, para Fanon, fende-se, de um lado, para uma dialética hegeliano-marxista; de outro, para uma afirmação fenomenológica do “Eu” e do “Outro”, e, por último, para uma ambivalência psicanalítica do inconsciente (BHABHA, 2010, p.71). Fanon explora, nesses termos, cada um desses polos de pensamento, devolvendo a esperança na história, evocando a completude do Eu, demandando a desracialização do marginalizado e iluminando, através da psicanálise, os jogos de prazer, medo, loucura, dor e poder do discurso colonial. Com isso, Fanon questiona radicalmente tanto a formação da autoridade individual como da social na modernidade, colocando em xeque as “virtudes sociais” da racionalidade histórica, da coesão cultural e da pretensa autonomia da consciência individual. Ao negro, de acordo com o filósofo, é negado o processo de humanização, na relação eu-outro e na criação de um “nós”. O autor questiona, assim, a validade do “pensamento racional”, que construiu um espaço social de extrema violência, de imagens febris, delirantes e de ódio racial, em nome da “virtude cívica”. Quem é o racional, afinal?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a categoria *raça*, recolocada pelo Movimento Negro brasileiro, especialmente a partir da década de 1980, tem esse viés da *reconstrução subjetiva do lugar da África e do africano no Brasil*, não podemos mais ler o país para dentro de qualquer limite nacional ou para dentro do limite argumentativo da mestiçagem. No mesmo sentido, o Movimento Negro das últimas décadas não pode mais ser lido na chave de um movimento homogêneo e centrado em uma luta de “retorno à África” ou a uma origem intocada. Desse ponto de vista, Avtar Brah (2011, p.212) nos auxilia ao realizar uma distinção conceitual entre diáspora, no sentido teórico, e diáspora, no sentido de *experiência*. Frequentemente, podemos operar em uma concepção excessivamente simplista de pertencimento e nos fecharmos em novas formas de fechamento étnico. Deve-se ter em mente que *etnicidade* não significa *uma comunidade*, pois isso significaria recuperar a estratégia assimilacionista do iluminismo através de um longo desvio de percurso. Do ponto de vista dos negros brasileiros, a crítica diaspórica, no sentido de desvendar a *experiência*, traz uma perspectiva ampla sobre a dinâmica social, de modo a permitir observar as lógicas de perpetuação do racismo e o que significou historicamente ser “negro”, ser “moreno” ou ser “mestiço”.

O negro no Brasil, por meio do movimento social, reafirma-se enquanto *afro-brasileiro*; e ele, ademais, tem trilhado o caminho de *recriar* sua origem para além da fronteira nacional, ou seja, não é um *retorno ao lar africano*, mas *refazer* sua subjetividade, em um terceiro espaço, um território subjetivo. Isso se dá através da crítica à racialização de sua pertença étnica e, ao mesmo tempo, da crítica à hierarquização a qual foi submetida sua história, denunciando a maneira como a diferença se transformou no Brasil em pretexto e justificativa para a desigualdade social e a exclusão. Aqui e na América Latina como um todo.

O caráter transnacional presente tanto no termo *afro-brasileiro* quanto na releitura diaspórica em si não significa se reportar à uma história cruzada entre África, Brasil e a todo o contexto da diáspora africana. Significa, por outro lado, realizar a crítica à fixação dos sujeitos realizada pelo discurso nacional. Afinal, há uma construção discursiva que nos constrange à posição de “brasileiros”, quando, na verdade, somos tudo em nós mesmos, temos em nós muitas referências que nos impedem de nos fixarmos, a não ser provisoriamente. O *afro-brasileiro*, nessa medida, remete a um cosmopolitismo, um encontro de encontros (ou encontro de híbridos), mas sem universalismo e sem modernidade.

A III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em setembro de 2001, constituiu-se uma grande arena onde temas importantes do circuito histórico e político do “Atlântico Negro” foram discutidos. O relatório brasileiro levado à Conferência listava um conjunto de propostas destinadas à promoção dos direitos da população negra; entre elas, estava a demanda por cotas ou outras medidas afirmativas que promovessem o acesso dos negros às universidades públicas. A partir daí, o assunto das ações afirmativas não parou de ganhar proporções nacionais, tanto em defesa quanto em crítica a elas. Mais do que isso, a Conferência de Durban pautou toda a década seguinte, pois elevou o debate sobre a questão racial a níveis nacionais, incentivando a produção e difusão de novos dados socioeconômicos, bem como de argumentos que fundamentavam a discriminação racial.

Do período de aprovação da Constituição Federal de 1988 até Durban, a estratégia de combate às desigualdades raciais no Brasil tinha continuado a trilha da proibição do preconceito e da punição de discriminações. Uma agenda mais propositiva e valorativa passou a surgir apenas no pós-Durban. Os compromissos firmados pelo Brasil durante a conferência colocaram, ao Estado brasileiro, a necessidade de demonstrar, no plano internacional, a disposição do país em cumpri-los e em fazer parte do grupo de países que adotam medidas de combate ao racismo. O

debate em torno das políticas públicas para a população negra culmina, nos últimos anos, em desdobramentos teóricos interessantes, que passam pelo fortalecimento de medidas, tais como as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, bem como por uma ampliação do tema em termos transnacionais, algo evidenciado pelos esforços coletivos nos países da diáspora africana, com a participação de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros nas universidades (NEABs) e de organismos internacionais como a UNESCO.

Do ponto de vista de uma agenda política e de pesquisa sobre a questão racial brasileira, podemos dizer que vivenciamos um novo quadro, fundamentalmente atravessado por uma mudança normativa significativa e pela tensão da ideia de nação mestiça. A atual agenda nos traz um resultado interessante, que é o esgotamento da dicotomia negro *versus* branco, e a compreensão dos processos de racialização de um ponto de vista mais amplo, transnacional. O debate atual é, nesse sentido, o da reconfiguração da presença africana no Brasil, do *reconhecer-se* na história, ao mesmo tempo que a refunda.

Um dos reflexos do debate em torno das ações afirmativas no Brasil tem sido, então, o de suscitar esse novo espaço *diaspórico* de diálogo. Ele nos permite revisitar a própria Sociologia aqui realizada, desde Gilberto Freyre, passando por Florestan Fernandes, Carlos Hasenbalg e outros autores centrais do nosso meio. A adoção de políticas públicas específicas para a população negra não tem, em si, esse potencial reflexivo; mas a agenda transnacional, informada pelo conceito de *diáspora africana*, tem trazido como resultado alguns deslocamentos interessantes na produção intelectual brasileira, na própria formulação política e em como o Brasil se auto representa no cenário mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. "As promessas do Estado-Nação para o início do século". In: HELLER, Agnes et al. *A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- _____. (Org.) *Narrating the Nation*. Londres: Routledge, 1990.
- BRAH, Avtar. *Cartografías de la Diáspora. Identidades en cuestión*. Madrid: Traficantes de Suenos, 2011.

- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, Brasília: MEC/SEPPPIR, 2009.
- _____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira*, Brasília: MEC/SECAD, 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Declaração e Programa de Ação*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2001a.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Seminários Regionais Preparatórios para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*. Brasília: SEDH/MJ, 2001b.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. *Lei 1.390, de 03 de julho de 1951*. CN/PR, 1951.
- _____. Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. CN/PR, 1890.
- COSTA, Sérgio. Unidos e Iguais? Anti-racismo e solidariedade no Brasil contemporâneo. *Novos Estudos do CEBRAP. Pensamiento Iberoamericano*, nº 01, 2008.
- DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. Tradução de Claudia Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 24 de agosto de 1950.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.
- _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1965.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. rev. – São Paulo: Global, 2006.
- _____. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1947.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. “Nacionalidade e novas identidades raciais no Brasil: uma hipótese de trabalho”. In: SOUZA, Jessé de (Org.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora da UnB, 2001a.
- _____. “A questão racial na política brasileira: os últimos quinze anos”. *Tempo Social*. São Paulo, v. 13, n. 2, 2001b.
- HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. Ed. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

- HOFBAUER, Andreas. Cultura, diferença e (des)igualdade. *Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCar*. nº 01. São Carlos: 2011.
- LACERDA, João Baptista. *Sur les métis au Brésil*. Congrès Universel des Races. Paris: Imprimerie Devouge, 1911.
- MAIO, Marcos Chor; GRIN, Mônica. O antirracismo da ordem no pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco. *Revista Topoi*. Vol. 14, nº 26, jan./jul., p.33-45, 2013.
- MEDEIROS, Priscila Martins. *Raça e Estado Democrático: o Debate Sociojurídico acerca das Políticas de Ação Afirmativa no Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, dissertação de mestrado, 2009.
- MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012.
- MOYA, Thais dos Santos; SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 235-250, jul/dez. 2009.
- MUNANGA, Kabengele; BIRCHAL, Telma S. Inexistência biológica versus a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o ethos social?. *Revista da USP*, n.68, p.10-21, 2006.
- PAIXÃO, Marcelo; ROSSETO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luiz M. (Orgs.) *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010*. Constituição cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. LAESER – Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- SALES JR., Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*. Vol. 18, n. 2, p.229-258, 2006.
- SEGATO, Rita Laura. Cotas: Porque reagimos? *Revista da USP*. São Paulo, n. 68, p, 76-87, dez/fev 2005.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. “Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos”. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Orgs.) *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- VILLA, Marco Antônio. *A história das constituições brasileiras. Duzentos anos de luta contra o arbítrio*. São Paulo: Leya, 2011.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial Orgânico*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, código de referência: 44.2, 27. 1850.

Provocações para uma sociologia da sexualidade: Sistemas, linguagem, amor

Provocations for a sociology of sexuality: Systems, language, love

Marcelo Augusto de Almeida Teixeira^a

Resumo O artigo busca pensar, a partir de uma sociologia da sexualidade, as provocações epistemológicas propostas por Judith Butler e Niklas Luhmann, sobretudo os pressupostos de que o sujeito é “inexistente”, vindo a existir por meio da linguagem, e de que a sociedade existe apartada do sujeito – sendo composta por comunicações. O texto discorre sobre os modos pelos quais a sociologia refletiu o corpo sexuado, passando pela polarização entre essencialistas/construcionistas, até as recentes tentativas de síntese entre esses polos, ilustrada com uma topologia baseada na faixa de Mobius lacaniana. O objetivo é ilustrar a importância dada à linguagem na constituição de corpos, sexualidade e valor de “humano”, a partir do exemplo de “crianças-feras” e do conceito butleriano de “abjeto”. Por fim, considera-se o Amor a partir de uma perspectiva sistêmica, com contribuições da Neurociência, concluindo que a Sociologia da Sexualidade se beneficia do sistema luhmanniano: o sujeito se configura mais autônomo em seu contexto social, psíquico e biológico e nos sistemas da sexualidade. Nesse cenário, não só o sujeito se torna central, porquanto seu próprio corpo físico seja a interseção de sistemas sociais, psíquicos e biológicos, mas também a sexualidade se torna cada vez mais autônoma, estetizada, atomizada a uma questão de escolha individual, com repercussões políticas, espaciais, corporais e sociais.

Palavras-chave Sociologia da Sexualidade; Sistemas; Linguagem; Amor; Sujeito.

Abstract *The purpose of this article is to think, with from a Sociology of Sexuality, the epistemological provocations proposed by Judith Butler and Niklas Luhmann, mainly the assumptions that the subject does not exist (yet comes into existence through language) and that society exists apart from the subject (being composed of communications). The article discusses how Sociology thought the sexed body, passing through the polarization between essentialists and constructionists, until recent attempts of synthesis between these poles, illustrated by a topology based on the lacanian Mobius strip. The article proposes to illustrate the importance given to*

a Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília, Mestre em Teoria e História da Arte pela Universidade de Brasília e, atualmente, doutorando em Sociologia pela mesma instituição e professor de Teoria da Arquitetura no Centro Universitário do Distrito Federal.

language in the constitution of bodies, sexuality and the value of “human”, from the example of “feral children” and the Bluterian concept of “abject”. Finally, we consider Love from a systemic perspective, with contributions from Neuroscience, concluding that Sociology of Sexuality benefits from the Luhmannian system: the subject becomes more autonomous in front of his social, psychological and biological contexts and sexuality systems. In this scenario, not only the subject becomes central, since his own physical body is the intersection of social, psychological and biological systems, but also human sexuality becomes increasingly autonomous, aestheticized, atomized into a matter of individual choice with political, spatial, bodily and social repercussions.

Keywords *Sociology of Sexuality; Systems; Language; Love; Subject.*

INTRODUÇÃO

“A sociologia da sexualidade não existe”. Com tal afirmação, Michel Bozon (2004, p. 13) provoca a reflexão sobre as intersecções entre o social e a sexualidade humana. Na contemporaneidade, essas intersecções se tornam importantes para a concepção de sujeito: para Alain Touraine (ADELMAN, 2004), a sexualidade é inseparável do sujeito, já que a primeira seria a associação do segundo mais a categoria “sexo”. Dessa forma, pensar o sujeito implicaria pensar também não só sobre sua sexualidade e seu lócus social, mas sobre o seu corpo, já que esse não seria apenas uma “tabula rasa biológica”, mas uma “interface entre o interpessoal e o intrapsíquico” (GROSZ, 1994, p. 18; GAGNON; SIMON, 2011, p. 307). Corpo, sujeito, sexualidade e sociedade conformariam uma equação da qual subjetividade e identidade seriam derivadas e que nos remetem a questionamentos presentes desde as origens da Sociologia, como o que pergunta se a sociedade produz a si mesma ou, segundo Simmel (2006 [1917], p. 15), “significa a interação psíquica entre indivíduos”. Porém, na pós-modernidade, quando se questiona a própria noção de sujeito e mesmo sua participação na sociedade, a fixidez das identidades e a própria materialidade do sexo, como definir o sujeito nessa equação?

O sujeito seria um somatório de consciências e seu corpo físico um suporte biológico e social. Para Paulo Ghiraldelli Jr., existem quatro formas gerais de consciência, que se somam na constituição do sujeito: o “eu”, a “pessoa”, o “cidadão” e o “sujeito epistemológico”, relacionados respectivamente ao corpo (físico) e à identidade (psíquica), à moralidade, à política e, por fim, ao intelecto e à linguagem (GHIRALDELLI JR., 2007, p. 35). Na contemporaneidade, os ideários modernos que sustentavam o sujeito epistemológico, a pessoa e o cidadão entraram em crise e, sem ter onde se ancorar, a identidade individual passou a privilegiar o corpo físico

como repositório do eu e localização do sujeito (GHIRALDELLI JR., 2007, p. 45). Além disso, os processos contemporâneos de individuação libertam ainda mais o sujeito das estruturas sociais remanescentes da modernidade, tornando-o mais livre para escolher suas narrativas de vida e seus comportamentos, ainda mais autônomo frente às suas condições sociais, psíquicas e naturais (LASH, 1997, p. 135-145). Mais livre até mesmo para mudar sua condição sexuada inata, reconstruir seu corpo físico, sua face, sendo mais instável, portanto, tanto em sua ontologia quanto em sua própria corporalidade.

O corpo torna-se, então, importante ancoragem do sujeito e sítio de inscrições do mundo social: segundo Bourdieu, “o corpo está sujeito a um processo de socialização cujo produto é a própria individuação, a singularidade do ‘eu’ sendo forjada nas e pelas relações sociais” (BOURDIEU, 2001, p. 163; aspas no original). Ora, se para Touraine é impossível pensar o sujeito sem pensar na sexualidade, para Ghiraldelli o corpo está indissociável do sujeito e para Bourdieu o corpo é produto e produtor da socialização e do eu, logo, é possível admitir que sexualidade, corpo, sujeito e o social estão intrinsecamente conectados. Tal admissão traz consigo o entendimento de que esse ente chamado “sujeito” – ainda que mais livre em relação aos seus contextos sociais, psíquicos e biológicos – é, ao mesmo tempo, somatório e somatização de causas e efeitos desses mesmos contextos.

O sujeito se depara, atualmente, com dois desafios teóricos para uma sociologia da sexualidade: primeiro, o pressuposto de que o próprio sujeito seria inexistente (porém, vindo a existir por meio de um quadro linguístico valorativo); segundo, a suposição de que a sociedade existe independente do sujeito, criando a si própria. Judith Butler (1993) e Niklas Luhmann (2009) exemplificam respectivamente tais desafios. Pensar a sexualidade sociologicamente, a partir do pensamento de Butler e Luhmann, oferece pelo menos quatro provocações: como pensar a sexualidade em uma sociedade na qual o sujeito pode ser inexistente ou formado por meio de marcos linguísticos e/ou níveis de desqualificação? Seria possível entender a sexualidade como um sistema à parte do sujeito, sendo autopoietica, autorreferente e criada por meio da linguagem e da comunicação? Se sim, quais as consequências de se entender a sexualidade apartada do sujeito, já que essa deixa de ser uma propriedade e manifestação distintiva daquele? Afinal, que lugar o Amor ocupa em uma sociedade sem indivíduos e no interior da sociologia da sexualidade? Pensar sociologicamente a sexualidade pelas lentes oferecidas por Butler e Luhmann radicaliza não só o costumeiro debate desempenhado pelas teorias essencialistas e construcionistas da sexualidade humana, mas inclusive a discussão acerca do papel da linguagem, dos afetos e do corpo para uma sociologia da sexualidade.

O presente artigo será dividido em quatro partes. Na primeira, apresenta-se um panorama sociológico da sexualidade desde o início da crescente liberação da sexualidade humana dos controles institucionais (igreja, família, etc.), a partir dos séculos XVIII e XIX, e sua constituição como um sistema autônomo no qual discursos especializados, urbanização e diferenciação social influenciaram, configurando um contexto em que a noção de sexualidade se entrelaça com a própria modernidade. Nesse sentido, aponta-se de que maneiras a Sociologia pensou o corpo sexuado, desde suas origens como disciplina, passando pela polarização entre essencialistas e construcionistas, até recentes tentativas de síntese entre esses polos, como a Teoria dos Campos Sexuais (TCS), que ilustro com um modelo gráfico baseado na faixa de Mobius, proposta por Anne Fausto-Sterling (2000) e Elizabeth Grosz (1994; 2001), em suas visões de sujeito e sexualidade. Na segunda parte, tento articular o pensamento de Butler e Luhmann, com contribuições dos construcionistas Deborah Cameron e Don Kulick (2003) – que enfatizam o papel da linguagem na construção da sexualidade humana – com o propósito teórico de pensar uma sociologia da sexualidade em uma “sociedade sem sujeitos”, feita por meio de comunicações. Na terceira parte, analiso a categoria Amor desde uma perspectiva híbrida, a partir da Teoria dos Sistemas e das contribuições da Neurociência e da Sexologia, passando por Agnes Heller (1993 [1980]), objetivando entender o fenômeno do Amor mais como um fato social do que como um sentimento inato moralmente superior e separado da sexualidade. Nessa medida, o Amor, tanto em sua psico-bio-sociogênese quanto em seus limites, é mediado socialmente e enquadrado pela linguagem. É necessário dizer que não separo, neste artigo, o Amor da sexualidade, já que para Luhmann (2010) um está no alicerce do outro. Por fim, concluo que, a partir de uma perspectiva sistêmica, a sociologia da sexualidade só teria a ganhar ao encarar a sexualidade enquanto sistema autopoiético e autorreferente, diante do qual o sujeito se conforma mais autônomo frente ao seu contexto social, psíquico e biológico.

A hipótese deste artigo é de que não só o sujeito se torna central nesse cenário, posto que seja seu próprio corpo físico a interseção de sistemas sociais, psíquicos e biológicos, como a sexualidade humana torna-se cada vez mais autônoma, esteticizada, atomizada e mais uma questão de escolha individual, com repercussões políticas, espaciais, corporais e sociais, do que propriamente inata ao sujeito.

1. PENSANDO UMA SOCIOLOGIA DA SEXUALIDADE

A partir do final do século XIX, a sexualidade humana se conformou em um campo de crescente autonomia, com seu próprio corpo de “especialistas”, “auto-

ridades” e discursos autorizados, capaz de gerar efeitos subjetivos, identitários e materiais (nos corpos e espaços físicos). Segundo alguns autores, as origens desse movimento à autonomia já poderiam ser observadas nos séculos XVII e XVIII (DABHOIWALA, 2013; LUHMANN, 1998; GIDDENS, 1993; HUNT, 1996). Para Norbert Elias (1993), por exemplo, os rigorosos códigos sexuais aristocráticos da Europa feudal passaram por um processo de relaxamento durante a ascensão burguesa. Mas, é apenas no século XIX, com a crescente individualização proporcionada pela maior divisão social do trabalho, urbanização e aumento populacional que a sexualidade passa a ser menos sujeita às vigilâncias e imposições da comunidade e do poder de instituições (como a família e a igreja), tornando-se polimorfa. Além disso, os discursos médico-jurídicos e criminais, que emergiram durante o século XIX, também foram basilares na conformação da sexualidade moderna. A própria “modernidade” estaria imbricada, então, na noção de “sexualidade” e em categorias identitárias aí incluídas, como “homossexualidade” (BECH, 1997; HAWKES, 1996). Assim, modernidade e sexualidade estariam entrelaçadas na constituição de corpos, personas, instituições e mesmo nos espaços físicos.

Com a crescente autonomia iniciada nos séculos XVIII e XIX pavimentou-se o caminho para que a sexualidade contemporânea fosse entendida como multiplicidade de “campos sexuais” – no sentido bourdieusiano – relativamente autônomos, progressivamente atomizados e especializados, nos quais se envolvem tanto o biológico quanto o social, tanto o indivíduo quanto o coletivo, com repercussões tanto sobre o sujeito quanto nas interações sociais (GREEN, 2014). Na contemporaneidade, entende-se que a sexualidade é socialmente construída, permeada por discursos oriundos de diversas fontes (da política, pornografia, religião, entre outras), e transversal a variadas categorias identitárias (como classe, raça, idade, gênero e orientação sexual). Entretanto, até recentemente, a Sociologia encarou a sexualidade humana como um dado natural, sem interferência do social: apesar de abordarem o ser humano como socialmente construído, resultado de seu tempo e de seu lócus social, os sociólogos clássicos pouco afirmaram sobre o corpo e sua condição sexuada na modernidade (SEIDMAN, 1996).

Fundamental para uma mudança de percepção foram os questionamentos apresentados pelas feministas e liberacionistas gays e lésbicos, os quais desafiaram os discursos médico-científico-jurídicos vigentes, que substancializavam a identidade homossexual e a condição da mulher. Apesar de questionamentos a tais discursos já serem conhecidos desde o século XIX, foi a partir da década de 1960 que se tornaram mais influentes nas Ciências Sociais. Com a Teoria “*Queer*”, a partir dos anos 1990, a sexualidade humana passou a ser entendida também como

resultado de marcos identitários formados por meio da linguagem, que enquadra tudo o que sabemos acerca de desejos, corpos, identidades, práticas e sexualidades. O sujeito, nesse cenário, passa, paradoxalmente, tanto a ser valorizado em sua corporalidade quanto a ser desmontado como uma construção resultante de estruturas linguísticas preexistentes.

A demora em minimizar as determinações biológicas da sexualidade por parte dos sociólogos pode ser explicada por serem as subjetividades e práticas sexuais um assunto difícil dentro das Ciências Sociais (GIDDENS, 2012). O próprio conceito de sexualidade é fugidio, abarcando todos os aspectos eroticamente relevantes, como desejos, práticas, identidades, relacionamentos (SCOTT, 2010), além das presumidas determinações biológicas, o que faria de uma sociologia da sexualidade um desmotivador “trabalho infinito de contextualização social e cultural” (BOZON, 2004, p. 151). Em tal contextualização, importaria, para o sociólogo, compreender os processos pelos quais não só os parâmetros socialmente aceitos são conformados, mas também entender que as noções de “prazer sexual” e “desejo erótico” são socialmente construídas em diversos níveis, e que a interação sexual é “a mais corpórea das interações sexuais” (COLLINS, 2004, p. 226; GREEN, 2014). Percebe-se, então, que pensar a sexualidade do ponto de vista sociológico é adentrar em uma arena onde embates entre diversos posicionamentos ocorrem.

Entre tais embates, aquele desempenhado entre as perspectivas essencialistas e construcionistas da sexualidade dominou, não só as Ciências Sociais, mas também outros campos epistemológicos, como a Biologia e o Direito. Para os essencialistas, a identidade sexual de um corpo está atavicamente impregnada pela sua materialidade, pelo sexo cromossômico, pelas características sexuais dadas ao nascer, pela química hormonal. Em suas modalidades mais extremas, o essencialismo sugere reconhecermos que o controle sobre as ações tem bases inteiramente neurobiológicas, sendo o “livre-arbítrio” algo físico (BERING, 2013, p. 85). Já para os construcionistas, a sexualidade é uma produção de longo prazo, variável no tempo e no espaço, para a qual o corpo é apenas um suporte para uma construção histórica que abarca outras construções (como identidades, prazer sexual, desejo erótico), sendo a identidade sexual, portanto, “um complexo resultado de desenvolvimento, a consequência de um processo interativo de etiquetagem social e auto-identificação” (EPSTEIN, 1996, p. 151). Para construcionistas como Deborah Cameron e Don Kulick, a linguagem exerce poderosa influência sobre a construção da sexualidade, pois é pela linguagem que o entendimento sobre a sexualidade é formado e mediado (CAMERON; KULICK, 2003, p. 12). Em um exemplo extremo de construcionismo, Butler (1993) sugere que a própria materialidade do sexo seria

discursiva, produzida por meio de demarcações linguísticas. Dessa forma, ambos os posicionamentos repercutem na noção de sujeito, ora reduzindo sua autonomia frente às imposições biológicas e químicas, ora definindo-o e diluindo-o como um efeito da linguagem.

Entretanto, surgem posições que visam ocupar um terceiro espaço, no qual a sexualidade é entendida ao mesmo tempo como social e biológica, também repercutindo na noção de sujeito. Anthony Giddens, por exemplo, sugere que a sexualidade é uma “interação complexa entre fatores biológicos e sociais”, ainda não compreendida em sua totalidade (GIDDENS, 2012, p. 415). Para Gail Hawkes, a sexualidade é “tanto uma ficção quanto uma realidade, tanto uma criação artificial quanto uma experiência vívida” (HAWKES, 1996, p. 8).

Uma proposta teórica que tenta articular as perspectivas construcionistas e essencialistas da sexualidade é herdeira de Pierre Bourdieu, a Teoria dos Campos Sexuais (TCS), a partir da qual a sexualidade é entendida como construção social, derivada de preferências eróticas particulares do sujeito, corporificadas, socializadas e apreendidas dentro de um “campo sexual” autônomo. O sujeito é posicionado no campo conforme critérios específicos de “desejabilidade”, dentro de “estruturas de desejo” que vinculam formas de “capital erótico” e produzem “habitus eróticos” (GREEN, 2014). Os campos sexuais são configurados em um *continuum* entre níveis intrapsíquicos (idiosincrasias eróticas do sujeito) até processos macroestruturais que porventura impactam na sexualidade individual e coletiva.

Assim, para a TCS, não há limites entre a somatização individual e a socialização dos desejos eróticos; entre a sexualidade coletiva e a particular; entre o social e o biológico. Similarmente, para a bióloga Anne Fausto-Sterling, a sexualidade seria um fato somático criado por efeitos culturais, sugerindo, ainda, erodir as distinções entre o corpo físico e o social (FAUSTO-STERLING, 2000). Aponta-se, então, para um entendimento no qual a sexualidade é, ao mesmo tempo, discursiva e vivida na pele, imbricada tanto no biológico quanto no social, com efeitos na materialidade do corpo e, também, nos planos abstratos da experiência humana, que abarcariam desde processos macroestruturais até psíquicos e biológicos.

De acordo com Fausto-Sterling (2000, p. 24), pode-se entender a sexualidade como uma faixa de Möbius (Figura 1): um desenho no qual o interno se torna externo e o exterior se torna interior em um movimento contínuo. A imagem da faixa de Möbius é também utilizada pela filósofa feminista Elizabeth Grosz (1994; 2001) que, por sua vez, dialoga com o pensamento lacaniano em suas obras de modo a ilustrar sua concepção de sujeito e sexualidade: uma “rotação de formas impossíveis em espaços ilegíveis”, na qual inflexões entre o corpo e a mente, o

interior físico e o exterior corpóreo se tornam iguais em um movimento de torção (GROSZ, 2001, p. 32; 1994, p. XII). A utilização da faixa de Möbius – ou contrabanda lacaniana – é útil por esta não ser bilateral e orientável, e sim unilateral, contínua e não direcional. Ou seja, na contrabanda, não existe interior e exterior, dentro e fora, esquerda e direita, movimentos para frente ou para trás. Conforme diz Lacan, na contrabanda, “seu direito continua seu avesso” (LACAN, 1988 [1964], p. 148). Para Fausto-Sterling (2000) e Grosz (1994), a sexualidade é indistintamente biológica, social e psíquica, em um contínuo movimento que não reconhece fronteiras nem delimita lados.

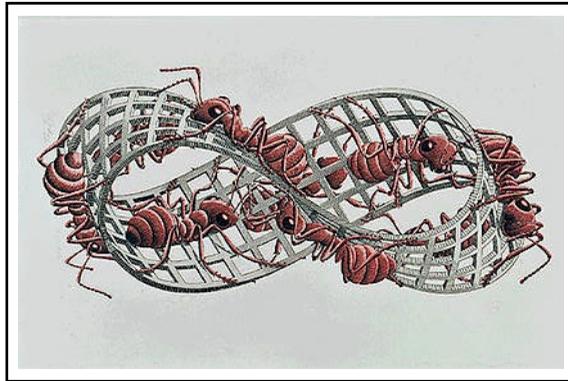


Figura 1. Faixa de Möbius. Fonte: <<http://www.mcescher.com/gallery/recognition-success/mobius-strip-ii/>>.

Entretanto, uma questão permanece nessa síntese entre o construcionismo social e o essencialismo da sexualidade: onde está o sujeito? Para Agnes Heller, somos cindidos entre a “essência muda da espécie” e o “caráter próprio da espécie”, ou seja, respectivamente, entre o organismo e suas atávicas peculiaridades e o que é externo e anterior a nós, como a cultura, a linguagem e o social (HELLER, 1993, p. 30-31). Para a autora, tal cisão nunca pode ser suturada por completo, e a busca contínua de uma solução é o que conforma a existência, o que constitui o “Ego”.

Desse modo, chega-se a um impasse: há pontes possíveis entre os hiatos existentes entre a materialidade biológica, a realidade psíquica e o mundo social? Na ilustração sugerida por Grosz (1994) e Fausto-Sterling (2000), o sujeito é o resultado das torções contínuas entre o psíquico, o social e o biológico, sendo difícil precisar quando um começa e o outro termina. Mas, se para Vincent de Gaulejac (2013), “não se pode pensar a questão do sujeito sem inscrevê-lo em uma dupla determinação: social e psíquica” (DE GAULEJAC, 2013, p. 70), para Luhmann, “quem considera seriamente o ser humano como uma entidade concreta e empírica formada física, química, orgânica e psicologicamente, não pode conceber o indivíduo como parte do sistema social” (LUHMANN, 2009, p. 59).

Uma ilustração possível para amenizar esse impasse seria abstrair o sujeito como uma tripla faixa de Mobius (a torção contínua entre o social, o psíquico e o biológico), que contém uma faixa dupla na qual se ilustra as torções entre o social e o indivíduo, entendido, aqui, por uma perspectiva luhmanianna: como o conjunto do sistema biológico e psíquico (Figura 2). Nessa topologia, a ilustração da tripla faixa visa demonstrar um sujeito compreendido como o resultado de um *continuum* de influências mútuas entre suas determinações biológicas, seu sistema psíquico, seu lócus social e vice-versa. A ilustração parece adequar-se à concepção de sujeito da “modernidade reflexiva” (BECK, GIDDENS; LASH, 1997), na qual o sujeito se reveste de maior autonomia frente ao seu entorno social, natural e psíquico, além de maior individualização (LASH, 1997), sendo a sexualidade contemporânea mais uma “tomada de decisão” do que dada naturalmente (GIDDENS, 1997).

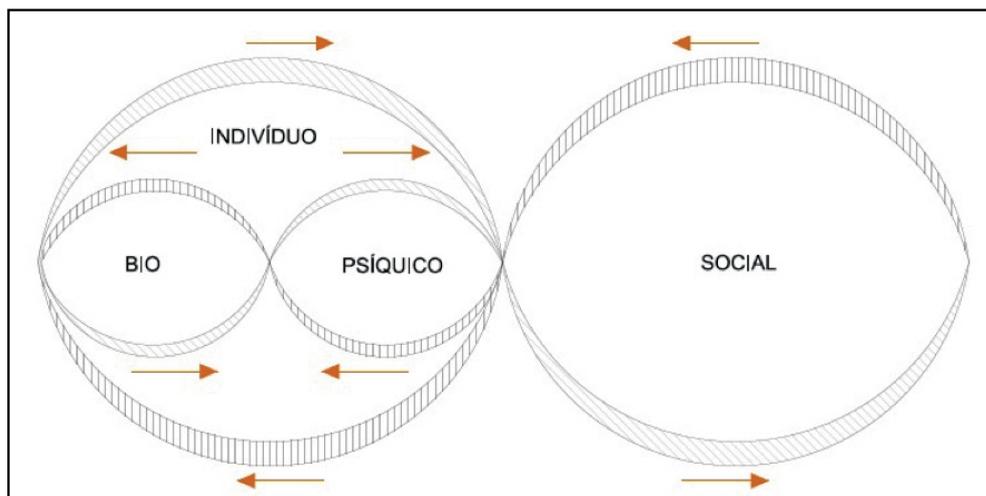


Figura 2. A tripla faixa de Mobius. Fonte: Elaborada pelo autor

2. A PROVOCAÇÃO DOS SISTEMAS E DA LINGUAGEM: UMA SOCIOLOGIA DA SEXUALIDADE SEM SUJEITOS?

Na pós-modernidade, procurou-se a dissolução de um sujeito humano, por meio da primazia de estruturas sociais e linguísticas. Segundo Margareth Archer (2000), o pós-modernismo nega ao sujeito humano qualquer forma de maestria sobre as formas e o desenvolvimento da sociedade. Como exemplo de tal negação, Niklas Luhmann (2009) propõe um conceito de sociedade radicalmente anti-humanista e construtivista, sob o primado da comunicação, na qual o corpo humano é deslocado para fora da sociedade. Na Teoria dos Sistemas de Luhmann é possível localizar três sistemas: social, psíquico e biológico. O corpo humano é considerado como “sistema biológico”, por sua vez “acoplado” ao sistema “psíquico”.

A união analítica do sistema psíquico e biológico “representa aquilo que a tradição sociológica tem chamado de indivíduo, de pessoa, de sujeito (tanto na dimensão física quanto na psíquica)” (RODRIGUES; NEVES, 2012, p. 43). Entretanto, na teoria sistêmica luhmanianna, o indivíduo é apartado da sociedade: “a constituição biológica e psicológica do ser humano não faz parte dos sistemas sociais e sistemas psíquicos”, sendo necessário uma “separação radical entre sistemas sociais e sistemas psíquicos” (LUHMANN, 2009, p. 260).

Os sistemas são cerrados, autorreferentes e autopoieticos (que criam a si mesmos). Dado sua clausura autopoietica, os sistemas psíquicos não podem se comunicar com a sociedade e a única ponte entre ambos é a linguagem, única que possibilita a comunicação (IZUQUIZA, 2008). O sujeito, então, por uma perspectiva luhmanianna, é um sistema cerrado, autorreferente e que cria a si mesmo, conectado ao social por meio da linguagem. Aqui, a sociedade não abarca o biológico e o psíquico individual, ao ser composta apenas por comunicações. Como pensar, a partir dessa perspectiva, em sexualidade e sujeito?

Sexualidade, em uma perspectiva sistêmica, é também uma forma de comunicação, sendo assim integrada nos processos que formam a sociedade e sendo um de seus inúmeros subsistemas (LUHMANN, 2010). Luhmann afirma existirem “mecanismos simbióticos” conectados ao biológico e ao psíquico, que formam a base necessária para comunicações; entre esses mecanismos está a sexualidade (LUHMANN, 2010, p. 27). A relação íntima, o amor e a sexualidade passam a ser relações entre sistemas: entre dois sistemas individuais e o entorno. Nessa medida, são importantes as “interpenetrações interpessoais” que, para Luhmann, não se trata de dois sistemas individuais que, ao tornarem-se amantes, tornam-se um só; mas, sim, que mantêm sua individualidade e sua separação com o entorno, respondendo reciprocamente aos mesmos estímulos, sendo que a comunicação é algo fundamental para a manutenção dessa reciprocidade. Uma vez cessada a comunicação, os sistemas colapsam. Dessa forma, deve-se entender a interação sexual, a “mais forte copresença corporal” (COLLINS, 2004, p. 231), também como operação de linguagem que “acopla” sistemas individuais e sociais.

O “acoplamento” entre sistemas, que Luhmann denomina de “estrutural”, se dá pela linguagem, ou seja, “é através da linguagem que o acoplamento estrutural ordinário entre sistemas de consciência e sistemas de comunicação se torna possível” (LUHMANN, 2009, p. 281). Tanto o sistema psíquico quanto o social só operam pelo meio do “sentido”, sendo ele uma operação de comunicação. Assim, é por meio da linguagem – que proporciona operações de sentido – que o indivíduo (um sistema composto de psíquico e biológico) se acopla ao social: o eu, o

sujeito e sua sexualidade, a partir de uma perspectiva sistêmica, são sistemas que surgem por meio de comunicações. Aqui, há uma similaridade entre Luhmann e Butler: o que está em questão são operações linguísticas e denominações que acabam por formular algo que se assemelha a um “eu”. Para Butler, não existe um “eu” atrás dos discursos e dos atos de fala; ao contrário, esse “eu” só aparece após a linguagem, após ser interpelado por significados que precedem sua existência (BUTLER, 1993, p. 171; em livre tradução). Segundo a autora, o sujeito é um “acontecimento linguístico” sobre o qual a linguagem tem efeitos na própria materialidade corpórea, ao estabelecer, mediar, inscrever e legitimar códigos entre o social e a carne. Assim, o que concebemos como sexualidade, corpo e sujeito são efeitos de operações comunicativas que estabelecem e estigmatizam, dão vida ou mortificam, criam interiores e exteriores.

Tais operações se inserem na materialidade do corpo que, segundo Butler (1993), é um processo de demarcação de limites e formas. Reforço tal aspecto com Bourdieu, para quem “as injunções sociais mais sérias se dirigem ao corpo” (BOURDIEU, 2001, p. 172). Na mesma direção de Butler, o crítico literário Samuel Delany afirma que a linguagem não molda só o social, mas também o que se convencionou chamar de “realidade”, sendo capaz, portanto, de criar “categorias ontológicas” que acabam por dar vida ao que denominam (DELANY, 1999, p. 189). De acordo com Delany, somos “interpelados” – no sentido althusseriano do termo – em nossas sexualidades, pela linguagem e pelas categorias ontológicas. Se, para Luhmann, “na nomeação das coisas [...] está contido um ato de criação do ser humano” (LUHMANN, 2009, p. 288), para Butler e Delany a nomeação das coisas cria, inclusive, o sujeito, seu corpo físico e seu exterior. Conforme afirmam Cameron e Kulick (2003), as sexualidades não fazem sentido fora dos discursos linguísticos que as denominam, que as criam, que as definem, ou seja, fora das categorias ontológicas criadas pela linguagem. Ainda, Cameron e Kulick (2003) apontam para o entendimento de que a sexualidade é legível, comunicada, mediada por atos de fala que moldam o entendimento enquanto seres sexuados. Dessa forma, uma linha condutora entre os autores citados acima aponta para o entendimento de que não haveria sexualidade possível fora dos esquemas de comunicação e de que esses esquemas se inscrevem no corpo.

“Sem a sociabilidade humana, a sexualidade humana não pode se desenvolver” afirma Anne Fausto-Sterling (2000, p. 23). De fato, na literatura sobre “crianças-feras”, aquelas criadas supostamente por animais ou em extremo isolamento do convívio humano, destaca-se a ausência de linguagem e de sexualidade, somada a uma diferença dos órgãos genitais e da postura corporal, em relação aos das

crianças socializadas (ZINGG, 1940; CANDLAND, 1995; LEHMAN, 2007; DAVIS, 2007). Para Michael Newton, essas crianças são existências fora dos esquemas de comunicabilidade, logo, “fora de qualquer sociedade”, levando-nos a perguntar sobre o papel da linguagem na formação de nossa humanidade e o que nos faz reconhecer um ser humano como *humano* (NEWTON, 2002, p. 48), já que só nos tornamos humanos quando entramos na dimensão do “caráter próprio da espécie”, ou seja, quando adquirimos cultura, somos socializados e temos uma linguagem. Por isso um ser humano criado entre cavalos não pertenceria à nossa espécie (HELLER, 1993, p. 30-31). Intocadas pelo caráter próprio da espécie, incapazes de utilizar as palavras dos humanos socializados para comunicar e mediar seus entendimentos sobre a própria sexualidade, essas crianças isoladas de fatores sociogênicos não teriam como construir sexualidades e nem o próprio entendimento acerca de seus desejos e de si enquanto sujeitos dotados de um corpo sexuado. Por uma perspectiva sistêmica, sem a linguagem para acoplar seus sistemas biológicos e psíquicos (o sujeito) aos sistemas da sexualidade, essa não seria possível. Aqui, a ausência da linguagem e, por consequência, da sexualidade, nega a alguns humanos o reconhecimento como tal.

Entretanto, a linguagem também faria de alguns sujeitos (e de seus corpos) mais legivelmente “humanos” do que outros. Esta é uma das premissas de Judith Butler (1993), para quem os sujeitos e seus corpos podem ou não habitar o “exterior” de uma “matriz heterossexual”, uma matriz “exclusionária”, que expulsa os indivíduos que não se inscrevem nos códigos inteligíveis de masculinidade, feminilidade e heterossexualidade. Nessa matriz, corpos só fazem sentido, ou seja, só são inteligíveis, legítimos e legíveis quando sexo, gênero e desejo são coincidentes e coerentes para um quadro heterossexual (BRADY; SCHIRATO, 2011). Todos os outros corpos que escapam desse quadro são colocados em um exterior “inabitável”. Butler (1993) denomina esse exterior de “constitutivo” (*constitutive outside*), um exterior “abjeto” que se torna o interior constitutivo desses sujeitos não inteligíveis. Nas palavras da autora: “o abjeto aqui designa precisamente aquelas zonas ‘inabitáveis’ e ‘inviáveis’ da vida social que, entretanto, são densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito” (BUTLER, 1993, p. XIII; em livre tradução). Ainda, Butler considera que justamente a exclusão é fundamental na conformação corpórea e subjetiva, tanto do corpo ajustado à matriz quanto do morador da zona abjeta, sendo tal disposição dos corpos uma operação de poder. Retomando Norbert Elias: “do mesmo molde social emergem seres humanos mais ou menos estruturados, tanto os ‘bem ajustados’ como os ‘desajustados’, num espectro muito grande de variedades” (ELIAS, 1993, p. 204; grifos no original).

Essa exclusão, em Butler, pode ser relacionada ao conceito de “interpenetração de sistemas”, definido por Luhmann: um sistema disponibiliza sua própria complexidade para que outro se construa, sendo que “o sistema receptor exerce também uma influência retroativa sobre a formação das estruturas do sistema penetrador, intervindo nele, portanto, de duas formas: a partir do interior e do exterior” (LUHMANN, 2009, p. 267). Ao excluir, ao observar (e, por consequência, distinguir) os corpos desajustados, adentra-se em uma operação luhmanianna, tendo em vista que “os sistemas constituem-se a si mesmos ao constituir os elementos que os constituem, ou seja, ao selecioná-los os formam como elementos no ato de distingui-los de um entorno” (RASCH, 2000, p. 46-47). Nesse sentido, por meio de distinções linguísticas, os sujeitos são selecionados e constituídos como elementos de dois sistemas e dois exteriores ao mesmo tempo: o dos corpos ajustados e o dos abjetos. Um não se constrói sem o outro. Ainda, por meio de demarcações linguísticas, por discursos que autorizam e/ou proíbem, o sujeito é então modelado, sendo principalmente a internalização do que é proibido e abjeto o que se torna primário na conformação de uma identidade sexual e de gênero (SALIH, 2012, p. 79). Não só a interiorização do abjeto se torna importante para o sujeito, mas também as experiências nas quais os indivíduos são feridos “na compreensão positiva de si mesmos”, como rebaixamentos morais desses indivíduos e grupos sociais (HONNETH, 2003, p. 213-217). Com isso, torna-se inseparável do surgimento de um sujeito a linguagem pela qual este é enquadrado em categorias ontológicas – normativas e valorativas – com repercussões na sua própria corporalidade e sobrevivência física.

Se, na pós-modernidade, tentou-se a dissolução do sujeito por meio da preponderância da linguagem e o apartado dos rumos da sociedade, o mesmo sujeito poderia ter-se tornado mais autônomo frente aos constrangimentos sociais e biológicos em uma sociedade da qual não faria parte. Se, para Giddens (1997), o sujeito dota-se de maior autonomia frente aos seus constrangimentos, para Luhmann:

Graças à distinção entre sistema e meio, é possível conceber o homem como parte do meio social, de maneira mais complexa e, ao mesmo tempo, mais livre, do que se ele fosse concebido como parte da sociedade, uma vez que o meio, comparativamente ao sistema, constitui o campo de distinção de maior ou menor ordem. Assim, concedem-se ao ser humano mais liberdades em relação ao seu meio; sobretudo, certas liberdades de comportamento irracional e imoral (LUHMANN, 2009, p. 260).

Dessa forma, pensar em uma sociologia da sexualidade em uma sociedade na qual os sujeitos são apartados não só nos leva a considerar a sexualidade como sistema autônomo, autorreferenciado e autopoietico, que cria sua própria estrutura e elementos, que se acopla aos indivíduos por meio da linguagem, mas também que proporciona maior reflexividade aos sujeitos, que podem inclusive mudar sua conformação genital nata e escolher entre diversos subsistemas de sexualidade disponíveis em uma sociedade cada vez mais diferenciada. Ao mesmo tempo, da mesma maneira que as categorias ontológicas permanecem como produtoras de subjetividades, identidades sociais, corpos e sujeitos, inserindo-os em categorias linguísticas preexistentes que têm o poder de criar o que nomeiam, o sujeito teria mais reflexividade frente a essas categorias, podendo mesmo recusá-las, estetizá-las, transitar entre várias, e dotá-las de força política.

3. A PROVOCAÇÃO DO AMOR: DENTRO OU FORA DE UMA SOCIOLOGIA DA SEXUALIDADE?

Para estudar o Amor a partir de uma perspectiva sociológica, é preciso confrontar pressupostos socialmente aceitos que o consideram como sentimento universal e anistórico. Conforme um popular ditado judaico: “O Amor não é apenas um sentimento, é acima de tudo uma ação” - acrescentando, uma “ação afetiva”, nos moldes weberianos -, no qual o sentido não está no resultado final, mas na própria ação (WEBER, 2012, p. 15). Para Luhmann, o Amor não é nem um fenômeno natural nem uma ideia moral eternamente verdadeira e constante historicamente, mas um fato social (LUHMANN, 2010) e, sendo assim, exterior ao sujeito.

Desta maneira, por uma perspectiva sociológica, pode-se entender o Amor como sendo ao mesmo tempo fato social e ação afetiva, envolvidos em uma interação microsocial entre dois sujeitos e um processo social mais abrangente, simultaneamente orientado publicamente e privativamente, visando à cooperação, à autorrealização e ao bem-estar dos sujeitos envolvidos - podendo ou não envolver a sexualidade. Entretanto, seguirei neste artigo a posição de Luhmann, para quem a sexualidade está nos fundamentos do Amor (LUHMANN, 2010, p. 47), não separando as perspectivas sociológicas sobre o Amor de uma sociologia da sexualidade, já que o Amor seria “indistinguível da solidariedade e ligação proporcionadas por algumas relações sexuais intensas não amorosas” (COLLINS, 2004, p. 237).

O Amor é concebido tanto como sentimento (experimentado privadamente) quanto como emoção (socialmente condicionada). Para Agnes Heller, as idiosincrasias biológicas e sociais determinam como somos implicados em um sentimento

(HELLER, 1993, p. 17); se entendermos aqui o Amor como tal, logo este será constrangido por fatores bio e sociogênicos. De fato, a Neurociência aponta para um entendimento de que o Amor se torna “carne” por meio de uma complexa interação entre hormônios – como oxitocina e vasopressina, que regulam os vínculos afetivos humanos (MLODINOW, 2013, p. 113) – entre as sinapses biológicas e as “sociais” que ocorrem durante as interações face a face (COZOLINO, 2014, p. XV). Entre as idiosincrasias sociais que determinam as implicações do sujeito com o Amor, encontra-se a linguagem, que ao nomear reações hormonais como “Amor”, leva o sujeito que nomeia a se implicar em uma série de imposições que o Amor, como fato social, carrega consigo. Por esse caminho, o Amor seria simultaneamente algo independente da vontade humana e também resultado de condições sociais, psíquicas, físicas e biológicas diversas.

Além de ser um fato social múltiplo, o Amor pode ser considerado como um meio de comunicação pela Teoria dos Sistemas, já que para Luhmann (2010) o Amor é uma forma de comunicação dependente de estruturas sistêmicas e na qual outras formas não verbais de se comunicar são indispensáveis. Já para Judith Butler, o Amor assemelha-se a uma troca entre dois indivíduos na qual os desejos são mais ou menos legíveis, sendo essa troca impactada por suas histórias pessoais (BUTLER, 2002). Para Henning Bech, o Amor é uma forma de comunicação, principalmente verbal, orientada para o entendimento comum entre dois indivíduos em relação às suas qualidades intrínsecas e de suas narrativas biológicas e históricas (BECH, 1997, p. 141-147). Assim, em comum aos três autores, o Amor pode ser entendido como uma questão de linguagem, na qual a legibilidade de si mesmo, dos desejos mútuos, do Outro e do seu corpo são dependentes tanto das narrativas individuais quanto de estruturas sistêmicas maiores do que o indivíduo.

Nessa direção, Marimon e Vilarrasa apontam para o entendimento de que as concepções individuais do Amor são construções dependentes de elementos individuais e sociais, sendo influenciado tanto pelas características cognitivas e físicas do sujeito, de suas convicções, seu lugar no mundo, no tempo, no espaço e também pela linguagem, já que com essa “aprendemos a nomear as coisas ao mesmo tempo em que aprendemos como se deve olhá-las, ou seja, como devemos acreditar que são” (MARIMON; VILARRASA, 2014, p. 79). No mesmo sentido, John Money sugere que o Amor seja mais um “mapeamento” corporificado de crenças e práticas do sujeito do que um sentimento inato, sendo esses “mapas amorosos” (“lovemaps”) repositórios de representações e padrões (mentais e cerebrais) que retratam e simbolizam o amor idealizado e o programa fantasiado de atividades erótico-sexuais com o Amor personificado. Para Money, os mapas amorosos são

sempre constituídos por uma “credenda” (o arcabouço de crenças e ideais do sujeito em relação ao Amor e à sexualidade) e por uma “agenda” (as práticas e meios de desempenhar seu Amor e sexualidade) (MONEY, 1988, p. 127-128). Ora, segundo Luhmann, o Amor não é sentimento *a priori*, e sim um código comunicativo subordinado às regras que *formam* sentimentos já condicionados socialmente (LUHMANN, 1998, p. 19-20). Assim, os mapas amorosos seriam como corporificações desse código comunicativo, influenciando as interações dos sujeitos envolvidos (e vice-versa). Conforme os autores acima citados, o Amor é dependente da linguagem, de concepções individuais e sociais, de idealizações, de fantasias, de práticas, etc., não autorizando entendê-lo como um fenômeno unitário exclusivamente sentimental.

Ainda que o Amor possa ser tanto um meio de comunicação quanto uma construção social, há algo de fugidio nele: para Roberto Mangabeira Unger (1998, p. 165-167), a paixão (e aqui ele inclui desejo, Amor, sexualidade, lascívia) precede a vida em sociedade, podendo ao mesmo tempo ser disruptiva e formadora de novos laços sociais, transbordando os limites impostos pelas instituições humanas. Entretanto, esses limites socialmente construídos para as paixões teriam paralelos com os próprios limites biológicos: para Damásio (2015) e Heller (1993), a homeostase – o ponto de equilíbrio de um organismo – limita os níveis de sentimentos permitidos. Além desse ponto, a própria sobrevivência do corpo está em risco: para Heller, a homeostase não é “meramente biológica”, mas “social” (HELLER, 1993, p. 33); já para Damásio, a homeostase é resultado de influências culturais e sociais externas (DAMASIO, 2015, p. 53). Citando Heller: “Os sentimentos são regulados pelos costumes e ritos sociais de tal forma que o limite superior de intensidade socialmente prescrito e aceito, assim como seus conteúdos, não supere o limite tolerado pela homeostase biológica” (HELLER, 1993, p. 18; em livre tradução). Assim, o Amor com suas “credendas” e “agendas”, torna-se, mesmo em seu nível mais impulsivo, determinado socialmente e enquadrado pela linguagem.

Para uma sociologia das sexualidades, portanto, o Amor pode ser entendido tanto como uma construção social quanto como forma de comunicação (e efeito da linguagem) com repercussões na carne, corporificando as visões sócio-históricas dos indivíduos e de suas narrativas pessoais, sendo indissociável, também, de suas vidas eróticas. Também é possível situar o Amor ao lado da sexualidade, ambos compreendidos como sistemas autônomos, nos quais os indivíduos acoplam seus sistemas psíquicos e biológicos. Ainda que o Amor e a sexualidade sejam dependentes de contextos pessoais, históricos e sociais, carregam algo de instintivo, podendo modificar ou renegar as normas desses contextos - porém, dentro de limites homeostáticos biológicos, que repercutem os limites sociais externos ao

sujeito. Retorna-se, aqui, à tripla faixa de Mobius: não há limites precisos entre Amor, sexualidade, social, psíquico e biológico, e sim um movimento contínuo de influências mútuas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contemporaneidade, ainda que diversos discursos especializados concorram por um lugar de verdade sobre a sexualidade humana, há um relativo consenso acerca da construção social do desejo erótico, do gênero, das orientações sexuais e da própria noção de prazer sexual e do corpo sexuado. Entretanto, ainda persistem os discursos essencialistas da sexualidade humana, que insistem na primazia da constituição biológica sobre as escolhas e afetos. Porém, de acordo com Fausto-Sterling “nenhuma disciplina acadêmica ou clínica nos fornece o melhor ou mais verdadeiro caminho para se entender a sexualidade humana” (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 235), sendo que o biológico também se torna social e vice-versa, não sendo possível separar com rigor científico e cirúrgico as células, genes e hormônios das visões socialmente construídas da sexualidade humana em dada época e cultura.

Para ilustrar o fluxo contínuo entre o psíquico, o social e o biológico, foi utilizada neste artigo uma tripla faixa de Mobius, inserida em outra dupla, como uma topologia articuladora entre a Teoria dos Sistemas, o construcionismo e o essencialismo sexual. O sujeito, dessa forma, constitui-se em um contínuo de quatro sistemas: o social, o psíquico, o biológico e o indivíduo (isto é, o conjunto do sistema psíquico e biológico), sem direito nem avesso.

Entre os caminhos disponíveis – academicamente e clinicamente – para se entender a sexualidade humana, estão aqueles que conferem importância à linguagem, como o construcionismo social e a psicanálise. Entretanto, tal ênfase traz consigo provocações teóricas, como exemplificam os construcionistas Niklas Luhmann e Judith Butler: para o primeiro, o sujeito é apartado da sociedade, que se constitui de comunicações; para a segunda, o sujeito é impossibilitado de existir ou ser inteligível fora de marcos linguísticos preexistentes ao próprio sujeito.

As implicações dessas provocações teóricas, para uma sociologia da sexualidade, são diversas: de uma perspectiva sistêmica, encarar a sexualidade como um sistema autorreferente, autopoietico, enclausurado em si mesmo, formado por comunicações e apartado do sujeito, fornece maior autonomia a esse. Segundo a equação de Luhmann, “a Teoria dos Sistemas oferece mais possibilidades de pensar muito mais radicalmente a tendência ao individualismo” (LUHMANN, 2009, p. 259).

Porém, a partir de uma perspectiva butleriana, a sexualidade é uma construção linguística que se inscreve materialmente no corpo e na psique do sujeito, que por sua vez é moldado por marcos linguísticos preexistentes. Um denominador comum entre Butler e Luhmann, nessa medida, seria a primazia da linguagem sobre o sujeito e a sociedade: é por meio da linguagem que o sujeito surge, acopla-se e/ou autonomiza-se em relação aos sistemas da sexualidade, sendo capaz mesmo de se libertar de algumas contingências biológicas e sociais.

Por fim, é possível entender a sexualidade contemporânea como sistema complexo à parte do sujeito, com diversos subsistemas autopoieticos, autorreferentes e cerrados operativamente, que visam reduzir a complexidade do entorno por meio de suas próprias diferenciações e seleções de elementos, além de construir suas próprias estruturas. Esses subsistemas traçam seus limites por meio de operações de sentido (para Luhmann, as comunicações; para Butler, os quadros linguísticos) e se acoplam ao sujeito, com repercussões sociais, biológicas e psíquicas. Butler e Luhmann convergem, assim, para um entendimento de que ao serem feitas distinções, os sistemas criam seus elementos, sendo que a distinção é o ato que faz seu oposto obrigatoriamente vir à tona. Com efeito, o abjeto é imprescindível ao ajustado, o homossexual ao heterossexual, etc. Dessa forma, olhar para uma sociologia da sexualidade pelas lentes de Butler e Luhmann confere, ao mesmo tempo, centralidade ao sujeito - já que é em seu corpo físico que são inscritos os códigos sociais que repercutem sob a forma de afetos e abjeções - e maior autonomia da sexualidade frente ao sujeito - acarretando maior reflexividade desse em relação aos sistemas da sexualidade. O sujeito pode, então, transitar entre esses sistemas e estar em constante construção e desestabilização ontológica. No entanto, entender a sexualidade como sistema apartado do sujeito tem implicações políticas, considerando que a sexualidade deixa de ser uma característica distintiva do sujeito para se tornar mais uma questão de escolha individual e de construção coletiva do que propriamente imposição biológica ou predisposição inata, contrariando discursos políticos que insistem na essencialização da sexualidade objetivando direitos civis.

Outra provocação teórica deste artigo se refere ao Amor que, junto com a sexualidade, é uma forma de comunicação orientada para as esferas orgânicas que “ajudam o organismo a falar” (LUHMANN, 2010, p. 38). A Teoria dos Sistemas entende o Amor como forma de comunicação, fato social exterior ao sujeito, que se acopla a esse pela linguagem. Para Butler, “o Amor não é um estado, um sentimento, uma disposição, mas uma troca” (BUTLER, 2002, p. 65) e, pela perspectiva luhmanniana, uma troca comunicativa entre dois sistemas autônomos (os sujeitos

envolvidos). Aqui, o Amor foi considerado mais como um mapeamento corporificado de crenças e práticas (MONEY, 1988), dependente das características físicas e cognitivas do sujeito (MARIMON; VILARRASA, 2014), do que como sentimento inato e biologicamente determinado, que é experimentado dentro de limites homeostáticos socialmente condicionados, além de ser enquadrado pela linguagem.

Importa, ainda, considerar o Amor como parte de uma sociologia da sexualidade, já que para Kulick e Cameron (2003) a sexualidade vai além das identidades sexuais, envolvendo toda espécie de afeto, desejo e de práticas eróticas, distanciando-a das “categorias ‘objetivas’ que os sociólogos criaram sobre a sexualidade humana” (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 252). Sendo, portanto, tanto o Amor quanto a sexualidade apreendidas e que “aprendemos pelo corpo” (BOURDIEU, 2001, p. 173), e sendo o corpo “o teatro de todas as emoções” (DAMASIO, 2015, p. 39), uma sociologia da sexualidade deve levar em conta tanto o corpo físico quanto a gama de sentimentos e emoções envolvidas na sexualidade, de modo a amplificar os níveis de análise – do intrapsíquico ao social –, já que tanto a sexualidade como os sentimentos são indistintamente psíquicos, biológicos e sociais. Ainda que, para Gaulejac (2013, p. 41), sejam “vãs as tentativas de uma metateoria na qual o psíquico e o social sejam englobados em um só conjunto”, para pensar a sexualidade contemporânea impõe-se não privilegiar o corpo sobre o social, tampouco o social sobre o psíquico, nem o psíquico sobre o corpo; mas sim entender esses elementos como um *continuum* que acabaria por configurar o próprio sujeito.

Por fim, não se deve negligenciar as narrativas pessoais a respeito do Amor e da sexualidade, de modo a entendê-los enquanto sistemas, no sentido luhmanniano, e como formas de comunicação que fazem o indivíduo corporificar concepções de Amor e sexualidade de seu locus socioespacial, colaborado na própria construção do sujeito. Uma sociologia da sexualidade pode se apoderar de ferramentas teóricas e empíricas úteis para empreender o estudo mais holístico das relações sexuais e afetivas humanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADELMAN, Miriam. Sexo, gênero, sujeito: uma entrevista com Alain Touraine. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, p. 169-174, 2004.
- ARCHER, Margareth. *Being Human: The problem of agency*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- BECH, Henning. *When men meet: homosexuality and modernity*. Cambridge: Polity, 1997.

- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997.
- BERING, Jesse. *Devassos por natureza: provocações sobre sexo e a condição humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- BOZON, Michel. *Sociologia da Sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. Nova York: Routledge, 1993.
- _____. "Doubting Love". In: HARMON, James L. (Org.). *Take my advice: letters to the next generation from people who know a thing or two*. New York: Simon & Schuster, 2002, p. 62-66.
- BRADY, Anita; SCHIRATO, Tony. *Understanding Judith Butler*. Londres: SAGE, 2011.
- CAMERON, Deborah; KULICK, Don. *Language and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- CANDLAND, Douglas K. *Feral children and clever animals: reflections on human nature*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- COLLINS, Randall. *Interaction ritual chains*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- COZOLINO, Louis. *The Neuroscience of Human Relationships: Attachment and the Developing Social Brain (Norton Series on Interpersonal Neurobiology)*. New York: WW Norton & Company, 2014.
- DAMASIO, Antonio. *O mistério da consciência: do corpo às emoções ao conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- DAVIS, Kingsley. "Extreme Isolation". In: HENSLIN, James M. (Org.). *Down to earth sociology: introductory readings*. Nova York: Simon and Schuster, 2007, p. 151-159.
- DE GAULEJAC, Vincent. O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. *Revista Cronos*, Natal, v. 5, n. 1/2, p. 59-77, 2013.
- DELANY, Samuel R. *Times Square red, Times Square blue*. New York: New York University Press, 1999.
- DABHOIWALA, Faramerz. *As origens do sexo*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2013.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- EPSTEIN, Steven. "A queer encounter: sociology and the study of sexuality". In: SEIDMAN, Steven (Org.). *Queer Theory/Sociology*. Cambridge: Blackwell, 1996.
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. Nova York: Basic Book, 2000.
- GAGNON, Jonh H.; SIMON, William. *Sexual conduct: the social sources of human sexuality*. New Jersey: Transaction publishers, 2011.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. *O corpo: filosofia e educação*. São Paulo: Ática, 2007.

- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.
- . “A vida em uma sociedade pós-industrial”. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 73-134.
- . *Sociologia*. Porto Alegre: Penso, 2012.
- GREEN, Adam Isaiah (Org.). *Sexual Fields: Toward a sociology of collective sex life*. Chicago: Chicago University Press, 2014.
- GROSZ, Elizabeth. *Volatile bodies: towards a corporeal feminism*. Indianapolis: Indiana University Press, 1994.
- . *Architecture from the outside: Essays on virtual and real space*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.
- HARMON, James L. (Org.). *Take my advice: letters to the next generation from people who know a thing or two*. New York: Simon & Schuster, 2002.
- HAWKES, Gail. *A Sociology of sex and sexuality*. Philadelphia: Open University Press, 1996.
- HELLER, Agnes. *Teoría de los sentimientos*. Barcelona: Fontamara, 1993.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- HENSLIN, James M. (Org.). *Down to earth sociology: introductory readings*. Nova York: Simon and Schuster, 2007.
- HUNT, Lynn Avery (Org.). *The invention of pornography: obscenity and the origins of modernity, 1500-1800*. New York: Zone Books, 1996.
- IZUQUIZA, Ignacio. *La sociedad sin hombres: Niklas Luhmann o la teoría como escândalo*. Barcelona: Anthropos, 2008.
- LACAN, Jacques. *O Seminário-Livro II: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- LASH, Scott. “A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade”. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 135-206.
- LEHMAN, Peter. *Running scare: masculinities and the representation of male body*. Detroit: Wayne State University Press, 2007.
- LUHMANN, Niklas. *Love as passion: the codification of intimacy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.
- . *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- . *Love: a sketch*. Cambridge: Polity, 2010.
- MARIMÓN, Montserrat Moreno; VILARRASA, Genoveva Sastre. *Como construímos universos*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

- MLODINOW, Leonard. *Subliminar: como o inconsciente influencia nossas vidas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- MONEY, John. *Gay, straight, and in-between: The sexology of erotic orientation*. Oxford: Oxford University Press, 1988.
- NEWTON, Michael. *Savage girls and wild boys*. London: Faber & Faber, 2002.
- RASCH, William. *Niklas Luhmann's Modernity: The paradoxes of differentiation*. Redwood: Stanford University Press, 2000.
- RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício. *Niklas Luhmann: a sociedade como sistema*. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.
- SCOTT, Jonh (Org.). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- SEIDMAN, Steven (Org.). *Queer Theory/Sociology*. Cambridge: Blackwell, 1996.
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *Paixão: um ensaio sobre a personalidade*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- ZINGG, Robert M. Feral man and extreme cases of isolation. *The American Journal of Psychology*, v. 53, n. 4, p. 487-517, 1940.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade. Volume 1*. Brasília: Editora UnB, 2012.

Colonialidade do poder como meio de conhecimento: em torno de seus limites e potencialidades explicativas

*Coloniality of power as a means to knowledge:
its limits and explanatory potentialities*

Lucas Trindade da Silva^a

Resumo Diante da crescente importância do *giro decolonial*, tanto dentro como fora do contexto latino-americano, buscaremos neste artigo um retorno aos seus fundamentos, a partir de uma leitura cuidadosa dos conceitos de *colonialidade do poder/racialidade* e de *dependência histórico-estrutural* no pensamento de Aníbal Quijano. Percebemos uma relação monocausal entre a persistência da racialidade em sociedades politicamente emancipadas (*explanans*) e a dependência latino-americana (*explanandum*). Ademais, concluímos ser fundamental a utilização da contribuição decolonial como instrumento para a formação conceitual ou como meio heurístico em cooperação com outras abordagens sobre a questão racial na América Latina, como a de Carlos Hasenbalg e a de Florestan Fernandes.

Palavras-chave Decolonialidade; Colonialidade; Racialidade; Dependência.

Abstract: *Given the growing importance of the decolonial turn both inside and outside the Latin American context, this article seeks to return to its roots, making a careful reading of the concepts of coloniality of power/racality and historical-structural dependence in the thought of Aníbal Quijano. We perceive a mono-causal relationship between the persistence of racality in politically emancipated societies (explanans) and the Latin American dependency (explanandum). Moreover, we conclude that it is fundamental to employ the decolonial contribution as a tool for conceptual formation or as a heuristic device in cooperation with other approaches of the racial issue in Latin America, such as Carlos Hasenbalg's and Florestan Fernandes'.*

Keywords *Decoloniality; Coloniality; Racality; Dependence.*

Visto que a exploração de classe e a opressão racial coexistem nas sociedades capitalistas multi-raciais, quando é acentuado quer a exploração de classe quer a opressão racial, o outro aspecto permanece como elemento residual e inexplicado. Os desenvolvimentos teóricos prosseguem sem se aproximarem

a Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando em Sociologia na Universidade de Brasília.

de uma explicação integrada de ambos os processos. Este é o caso da teoria das classes que enfatiza as forças de classe descuidando do antagonismo racial, e também da teoria colonial que enfatiza o racismo enquanto negligencia a dinâmica de classe (Carlos Hasenbalg, Discriminação e desigualdades raciais no Brasil, 1979).

INTRODUÇÃO: ANÍBAL QUIJANO E O GIRO DECOLONIAL

Podemos indicar como ponto de partida da discussão em torno do *giro decolonial* o ano de 1992, quando é fundado, inspirado no empreendimento dos *Subaltern Studies*, o chamado *Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos*, mesmo ano da reimpressão do texto basilar de Aníbal Quijano, *Colonialidad y Modernidad-Racionalidad*. Como elementos convergentes entre os projetos indiano e latino-americano podemos apontar: a) a apreciação do (neo)imperialismo/(neo)colonialismo como processo básico para pensar tanto a história do centro como a das periferias do globo; b) o reconhecimento da exclusão tanto concreta como epistêmica de amplos segmentos das sociedades pós-coloniais de recente emancipação política; c) uma crítica à narrativa histórica tanto a feita na metrópole quanto a de cunho nacionalista, por reproduzir essa exclusão e contar uma história das elites; d) a proposição de uma história a contrapelo, o que em ambos os casos leva a uma crítica de caráter transdisciplinar do próprio instrumental teórico e metodológico herdado pelos autores e autoras envolvidos, todos(as), em ambas as regiões, com ampla inserção e relativa autoridade no mundo acadêmico anglo-saxão (BALLESTRIN, 2013).

Foi em torno da efetividade dessa crítica ou ruptura com o arcabouço teórico herdado, seja ele euro-americano, seja a apropriação nacionalista dos cânones teóricos das ciências sociais e da história, que se desenvolveram os impasses internos ao *Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos*, os quais levaram, já em 1993, à desagregação deste e à formação, por parte dos críticos aos subalternistas no correr dos anos 90, do *Grupo Modernidade/Colonialidade*. É na afirmação seguida a essa desagregação que podemos identificar de forma precisa a emergência do *giro decolonial*. Este, ao contrário da continuidade mascarada de descontinuidade dos estudos pós-coloniais (seja nos estudos culturais, seja nas investigações subalternistas, ainda profundamente dependentes dos radicalismos teóricos pós-estruturalistas e desconstrutivistas metropolitanos), apresenta-se como “a energia que não se deixa manejar pela lógica da colonialidade, nem crê nos contos de fadas da retórica da modernidade” (MIGNOLO, 2007, p. 27; em livre

tradução). Segundo Mignolo, que não poderia ser mais claro, “o pensamento decolonial se diferencia da teoria pós-colonial ou dos estudos pós-coloniais” por localizar-se geneologicamente não no “pós-estruturalismo francês”, mas “na densa história do pensamento planetário decolonial” (2007, p. 27; em livre tradução).

Mignolo percebe uma profunda antinomia no esforço disruptivo pós-colonial que continua a lançar suas raízes em solo metropolitano, euro-americano. Não se trata, portanto, de uma casualidade, mas de um esforço central do projeto decolonial para a realização de uma genealogia do pensamento decolonial. Aqui não se está falando em canonizar Foucault e Derrida. Mignolo (2007) indica como clássicos da decolonialidade, autores como Waman Poma da Ayala, em sua *Nueva Corónica y Buen Gobierno* (publicado em 1616 no Peru), e Ottobah Cugoano, escravo liberto que escreveu *Thoughts and Sentiments on the Evil of Slavery* (publicado em Londres em 1787), os quais “abriram as portas ao pensamento outro”, o primeiro “a partir da experiência e memória do Tawantinsuyu”, o segundo a partir “da experiência e memória da brutal escravidão negra” na América (MIGNOLO, 2007, p. 29; em livre tradução). Ambos são referências do pensamento inteiramente localizado – em absoluta oposição a uma epistemologia do distanciamento, do não lugar, do “*punto cero*” – na própria “*colonialidade do Ser*, a ferida colonial” (MIGNOLO, 2007, p. 29; em livre tradução).

Na terminologia de Mignolo podemos perceber que, se há um esforço deliberado de se distanciar do projeto pós-colonial levado a cabo pelos subalternistas indianos (antes reconhecidos pelo Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos), o *giro decolonial* continua profundamente comprometido com a gramática do texto já clássico de Aníbal Quijano, *Colonialidad y Modernidad-Racionalidad*. A decolonialidade aparece como o terceiro termo que se afirma a partir da negação do par inseparável modernidade/colonialidade. Conceitos como *colonialidade do poder*, *colonialidade do saber*, e *racialidade* permanecerão como chave na evolução do projeto decolonial, seja na tentativa de ampliação do seu campo de aplicação, seja em desenvolvimentos ulteriores: “interculturalidade e colonialidade do poder” (Walsh), “colonialidade do ser” (Maldonado-Torres), “biocolonialidade do poder” (Cajigas-Rotundo), “colonialidade linguística e epistêmica” (Garcés) para nos limitarmos às linhas de investigação apresentadas na coletânea *El Giro Decolonial*, de 2007 (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007). Em suma, se o *giro decolonial* aponta para uma ruptura decisiva com o projeto pós-colonial, representado sobretudo pelos Estudos Subalternos, por outro lado, a relação com o projeto do Grupo Modernidade/Colonialidade apresenta-se como linha de continuação.

Devido ao papel central da obra de Aníbal Quijano, principalmente seus textos publicados a partir da década de 1990, é que a tomaremos como problema. Buscaremos expor principalmente a emergência dos conceitos inseparáveis de *colonialidade do poder e racialidade*. Assim, daremos especial ênfase à relação entre esses conceitos e o de *dependência histórico-estrutural*, contribuição inteiramente original de Quijano para a teoria social latino-americana, na qual o problema da dependência passa a ser colocado nos termos causais não de relações hierárquicas entre nações ou configurações de classes internas e externas, mas na persistência de relações hierarquizadas de raça. Buscaremos salientar a importância do programa de investigação inaugurado por Quijano, destacando, no entanto, as tendências *monistas* – típicas de um movimento teórico que reclama aceitação e consolidação no campo – da sua tese original.

COLONIALIDADE DO PODER/RACIALIDADE E DEPENDÊNCIA HISTÓRICO-ESTRUTURAL

É no texto de 1991 *Colonialidad y Modernidad-Racionalidad* (QUIJANO, 1992) onde aparecerá pela primeira vez uma sistematização do conceito de *colonialidade do poder*. Se é identificável na evolução do pensamento quijaniano a passagem de uma orientação fortemente vinculada à crítica do desenvolvimentismo a partir dos marcos da teoria da dependência para, a partir dos 90, a defesa do *giro decolonial*, pode-se dizer que Quijano nunca deixou de ter como objetivo último tornar inteligíveis as bases do que faz da América Latina um fenômeno singular ou, para colocar em termos weberianos, uma individualidade histórica.

Pergunta-se em ambas as fases: o que explica o fracasso dos projetos de desenvolvimento nestas paragens, enquanto o pós-guerra testemunhou o êxito desses projetos em países antes não considerados centrais, como os tigres asiáticos? É a partir deste inquirimento comparativo que Quijano isolará a *colonialidade do poder/racialidade* como variável presente e ativa nos processos históricos latino-americanos que não se apresenta da mesma forma no contexto dos países centrais e no daqueles exitosos em seus projetos de desenvolvimento.

É mera coincidência que na escala global do planeta a esmagadora maioria das pessoas exploradas, dominadas, discriminadas, e em algumas regiões inclusive despojadas de recursos de sobrevivência, procedam das sociedades destruídas e/ou colonizadas por europeus? É mera coincidência que as regiões e/ou países da “periferia” ou “sul” correspondam, precisamente, a áreas que habitavam as sociedades destruídas e/ou colonizadas pelos europeus? É mera coincidência

que as pessoas que descendem, parcial ou totalmente, das populações colonizadas pelos europeus sejam, em sua ampla maioria, dominadas e discriminadas seja lá onde estejam? Se não se trata – haverá quem poderia dizer que sim? – nessas situações de simples coincidências históricas, não se pode fugir (*eludir*) das relações entre colonialidade do poder e desenvolvimento (QUIJANO, 2014a, p. 205; em livre tradução; grifos colocados).

Se *poder* é definido como “um espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle” do “trabalho e seus produtos”, da “natureza”, do “sexo”, da “subjetividade”, e da “autoridade” (QUIJANO, 2014b, p. 289; em livre tradução), a *colonialidade do poder* implica a articulação dessa malha “em torno da ideia de *raça*” (QUIJANO, 2002, p. 13; grifos colocados): naturalização de diferenças culturais, étnicas e fenotípicas.

A emergência desse padrão de poder tem como marco o ano de 1492 (a “descoberta” do Novo Mundo). Tal padrão é gestado, em suas justificativas religiosas e posteriormente científicas, no âmbito do *colonialismo* (pacto colonial) e mantém-se como força fundamental de estruturação das relações sociais, como forma de “classificação social básica”, após a emancipação política das antigas colônias. Como claramente é colocado por Maldonado-Torres “colonialidade não significa o mesmo que colonialismo” (2007, p. 131; em livre tradução). Enquanto este diz respeito a uma “relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação que assim se constitui em um império”, a primeira “se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno”, estrutura-se “através do mercado capitalista mundial e da ideia de *raça*”, mas independe de uma “relação formal de poder entre dois povos ou nações” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131; em livre tradução).

A inteligência da colonialidade do poder tem imediatas consequências para a teoria social e para a reflexão sobre a modernidade. Esta deixa de ser pensada como um processo endógeno ao continente europeu e que firma suas condições genéticas na Renascença italiana, na Reforma Protestante e no Iluminismo enquanto eventos fundamentais. Modernidade e colonialidade, na perspectiva de Quijano e do giro decolonial, devem ser pensados como processos de fundação recíproca e simultânea: “A outra face do mesmo processo de constituição e consolidação do Estado-nação moderno era o mundo colonizado, África e Ásia, ou dependente, como a América Latina” (QUIJANO, 2002, p. 13).

Como bem sintetiza a imagem construída por Enrique Dussel (*apud* GROSFOGUEL, 2007, p. 64), não há *ego cogito* independente dos processos constituintes do *ego conquiro*. A racialização do bárbaro, a “suspeita permanente sobre a humanidade” (GROSFOGUEL, 2007, p. 64; em livre tradução) deste e a negação dessa humanidade na própria prática colonial encontram plena simetria com o ceticismo (a dúvida metódica) seguido da certeza indutivamente alcançada que funda o sujeito cartesiano (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 134). De forma análoga, o *ego conquiro* exprime uma perversa afinidade com o ideário de razão instrumental – a concepção de natureza como objeto a ser dominado – do *Novum Organum*.

A “arrogância” daquele que “habla como si fuera el ojo de Dios” é a arrogância do “sujeito cuja localização geopolítica está determinada pela sua existência como colonizador/conquistador [...] como Ser imperial” (GROSFOGUEL, 2007, p. 64; em livre tradução). Definir a modernidade como um processo inteiramente independente da colonialidade funda precisamente a fábula da retórica da modernidade, a “*hybris del punto cero*” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 83), do sujeito que anuncia a verdade para além do espaço e do tempo.

Pensar o *ego cogito* e o *ego conquiro* como processos que se conformam reciprocamente denuncia a dominação epistemológica, a *colonialidade do saber* que tanto é efeito como reforça a *colonialidade do poder*. O bárbaro – o negro, o indígena – aparece como objeto para um sujeito num sentido pleno da palavra coerção, ou seja, como objeto de trabalho e como objeto do conhecimento, expulso da condição de sujeito do conhecer. Nesta dupla determinação efetivada pela *colonialidade* temos a imposição: a) de uma *divisão racista do trabalho*, onde aquele(a) que é interpelado(a) pela *racialidade* é marcado(a) pela sina da escravidão, do subemprego, do trabalho precário, da informalidade; b) do *eurocentrismo*, isto é, a canonização do universo de conhecimento gerado (e apropriado) pelos povos de origem europeia, sua religião, sua filosofia e sua ciência, como meios unívocos para chegar à verdade e ao domínio das coisas. Para os objetivos deste artigo importa aprofundar as implicações da configuração de uma *divisão racista do trabalho* perpetrada pela *colonialidade do poder*, pois é aí onde está a base da particular teoria quijaniana do desenvolvimento desigual e combinado

A expansão do sistema-mundo capitalista dá-se *pari passu* à expansão e à diversificação da racialização dos povos dominados – “amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços” (QUIJANO, 2005, p. 3). A raça aqui aparece como “marco” de classificação social “dentro do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental” (QUIJANO, 1992, p. 438; em livre tradução). “A dominação, em consequência, não se exerce só em

termos de classes sociais ou de estratos socioeconômicos, mas acima de tudo em termos ‘étnico-raciais’” (QUIJANO, 2014a, p. 208; em livre tradução), produzindo uma “*distribuição racista do trabalho*” (QUIJANO, 2005, p. 3; grifos colocados). Esta configura, nas colônias, uma separação rígida e profunda entre a elite branca e a massa não branca (vinculada ao trabalho manual precário, degradante e marginal ao processo de assalariamento e modernização da economia), muito mais próxima de uma estrutura de castas do que de uma estrutura de classes.

A presença/ausência desta divisão racista do trabalho será, para Quijano, decisiva na explicação da *differentia specifica* dos processos de formação dos estados nacionais latino-americanos, sobretudo no século XIX, em relação ao modelo clássico de formação dos estados modernos na Europa a partir do século XVII. É precisamente a ausência da dimensão racial, ou seja, a quase identificação entre a comunidade nacional e a comunidade racial, o que explica a ampla generalização e o aprofundamento das instituições democráticas e da cidadania em solo europeu, conclusão generalizável também ao caso do Japão, por exemplo.

Na América Latina, por sua vez, a presença da dimensão racial, ou melhor, da fissura racial, fez com que a comunidade nacional se identificasse com a comunidade das elites brancas, enquanto os segmentos não brancos, de cor, apareceram, ao fim do processo, como a exterioridade do recém-formado Estado-nação, como margem, como (não)sujeitos sem direitos, sem cidadania. Esse purismo de casta, essa endogenia das elites brancas, que levaram a cabo a independência política das antigas colônias, resultou numa completa indiferença ao problema da colonialidade/racialidade no processo de transição e formação dos Estados latino-americanos. A nacionalização foi realizada sem descolonização/decolonialidade. As exceções do Cone Sul são explicadas por Quijano sobretudo pela quase total eliminação da sua população não branca.

Embasando-se em reflexões já presentes em Mariátegui, Quijano (2014a) percebe a divisão racista do trabalho como uma variável fundamental para explicar o caráter autocrático e elitista dos estados latino-americanos, pois é ela que inviabiliza a formação de “laços de solidariedade nacional” “suficientemente fortes e duradouros” “entre dominantes e dominados”, e explica a forte identificação dos “dominantes ‘brancos’” “com os interesses europeus” e a completa indiferença daqueles frente ao destino de “‘índios’, ‘negros’ e ‘mestiços’” (QUIJANO, 2014a, p. 209; em livre tradução).

Nacionalização política sem decolonialidade, portanto, tem como resultado a situação de *dependência histórico-estrutural* (QUIJANO, 2005, p. 18): a aberrante aliança entre Estado independente e colonialidade social. E não há dúvida sobre

a variável causal fundamental: “A dependência dos senhores capitalistas não provinha da subordinação *nacional*. Esta foi, pelo contrário, a consequência da comunidade de interesses raciais” (QUIJANO, 2005, p. 18). Tanto a subordinação nacional como a subordinação das elites periféricas às elites centrais emanam da comunidade de interesses raciais. Se ainda resta dúvida, continuemos com a palavra do próprio Quijano:

A dependência dos capitalistas senhoriais desses países tinha como consequência uma fonte inescapável: a colonialidade de seu poder levava-os a perceber seus interesses sociais como iguais aos dos outros brancos dominantes, na Europa e nos Estados Unidos. Essa mesma colonialidade do poder impedia-os, no entanto, de desenvolver realmente seus interesses sociais na mesma direção que os de seus pares europeus, isto é, transformar capital comercial (benefício igualmente produzido na escravidão, na servidão, ou na reciprocidade) em capital industrial, já que isso implicava libertar índios servos e escravos negros e transformá-los em trabalhadores assalariados. Por óbvias razões, os dominadores coloniais dos novos Estados independentes, em especial na América do Sul depois da crise de fins do século XVIII, não podiam ser nada além de sócios menores da burguesia europeia. Quando muito mais tarde foi necessário libertar os escravos, não foi para assalariá-los, mas para substituí-los por trabalhadores imigrantes de outros países, europeus e asiáticos. A eliminação da servidão dos índios é recente. Não havia nenhum interesse social comum, nenhum mercado próprio a defender, o que teria incluído o assalariado, já que nenhum mercado local era de interesse dos dominadores. Não havia, simplesmente, nenhum interesse nacional (QUIJANO, 2005, p. 18).

De forma transparente, o atrofamento do mercado interno, a persistência de formas não assalariadas de trabalho, a predominância de um modelo primário-exportador e o débil investimento de capital num processo robusto de industrialização são explicados em última instância pela comunidade de interesses raciais dos brancos dominantes, pela vontade emanada desta comunidade de não transformar os não brancos em cidadãos e consumidores.

Quijano (1992), que em sua crítica ao materialismo histórico percebe neste uma concepção homogênea de totalidade social, ao reduzi-la à determinação em última instância da infraestrutura econômica, acaba sendo vítima da mesma tendência, colocando no lugar vazio da causa última a potência estruturante da colonialidade do poder/racialidade. Assim, não só os processos de independência

política, abolição da escravidão, imigração europeia são explicados via colonialidade do poder/racialidade, mas também o processo de substituição de importações, “o peculiar caminho latino-americano de industrialização dependente” (QUIJANO, 2005, p. 19), obedece ao objetivo de abastecer o consumo das elites brancas, que ficou comprometido depois da crise de 30.

A industrialização através da substituição de importações é, na América Latina, um caso revelador das implicações da colonialidade do poder. [...] A construção da nação e sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno (QUIJANO, 2005, p. 19).

Obviamente, diante da importância conferida à colonialidade do poder/racialidade na explicação dos processos históricos latino-americanos, será essa a variável fundamental utilizada para medir o grau de consolidação do Estado-moderno no continente:

Isto quer dizer que a colonialidade do poder baseada na imposição da idéia de raça como instrumento de dominação foi sempre um fator limitante destes processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico, seja em menor medida como no caso estadunidense ou de modo decisivo como na América Latina. O grau atual de limitação depende, como foi demonstrado, da proporção das raças colonizadas dentro da população total e da densidade de suas instituições sociais e culturais (QUIJANO, 2005, p. 20).

ANÍBAL QUIJANO E AS CIÊNCIAS SOCIAIS LATINO-AMERICANAS

É claro que a ênfase na colonialidade do poder/racialidade oculta em si uma crítica radical de qualquer resquício de defesa, seja teoricamente, seja como *doxa*, da ideia de democracia racial. Não há qualquer harmonia na visão quijaniana, há dominação e conflito. Por outro lado, não nos parece exagerado supor que as ideias negadas pela argumentação apaixonada de Quijano sejam também as da leitura residualista do problema racial na América Latina. Leitura esta que predominou, por exemplo, em algumas das interpretações em torno da clássica obra de Florestan Fernandes (1978 [1965]) – *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Nessa

obra, escreve Motta, o “preconceito de raça” aparece como “ilusório, uma vez que, bem examinado, reduz-se a um simples preconceito de classe, ou melhor, à sobrevivência de ideologias ou atitudes que, no passado, decorreram de relações de classe e subsistem no presente por força de certa inércia cultural” (MOTTA, 2000, p.11). Tratando-se de um sintoma de “atraso”, “inércia”, “defasagem” cultural, haveria uma tendência estrutural, o próprio desenvolvimento da sociedade competitiva de classes no Brasil, a extirpá-lo. Fernandes é enquadrado num marxismo que vê o preconceito racial como mero resíduo no pós-abolição e do desenvolvimento das forças seculares da modernização.

A plausibilidade desta hipótese – sobre a dupla crítica presente no conceito de colonialidade do poder, tanto ao mito da democracia racial como às leituras residualistas da questão racial na América Latina – repousa no fato de que o giro decolonial em Quijano também representa uma ruptura com o marco da teoria da dependência. Esta conferiu privilégio analítico ao jogo de forças econômicas (troca desigual, superexploração) e geopolíticas (imperialismo, subimperialismo), em detrimento de um esforço concentrado na análise das relações raciais como fator estruturante de processos históricos de longa duração.

Se este – de um lado a defesa de democracia racial, de outro uma análise engajada com os condenados da terra, mas unilateralmente focada na questão de classe em detrimento da questão racial, esta pensada como secundária ou residual –, de fato, fosse o quadro do campo intelectual do qual emerge a ênfase na colonialidade do poder/racialidade como variável causal valorizada em última instância na explicação dos processos históricos latino-americanos, o empreendimento quijaniano após os anos 90 facilmente poderia ser classificado, na terminologia bourdieusiana (BOURDIEU, 1983), como uma *estratégia de subversão* por parte da heterodoxia dominada, porém inserida no campo científico. Não se configuraria como uma *estratégia de conservação* precisamente por não buscar compromisso com as explicações ortodoxas, buscaria, ao contrário, substituir explicações canonizadas, rejeitando-as. Numa situação como esta, a inflação retórica da descoberta (racialidade) como uma panaceia explicativa, beirando o *monismo*, pode ser entendida em termos de uma política metodológica na qual se optou pela via revolucionária e não reformista em que todo compromisso é percebido como cooptação.

Mas não nos parece justo julgar o campo das ciências sociais das décadas imediatamente anteriores e contemporânea à emergência decolonial dessa forma. Se até hoje realmente o mito da democracia racial persiste, sobretudo como *doxa*, e também não se pode negar que o marxismo latino-americano (com exceção a Mariátegui e àqueles que o seguiram) e a teoria da dependência não empreen-

deram o difícil trabalho de incorporar a dimensão da racialidade em seu universo narrativo como uma problemática fundamental, não podemos dizer que inexistiram tentativas de articular de forma não residualista as dimensões em jogo, a saber, as determinações da estrutura de classes no âmbito do mercado mundial e as determinações da colonialidade do poder/racialidade, sem cair em uma mera substituição de causas últimas ou em sucessivas reduções monistas da complexidade latino-americana.

Tomemos o próprio Florestan Fernandes. Embora de fato *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* seja marcada por certa ambiguidade que possibilita uma leitura residualista da problemática da racialidade ao continuamente reiterar a classificação do preconceito de raça como um “fenômeno [sociopático] de demora cultural” (FERNANDES, 1978, v. 1, p. 460), trata-se de uma distorção imputar à obra como um todo o estigma de análise residualista da questão racial, e a Fernandes esperanças no desaparecimento espontâneo do preconceito de raça com o desenvolvimento da ordem competitiva. Esta, para Fernandes (1978, v. 1, p. 333), não elimina, por si só, “os padrões de dominação racial herdados do passado, os quais conferem o monopólio do poder aos círculos dirigentes da ‘raça branca’ e dão a esta a condição quase monolítica da ‘raça dominante’”. “A ‘cor’ continua a operar como marca racial e como símbolo de posição social, indicando simultaneamente ‘raça dependente’ e ‘condição social inferior’” (FERNANDES, 1978, v. 1, p. 337). Para Fernandes, “[a] ordem social competitiva emergiu e expandiu-se, compactamente, como um autêntico e fechado *mundo dos brancos*” (FERNANDES, 1978, v. 1, p. 457).

Aquele que ler de forma isolada a seguinte passagem “A única fonte dinâmica de influência corretiva irrefreável vem a ser, portanto, a própria expansão da ordem social competitiva” (FERNANDES, 1978, v. 1, p. 461) endossará a interpretação *residualista* da tese clássica de Fernandes. Contudo, basta ler um pouco antes na mesma página – “O desenvolvimento da ordem social competitiva encontrou um obstáculo, está sendo barrado e sofre deformações estruturais na esfera das relações raciais” – ou um pouco depois – “As tendências [democratizantes] descobertas não excluem a possibilidade de uma conciliação entre as formas de desigualdade inerente à sociedade de classes e os padrões de desigualdade racial” – para enfim rejeitar tamanha unilateralidade hermenêutica.

Vemos como em Fernandes o argumento é bem mais complexo do que a redução do preconceito de raça a preconceito contra segmentos pauperizados. Pelo contrário, uma leitura atenta d’*A Integração do Negro na Sociedade de Classes* evidencia a sua importância como material extremamente rico de comprovação

empírica da força de interpelação da colonialidade do poder, internalizada pelo próprio segmento dominado. Aprofundemos.

Como sabemos, a colonialidade do poder/saber envolve: 1) a auto definição do europeu, e depois norte-americano, como sujeito da razão e da história (eurocentrismo) que implica a identificação/negação do outro como objeto definido, estável e de natureza diferenciada em relação ao sujeito; 2) a interiorização do sistema de valores dominante por parte do sujeito interpelado pela racialidade como não branco, pelo qual passa a orientar a sua ação. N'A *Integração do Negro na Sociedade de Classes* encontramos os dois momentos. Ao discutir sobre o problema da indiferença em relação ao futuro do negro no processo efetivo de Abolição e vitória da imigração europeia como solução para o “déficit” de força de trabalho, Fernandes (1978) deixa muito clara a presença do primeiro mecanismo da colonialidade, na medida em que o branco aparece como o “*agente natural* do trabalho livre” (FERNANDES, 1978, v. 1, p. 27). Enquanto “os imigrantes eram numerosos e tidos como ‘poderosos e inteligentes trabalhadores’”, os negros “passavam a ser vistos sob um prisma que o ‘escravo’ desqualificava o ‘liberto’, como se fossem, de fato, substancialmente ‘vagabundos’, ‘irresponsáveis’ e ‘inúteis’” (FERNANDES, 1978, p. 73). Diante desse quadro, em que há uma naturalização de atributos que dicotomizam o *branco-racional-moderno* e o *não branco-irracional-tradicional*, reações majoritárias por parte da massa negra eram, segundo Fernandes (1978, v. 1, p. 77-85), ou a instrumentalização das condições postas pela própria hierarquia racial (como exemplifica o patrimonialismo, a submissão ao “padrinho branco”), ou a total identificação com os valores da raça dominante, exatamente o segundo mecanismo da colonialidade, a sua internalização e reprodução pela própria massa oprimida.

Isento de ambiguidade, por sua vez, é o raciocínio de Carlos Hasenbalg (1979) em seu clássico *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil* (originalmente publicado em 1979). Embora compartilhe da leitura “residualista” d'A *Integração do Negro na Sociedade de Classes*, obra na qual “as relações raciais pós-abolição são conceituadas como uma área residual de relações sociais que resulta da sobrevivência de padrões ‘arcaicos’ de relações intergrupais, moldadas sob a escravidão”, (HASENBALG, 1979, p. 61), “principal debilidade interpretativa”, “[a] pesar da compreensiva e meticulosa dissecação das relações raciais brasileiras” (HASENBALG, 1979, p. 75) na obra clássica de Fernandes, Hasenbalg tem como fim eliminar qualquer leitura da presença do preconceito de raça como uma sobrevivência, um resíduo, um arcaísmo, assim como pretende evitar toda análise que a tome como última instância, como causa última.

O residualismo estaria representado, para Hasenbalg, pela “perspectiva marxista ortodoxa” (C. Cox é um exemplo), que “subestima a questão da raça e do racismo” (1979, p. 109) e, conseqüentemente,

[...] a situação dos negros e outros grupos racialmente subordinados tende a ser explicada quase exclusivamente pela sua posição como classe trabalhadora. Preconceito e discriminação raciais são, nesta perspectiva, mecanismos manipuladores utilizados pelas classes dominantes capitalistas a fim de explorar as minorias raciais e dividir o proletariado. O racismo e o preconceito, como epifenômenos de relações econômicas, são inerentes e necessários à preservação do capitalismo (HASENBALG, 1979, p. 109).

Em polo diametralmente oposto, ainda segundo Hasenbalg, está o que ele chama de “teoria colonial”, que atacava “diretamente a tendenciosidade assimilacionista das teorias acadêmicas e a redução marxista convencional a forças de classe e exploração de classe” (HASENBALG, 1979, p. 110). Conforme Hasenbalg,

[...] [a] novidade da teoria colonial, consiste em que ela dirige a atenção para os ganhos cumulativos (tanto econômicos quanto não econômicos) dos brancos [...] o conceito de privilégio racial sugere que, além da exploração econômica, o grupo dominante branco extrai uma certa “mais-valia” psicológica, cultural e ideológica do colonizado (HASENBALG, 1979, p. 111).

Ambas, no entanto, apresentam limitações ao se fecharem em imputações de natureza *monocausal*, seja a estrutura de classes, seja a hierarquia racial. A perspectiva marxista ortodoxa deixa de explicar as situações de ausência de solidariedade entre trabalhadores brancos e negros, por exemplo, assim como negligencia o fato de que “a população negra nas antigas sociedades escravistas das Américas tem estado na retaguarda do capitalismo industrial” (HASENBALG, 1979, p. 109). A teoria colonial, por sua vez, carece “de um modelo explícito da exploração de classe e das relações entre estrutura e dominação de classes e opressão e estratificação raciais” (HASENBALG, 1979, p. 111). Temos um estado de coisas em que a ênfase numa variável implica negligenciar a outra.

É contra isso que o esforço de elaboração teórica e empírica de Hasenbalg busca afirmar-se, abrindo as portas para uma orientação *multicausal* e *antimonista* das investigações em torno da problemática em questão.

A proposição mais geral é a de que a raça opera como um critério com uma eficácia própria no preenchimento, por não brancos, de lugares na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. [...] A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação – qualificação – submissão) e distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multi-raciais em que as relações de produção capitalista – ou quaisquer outras relações de produção no caso – através de um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, é o determinante primário da posição dos não-brancos nas relações de produção e distribuição (HASENBALG, 1979, p. 113-114).

COLONIALIDADE DO PODER/RACIALIDADE COMO MEIO DE CONHECIMENTO

Em relação a tal perspectiva analítica, integrada e multicausal, o giro decolonial quijariano figura como retrocesso, na medida em que retorna a uma batalha sobre “a causa última”, estranha ao sentido do desenvolvimento científico. Não só as investigações de ordem estrutural – racialidade e (super)exploração do trabalho, por exemplo – como de ordem histórico/genética – análise dos processos de abolição, industrialização, substituição de importações, formação do mercado interno restrito, falácia do desenvolvimentismo, ampliação de direitos e cidadania, etc. – ganhariam, se despidas de um privilégio causal apriorístico¹.

Por outro lado, a correlação entre *colonialidade do poder/racialidade e dependência* coloca um conjunto de questões problematizadoras: como explicar o desenvolvimento estadunidense e a sua ascensão a centro hegemônico econômico-

¹ Podemos também apontar, embora sem o devido aprofundamento, o retrocesso da perspectiva quijarianiana e decolonial – ao conceber uma uniformidade absoluta de interesses entre as classes dominantes brancas latino-americanas e as classes dominantes dos países centrais – em relação à orientação teórico-metodológica presente, por exemplo, no clássico de Cardoso e Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (2011). Aqui vemos uma abertura teórica à compreensão de situações concretas de desenvolvimento e dependência, sem reduzir a diversidade das singularidades a um modelo rígido e inflexível. Trata-se do avanço que significa a definição da dependência como uma “*situação de ambiguidade*”, que “supõe um modo de ser que por sua vez depende de vinculações de subordinação ao exterior e de reorientação do comportamento social, político e econômico em função de ‘interesses nacionais’ [...] [A] análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma ‘variável externa’, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes” (CARDOSO; FALETTO, 2011, p. 44; grifos colocados). Numa situação marcada inerentemente pela *ambiguidade*, não se pode falar, como em nenhuma outra situação histórica, com tamanha generalidade sobre os interesses da classe dominante branca. Seja no centro, seja na periferia, o bloco do poder é um compromisso conflituoso entre distintas frações de classes com capacidades diferenciadas de exercício da hegemonia.

-político-militar diante da força da racialidade ou do padrão colonial de relação inter-racial naquele país? Será de fato justo caracterizar os países asiáticos que passaram por processos recentes de desenvolvimento como livres da chaga da colonialidade do poder/racialidade?

Fora de dúvida, no entanto, é o potencial heurístico dos conceitos quijanianos e suas relações. Se a teoria colonial (provavelmente representada por autores como Memmi, Césaire, Fanon) mencionada por Hasenbalg já colocava de forma clara a problemática racial, esta só ganhou em clareza com a noção de *colonialidade do poder/racialidade* em Quijano. O axioma sobre a relação necessária Modernidade/Colonialidade e os *insights* quijanianos sobre a influência da racialidade em processos de (sub)desenvolvimento nos parecem fundamentais se tomados como um ponto de partida para a pesquisa empírica e para a aproximação à realidade concreta.

Enfatizar o potencial heurístico de elaborações conceituais e propor o uso de conceitos explicativos como meios de conhecimento implica, na terminologia das contribuições epistemológicas e metodológicas de Max Weber (1993; 1995) para as ciências sociais, extirpar toda tendência emanatista ou substancialista dessas próprias elaborações intelectuais, ou seja, rejeitar toda leitura desses conceitos como a expressão da essência última da realidade investigada ou como idênticas ao real.

O intuito não é de propor, como o fez o próprio Weber em relação a Marx, por exemplo, uma leitura típico-ideal das contribuições quijanianas. Isso porque, estrito senso, afirmar uma metodologia orientada por tipos ideais é também um compromisso com uma epistemologia nominalista e antirrealista, conjugado à aceitação do racionalismo interpretativo via individualismo metodológico como meio heurístico para a compreensão da ação social. Além disso, a lógica da formação típico-ideal é por demais formal, por demais estática, estranha ao caráter processual e contraditório da realidade efetiva.

A argumentação weberiana, em contenda com o historicismo e com o naturalismo do seu tempo, nos é útil aqui unicamente em sua contínua insistência na afirmação de uma *analítica* do conceito nas ciências sociais, enquanto consciência permanente: da não identidade das elaborações intelectuais em relação à própria realidade investigada (que pode ser apropriada sem necessariamente cair num idealismo ou recair na antinomia fenômeno/númeno); da particularidade dos interesses (ideológicos, valorativos) que nos levam a ter interesse e a problematizar um fragmento da complexidade-mundo (sem cair num relativismo perspectivista); do imperativo de inquirir continuamente, empírica e logicamente, sobre a vali-

dade dos constructos teóricos e conceituais acumulados na história da ciência. Trata-se, em uma frase, de tornar o *pensamento* subordinado à *realidade* em sua irreduzibilidade processual. É neste sentido fraco, despido do seu racionalismo e do seu individualismo metodológico, que nos interessa a formulação weberiana do tipo ideal, a saber, como constructo intelectual que “não interessa como fim, mas única e exclusivamente como *meio de conhecimento*” (WEBER, 1993, p. 139; grifos colocados).

Trata-se de um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade “autêntica”; não serve de esquema em que se possa incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem, antes, o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada (WEBER, 1993, p. 140).

Nessa acepção, teorias e conceitos devem ser apropriados como instrumentos, como meios de aproximação à realidade dos processos históricos, como orientações cognitivas na operação de imputações causais. “Não se trata de saber a que fórmula se deve subordinar o fenômeno a título de exemplar, mas sim a que constelação deve ser imputado como resultado” (WEBER, 1993, p. 129).

Tomado dessa forma, o conceito de colonialidade do poder/racialidade, mais particularmente a intelecção da sua importância na conformação de processos de (sub)desenvolvimento e dependência na América Latina e alhures, funciona não como uma lei genérica sob a qual devem ser subordinadas as mais diversas formações históricas e nacionais de passado colonial, mas como um meio de conhecimento – ao lado da imputação daqueles processos ao conflito de classes no âmbito do mercado mundial e/ou a fenômenos de ordem geopolítica –, de maior ou menor importância na explicação de processos históricos concretos, num horizonte de pesquisa necessariamente multicausal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. “Gostos de classe e estilos de vida”. In: ORTIZ, Renato. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.

- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo de Hombre Editores, 2007.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. “Decolonizar la universidad: la hybris del punto cero y el diálogo de saberes”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo de Hombre Editores, 2007, p. 79-91.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. v. 1.
- GROSFUGUEL, Ramón. “Descolonizando los universalismos occidentales: el pluriuniversalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo de Hombre Editores, 2007, p. 63-77.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo de Hombre Editores, 2007, p. 127-167.
- MIGNOLO, Walter. “El pensamiento decolonial: desprendimiento y abertura”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo de Hombre Editores, 2007, p. 25-45.
- MOTTA, Roberto. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 113-133, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad y Modernidad-Racionalidade”. In: BONILLA, Heraclio. *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Bogotá: Tercer Mundo, 1992, p. 437-447.
- . El fantasma del desarrollo en América Latina. *Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales*, v. 6, n. 2, p. 73-90, 2000.
- . Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos rumos*, n. 37, p. 4-28, 2002.
- . “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*.

Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 20/10/2014.

_____. “América Latina en la economía mundial”. In: CLÍMACO, Danilo Assis (Org.) *Cuestiones y Horizontes: de la dependencia historico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014a, p. 199-214. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesy horizontes.pdf>>. Acesso em: 28/04/2014.

_____. “Colonialidad del poder y Claficiación Social”. In: CLÍMACO, Danilo Assis (Org.) *Cuestiones y Horizontes: de la dependencia historico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014b, p. 285-327. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesy horizontes.pdf>>. Acesso em: 28/04/2014.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais* (parte I). São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *Metodologia das ciências sociais* (parte II). São Paulo: Cortez, 1995.

Análises de poder em disputa: Foucault e a virada pós-estruturalista nos *Subaltern Studies*

*Power analysis in dispute:
Foucault and the poststructuralist turn in the Subaltern Studies*

Camila Massaro de Góes^a

Resumo Os *Subaltern Studies* indianos surgiram no início dos anos 1980 com o objetivo de reescrever criticamente a história das classes subalternas na Índia, tendo como principal influência teórico-política o pensador italiano Antonio Gramsci. A partir de 1988 identificamos uma “virada pós-estruturalista” no trabalho subalternista, com destaque para a obra de Michel Foucault. Neste artigo buscamos chamar a atenção para a influência do pensamento pós-estruturalista no projeto subalternista, bem como retomar o conflito desta corrente teórica com as ideias marxistas, principalmente no que tange às teorizações sobre os modos de poder e dominação.

Palavras-chave Estudos Subalternos; Foucault; Pós-Estruturalismo; Marxismo.

Abstract *The Indian Subaltern Studies arose in the early 1980s with the intent to critically re-write the history of the subaltern classes in India. Their main theoretical and political influence was the Italian thinker Antonio Gramsci. Since 1988 we identified a “post-structuralist turn” in the subalternist work, especially with the work of Michel Foucault. In this article we seek to highlight the influence of poststructuralist thought in the subalternist project and resume the conflict between this theoretical current and Marxist ideas, especially concerning the theories on modes of power and domination.*

Keywords *Subaltern Studies; Foucault; Post-Structuralism; Marxism.*

INTRODUÇÃO

Os *Subaltern Studies* possuem uma trajetória complexa que compreende mais de duas décadas de desenvolvimento intelectual, desde o projeto idealizado por Ranajit Guha¹ em fins da década de 1970. Buscando intervir no debate acerca

^a Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

¹ Ranajit Guha, nascido em 1922, é um historiador indiano que editou os primeiros seis volumes da série *Subaltern Studies: Writings on South Asian History* (I, II, III, IV, V, VI), de 1982 a 1989. Suas publicações incluem: *A Rule of Property for Bengal: An Essay on the Idea of Permanent Settlement* (1963), *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India* (1983) e *Dominance without Hegemony: History and Power in Colonial India* (1997a).

da história colonial da Índia, o historiador indiano recorreu à noção gramsciana de subalterno como forma de afirmar um posicionamento teórico e político contra o que considerava interpretações elitistas do contexto indiano, fossem elas colonialistas ou nacionalistas. Dessa forma, Guha abriu uma polêmica com seus interlocutores marxistas na Índia, defendendo uma abordagem criativa que não se reduzisse a termos economicistas e deterministas, e que propusesse como centro da análise a questão política. Daí a grande relevância da escolha do tema da subalternidade, como forma de destacar como o domínio da política na Índia era *estruturalmente dividido*. O desafio era grande: buscar uma interpretação que desse conta das relações sociais indianas, entrecortadas por questões de casta, gênero e classe, em um esquema interpretativo complexo e geral de poder.

A partir, principalmente, da coletânea *Selected Subaltern Studies*, lançada em 1988, entendemos que se deu uma virada pós-estruturalista² na obra subalternista, que acompanhou um movimento mais amplo do pensamento político e das esquerdas em nível mundial. Acompanhando o colapso do comunismo soviético e os desfechos da Guerra Fria, deu-se um declínio do marxismo em meio ao pensamento radical. Nesse contexto, os *Subaltern Studies* passaram a ser posicionados a responder a questões postas pelo contexto acadêmico e político de fins da década de 1980 e início de 1990, simultaneamente a sua entrada na academia norte-americana, a partir da obra de Gayatri Spivak, que desde o lançamento de *Can the subaltern speak?*, em 1985, já solicitava respostas subalternistas e pautava suas reflexões a partir de questões como o papel do intelectual e a possibilidade de representação e fala dos subalternos.

A partir de então, os trabalhos do coletivo indiano ganharam uma ampla difusão, passando a se identificar, em linhas gerais, com todo o campo de estudos conhecido como “pós-colonialismo”. *Grosso modo*, o que caracteriza essa corrente de estudos é principalmente o seu ecletismo teórico. Junto com a incorporação das críticas pós-estruturalistas de Foucault e Derrida, permanece a defesa do tema da subalternidade, numa tentativa de conciliar esta nova fase com o projeto fundacional, fortemente influenciado pelas ideias de Antonio Gramsci.

2 Pós-estruturalismo é o nome dado a um movimento na filosofia que teve início na década de 1960 e que pode ser melhor definido por meio dos pensadores que o compõe, dos quais destacam-se Jacques Derrida, Gilles Deleuze e Michel Foucault. Como explica James Williams (2012, p. 14-15), o pós-estruturalismo projeta o limite sobre o interior do conhecimento e sobre a compreensão estabelecida da verdade e do bem de maneira radical – “o limite não é comparado com o centro, nem equiparado a ele, nem lhe é dado algum tipo de papel moderador, no sentido, por exemplo, da maioria opondo-se à escuta de minorias. Antes, a alegação é de que o *limite é o cerne*” (WILLIAMS, 2012, p. 15).

Uma das primeiras tentativas de repensar a aproximação do viés pós-estruturalista empreendida pelos subalternistas foi levada a cabo pelo historiador Dipesh Chakrabarty, cujos ensaios mais importantes foram registrados em *Provincializing Europe* (2000a). No caso de Chakrabarty e dos demais intelectuais vinculados aos *Subaltern Studies*, essa virada se deu principalmente a partir da incorporação de Michel Foucault como marco teórico e da adoção de sua crítica do sujeito soberano como autor e sujeito da autoridade, da legitimidade e do poder. Esse engajamento com as ideias pós-estruturalistas se dá a partir da premissa de que:

Não há nada como a “astúcia da razão” que garanta que todos convergem a um mesmo ponto final na história, a despeito de nossas diferenças aparentes e históricas. Nossas diferenças históricas de fato fazem diferença. Isso ocorre porque nenhuma sociedade humana é uma *tabula rasa*. Os conceitos universais da modernidade encontram conceitos, categorias, instituições e práticas pre-existentes através dos quais foram traduzidos e configurados diferentemente (CHAKRABARTY, 2000a, p. XXII, em livre tradução).

Chakrabarty conclui que há uma diferença figurativa, de como um conceito é visualizado na prática, e suas diferentes facetas discursivas, em sua pureza abstrata, como distinção parcial descoberta. Disso o historiador tira outra conclusão, a de que as “ideias universais” que pensadores europeus produziram no período da Renascença ao Iluminismo, que desde então influenciaram projetos de modernidade e modernização em todo o mundo, jamais poderiam ser completamente universais, assim como os conceitos jamais poderiam ser completamente puros. Isso porque as próprias linguagens e as circunstâncias da formulação foram importadas de um contexto de histórias pre-existentes que eram singulares e únicas. Chakrabarty indagava se “o pensamento pode transcender seu lugar de origem” ou ainda se “os lugares deixam suas marcas no pensamento de tal modo a colocar em questão a ideia de categorias puramente abstratas” (CHAKRABARTY, 2000a, p. XIII). Provincializar a Europa era, precisamente, descobrir em que sentido as ideias europeias vistas como universais eram, ao mesmo tempo, ideias elaboradas a partir de tradições históricas e intelectuais particulares que não poderiam reivindicar validade universal. Tratava-se, mais uma vez, de pensar como as ideias se relacionam com o lugar.

No pós-estruturalismo, valores e condições não são tidos nunca como identidades ou como regra lógica. Ao invés disso, os valores são puros movimentos e as condições formais são as condições necessárias para esses movimentos:

necessárias para a resistência deles à identificação. Como argumenta Williams, essa perspectiva “começa ‘onde você sente diferentemente’ e não ‘onde você sabe mesmo o que’ ou ‘segue as mesmas regras ou leis que’. Você então tenta encontrar as condições necessárias para a resistência deste sentimento a um retorno à identidade e à mesmice” (WILLIAMS, 2012, p. 89).

Tendo em vista sua presença marcante nos *Subaltern Studies*, vale a pena voltarmos a atenção para como Foucault desenvolveu, através de uma série de estudos históricos, o seu pós-estruturalismo. Sua obra é notável pela tentativa de mudar o modo como a história é escrita. Para Williams, ele é mais um filósofo-historiador do que simplesmente um ou outro, oferecendo novos modos de pensar a relação com o passado e fornecendo métodos complexos e poderosos para escrever a história. Sua obra é vista como uma ruptura revolucionária com o que veio antes, não só em termos da história, mas também de filosofias do tempo e do condicionamento do social. Em suma, é Foucault quem provê uma nova e pós-estruturalista forma de crítica histórica – daí seu papel central na segunda fase dos *Subaltern Studies*.

O “filósofo-historiador” é entendido como um anti-humanista, uma vez que se recusa a colocar o homem no centro da análise. Com isso, não há um “fora do sistema”, uma busca por um homem transcendental. A noção foucaultiana de sujeito é composta tanto pela agência, quanto pela sujeição, e a ação é possibilitada pelo processo de tornar-se sujeito enquanto se disciplina. Contra o humanismo fundacional, Foucault defende uma história em que o humano e a liberdade humana são partes de genealogias emergentes e não independentes delas. Nesse sentido, esperança e ação estão baseadas em estruturas complexas, e não fundadas externamente na transcendência do sujeito livre. Como muitos pós-estruturalistas, sua obra se coloca entre o determinismo e a liberdade.

Para o pensador francês, não existe de um lado os que têm poder e, de outro, aqueles que estão dele aleijados – rigorosamente falando, o poder não existe, existem, isso sim, práticas ou relações de poder. Dessa forma, o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas que se dissemina por toda a estrutura social (MACHADO, 2010). O poder está nas estruturas, na capacidade de determinar identidades e atos, valores e normas. O poder é a rede de determinações históricas nas quais a luta se dá, das quais não podemos escapar, ao menos não completamente (WILLIAMS, 2012, p. 159). Se o poder é produtivo – onde está a agência? Em Foucault, a questão da sujeição marca a agência, não há nenhum

agente que diga não ao poder, na medida em que se está intimamente envolvido com ele. Não há agente puro.

Ao enfatizar o condicionamento histórico, a contingência e a abertura, Foucault elabora críticas a um certo marxismo, insurgindo-se contra a ideia de que o Estado seria o órgão central e único do poder, e também ao liberalismo, por não acreditar em livres sujeitos humanos. Há aqui também uma problematização dos temas da ideologia e da repressão, caros a esse debate, a partir do que Foucault chama de genealogia, ou seja:

[...] uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 2010, p. 7).

Foucault se afasta de uma análise centrada nos termos de ideologia e repressão e passa a destacar o corpo como a expressão e o sustentáculo das forças do poder e do saber. Em entrevista à *Quel Corps?*, em 1975, afirmava ser preciso afastar uma tese muito difundida, segundo a qual o poder nas sociedades burguesas e capitalistas teria negado a realidade do corpo em proveito da alma, da consciência, da idealidade. Na verdade, para Foucault, “nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder” (FOUCAULT, 2010, p. 147). Dessa forma, se afasta das análises marxistas e questiona se:

Antes de colocar a questão da ideologia, não seria mais materialista estudar a questão do corpo, dos efeitos do poder sobre ele. Pois o que me incomoda nestas análises que privilegiam a ideologia é que sempre se supõe um sujeito humano, cujo modelo foi fornecido pela filosofia clássica, que seria dotado de uma consciência de que o poder viria se apoderar (FOUCAULT, 2010, p. 148).

Os intelectuais indianos recorreram a uma eclética fonte teórica que compreendeu de modo geral Marx, Gramsci e Foucault como principais referências³. Para Florencia Mallon (2009, p. 194), esta tentativa de “montar dois cavalos de uma vez” – nominalmente, Foucault para ressaltar a técnica e a genealogia e Gramsci para destacar a consciência e agência subalternas – revela uma tensão inerente. David Hardiman considera que “um caminho leva em direção a um maior foco

3 No caso da obra de Spivak, destaca-se também a influência de Jacques Derrida.

nas análises textuais e na relatividade de todo saber, enquanto o outro leva em direção ao estudo da consciência e ação subalternas, a fim de encaminhar a luta por uma sociedade socialista” (HARDIMAN, 1986, p. 290). Ileana Rodriguez interpreta da seguinte forma:

No que diz respeito à relação entre metodologia e política – os dois pares de cavalos aos quais Mallon se refere, com Derrida e Foucault do lado metodológico e Gramsci e Guha do lado político – a questão é menos a de privilegiar o político sobre o cultural, mas precisamente o oposto: de demonstrar a impossibilidade de separar uma forma de representação da outra (RODRIGUEZ, 2001, p. 6, em livre tradução).

Esse ecletismo – conflitando fontes teórico-políticas metropolitanas – é uma característica, na opinião de Spivak, do intelectual pós-colonial em cuja atividade devemos ver “a repetição e ao mesmo tempo a ruptura do predicamento colonial” (SPIVAK, 1988, p. 10). Este movimento ao ecletismo se dá no momento do reconhecimento internacional dos *Subaltern Studies* – entendidos como um projeto de resistência a discursos nacionalistas e hegemônicos, a partir de histórias do “subalterno” – o que, não surpreendentemente, coincidiu com a emergência do pós-estruturalismo e da crítica ao humanismo nos Estados Unidos. Houve, evidentemente, uma intersecção entre um movimento mais geral do pensamento político – principalmente das correntes intelectuais que conformaram a nova esquerda – e as investigações subalternistas.

Para Gyan Prakash (2000), o projeto dos *Subaltern Studies* se diferencia nesse contexto porque, ao mesmo tempo em que resgata o subalterno da vontade da elite colonial ou nacionalista, reivindica também a sua consciência. Esta tensão, entretanto, vai se dissolvendo ao longo do tempo e o projeto subalternista se torna cada vez mais uma resistência aos discursos hegemônicos nacionalistas e colonialistas, através de histórias do subalterno cuja identidade reside na *diferença*. A partir de então, a reflexão em torno do poder apresenta diferentes tons, colocando velhas questões em novas roupagens na agenda metodológica e política da época. A separação entre o saber e o poder, assim como a ideia do poder visto como unidade se torna mais difícil. A produção do senso comum, nesse sentido, não residiria em uma instituição, ao passo que o poder estaria presente em todos os aspectos da vida cotidiana. É ao redor dessas questões que podemos observar a presença do pós-estruturalismo de Foucault enquanto aporte teórico e metodológico para os intelectuais indianos.

GENEALOGIA E COLONIALISMO

Por que Foucault se tornou importante para os estudos do colonialismo? Embora o filósofo francês não tenha se engajado diretamente com a mecânica do colonialismo, o seu pensamento é altamente influente nesse campo de conhecimento, na medida em que ajuda a pensar os mecanismos pelos quais o poder é construído e disseminado. Foucault escreveu sobre as formas nas quais o conhecimento é moldado pela produção do discurso, o qual sustenta, por sua vez, as estruturas de poder de uma dada sociedade. Em *Arqueologia do Saber* (2005), o filósofo-historiador formulou uma nova perspectiva para a compreensão da história, que se baseia não na continuidade, na tradição, na influência direta, no desenvolvimento ou no espírito subjacente, mas na identificação de rupturas e descontinuidades dentro dos e entre os discursos na história.

Foucault estava preocupado com padrões de identidade em torno de diferenças ou pontos de inflexão e mudança. Ele buscava não o que continua ao longo da história, mas o que se desenvolve e se torna outro. Essa transformação é mapeada e explicada observando-se as similaridades em torno de pontos de mudança, reunindo o que estava antes separado (WILLIAMS, 2012). Uma vez que não faz uma distinção entre discurso e aplicação, Foucault resolutamente se afasta de uma noção de unidade – seu pensamento é sempre fragmentado, variável –, havendo uma permanente dinâmica em seus escritos sobre poder. Nesse sentido, torna-se difícil pensar em uma organização de resistência, afinal não há como pensar em partido político, tampouco na ideia de um tipo de resistência que só poderia tomar uma única forma. Assim, Foucault se torna útil para o propósito de codificação de projetos dentro do colonialismo, de modo a entender de perto como as identidades foram fixadas.

Para Partha Chatterjee (1988, p. 389), Foucault chamou a atenção para “a forma capilar de existência” do poder, “o ponto onde o poder atingiu o próprio grão dos indivíduos, tocou seus corpos e se inseriu em suas ações e atitudes, em seus discursos, processos de aprendizagem e na vida cotidiana”. O século XVIII teria inventado, assim, seguindo o argumento foucaultiano, um “regime sináptico de poder”, um regime de exercício do poder por dentro do corpo social, e não por cima dele. Essa mudança mais ou menos coerente nos modos de exercício de poder em pequena escala foi possível apenas por meio de uma mudança estrutural. Foi a instituição dessa nova forma de poder, local, capilar, que impeliu a sociedade a eliminar certos elementos tais como a corte e o rei. De acordo com Chatterjee,

Foucault buscou demonstrar as complexidades desse novo regime de poder em seus estudos da história da doença mental, da prática clínica, da prisão, da sexualidade e do nascimento das ciências humanas. Quando se olha para os regimes de poder nos países chamados atrasados hoje, não somente a dominância de modos caracteristicamente “modernos” de poder parecem limitados e qualificados pela persistência de antigos modos, mas pelo fato de sua combinação em uma formação de Estado particular, que parece abrir ao mesmo tempo um novo ramo inteiro de possibilidades para as classes dominantes exercerem a sua dominação (CHATTERJEE, 1988, p. 389-390, em livre tradução).

Baseado em um estudo dos conflitos entre hindus e muçulmanos em Bengali, em *More on Modes of Power and the Peasantry* (1988), Chatterjee propõe novas formas de entender o processo histórico de transição em meio a esse fundo intelectual – buscando ligar a teoria social marxista com as noções de poder foucaultianas para defender a noção de “comunidade” como princípio primário de organização da mobilização política.

De 1925 até a divisão da Índia em 1947, o principal fator da política em Bengali foi o antagonismo comunalista marcado por uma série de conflitos de inédita difusão e intensidade. Chatterjee divide as explicações desse fenômeno em dois tipos. A primeira, colonialista, sugere que identidades e clivagens comunalistas são inerentes ao caráter essencial da sociedade indiana. A segunda, nacionalista, afirma que a divisão comunalista na Índia é produto das práticas coloniais. Há também uma variação de esquerda dessa última explicação, que argumenta que as divisões reais da sociedade indiana são as de classe e não as de comunidade – consequentemente, tanto o governo colonial quanto a ideologia e o líder comunalistas acabam por mascarar questões reais de classe para enfatizar as divisões de comunidade (CHATTERJEE, 1988). Chatterjee acredita que todas essas explicações comprometem a visão do fenômeno, que pertence propriamente a duas áreas completamente separadas de crenças e ações políticas:

Em todas as sociedades pré-capitalistas em processo de transição para formas de organização do Estado moderno, “política” só pode ser entendida em termos de interação destes dois domínios contrários. No primeiro, no qual crenças e ações são guiadas pela consciência popular, categorias tais quais “comunalismo” são inteiramente inapropriadas. O que pode ser propriamente chamado “comunidade” é de fato central para essa consciência, mas esta consiste em aspectos contraditórios e ambíguos. O outro domínio, formado pela política representa-

tiva do Estado moderno, é onde novos modos de formação de classe emergem e se consolidam. É a intersecção desses dois domínios que se torna o principal ponto de investigação do processo transicional (CHATTERJEE, 1988, p. 352, em livre tradução).

A partir desse cenário, Chatterjee (1988) busca refletir sobre conceptualizações básicas do problema geral da política e do Estado em sociedades agrárias amplas. Ao se afastar de análises deterministas com foco em termos técnicos e econômicos, o autor investiga os modos de poder, como por exemplo a forma pela qual direitos individuais ou seccionais, bem como deveres e encargos, são alocados na autoridade de todo grupo social, a comunidade.

O teórico indiano começa promovendo uma tipologia de três modos de poder – comunal, feudal e burguês – para explicar a evolução diferencial das relações sociais no campo indiano. O autor sugere que todos os três modos de poder poderiam ter coexistido, dentro de uma forma determinada de Estado na Índia colonial, mais precisamente, como um resultado direto das políticas coloniais britânicas, que impactaram diferentes partes da economia agrária. Chatterjee está interessado em examinar as relações de classe e conflitos dentro de cada modo de poder, de modo a demonstrar que mesmo dentro da Índia haveria indeterminação na transição para o capitalismo. Assim, para o autor, era necessário se afastar de uma perspectiva estritamente marxista de análise de classes, posto que a comunidade constitui um princípio organizativo da ação coletiva em cada modo de poder.

Assim, Chatterjee (1988) assinalou em que medida a indeterminação presente no processo de transição do desenvolvimento capitalista revela como não é apenas plausível, mas também provável que as características de um ou mais modos de poder tenham coexistido com a capitalista. O teórico indiano argumentou que essas circunstâncias não apenas propiciaram às classes dominantes a oportunidade de exercer sua dominação dentro do modo capitalista, na forma descrita por Foucault, mas também que essas classes contaram com a persistência de antigos modos de poder. A obra de Chatterjee sugere que um entendimento dos modos de poder na Índia ajuda a explicar como as elites dominaram, mas também lança luz sobre as diversas formas por meio das quais as classes subalternas contribuíram para a desmontagem dos modos de poder e sobre a complexidade da questão da transição dentro da Índia colonial. Como Chatuverdi afirma, nesse sentido “Chatterjee foi provavelmente o primeiro subalternista a se engajar com os escritos de Michel Foucault como forma de entender o modo de poder capitalista dentro do contexto indiano” (CHATUVERDI, 2007, p. 13).

Chakrabarty (2000a) também se aproveitou dos escritos pós-estruturalistas de Foucault, sobretudo como um importante estímulo para críticas ao historicismo. Para o subalternista, o “historicismo” foi o responsável pela imagem da modernidade, ou do capitalismo, não apenas como global, mas como algo que se tornou global *ao longo do tempo*, originário de um lugar – Europa – e que depois se propagou para fora dele. Essa estrutura do tempo histórico de “primeiro na Europa e depois em outro lugar” é, em sua visão, historicista:

Foi o historicismo que permitiu a Marx dizer que um “país mais avançado industrialmente apenas mostra, aos menos desenvolvidos, a imagem de seu futuro” [...] O historicismo, assim, postulou o tempo histórico como medida de distância cultural (ao menos em desenvolvimento institucional) assumido como existente entre o Ocidente e o Oriente. Nas colônias, legitimou a ideia de civilização (CHAKRABARTY, 2000a, p. 7, em livre tradução).

Dessa forma, o colonialismo garantiu, segundo Chakrabarty (2000a, p. 148), uma “Europa da mente” – “a Europa do liberalismo e do marxismo”. O dever do historiador da modernidade colonial, nesse sentido, seria o de dar nova energia à palavra “nascimento” – da modernidade –, com todo o potencial que a restauração do pensamento de Nietzsche por Foucault liberou. Entender esse nascimento como genealogia e não como um ponto de clara ruptura de origem é, para Chakrabarty, abrir a questão da relação entre diversidade de práticas ou mundos da vida e a universalização das filosofias políticas, que permaneceram como herança do Iluminismo em nível global.

Em *Provincializing Europe* (2000a), um dos seus principais objetivos é entender como o pensamento crítico luta contra o preconceito (ao mesmo tempo em que carrega alguns de seus resquícios), bem como estabelecer em que medida ele está, acima de tudo, relacionado com o seu lugar. Dessa forma, em disputa com a teoria marxista, Chakrabarty busca criticar a ideia que se tem do local – direcionado principalmente aos que consideram o “local” como fenômeno superficial da vida social, sendo, em última análise, um efeito do capital. Para o autor, esse tipo de pensamento esvazia todo o sentido vivido de lugar, subsumindo-o a um nível assumido como mais profundo e determinante – o nível no qual o modo capitalista de produção cria um espaço abstrato. Ao contrário, para o historiador (2000a, p. 6) a “diferença não é sempre uma artimanha do capital”, e nem todo o aspecto do “local” pode ser mercantilizado. Nesse sentido, seu principal objetivo é desafiar dois conceitos centrais à ideia de modernidade:

Um é o historicismo – a ideia de que para entender qualquer coisa, esta tem que ser vista como unidade e em seu desenvolvimento histórico – o outro é a própria ideia do político. O que historicamente permite um projeto tal qual o de “provincializar a Europa” é a experiência da modernidade política em um país como a Índia. O pensamento europeu tem um relacionamento contraditório com tal instância da modernidade política. É tanto indispensável como inadequado, pois nos leva a pensar por meio de várias práticas de vida que constituem o político e o histórico na Índia. Explorar – em ambos registros, teóricos e factuais – essa indispensabilidade simultânea e a inadequação ao pensamento das ciências sociais é o objetivo que este livro tem para si mesmo (CHAKRABARTY, 2000a, p. 6, em livre tradução).

Chakrabarty concorda com a derrota da obtenção de hegemonia e com os impasses da dinâmica universalista, mas enfatiza a derrota da busca por supremacia do capital na tentativa de transformar *relações de poder*. Nesse sentido, a persistência de antigas formas de poder não seria um *index* de um capitalismo incompleto, ou mesmo atrasado, mas sim consequências da variante não-universalista do capitalismo, que tem dinâmicas sociais diferentes do capitalismo original, universalista. Dessa forma, o capitalismo pode se propagar ao redor do mundo, mas as relações de poder que estabelece não serão idênticas. Muito embora essas relações sejam modernas, e contemporâneas ao desenvolvimento capitalista, Chakrabarty não as entende como formas *burguesas* de poder. Segundo essa perspectiva, o colonialismo na Índia propiciou novas relações de poder, que não podem ser subsumidas em uma história universal do capital, nem entendidas como uma instância das mesmas relações de poder capitalistas que emergiram durante a modernização europeia. Ou seja, se trata de um capitalismo, “mas sem hierarquias capitalistas” (CHAKRABARTY, 2000a, p. 21).

Deixando explícita uma leitura do subalterno que rechaça qualquer tentativa de compreensão de totalidade, Chakrabarty (2000b) busca uma reconciliação com as origens marxistas dos *Subaltern Studies*, propondo uma leitura de Gramsci que suprime seu engajamento político e enfatiza os aspectos que o marxista buscava superar no que dizia respeito ao caráter fragmentário das classes subalternas:

Como seria a história indiana se fosse imaginada como fragmentária? Não “fragmentária” no sentido de fragmentos que se referem a um implícito todo, mas fragmentos que desafiam não somente a ideia de totalidade, mas a própria ideia

de “fragmento” (pois se não houvesse quaisquer totalidades, os “fragmentos” seriam “fragmentos” de que?) (CHAKRABARTY, 2000b, p. 274, em livre tradução).

Ir ao subalterno como forma de aprender a ser “radicalmente fragmentário e episódico” seria, na visão de Chakrabarty, se afastar da “monomania” da imaginação que opera dentro de uma visão em que o sujeito do conhecimento, do julgamento e do desejo sempre já tem conhecimento do que é bom para todos, antes de qualquer investigação. Ao contrário, a investigação deveria possuir:

Uma abertura tão radical que só pode ser expressa em termos Heideggerianos: a capacidade de ouvir o que ainda não se pode entender. Em outras palavras, permitir à posição subalterna desafiar nossas próprias concepções do que é universal, estar aberto a possibilidades de um pensamento de mundo particular, mesmo que possa estar preocupado com a tarefa de atingir a totalidade, tornando-o finito pela presença do Outro: tais são os horizontes utópicos aos quais esse outro momento dos *Subaltern Studies* nos chamam. As formas de conhecimento produzidas nesse fim não estarão amarradas ao Estado ou à governabilidade pois não refletirão vontade de governar. O subalterno aqui é a figura ideal de quem sobrevive ativamente, mesmo com alegria, no pressuposto de que os instrumentos eficazes de dominação sempre pertencerão a outra pessoa, sem nunca ansiar por eles (CHAKRABARTY, 2000b, p. 276, em livre tradução).

COLONIZAÇÃO DO CORPO

Outra investigação que ilustra bem a perspectiva foucaultiana se encontra no artigo de David Arnold, *Touching the Body: Perspectives on the Indian Plague, 1896-1900* (1988). Aqui, o autor pretende entender a praga – que começou em 1896 e resultou em mais de 12 milhões de mortes – nos termos da relação em desenvolvimento entre elites nativas, classes subalternas e Estado colonial. De acordo com o autor, “a praga dramatizou a importância do corpo – o corpo, quer dizer, dos colonizados – como o lugar do conflito entre poder colonial e política nativa” (ARNOLD, 1988, p. 392).

Durante a fase inicial, o corpo tinha um significado medicinal, administrativo e social específico: grande parte do impulso intervencionista do Estado foi dirigido para a sua apreensão e controle, assim como grande parte das medidas de resistência à praga giravam em torno da ocultação ou evasão corporais. O corpo, entretanto, foi profundamente simbólico de um campo muito mais amplo e estável

de contenção entre as percepções, práticas e preocupações nativas e coloniais, sendo que “o exercício do poder britânico tocou em muitas formas sobre a questão do corpo indiano” (ARNOLD, 1988, p. 392).

A analogia foucaultiana entre prisão e hospital, entre penologia e medicina, foi mais evidente no recurso à hospitalização e segregação. Na percepção colonial, o ambiente físico e social da Índia foi visto como prejudicial ao corpo e bem-estar moral, constituindo tanto a causa quanto o contexto do crime e da doença. Arnold (1988) lembra que essa atitude deu origem não só à prisão, mas também aos reformatórios e aos assentamentos para “tribos criminosas”.

Apesar da oposição à segregação e hospitalização ser geralmente expressa em um idioma da poluição masculina e da privação, foi a apreensão das mulheres e sua remoção para acampamentos e hospitais que provocou algumas das mais ferozes resistências. A oposição à intervenção médica ocidental era forte também entre aqueles indianos que viam a praga como uma forma de punição divina, como uma provação contra a qual o uso da medicina ocidental não passava de algo ímpio ou ineficaz.

Tampouco apenas o corpo vivo foi submetido a insultos e indignidades. O exame e a eliminação de cadáveres ocupou, desde cedo, um lugar proeminente na política de contenção de pragas. Arnold (1988) enfatiza que o assalto colonial ao corpo não foi a única causa da oposição às medidas anti-praga adotadas pelo governo; havia também uma preocupação com a perda de propriedades e bens, destruídos ou roubados durante as operações de praga. Mas o autor argumenta que “acima de tudo, era o real, ameaçado ou imaginado ataque ao corpo que despertou a maior raiva e medo nos anos iniciais da praga e foi a causa mais comum de evasão e contestação” (ARNOLD, 1988, p. 404).

Por fim, o autor afirma que os primeiros anos da epidemia de praga indiana forneceram uma ilustração importante da ação recíproca complexa de coerção e cooperação, resistência e hegemonia, classe e raça na situação colonial. Depois de analisar de perto as medidas de controle aplicadas pelo governo britânico, e valendo-se da noção de hegemonia de Gramsci, Arnold chega à seguinte conclusão:

A força da reação indiana resultou em uma reafirmação política sobre as considerações sanitárias e em uma alteração em relação a uma política de acomodação dirigida primariamente a ganhar suporte e cooperação da classe média. Coerção foi temperada com consenso. A resistência subalterna desempenhou um papel importante em arrancar essas concessões do Estado colonial, mas a hegemonia da classe média foi a principal beneficiária. Enquanto o conflito inicial sobre a

administração da praga abriu uma divisão política e racial significativa entre dominantes e dominados, revelou também a importância de uma cada vez mais assertiva, ainda que não consolidada, ascensão da classe média sobre as massas indianas (ARNOLD, 1988, p. 426, em livre tradução).

Ainda seguindo uma interpretação da obra de Foucault, com uma visão da Índia colonial centrada em temas tais como a medicina, a prisão e a colonização do corpo, Arnold busca em outro trabalho, *The Colonial Prison: Power, Knowledge, and Penology in Nineteenth-Century India* (1997), contrastar a visão paradigmática francesa da disciplina prisional e da fiscalização institucional com uma perspectiva distinta, elaborada na Índia colonial. Baseado em Foucault, Arnold afirma que a prisão foi mais uma instituição penal e a penologia mais um discurso sobre prisioneiros e punição. Na Índia, ao longo do século XIX, houve muitas ocasiões em que prisioneiros dominaram os guardas, tomaram a prisão e temporariamente ditaram os termos para as autoridades. Esses episódios ilustram as dificuldades que as autoridades encontraram para exercer controle disciplinar sobre os prisioneiros, especialmente nos primeiros sessenta anos desse século. A prisão, nesse sentido, se tornou um símbolo da rebelião contra a Inglaterra. Nesse contexto, o principal objetivo do autor é identificar o que os sistemas prisionais na Índia revelam de especificamente colonial. Para fazer isso, primeiro coloca-se contra Foucault e sua noção de que é possível achar evidências abundantes de resistência e evasão no sistema prisional e na rede de poder e, então, volta-se para as autoridades prisionais que exerceram escasso controle.

Para Arnold (1997), essa autoridade e controle limitados foi parcialmente resultado de uma escolha pragmática feita pelo regime colonial, um reconhecimento de sua prática e restrições políticas e, parcialmente, a expressão franca de seu interesse limitado nos propósitos estabelecidos da disciplina e reforma penal. Por outro lado, concordando com Foucault, o autor argumenta que:

A prisão foi, no entanto, um local crítico para a aquisição de conhecimento colonial e para o exercício – ou negociação – do poder colonial. Se uma das principais ambições de Foucault era mostrar como um corpo de conhecimento é criado e estruturado, como uma compreensão particular da sociedade humana e do mundo passou a existir, então, como Foucault, vejo a prisão não como uma instituição isolada, mas como algo representativo das formas em que o conhecimento colonial foi construído e implantado. Ao fazer essa conexão com o poder colonial, eu estou bem ciente de que o sistema de conhecimento e poder que Foucault

descreveu não foi definido pelas operações do Estado ou pelas aspirações de uma única classe [...] Em geral, então, eu diria que a ampla sinopse de Foucault permanece altamente relevante para qualquer discussão sobre o que poderia ser chamado de “a colonização do corpo” (ARNOLD, 1997, p. 148, em livre tradução).

Aqui encontramos uma clara tensão relativa ao comprometimento com metodologias que podem oferecer distintas compreensões políticas do mesmo fenômeno. Arnold (1997) afirma que a ênfase no impacto psicológico do colonialismo focaliza preferencialmente a classe média, ao invés da experiência subalterna, e que isso tende a passar por cima da questão do corpo, sem problematizá-la – sua apropriação física e implicação ideológica nos processos múltiplos do domínio colonial e da hegemonia ocidental. Ao introduzir a frase “colonização do corpo”, o autor pretende enfatizar três elementos fundamentais: o processo de incorporação física, o processo de incorporação discursiva e ideológica, e a área de contestação entre entendimentos diferentes do corpo, envolvendo as reivindicações concorrentes para falar do corpo do colonizado e suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Na Índia, o sistema prisional ajudou a desenhar a linha de demarcação entre o domínio colonial, que via a si mesmo como o único racional e humano, e o “barbarismo” de uma fase anterior ou da sociedade “nativa”. A prisão emergiu como uma preocupação britânica em extrair impostos e manter a lei e a ordem. No entanto, pressões ocidentais para criar um sistema prisional mais eficiente e “humano” provocaram mudanças. Apesar da retenção de muitos vestígios “barbáricos” de uma era passada, a Inglaterra reivindicou ter introduzido um regime mais humano de punição, que a Índia jamais havia conhecido.

Até o meio do século XIX, as prisões na Índia eram lugares incertos de encarceramento, que requeriam segurança e identidade institucional. Mulheres, nesse contexto, formavam apenas uma pequena parte da população presa, e muito pouco foi feito para sua acomodação e supervisão, o que contribuiu para que elas fossem geralmente relegadas às piores partes da prisão. Outras áreas de demarcação estavam relacionadas à descendência e à raça. Prisioneiros europeus invariavelmente recebiam tratamento especial. O controle da classe trabalhadora branca era relegado às instituições e práticas especiais – orfanatos, asilos, hospitais e repatriação. A administração achou que era também prudente reconhecer a importância das castas entre os aprisionados. Embora não oficialmente, as castas eram vistas como um fator muito potente para ser ignorado no cotidiano das prisões.

Se a prisão colonial fornecia um modelo orientalista de uma sociedade construída em torno de um essencialismo de casta e religião, ela se tornou, progressivamente, enquanto o século progredia, também um modelo de ordenamento da sociedade segundo os ditames da ciência médica e sanitária. Uma das poucas áreas nas quais o Estado colonial teve relativo acesso desobstruído ao corpo de seus sujeitos, a prisão ocupou um lugar crítico no desenvolvimento do conhecimento e da prática médica ocidental na Índia (ARNOLD, 1997, p. 166, em livre tradução).

Arnold conclui que, paradoxalmente, especialmente nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, a prisão foi o lugar onde o colonialismo estava apto a observar e interagir com seus sujeitos em um nível excepcional. O corpo do prisioneiro foi disciplinado menos a serviço de uma reforma moral do que como um componente da remuneração do trabalho. Enquanto a necessidade de respeitar os atributos essenciais de casta e religião foi reconhecida e mantida pelos manuais na prisão, o corpo dos prisioneiros poderia servir também como lugar de intensa pesquisa médica e experimentação. O corpo do prisioneiro e as práticas culturais em torno dele foram constantemente relacionados a percepções mais elevadas e imperativas, de modo semelhante entre colonizados e colonizadores (ARNOLD, 1997, p. 171-172).

O corpo desempenha um papel essencial no argumento dos que buscam se apropriar de uma perspectiva foucaultiana no que concerne ao exercício do poder. Guha também foi um dos que, envolvido com ideias marxistas, desenvolveu alguns dos métodos e temas estimulados pela leitura de Foucault – especialmente a questão do corpo como o lugar onde a dominação colonial reside. Em *Chandra's Death* (1997b), o antigo editor do coletivo subalternista analisa três deposições sobre a morte, em 1942, de uma mulher chamada Chandra Chashini. Nesta ocasião, segundo Guha, o aparato corriqueiro da historiografia é de pouca ajuda. Como resultado,

[...] o conhecimento histórico desenvolveu, por meio de uma prática recursiva, uma tradição que tende a ignorar o drama pequeno e o detalhe fino da existência social, especialmente em suas profundidades mais baixas. Uma historiografia crítica pode resolver essa lacuna, se voltando para mais perto do chão a fim de colher os traços da vida subalterna em sua passagem pelo tempo (GUHA, 1997b, p. 36, em livre tradução).

Ainda que com toda sua autenticidade, os testemunhos analisados continuam não satisfazendo, na opinião do autor, uma condição importante requerida pela “prática normal da historiografia” – a condição da *contextualidade*. Guha acredita que seria de grande ajuda situar o fragmento em séries, de modo a neutralizar os efeitos dessa descontextualização. Os princípios segundo os quais uma série é construída e o caráter da autoridade em construção são todos relevantes para uma compreensão do que é serializado. Essa busca se torna difícil devido à mediação da lei. Aqui, Foucault tem um papel importante, uma vez que, como Guha destaca:

Cada uma das declarações nesse documento é em discurso direto, mas é um discurso incitado pelos requerimentos de uma investigação oficial para o que se presumiu ser um assassinato. “Assassinato é o ponto no qual a história intersecta com o crime” diz Foucault, e o lugar desta intersecção é, de acordo com ele, a “narrativa do crime” (GUHA, 1997b, p. 37-38, em livre tradução).

Assumir a criminalidade e ainda excluir a vontade particular do chamado criminoso e substituir a factualidade vazia de um mero “estado de coisas” para a única experiência positiva da “perda” de Chandra manteria seus autores e suas experiências fora da história. A família de Chandra pertencia aos chamados Bagdis, que estavam entre os mais baixos na escala de classe e casta, de tal modo que uma descrição autoritária na literatura oficial os localizou além do limite da sociedade de dominação de casta hindu, do lado de fora da própria história. Uma exploração abrangente – econômica e cultural – a que foram submetidos lhes roubou o prestígio.

Segundo Guha (1997b), foi a elite de casta superior que dominava essa comunidade que fez as mulheres Bagdi “presas da luxúria masculina”. Elas figuravam ainda como criaturas de “vida fácil” na tradição patriarcal, preparadas para servir como objetos de “satisfação sexual”. As pressões exercidas por tamanha moralidade patriarcal poderiam tensionar os recursos de uma comunidade inteira de Bagdis a um ponto de ruptura – o que parece ter acontecido na instância analisada por Guha em seu artigo. Chandra engravidou em um “caso de amor ilícito” e foi medicada com o intuito de abortar, mas acabou morrendo nesse procedimento. A mãe de Chandra, viúva, levou a família ao centro dessa crise – a gravidez de Chandra e os esforços para terminá-la envolveram o resto da família nos desenvolvimentos que se seguiram. Gayaram, seu filho, sendo casado, mobilizou a assistência familiar de sua esposa. Seu cunhado, seu tio e Gayaram sozinhos foram responsáveis

por remover o corpo e enterrá-lo. Ou seja, o espaço da autoridade masculina da família da viúva teve de ser preenchido por outra família aliada pelo casamento.

A solidariedade inspirada por essa crise teve base territorial, agrupando vilas. Juntas, elas formaram uma região de parentesco Bagdi formada por seis famílias, todas colocadas em risco com a gravidez ilícita de Chandra – que era socialmente proibida. Nesse ponto, Guha (1997b) propõe um paralelo com as análises de Foucault sobre o desenvolvimento da sexualidade na Europa para entender a história indiana:

Na Índia do século XIX, a sexualidade estava subsumida e aliada a todas as transações sociais – ao casamento, parentesco, e “transações de nomes e posses” – assim como às teorias que as informavam. O controle da sexualidade, portanto, era delegado àquelas autoridades e instrumentos – *panchayats* (conselhos de aldeia), prescrições, proibições e assim por diante – que governavam o sistema de alianças. Falando especificamente da Bengali rural, se poderia dizer que o governo da sexualidade lá residia dentro da jurisdição *samak* (comunidade, um termo no qual os aspectos institucionais da sociedade e seus atributos morais e políticos são felizmente colapsados) (GUHA, 1997b, p. 45-46, em livre tradução).

As lembranças daquela noite de violência – sobre o corpo de Chandra – se combinaram para produzir um anúncio que desafia as regras da artimanha da lei e que confere dignidade a um trágico discurso. Historicamente, o aborto era o único meio disponível para mulheres derrotarem a moralidade verdadeira, que fazia a mulher, sozinha, culpada por um nascimento ilícito. Foi no domínio do corpo feminino, como Guha (1997b) aponta, ao citar Simone de Beauvoir, que a “gravidez foi acima de tudo, um drama encenado dentro da própria mulher”⁴.

Na questão da mulher, propriamente, Spivak (1988) considera que os *Subaltern Studies* foram cuidadosos em suas considerações. Os momentos nos quais homens e mulheres permanecem juntos em um conflito, e nos quais sofrem juntos

4 Um ponto crucial, nesse contexto, consiste nas formas de dominação particulares que o poder colonial destinou às mulheres. Edward Said (1988) nos lembra, nesse ponto, que se a história subalterna é construída para ser um empreendimento separatista – tanto quanto alguns escritos feministas basearam-se na noção de que as mulheres tinham voz e espaço para elas mesmas, inteiramente separadas do domínio masculino –, então se corre o sério risco de que essa história se converta apenas no espelho invertido da escrita tirânica que está em disputa; assim como é possível ser tão exclusivista, limitado, provincial, discriminatório e repressivo quanto os maiores discursos do colonialismo e do elitismo. É importante chamar a atenção para esse risco e para possíveis críticas, contrapondo-o à alternativa subalterna proposta por Guha, que visa um conhecimento integrativo capaz de abranger todas as lacunas, lapsos e ignorâncias dos quais o grupo se diz tão consciente.

por suas condições materiais de trabalho e de educação, são registrados como uma discriminação tanto de gênero, como de classe, embora a autora considere que não se dê o devido enfoque à importância do conceito-metafórico “mulher” para a funcionalidade deste discurso. Através de uma determinada leitura, a figura da mulher pode ser instrumental ao mudar a função dos sistemas discursivos, como uma mobilização insurgente (SPIVAK, 1988, p. 30-34).

Para Spivak, “relatar, ou melhor ainda, participar do trabalho antissexista entre as mulheres de cor ou as mulheres sob a opressão de classe no Primeiro ou no Terceiro Mundo está inegavelmente na ordem do dia” (SPIVAK, 2010, p. 86). Ignorar o projeto antissexista ou feminista é um gesto político não reconhecido que tem, para a crítica indiana, uma longa história, que contribui para um radicalismo masculino que torna o lugar do investigador transparente, inquestionável. A autora sustenta que não se deve tentar falar ao sujeito historicamente emudecido, mas é necessário ouvi-lo e falar em nome dele. O intelectual pós-colonial não pode deixar de cumprir sua função histórica e crítica. Ao insistir na produção do sujeito imperialista e, ao elaborar considerações sobre as indagações “pode o subalterno falar?” e “pode a mulher subalterna falar?”, Spivak recorre à abolição britânica do ritual hindu das viúvas, em uma sentença inspirada em Freud: “homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (SPIVAK, 2010, p. 91). Em oposição a essa visão está o argumento indiano nativo: “as mulheres realmente queriam morrer” (SPIVAK, 2010, p. 94). As duas sentenças vão longe na tentativa de se legitimarem, mas o que a autora questiona é o que isso significa: “a imagem do imperialismo como o estabelecedor da boa sociedade é marcada pela adoção da mulher como *objeto* de proteção de sua própria espécie” (SPIVAK, 2010, p. 98). Encurralada entre a tradição e a modernização, entre o patriarcado e o imperialismo, a figura da mulher desaparece.

Em resposta a sua principal questão, Spivak responde: “o subalterno não pode falar” (SPIVAK, 2010, p. 126). A autora indiana, entretanto, insiste que o intelectual não pode se esquivar de seu papel. O caminho designado aqui é eminentemente político – para ela a representação não definhou, a mulher intelectual enquanto intelectual tem uma tarefa circunscrita que não deve rejeitar como um floreio.

Partha Chatterjee é outro autor que chama a atenção para a “questão da mulher” dentro do grupo dos *Subaltern Studies*. Em *The Nation and Its Women* (1997), Chatterjee destaca que esse é um dos problemas centrais presentes nos mais controversos debates em torno da reforma social do início ao meio do século XIX em Bengali – período considerado como a “renascença”. A chamada modernização teve início na primeira metade desse século devido à penetração

das ideias ocidentais. Para Chatterjee (1997), depois de obterem certo sucesso, os movimentos de reforma delineados como atividades políticas populares enfrentaram um declínio perceptível. Com a política nacionalista que tendia a defender o tradicional e a glorificar o passado indiano, toda tentativa de mudar costumes e estilos de vida começou a ser vista como imitação das maneiras ocidentais e, por isso, consideradas duvidosas. Consequentemente, o nacionalismo adotou uma distinta atitude conservadora para as crenças e práticas sociais, e o movimento em direção à modernização foi instalado pela política nacionalista.

Chatterjee (1997) cita Sumit Sarkar, ao argumentar que as limitações da ideologia nacionalista – ao encampar uma campanha por mudança liberal, social e igualitária – não podem ser vistas como regresso a uma anterior fase radical reformista. Elementos fundamentais de conservadorismo social, tais como a manutenção das distinções de castas e formas patriarcais de autoridade na família, bem como a preferência antes por mudanças simbólicas do que substantivas nas práticas sociais, já eram evidentes nos movimentos de reforma do começo e meio do século XIX. Nesse âmbito, o autor nos questiona sobre qual teria sido a peneira ideológica através da qual se importaram novas ideias provenientes da Europa. Em sua opinião, seria possível situar melhor a questão da mulher na esfera das reivindicações nacionalistas através da reconstrução dessa estrutura ideológica. O argumento de Chatterjee é o de que a relativa falta de importância da questão da mulher é explicada pelo sucesso nacionalista em situar a “questão da mulher” em um domínio “interior” da soberania, removido da arena de contestação política ao Estado colonial. Esse domínio “interior” da cultura nacional foi constituído, segundo ele, à luz da descoberta da “tradição” (CHATTERJEE, 1997, p. 240-241).

O autor destaca que nas discussões acerca da questão da mulher na pauta de reforma social indiana no começo do século XIX pouco se considerava sobre a específica condição da mulher dentro de um campo particular de relações sociais, privilegiando-se o encontro político entre o Estado colonial e a suposta “tradição de pessoas conquistadas, tradição essa que foi produzida pelo discurso colonial. Uma vez que o novo significado da dicotomia lar e mundo – espiritual e material – é ligado à identificação dos papéis sociais por gênero, é possível ver a estrutura ideológica dentro da resposta dada pelo nacionalismo à questão da mulher (CHATTERJEE, 1997, p. 244-246). As mulheres eram vistas como uma forma específica de espiritualidade, distinta da do homem, mas que não as prevenia, necessariamente, de participar da vida pública e social. Se, por um lado, o movimento nacionalista concebeu a si mesmo como meio de regular a questão das mulheres, por outro, queria dizer que essa não era uma parte fundamental de sua negociação com

o Estado colonial. Se a vida das mulheres não mudou drasticamente durante o período de agitação nacionalista, Chatterjee afirma que elas não foram, entretanto, excluídas da concepção do novo Estado-Nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do pensamento de Foucault confrontar diretamente ideias comumente vinculadas ao marxismo, o coletivo indiano não pareceu entendê-lo como um antimarxista. Estabeleceu-se, a partir de então, que há uma forma de exercício do poder que leva em conta as classes – sem, no entanto, tomá-las como centrais à análise. Nesse sentido, tal perspectiva não é abandonada, assim como não o são, Marx e Gramsci. Torna-se mais difícil, entretanto, compreender como o grupo se posicionou politicamente a partir desse eclético ponto de vista.

Mesmo endereçando sua crítica à forma tradicional de pensar sobre o poder e a política, Foucault procurou estabelecer uma nova forma de análise do poder, visto como descentralizado, difuso e metodologicamente organizado em torno de relações de forças antagônicas. Neste artigo, foi possível observar como a metodologia foucaultiana foi usada em algumas das contribuições subalternistas, de forma a problematizar a interpretação da história indiana. As análises apresentadas estavam fortemente marcadas por suas sugestões a respeito de um modelo moderno de crítica das relações de poder.

Tendo como pano de fundo as sugestões foucaultianas, os *Subaltern Studies* passaram a destacar a fragmentação e a pluralidade, afirmando a diferença. Com isso, possibilitaram que as narrativas suprimidas dos despossuídos fossem ouvidas e que se subvertesse o discurso dominante que impunha, como meio de facilitar a colonização dos não-europeus, a racionalidade eurocêntrica (CHANDAVARKAR, 2000). Sumit Sarkar (2000) afirma que essa “virada” levou os *Subaltern Studies* a uma crescente ênfase no discurso colonial e, com isso, a uma preocupação também crescente com as fundações intelectuais do colonialismo. Os subalternistas passaram a desconstruir o discurso colonial com o objetivo de expor o eurocentrismo do conhecimento pós-colonial.

Como aponta Rajnarayan Chandavarkar (2000), a consequência não prevista dessa nova fase subalternista foi a de reestabelecer, ainda que não intencionalmente, o eurocentrismo na história do sul da Ásia:

O discurso colonial, segundo foi argumentado, construiu uma sociedade indiana e representou os seus sujeitos em formas que facilitaram sua subordinação

e pela qual eles absorveram, apropriaram e aplicaram a si mesmos. Foi porque as formas de autoridade e domínio no trabalho eram embebidas na “classe trabalhadora”, que Chakrabarty argumentou que trabalhadores adquiriram “uma presença ativa em todo o processo de disciplinamento”. Eles eram, em outras palavras, cúmplices de sua própria subordinação e agentes ativos do processo de se tornarem impotentes. Não só essa afirmação privava o subalterno de qualquer poder de agência, mas sugeria também que os governantes coloniais eram a única força em movimento na história indiana. Assim, a odisséia pós-moderna encalhou seus tripulantes em costas familiares (CHANDAVARKAR, 2000, p. 65, em livre tradução).

Como indica Chandavarkar (2000), e também O’Hanlon e Washbrook (2000, p. 191), as perspectivas pós-estruturalistas se fundiram à “odisséia pós-moderna”, num amálgama característico de crítica cultural, análises foucaultianas de poder, engajamento com a “política da diferença” e ênfases no descentralizado e heterogêneo. Em consonância com essas críticas, Fredric Jameson (2002) destaca como essas novas tendências culturais – que deboçam do autoconfiante evolucionismo secular da modernidade – restringiram severamente o espaço para o florescimento de um pensamento crítico radical. Isso porque, como aponta Jameson, é difícil imaginar como se pode construir um programa político atraente acreditando-se no “fim da história” e excluindo do pensamento político a dimensão do futuro e da mudança radical. Assim, o conceito de modernidade que supunham ingenuamente ter sido desbancado há muito, se reinventa:

O propalado triunfo ocidental tem sido persistentemente comemorado, em termos explicitamente pós-modernos, como a vitória dos velhos valores modernistas, utópicos e produtivistas, tais como o “fim” da ideologia e também da história, e a *doxa* nominalista do específico e da Diferença, quer estejam essas coisas articuladas em linguagens de esquerda ou de direita (na verdade, a renúncia a qualquer distinção entre esquerda e direita é muitas vezes a peça central dessa retórica “pós-moderna”) (JAMESON, 2002, p. 15).

O interessante do argumento de Jameson (2002), nesse ponto, é a sua interpretação de que a introdução do termo “moderno” é parte primordial de uma batalha política e *discursiva*. Para o crítico marxista, há uma incoerência conceitual e filosófica nesse renascimento do conceito de modernidade. O que se quer dizer, de modo geral, na polêmica contra o socialismo e o marxismo, é que essas posições

estão “fora de moda”, por estarem ainda comprometidas com o paradigma básico do modernismo. Para escapar dessas “tirantias”, no caso da historiografia indiana, dever-se-ia voltar para as “mitografias”, para as histórias escondidas das vítimas do colonialismo, “que vão expor o caráter mítico das fábulas coloniais e pós-coloniais da modernidade” (O’HANLON; WASHBROOK, 2000, p. 194). Mas modernismo entendido aqui como algum campo já ultrapassado de planejamento de cima para baixo, seja ele do governo, da economia ou da estética, um lugar de poder centralizado, em profunda discordância com os valores da descentralização e dos aspectos característicos de qualquer “novo sistema pós-moderno”. O que significa classificar esse novo sistema, então, como “pós”-moderno? Jameson realiza sua teorização acerca do “pós-modernismo” como a experiência vivida do chamado “capitalismo tardio”.

Como afirmam O’Hanlon e Washbrook (2000), o capitalismo de fato constitui um sistema ou processo, inerentemente conflitivo e inconstante, que produz e opera a partir de uma grande variedade de relações sociais de produção e exploração, em constante transformação. Embora suas forças possam formar modos de resistências, elas não predeterminam os resultados, pois nenhum sistema hegemônico pode permear e esgotar toda experiência social, muito menos um que falha em atender tantas necessidades sociais e humanas.

Como muitos críticos apontam, é difícil ver como qualquer engajamento político é possível na visão foucaultiana de poder deliberadamente amorfo e disperso. Tal engajamento é ainda menos promissor quando se afirma que a sua maior virtude é a recusa intelectual em aceitar o próprio tema da modernidade capitalista:

É ainda menos claro como se pode gerar o que em última análise é uma política de emancipação a partir de suposições foucaultianas sobre o poder e as relações sociais [...] muitos dos que partilham suas abordagens vigorosamente e virtuosamente afirmam a presença de conflito em todas as relações sociais, dizendo muito pouco a respeito dos meios políticos pelos quais a emancipação deve ser perseguida ou com o que, de fato, possa parecer se fosse já alcançada. De acordo com essa visão, a emancipação se torna um conflito puramente interno à consciência daqueles que resistem e apenas representáveis por eles (O’HANLON; WASHBROOK, 2000, p. 201, em livre tradução).

Daí a dificuldade dos *Subaltern Studies*, em sua fase pós-estruturalista, em lidar com questões de subjetividade e, portanto, de história e agência, e sobre a necessidade de repensar a relevância da dialética marxiana da modernidade, afir-

mando não ter lógica a divisão da saga da humanidade em “história e pós-história”.
Afirma Göran Therborn:

Já que não parece provável que o capitalismo ou suas polarizações de percurso de vida venham a desaparecer no futuro próximo, há uma boa chance de que o fantasma de Marx continue a perseguir o pensamento social. O modo mais óbvio de seguir a teorização social inspirada em Marx será olhar para o que acontece hoje com o venerável dístico das forças e relações de produção em escala global e seus efeitos conflituosos sobre as relações sociais. O marxismo pode não ter mais soluções prontas, mas sua agudeza crítica não perdeu necessariamente o fio (THERBORN, 2012, p. 94).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNOLD, D. “Touching the Body: Perspectives on the Indian Plague”. In: GUHA, R.; SPIVAK, G. (Org.). *Selected Subaltern Studies*. New York: Oxford University Press, 1988, p. 391-426.
- _____. “The Colonial Prison: Power, Knowledge, and Penology in Nineteenth-Century India”. In: GUHA, R. (Org.). *Subaltern Studies Reader, 1986-1995*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, p. 140-178.
- CHAKRABARTY D. *Subaltern Studies and Postcolonial Historiography. Views from South*, v. 1, n. 1, p. 9-32, 2000a.
- _____. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2000b.
- CHANDAVARKAR, R. “The making of the working class: E.P. Thompson and Indian History”. In: Chatuverdi, V. (org.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000, p. 50-71.
- CHATUVERDI, V. A Critical Theory of Subalternity: Rethinking Class in Indian Historiography. *Left History*, v. 12, n. 1, p. 9-28, 2007.
- CHATTERJEE, P. “More on Modes of Power and the Peasantry”. In: GUHA, R.; SPIVAK, G. (Org.). *Selected Subaltern Studies*. New York: Oxford University Press, 1988, p. 351-390.
- _____. “The Nation and Its Women”. In: GUHA, R. (Org.). *A subaltern studies reader 1986-1995*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, p. 240-262.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

- GUHA, R. *A rule of property for Bengal: an essay on the idea of permanent settlement*. Paris: Mouton & Co., 1963.
- . *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India*. Durham and London: Duke University Press, 1983.
- . *Dominance without hegemony: history and power in colonial India*. Cambridge: Harvard University Press, 1997a.
- . “Chandra’s Death”. In: GUHA, R. (Org.). *A Subaltern Studies Reader 1986-1995*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997b, p. 34-62.
- HARDIMAN, D. Subaltern at Crossroads. *Economic and Political Weekly*, v. 21, n. 7, p. 288-290, 1986.
- JAMESON, F. *Modernidade singular: ensaio sobre a ontologia do presente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MACHADO, R. “Introdução”. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010, p. VII-XXII.
- MALLON, F. E. “Promesa y dilema de los *Estudios subalternos*: perspectivas a partir de la historia latino americana”. In: SANDOVAL, P. (Org.). *Repensando la Subalternidad. Miradas críticas desde/ sobre América Latina*. Lima: IEP; SEPHIS, 2009, p. 87-116.
- O’HANLON, R.; WASHBROOK, D. “After Orientalism: Culture, Criticism and Politics in the Third World”. In: CHATUVERDI, V. (Org.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000, p. 191-219.
- PRAKASH, G. “Writing Post-Orientalist Histories of the Third World: Perspectives from Indian Historiography”. In: CHATUVERDI, V. (Org.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000, p. 163-190.
- RODRÍGUEZ, I. “Reading Subalterns Across Texts, Disciplines, and Theories: From Representation to Recognition”. In: RODRÍGUEZ, I (Org.). *The Latin American Subaltern Studies Reader*. Durham e London: Duke University Press, 2001, p. 2-32.
- SARKAR, S. “The Decline of the Subaltern in *Subaltern Studies*”. In: CHATUVERDI, V. (Org.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000, p. 300-323.
- SAID, E. “Foreword”. In: GUHA, R.; SPIVAK, G. (Org.). *Selected Subaltern Studies*. Nova York: Oxford University Press, 1988, p. V-X.
- SPIVAK, G. “Subaltern Studies: Deconstructing Historiography”. In: GUHA, R.; SPIVAK, G. (Org.). *Selected Subaltern Studies*. New York: Oxford University Press, 1988, p. 3-34.
- . *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- THERBORN, G. *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo, 2012.
- WILLIAMS, J. *Pós-estruturalismo*. Petrópolis: Vozes, 2012.

Recebido para publicação em: 30/07/15. Aceito para publicação em: 05/01/2016.

O que Fanon disse, afinal? Lewis Gordon e a defesa de uma abordagem fanoniana*

Deivison Mendes Faustino^a

GORDON, Lewis R. *What Fanon Said: A Philosophical Introduction to His Life and Thought*. New York: Fordham University Press, 2015.

O que eu queria dizer a você [...] é que a morte está sempre conosco e que o importante não é saber como evitá-la, mas ter certeza de que fazemos o nosso melhor pelas ideias que acreditamos. A única coisa que me choca, desenganoado nesta cama e perdendo as forças do meu corpo, não é que eu estou morrendo, mas que eu estou morrendo de leucemia aguda em Washington, DC, quando eu poderia ter morrido há três meses, de frente para o inimigo no campo de batalha, quando eu já sabia que tinha esta doença. Nós não somos nada nesta terra, se não servirmos antes de tudo uma causa, a causa do povo, a causa da liberdade e da justiça. Eu quero que você saiba que, mesmo quando os médicos tinham perdido toda a esperança, eu ainda estava pensando, em uma névoa concedida, mas pensando, no entanto, no povo argelino, nos povos do Terceiro Mundo [...]. Se eu consegui segurar, foi por causa deles (“Carta de despedida ao seu amigo Roger”, Fanon *apud* Gordon, 2015, p.141-2).

A obra *What Fanon Said: a philosophical introduction to his life and thought*, do filósofo jamaicano Lewis R. Gordon, oferece grandes contribuições aos estudos sobre a vida e obra de Frantz Fanon. O autor, que também é conhecido pelas publicações *Bad Faith and Anti-black Racism* (1995), *Fanon and the Crisis of European Man: An Essay on Philosophy and the Human Sciences* (1995) e por divulgar a obra fanoniana ao redor do mundo, dessa vez, vem a público no ano que se celebra os 90 anos de Frantz Fanon para apresentar sua reflexão, adquirida ao longo de mais de 20 anos de pesquisa.

A partir de uma filosofia radical, que critica as raízes e os efeitos do racismo global, Lewis Gordon problematiza, de maneira singular, as categorias sujeito, razão, racialização, subalternização, colonialismo, violência, desejo, práxis, etc.,

* Este trabalho contou com apoio do Programa CAPES 194 – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, processo: 99999.003766/2014-04.

a Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos - PPGS-UFSCar.

abrindo, portanto, um diálogo crítico com as principais vertentes teóricas das ciências sociais contemporâneas e apontando para a possibilidade de um *novo humanismo* pós-colonial (NISSIM-SABAT, 2011).

Ao utilizar um método de análise e de escrita que relaciona a vida, a obra e o contexto social da produção de Fanon, o autor se opõe às tendências de reduzir o intelectual martinicano à sua biografia, argumentando que “não é a biografia de Fanon que nos traz a seus escritos e realizações políticas, mas seus escritos e realizações políticas que nos trazem a sua biografia” (GORDON, 2015, p.10). O posicionamento expressa sua preocupação com aquilo que nomeia como *identidade teórica subordinada*, ou seja, a inclinação a subestimar a capacidade intelectual de teóricos negros. Dentro dessa abordagem reducionista, ou Fanon é apresentado enquanto edipiano ansioso, perturbado, atormentado pelo ódio e, ainda, preso à própria experiência, ou então é reduzido a uma das matrizes teóricas com que dialogou.

Com isso, Gordon nos provoca ao lembrar que Jean Paul Sartre se inspirou em Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor e no próprio Frantz Fanon; Simone de Beauvoir fez o mesmo com Richard Wright; e Max Weber com W.E.B. Du Bois. Ainda assim, não se vê classificações de Sartre como césairiano, senghoriano ou fanoniano, tampouco de Beauvoir como wrightiana ou Weber como duboisiano; pois, mesmo nas raras vezes em que se identificam algumas dessas influências nos autores do chamado *mainstream*, reconhece-se sempre que eles foram *além* de suas “fontes”.

No entanto, o mesmo não ocorre quando o autor é negro. Talvez por isso que muitos estudos se limitam a discutir, sem consenso, se Fanon é marxista, pós-estruturalista ou até mesmo sartreano – sem, com isso, se debruçarem sobre suas contribuições. É a partir dessa constatação, e em contraposição a ela, que *What Fanon Said* se propõe a entender como o autor martinicano logrou desenvolver as ideias de seu tempo em outro nível, sobretudo quando comparado às suas fontes, e, principalmente, de que maneira essas ideias oferecem um conjunto original de críticas e soluções para os problemas teóricos e práticos que persistem até os dias de hoje.

Como psiquiatra humanista, filósofo e revolucionário, Frantz Fanon deixou uma marca indelével no pensamento e na política do século XX, e sua influência continua a crescer em nosso século. Todavia, em referência à sua localização social e histórica, diversos autores defendem a necessidade de “trabalhar com” algumas de suas ideias, utilizando filtros que nos evitem empolgar com suas afirmações *humanistas* ou *revolucionárias* (ALESANDRINI, 1999; 2014; BHABHA, 1996; HALL, 1996; SCOTT, 1999). Em um caminho distinto, Gordon se aproxima das preocupações

de Cedric Robinson (1993), Benita Parry (1994) e Jane Gordon (2011) para apontar o que identifica como arbitrariedade seletiva desse argumento: não apenas Fanon deve ser entendido em seu contexto, mas, também, as leituras contemporâneas que se propõem a retomar partes de seu pensamento, sem, contudo, assumirem o compromisso com o conjunto de sua reflexão. Fruto de um momento em que as alternativas radicais ao sistema deixaram de estar na ordem do dia, a crítica se restringiu a constatar a dinâmica racista da situação colonial (GORDON, 2015, p.18).

Gordon reconhece a existência e a pertinência das “leituras” foucaultianas, marxistas, derridarianas, deleuzianas, sartreanas, entre outras, para a consolidação do que nomeia *Fanon Studies*. Em adição ao debate, lança as seguintes provocações: o que *Fanon disse*, afinal? O que nos impediria de assumir uma *leitura fanoniana* dos problemas levantados pela sociedade contemporânea? Quais seriam os elementos úteis nas obras de Fanon para a compreensão da realidade em suas mais atualizadas, e ainda complexas, dimensões coloniais?

Essas e outras questões são problematizadas pelo autor ao longo de cinco capítulos que apresentam os textos fanonianos em ordem cronológica, observando-os, quando possível, a partir de seu contexto individual e/ou sócio-político de produção. O diálogo estabelecido revela a posição de Fanon sobre grandes temas das ciências humanas contemporâneas, de modo a oferecer uma abordagem bastante sofisticada e, ao mesmo tempo, acessível a respeito de suas contribuições.

O primeiro capítulo, intitulado “I Am from Martinique”, parte das reflexões sobre o corpo para, assim, introduzir a trajetória de vida e pensamento de Fanon: “O corpo é o homem, e o homem, seu corpo”; o problema é que esse corpo – quando negado pelas agressividades coloniais – é uma presença negada. Segundo Gordon, a escrita de Fanon reflete essa “urgência nascida da intimidade” de quem vivenciou a negação, mas, sobretudo, optou por confrontá-la (GORDON, 2015, p. 8).

Esse corpo “negado por ser muito corpo” (GORDON, 2015, p.9), continua Gordon, nasceu em 25 de julho de 1925, dois meses depois de Malcolm X e algumas semanas depois de Patrice Lumumba, em uma colônia francesa no Caribe chamada Martinica. Para o filósofo jamaicano, essa localização é importante para se entender as batalhas políticas, psíquicas e teóricas que Fanon travou. Seu alistamento às forças militares francesas contra as ocupações fascistas, bem como seu posterior engajamento na campanha de Aimé Césaire para presidente pelo Partido Comunista, nos oferece certa intimidade com o autor martinicano e suas ideias.

Depois de participar da campanha política de Césaire, Fanon aproveitou seu status de veterano de guerra para se candidatar a uma bolsa de estudos para odontologia em Paris. Nesse momento, Gordon brinca com a ideia equivocada de

um “revolucionário premeditado”: “Um dentista revolucionário? Pode-se imaginar os muitos trocadilhos terríveis que surgiram” caso este caminho se concretizasse. Fanon “*agarraria as garras da história para chegar à raiz da opressão*” (GORDON, 2015, p.13). Todavia, Fanon decide mudar de curso e se direciona à cidade de Lyon para estudar psiquiatria forense, profissão que combinaria seus interesses nas investigações das ciências naturais e humanas. Em Lyon, local onde estudavam os prestigiados filósofos Jean Lacroix e Maurice Merleau-Ponty, Fanon logra enriquecer seu repertório teórico e se arrisca a escrever pequenos ensaios.

O primeiro deles, *La plainte de Noir: L'expérience vécu du Noir* (1951), compôs a sua primeira tese de doutorado, intitulada “*Essai sur la désalienation du Noir*” – a qual fora rejeitada por seu orientador por questionar o *mainstream* positivista da época. Em resposta, Fanon escreve outra tese em apenas duas semanas, chamada “*Troubles mentaux et syndromes psychiatriques dans l'Héréd-Dégénération-Spino-Cérébelleuse: Un cas de maladie de Friedreich avec délire de possession*”, defendendo-a, com sucesso, em 1951. No ano seguinte, publica o texto rejeitado na primeira tese, sob o título *Peau noire, masques blancs* (1952). É a partir das problematizações contidas nesse texto seminal e, sobretudo, tomando-o como guia filosófico privilegiado que Gordon elabora sua reflexão filosófica para propor a descida ao que Fanon chamou de *verdadeiros infernos* da existência. Para Gordon, a escrita de Fanon apresenta-se ora como um *Dante*, que, movido pelo amor incondicional ao humano, dispõe-se a enfrentar o incerto, ora como um *Virgílio*, que nos orienta ao longo do difícil declive.

O Segundo e o terceiro capítulos, “Writing through the Zone of Nonbeing Living Experience” e “Embodying Possibility”, respectivamente, vão retomar a noção de *paradoxo existencial*, de Kierkegaard, para discutir dois grandes temas que ele destaca em *Peau noire, masques blancs*, quais sejam: a *zona do não-ser* (*zone of nonbeing*) e a *experiência vivida do negro*. Para ele, ao se perguntar “o que o negro quer?”, Fanon estaria, na verdade, explicitando a traumática relação entre corpo, desejo, razão e racialização: a experiência europeia, o branco e o ocidente são discursivamente deificados (*teodicy*) ao serem elevados, discursivamente, ao patamar de universalidade. Tal deificação faz com que suas próprias falhas sejam transferidas para aquilo que se acredita estar fora dela ou no “lado negro” do próprio sistema; nessa medida, o negro é reduzido à esfera do não humano para, então, amargar a invisibilidade do limbo ou o inferno de uma aparição indesejada – a tal *zone of nonbeing* (GORDON, 2005; 2015).

O filósofo jamaicano chama a atenção para o fato de que não é só o *Negro* que é racializado, mas também as noções de *ser*, *humanidade*, *universalidade*, *razão*,

filosofia, etc., ao serem apresentadas como atributos essencialmente *brancos*. *O que o Negro quer* é ser um homem entre outros homens (FANON, 1952); mas a *experiência vivida do negro*¹ revelaria o paradoxo de *se deparar* com o *Branco*, posto sempre como *teodicy*, e a si próprio como polo oposto dela. O paradoxo existencial que está posto é aceitar o sistema, sem nem ao menos ser considerado parte dele, ou denunciar essa razão racializada, sem, no entanto, incorrer no irracionalismo (GORDON, 2015).

A ideia de *sociogenia*, oferecida por Fanon, é retomada ao longo de *What Fanon Said* como pressuposto que articula, dialeticamente, as dimensões subjetivas e objetivas da existência humana para identificar, na exploração capitalista e, sobretudo, nas racializações que a sustenta, os elementos que alienam (subjetiva e objetivamente) a humanidade, de maneira a restringir sua liberdade. O colonialismo, em seus múltiplos tentáculos, representa a interdição do reconhecimento hegeliano e a impossibilidade dos negros – poderíamos pensar, em acréscimo, dos palestinos, da comunidade LGBTT, dos Sem-Terra, dos povos originários do Continente Americano, das mulheres e *outros*, a depender do tempo e do espaço – de serem vistos e, principalmente, de se verem como humanos em meio a outros humanos.

É nesse sentido que o quarto e o quinto capítulos, “Revolutionary Therapy” e “Counseling the Damned”, respectivamente, relacionam dois aspectos pouco problematizados na literatura brasileira sobre Fanon: as reflexões e práticas clínicas e a luta política enquanto alternativa para superar a alienação colonial. Em 1951, Fanon se dirige ao Hospital de Saint Alban para realizar seus estudos de residência médica, sob a supervisão de François Tosquelles, um dos principais formuladores da reforma psiquiátrica e manicomial, defensor de uma prática médica que pensa a relação entre social e político. Gordon destaca que os estudos de Tosquelles apontavam possibilidades concretas de superação de alguns problemas identificados em *Peau noire, masques blancs*: se as alienações psíquicas têm origem em uma sociedade que milita contra a humanidade das pessoas, logo, sua superação passaria,

1 É importante dizer que o termo “experiência vivida do Negro” (*The Lived Experience of the Black*) é a tradução inglesa que Gordon propõe para “*L’expérience vécue du Noir*”, título do quinto capítulo de *Pele negra, máscaras brancas*. Segundo o autor jamaicano, a tradução utilizada no mundo anglófono, “*The fact of blackness*” (“o fato da negrura”), de C. Lam Markmann (1967), oculta a dimensão fenomenológica do capítulo, que é, segundo ele, o ponto alto do livro. Para o autor, as discussões oferecidas nesse capítulo são visivelmente inspiradas no subtítulo de *O segundo sexo: experiência vivida* (*Le Deuxième sexe. Tome 2: L’expérience vécue*, 1949), de Simone de Beauvoir, livro onde, não por acaso, a filósofa francesa reconhece ter recebido influências diretas de Richard Wright para a formulação de sua reflexão sobre “tornar-se mulher”. Gordon lembra, ainda, que o termo “*L’expérience vécue*”, sempre muito caro ao existencialismo, fora introduzido pelo francês Maurice Merleau-Ponty, inspirado no conceito alemão de *Erlebnis*, amplamente utilizado por Fanon (GORDON, 2015).

necessariamente, pela transformação da sociedade. Essa posição, argumenta ele, fica nítida nos experimentos clínicos de Fanon em Blida, em seu engajamento na Frente de Libertação Nacional da Argélia e, sobretudo, nas reflexões teóricas e políticas que ofereceu a partir desse período.

Para Gordon, os escritos produzidos no período revelam a coerência de Fanon – e não a ruptura – com preocupações apontadas em seu primeiro livro; porém, aqui, a luta política em curso oferecia a possibilidade de dar fim à interdição colonial. Os escritos de *Sociologie d'une révolution* ([1959] 1968), *Lés damnés de la terre* (1961) e *Pour la révolution africaine* ([1964] 1969) sugerem que é a luta de libertação que gera liberdade, afirmando, com efeito, a emergência do sujeito. Essa luta, entretanto, se quiser evitar armadilhas que estão postas, deve rejeitar tanto o universalismo abstrato da *teodiceia* europeia, como os particularismos reificados que se alimentam do ódio. A descolonização, como *terapia revolucionária*, teria a função catártica de possibilitar que o sujeito assumira consciência de si, mesmo que para tanto seja preciso colocar valores ocidentais contra si próprios, em vez de simplesmente rejeitá-los.

What Fanon Said oferece uma contribuição capital para as ciências humanas contemporâneas, mormente em uma época tão plena de contradições. Diante do contínuo e sistemático genocídio do povo palestino; das possíveis influências dos grandes centros de poder no surgimento do ISIS, Taleban e Boko Haran; dos sistemáticos assassinatos cometidos por policiais nas periferias brasileiras; da manutenção de uma imagem estereotipada a respeito de mulheres e negros; do crescimento do fundamentalismo cristão e do conservadorismo em geral; da inabilidade da “esquerda” para reconhecer e enfrentar o racismo – ou da hegemonia política, teórica e ideológica das teorias fomentadoras da fragmentação –, entre outros elementos postos pela realidade social contemporânea, a obra *What Fanon Said* nos provoca a encarar esses problemas não para simplesmente descrevê-los ou apresentar uma nova visão, tampouco para “tremar de indignação” (FANON, 2008) diante deles, mas, sobretudo, para assumir nossas tarefas históricas (FANON, 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSANDRINI. A. C. Introduction: Fanon studies, cultural studies, cultural politics.

In: ALESSANDRINI. A. C. (Ed.) *Frantz Fanon: Critical perspectives*. London/New York: Ed. Routledge, 1999.

_____. *Frantz Fanon and the Future of Cultural Politics: Finding Something Different*. Lanham: Lexington Books, 2014.

- BHABHA, H. Day by Day... with Frantz Fanon. In: READ, A. (Ed.) *The fact of blackness: Frantz Fanon and visual representation*. Seattle: Bay Press, 1996.
- FANON, F. *Peau Noire, Masques blancs*. Paris: Editions Du Seuil, 1952.
- _____. Pour la révolution africaine (écrits politiques). *Cahiers Libres*. n^{os}. 53-54. François Maspero, 1964.
- _____. *Les damnés de la terre*. Paris: Librairie François Maspero Éditeur, 1961.
- _____. *Sociologia d'une révolution*. «L'an V de la Révolution algérienne ». Paris: François Maspero, 1968.
- _____. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- _____. *Os condenados da terra*. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2010.
- _____. *Pour la révolution africaine*. Paris: Maspéro, 1969.
- GORDON, J. A. Revolutionary in Counter-Revolutionary Times: Elaborating Fanonian National Consciousness into the Twenty-First Century. *Journal of French and Francophone Philosophy. Revue de la philosophie française et de langue française*. Vol. XIX, n. 1, p.37-47, 2011.
- GORDON, L. R. *Bad Faith and Anti-black Racism, Atlantic Highlands*. New York. Humanities Press, 1995a.
- _____. *Fanon and the Crisis of European Man*. New York: Routledge, 1995b.
- _____. Through the Zone of Nonbeing: A Reading of Black Skin, White Masks in Celebration of Fanon's Eightieth Birthday: The C.L.R. *James Journal* 11, n. 1, p.1-43, Summer 2005.
- _____. *What Fanon Said: A Philosophical Introduction to His Life and Thought*. New York: A Fordham University Press Publication, 2015.
- HALL, S. *The After-life of Frantz Fanon: Why Fanon? Why Now? Why Black Skin, White Masks?* In: READ, A. (Ed.) *The Fact of Blackness: Frantz Fanon and Visual Representation*. London: Institute of Contemporary Arts and International Visual Arts, 1996.
- NISSIM-SABAT, M. "Lewis Gordon's Phenomenological Critique of the New World Consciousness". *Radical Theory and Theory of Communication. Atlantic Journal of Communication*, n. 19. p. 28-42, 2011.
- PARRY, B. *Postcolonial studies: a materialist critique*. London: Routledge, 1994.
- ROBINSON, C. The Appropriation of Frantz Fanon. *Race and Class*, vol. 35, n. 1, July/September 1993.
- SCOTT, D. *Refashioning Futures: Criticism After Postcoloniality*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

Recebido para publicação em: 03/05/15. Aceito para publicação em: 26/06/15.